



EXTRAPRENSA

CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA



CELACC/ECA/USP
v. 17 n. 1. (jul. / dez. 2023)
e-ISSN: 2236-3467

Ecologias Digitais do Sul

[EQUIPE EDITORIAL]

Diretor

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Editor Responsável

Prof. Dr. Silas Nogueira

Editor Científico

Prof. Dr. Decio Ferreira Forni

Editor Executivo

Luís Antonio da Silva Matos Filho

Capa e Projeto Gráfico

Jaqueline Restrepo Díez

Diagramação

Jonathan Leandro | Tikinet

Ilário Bortoloso Junior | Tikinet

Beatriz Luanni | Tikinet

Revisão de Textos

Giovanna Macedo | Tikinet

Rafaela Martinelli | Tikinet

Conselho Deliberativo

Prof. Dr. Luiz Cláudio Bittencourt (UNESP)

Prof. Dr. José Luiz Proença (USP)

Profª Drª Kátia Maria Kodama (UNESP)

Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly (USP)

Profª Drª Luiza Cristina Lusvarghi (UNINOVE)

Prof. Dr. Ricardo Alexino Ferreira (USP)

Prof. Dr. Celso Luiz Prudente (UFMT)

Conselho Científico

Prof. Dr. Eneus Trindade Barreto Filho (USP)

Prof. Dr. Alfonso Gumucio Dagron (UNESCO) Bolívia

Profª Drª Andreia Terzariol Couto (UNIP)

Profª Drª Maria Ângela Pavan (UFRN)

Profª Drª Tatiana Gutiérrez Alarcón (UNIMINUTO),
Bogotá, Colômbia.Prof. Dr. Angel Mestres Vila (Universitat de Barcelona)
Espanha

Prof. Dr. Enio Moraes Júnior (Alterjor-USP)

Profª Drª Fabiana Lopes Cunha (UNESP)

Profª Drª Jaqueline Lemos Martins (USJT)

Prof. Dr. Jordi Tresserras (Universitat de Barcelona)
EspanhaProf. Dr. Luis Pablo Martínez (Universitat de València)
Espanha

Profª Drª Maria Thereza Oliveira Azevedo (UFMT)

Profª Drª Marta Regina Maia (UFOP)

Prof. Dr. Paul Heritage (University of London)
Reino Unido

Prof. Dr. Valdemar Filho Siqueira (UFERSA)

Prof. Dr. Wilton Garcia (FATEC)

**CELACC****Centro de Estudos
Latino-Americanos
sobre Cultura
e Comunicação****Centro de Estudos
Latino-Americanos sobre Cultura
e Comunicação (Celacc)**Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443
Prédio 09, Sala 08 - Cidade Universitária
Butantã - São Paulo - SP
CEP. 05508-010
Tel/Fax: (11) 3091-4327
E-mail: celacc@usp.br**EXTRAPRENSA**

CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Ano XVII - n. 1 (jul. - dez. 2023)**Catálogo na Publicação****Serviço de Biblioteca e Documentação****Escola de Comunicações e Artes da Universidade de
São Paulo**Extraprensa: cultura e comunicação na América
Latina / Centro de Estudos Latino-Americanos
sobre Cultura e Comunicação da Escola de
Comunicações e Artes da Universidade de
São Paulo - v.17, n. 1. (jul./dez. 2023) - São Paulo:
CELACC-ECA-USP, 2023.Título da capa: Ecologias Digitais do Sul
Semestral
ISSN 1519-6895
e-ISSN 2236-34671. Comunicação - América Latina 2. Cultura -
América Latina I. Universidade de São Paulo.
Escola de Comunicações e Artes. Centro de
Estudos Latino-Americanos sobre Cultura
e Comunicação.

CDD 22.ed. - 302.2098

Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado
CRB-8/6194AGÊNCIA DE BIBLIOTECAS E COLEÇÕES DIGITAIS
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

4

Evento “Ecologias Digitais do Sul”

Decio Ferreira Forni
Dennis de Oliveira

Dossiê

10

Racismo e sexismo nos sistemas político-midiáticos: como se constroem os lugares para as mulheres pretas nesses espaços de poder?

Monique Paulla
Carla Baiense Felix

29

Decolonialidade e comunicação contracolonial no tempo das catástrofes

Carlos Eduardo Souza Aguiar
Dayana K. Melo da Silva

46

Tecnologias sociais: um novo modo de fazer e pensar é possível

Edison Luís dos Santos

70

Cultura e territorialidade: novas abordagens para o entendimento do fenômeno das notícias falsas na América Latina

Ana Paula Dias
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

92

Humanidades digitais nas pesquisas da Alaic, Compós e Intercom (2019-2022)

Fernanda Sevarolli Creston Faria
Marco Aurélio Kistemann Júnior

113

Pedagogias do sul: contos africanos como prática educacional decolonial

Antonia Magaly Conceição de Oliveira
Larissa Soares Ornellas Farias
Patrick Akoa

134

Desafios da Agenda 2030 e os 17 ODS para jornalismo e comunicação

Ivone Rocha
Rita Paulino
Fabiana Piccinin

155

O clima como novo comum urbano: conforto térmico na agenda do direito à cidade

Jaqueline Nichi
Caroline Malagutti Fassina
Marcelo Rezende Calça Soeira

Artigos

174

Empresas e Tiktok: um estudo sobre narrativas e reputação

Lucia Santa-Cruz
Naira de Paula

190

En el fondo del lodo: visualidades emergentes en la producción audiovisual de la Folha de S.paulo

Gober Mauricio Gómez Llanos
Simone Maria Rocha

209

Vozes no jornalismo: ataques de garimpeiros a indígenas em Roraima

Martha Raquel Rodrigues

Apresentação

Evento “Ecologias Digitais do Sul”: novas epistemologias diante da Agenda Sustentável e às formas de produzir, consumir e comunicar, com focos em demarketing e educomunicação

O termo eco, como teóricos que interligam áreas de sociologia e economia vêm explicando (Alier, 2013; Leff, 2021; Morin, 2001;), advém do grego *oikos*, ou a casa comum, e assim teríamos, com *logos*, os estudos (sistêmicos) da casa terrestre comum. Assim, desde que publicamos sobre Ecologias Digitais na *Extraprensa*, em 2018, já pensávamos em seu uso transdisciplinar em ações que “ecologizam” temas mal compreendidos, ou que precisam ser repensados por novas fronteiras, ante os grandes desafios da existência humana na terra.

Desta forma, quais seriam as “ecologias” necessárias se partimos dos 17 desafios que a ONU elaborou, os quais entrelaçam aspectos sociais, éticos e estruturais para reverter os riscos climáticos? No projeto pós-doutoral vinculado a este evento (Forni, 2023) o viés das novas resiliências se colocaram desde o início, não na percepção de resistir a algo somente, mas de ser flexível, nesse caso criar ou discutir técnicas baseadas em novas epistemologias, pois as anteriores falharam e exigirão des-construções.

Sob o guarda-chuva do Centro de Estudos Latino Americanos em Comunicação e Cultura (Celacc), advindos também de um pensamento global renovado que percebe, há alguns anos, que se por um lado há um domínio do Norte

mostrando sua importância pela ciência e industrialização, por outro reforçou, na sua excessiva exploração dos recursos, que a outra parte do globo, ao Sul, poderá vir a cumprir seu papel sábio (sabedoria+ciência) nos processos.

Já quanto às questões digitais sugeridas, estas remetem a uma construção econômica e cognitiva que perpassa pela existência de parcela considerável do planeta, segundo a Stockholm University e seu centro de resiliência, “as mesmas tecnologias que nos trouxeram até aqui serão as que vão nos tirar deste ponto”. Acreditamos que a Cibercultura tem um papel fundamental, e tecnologias como o e-commerce, associados a aplicativos com enfoque sociais, podem por exemplo coligar pequenos negócios a consumidores conscientes.

Partindo dessas premissas, a questão do Sul Global e as novas epistemologias, reforçadas há algum tempo por Boaventura Souza Santos (2017) e aqui no Brasil com precedência nos elementos da Economia Solidária de Singer (2002), levaram o Webinar ocorrido em Junho de 2023 a dar enfoque a alguns blocos que visavam dar sustentação ao tema central “Resiliência e a construção de novos pactos de confiança no Brasil: Educomunicação, Demarketing e o ativismo de Marcas na pós-pandemia”.

O primeiro vídeo, no período da manhã, com enfoque nos temas da decolonialidade e do decrescimento tiveram a abertura do Prof. Dr. Dennis de Oliveira, coordenador científico do Celacc, e a Profa. Dra. Paola Prandini como primeira

palestrante. Esta expôs de Maputo/Moçambique sua tese de doutorado defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), em que discorreu sobre as Descolonialidade(s), com a visão daquele continente e todo o cenário oriundo do escravismo que nos perpassa até hoje, e que leva teóricos latino-americanos aos temas da decolonização. Ela explicou sua tese das descoloniaticidades, em que usou a educomunicação via filmes do tema para aprofundar discussões em novas educomunidades.

Já o segundo a palestrar, o Prof. Hernani Arriscado, economista pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), que nasceu na África, depois migrou para Portugal e viveu no Brasil nos meios empresariais e acadêmicos, agregou sua visão da discussão do decrescimento direto de Lisboa. Citou que em Barcelona é conhecido o trabalho acerca do movimento *Degrow* que significa um desaquecimento efetivo das formas de produção atuais, com trabalho de fôlego na chamada Economia Ecológica. Assim, Arriscado apresentou os limites em visões sobre o chamado Demarketing, já que a economia ainda está assentada em pressupostos capitalistas clássicos, e trouxe uma série de casos sustentáveis que ocorrem hoje em Portugal, de onde proferiu sua exposição.

Na parte da tarde, em consonância ao segundo tema do título do projeto pós-doutoral, o dos Novos Pactos de Confiança, primeiro palestrou a Sra. Simone Sillotti, gestora de empresa e projeto social de agronegócios no interior de São Paulo, premiada pela marca *Faça um Bem Incrível*, demonstrando como engajamento em causas sociais que trabalham desde o

empoderamento feminino no agro até a fome zero, com doação de parte produtiva aos necessitados locais e com comunicação engajada, reforça este modelo e explicita a importância de metodologias como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) atrelada aos negócios. Ela fez parte da pesquisa e teste de um aplicativo proposto no projeto Demarketing reforçando sua viabilidade em auxiliar os pequenos negócios, alinhá-los aos 17 temas dos ODS, coligando-os à educação local e com ganhos aos vulneráveis que podem trabalhar com recursos antes desperdiçados.

No segundo bloco da primeira parte da tarde, Márcio Mendes, atual diretor de marketing da Associação Brasileira de Profissionais da Sustentabilidade (Abraps) e gestor da agência Marketing Sustentável, reforçando a ideia dos Pactos de Confiança sugeridos no título do projeto, expôs a mudança pela qual o marketing passa, em que uma nova cultura de visão circular e de regeneração traz às organizações opções para novas formas de produção, de consumo e na comunicação dos resultados. O fator da governança, atualmente parte das ações denominadas ESG (Environmental, Social and Governance), requer visão de metodologias como as das empresas Certificação B.

Já na segunda parte da tarde, o tema *Educomunicação* teve ênfase a partir de trabalhos realizados no curso do Departamento de Comunicações e Artes (CCA) da ECA/USP. Primeiro, a aluna Ana Druwe em sua dissertação de mestrado com a Comunicação Ativista do Projeto *Fridays For Future* da estudante Greta Thunberg, a qual expôs como um modelo de atuação do projeto e da marca

é apropriado por diferentes estudantes e parceiros no Brasil e na América Latina. Já o estudante Henrique Inhauser expôs os resultados do seu trabalho de conclusão de curso na graduação em Educomunicação, a visão da disciplina em Laboratório de Educomunicação, exemplificando como diferentes propostas gráficas, audiovisuais e editoriais foram usadas para demonstrar a comunicação na educação.

Em sequência, como fruto de uma bolsa tutoria da disciplina Laboratório de Educomunicação, sob o âmbito do projeto pós-doutoral, alunos e alunas da graduação deste curso, envolvidos pelo pesquisador em 2023, trouxeram exemplos em suas revistas digitais (último tema do semestre, em que escolhem temas e montam o projeto) de anúncios no viés do demarketing, nas quais todos os grupos agregaram, em geral nas contracapas de suas edições, anúncios que dialogavam com temas como: Educação fora dos muros, Meio Ambiente e a Amazônia, Comportamento Feminino Empoderado, entre outras produções engajadas. A técnica de comunicação ativista ou do chamado *branding activism*, pressupõe desafiar o consumo somente daqueles que reforçam as causas. Marciel Consani, professor, coordenador do curso e do projeto contemplado com a Bolsa do Programa de Apoio Pedagógico da USP expôs ao final suas considerações, bem como da importância da licenciatura.

Ao final do evento, o prof. Dr. Vinícius Romanini expôs considerações acerca do E-book (Forni, 2023), fruto do projeto, do qual foi supervisor e que prefaciou a edição em questão. Explicou suas relações antigas em jornalismo com os temas do demarketing, também de como todas

as atividades de pesquisa foram tratadas de diversas maneiras, em especial artigos, capítulos de livro, participações em congressos nacionais e internacionais, em conjunto com os diversos laboratórios pedagógicos citados na obra por hiperlinks para os vídeos e outros materiais. O autor, Prof. Dr. Decio Ferreira Forni, agradeceu as considerações e reforçou que toda a produção daquele dia (os vídeos citados nas Referências¹), seria disponibilizada em plataforma digital, concluindo que alguns dos principais objetivos de disseminar o demarketing e de auxiliar o enorme desafio humano atual, com ganhos socioambientais via Comissão de Pesquisa (CPq) da ECA/USP, foram cumpridos e encaminhavam para artigos e produção de pares, os quais são comentados a seguir.

Artigos recebidos e aceitos neste Dossiê

O primeiro artigo “Decolonialidade e comunicação contracolonial no tempo das catástrofes”, dos autores Prof. Dr. Carlos Aguiar (UFRJ/Fapcom) e Profa. Dra. Dayana Melo (ECA/FFLCH/USP), inicia muito bem o bloco proposto dos temas da Decolonização trazida pelo evento e pelo edital deste Dossiê, uma vez que reflete sobre novas epistemologias que precisam ser reconstruídas, como em Gonzalez e teorias da América Latina. O tema do demarketing proposto pelo projeto pós-doutoral refletiu sobre

¹ Toda bibliografia e hiperlinks para diversas produções estão ao final do e-book citado, disponibilizado gratuitamente no DOI da publicação. Alguns dos vídeos elencados no e-book saíram do ar pelo término do pós-doutorado e da Conta Google vinculada à USP. Porém os quatro links referenciados foram revisados. Há algumas pequenas falhas no áudio do autor, mas no geral a dos palestrantes teve boa captação.

des-construções que partem de uma nova economia mais diversa essencialmente.

Já o segundo artigo “Racismo e sexismo nos sistemas político-midiáticos: como se constroem os lugares para as mulheres pretas nestes espaços de poder?”, da doutoranda Monique Paulla (UFF) e Dra. Carla Felix (UFRJ), trata da banalização das efetivas participações de mulheres pretas em espaços de poder, expandindo um pouco mais – na atualidade da política brasileira – exemplos da necessária busca por novos espaços, pois, nas campanhas democráticas que tragam novas lideranças e que reflitam ações diversas, em especial, é que a economia e comunicação começarão a ser alteradas.

Em “Cultura e territorialidade: novas abordagens para o entendimento do fenômeno das notícias falsas na América Latina”, de Ana Paula Lima (Mestrado USP) e Dr. Gilvan Araújo (Unesp) foi trazido o fator cibercultural, destacando-se o uso das visões latino-americanas, em Barbero, para a compreensão dos riscos que o fenômeno da desinformação ou das pós-verdades trouxeram durante o período da covid e sua repercussão até hoje. O artigo cita bons exemplos de memes, circunscreve posteriormente uma base de dados de checagem de fake news e traz reflexões no plano digital que julgamos relevantes para que mediações de maior qualidade ocorram.

Ainda no eixo das resiliências, o artigo “O clima como novo comum urbano: conforto térmico na agenda do direito à cidade”, dos autores Dra. Jaqueline Nichi (Unicamp), Dra. Caroline Fassina (Unicamp) e Marcelo Soeira (Unicamp) começa a abordar questões dos novos

pactos de confiança, explicitando a altíssima importância dos espaços físicos urbanos, a questão de uma arquitetura que dialogue de fato com a sustentabilidade. Esses novos arranjos também são propostos no artigo “Tecnologias Sociais: um novo modo de fazer e pensar é possível”, do autor Edison dos Santos (IEA/USP), que cita softwares e processos para tangibilizar táticas para a melhoria socioambiental, elemento que levou o projeto demarketing a propor o aplicativo ODS/BR, nessa mesma direção.

Este bloco ligado à construção de confiança fecha com um apanhado bibliométrico no artigo: “Humanidades Digitais nas Pesquisas da Alaic, Compós e Intercom (2019-2022)”, da autora Fernanda Sevarolli Faria (UFJF), a qual traz um aviso de que há pouca literatura sobre o tema das humanidades digitais. A pesquisa demonstra a necessidade de se evoluir nos conceitos, que permeiam toda uma transdisciplinaridade, que vemos como positiva. Participamos em evento na área de cibernética latino, sediado nos Estados Unidos, reforçando uma comunicação que pode ser potencializada pela ubiquidade e os celulares, desconstruindo o ângulo somente do controle e priorizando ganhos econômicos locais em decrescimentos, empoderamentos ou nas diversidades, entre outros.

Na educomunicação e propostas pedagógicas, o artigo “Pedagogias do Sul: contos africanos como prática educacional decolonial”, dos autores Patrick Akoa (Uneb), Antonia Oliveira (Uneb) e Larissa Farias (Uneb/Sorbone) reflete sobre técnicas novas próximas do ativismo de que tratamos, em que alunos envolvidos podem ser fundamentais para mudanças estruturais. Ainda que abordem de forma

original a importância da oralidade e dos saberes ancestrais a serem trazidos para a pedagogia, são discursos positivos que marcas engajadas conseguirão aderir de várias maneiras.

Fecha a edição o artigo “Desafios da Agenda 2030 e os 17 ODS para jornalismo e comunicação”, da autora Ivone Rocha (UFSC), com tópicos dos desafios para a comunicação, e que também temos alertado. Destacam-se as reflexões críticas que partiram de cada uns dos 17 temas, chegando em elaborações educomunicativas diversas, as quais podem ser acessadas. Vale ressaltar que diferentes organizações tendem a ser importantes para atingirem os objetivos: governos; empresas; sociedade civil; e ONGs. Vemos que somente boa

pesquisa atrelada a práticas no dia a dia, sem reducionismos por ser da área A ou B na comunicação, que manterão em pé essa importante agenda.

Obrigado a todos os pesquisadores.
Boa leitura e bom acesso aos vídeos!

Prof. Dr. Decio Ferreira Forni

Pós-Doutorado, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.
Professor e orientador em Tecnologias de Marketing pelo Centro Paula Souza/SP

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Editor da Extraprensa e Coordenador do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação da Universidade de São Paulo (Celacc/USP)

Referências

- ALIER, Joan Martínez. **Economía ecológica y política ambiental**. Barcelona: FCE, 2013.
- FORNI, Decio Ferreira. **Demarketing. Resiliência e a construção de novos pactos de confiança no Brasil**: Educomunicação, Demarketing e o ativismo de Marcas na pós-pandemia. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2023. *E-book*. DOI: <http://dx.doi.org/10.47402/ed.ep.b202320390969>
- LEFF, Enrique. **Ecologia política**. Campinas: Editora Unicamp, 2021.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- SANTOS, Boaventura Souza. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2017.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- VIDEO 1 Evento: Ecologias Digitais do Sul (Manhã). Resiliências - Decolonização e Decrescimento. [S. l.]: [s. n.], 2023. 1 vídeo (160 min). Publicado pelo canal Décio Forni. Disponível em: <https://youtu.be/RpBeUtKLk-w>. Acesso em: 17 abr. 2024.
- VIDEO 2 - Ecologias Digitais do Sul (Tarde - Parte I): Pactos de Confiança. [S. l.]: [s. n.], 2023. 1 vídeo (73 min). Publicado pelo canal Décio Forni. Disponível em: <https://youtu.be/QAA8Ph7IPu0>. Acesso em: 17 abr. 2024.
- VIDEO 3: Ecologias Digitais do Sul (Tarde-Parte II). Educomunicação – Comunicação Ativista. [S. l.]: [s. n.], 2023. 1 vídeo (114 min). Publicado pelo canal Décio Forni. Disponível em: <https://youtu.be/arQGj7l9KpI>. Acesso em: 17 abr. 2024.
- VIDEO 4: Ecologias Digitais do Sul (Noite/Parte II). E-book “Demarketing”. [S. l.]: [s. n.], 2023. 1 vídeo (44 min). Publicado pelo canal Décio Forni. Disponível em: <https://youtu.be/OxLyNOl4D-0>. Acesso em: 17 abr. 2024.

RACISMO E
SEXISMO NOS
SISTEMAS POLÍTICO-
MIDIÁTICOS: COMO
SE CONSTROEM OS
LUGARES PARA AS
MULHERES PRETAS
NESSES ESPAÇOS
DE PODER?

[DOSSIÊ]

Monique Paulla

Universidade Federal Fluminense

Carla Baiense Felix

Universidade Federal Fluminense

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Diante do cenário de extrema violência contra parlamentares negras, analisamos, a partir de uma perspectiva interseccional, com base no pensamento das sociólogas Maria Lugones e Oyèrónké Oyěwùmí, como raça e gênero são heranças dos processos de colonização e parâmetros basilares que nos ajudam a compreender as razões que fazem com que as mulheres negras sejam alvo de tantas violências, ainda que estejam em posições públicas, como as parlamentares. Queremos, portanto, pôr luz sobre a vulnerabilidade de mulheres negras que ocupam esses espaços na política institucional. O aporte teórico do pensamento feminista negro e decolonial nos permite compreender, a partir de uma perspectiva interseccional, de onde vêm o ódio e a violência direcionados às mulheres negras na política brasileira. Não é possível compreendê-lo sem analisar o racismo e o sexismo, que estruturam as relações no país e naturalizam os lugares sociais que os sujeitos podem ou não ocupar dentro de uma sociedade racista e patriarcal.

Palavras-chave: Mulheres negras. Sistemas político-midiáticos. Racismo. Sexismo. Cultura do ódio.

Faced with the scenario of extreme violence against Black parliamentarians, we analyze from an intersectional perspective based on the thinking of sociologists Maria Lugones (2008) and Oyèrónké Oyěwùmí (2004) how race and gender are legacies of colonization processes and basic parameters that help us understand the reasons why Black women are targets of so much violence even if they are in public positions, such as parliamentarians. Therefore, this study wants to shed light on the vulnerability of Black women who occupy these spaces in institutional politics. The theoretical contribution of Black feminist and decolonial thought enables us to understand, from an intersectional perspective, the origin of the hatred and violence directed at black women in Brazilian politics. It is impossible to understand it without analyzing the racism and sexism that structure relationships in Brazil and naturalize the social places that subjects may occupy within a racist and patriarchal society.

Keywords: Black women. Political-media systems. Racism. Sexism. Culture of hate.

Ante la violencia extrema contra los parlamentarios negros, y a partir de una perspectiva interseccional con base en el pensamiento de las sociólogas María Lugones y Oyèrónké Oyěwùmí, analizamos cómo raza y género son legados de los procesos de colonización y parámetros básicos que nos ayudan a entender las razones por las cuales

las mujeres negras son blanco de violencias, incluso en cargos públicos como ocurre con las parlamentarias. Por tanto, pretendemos arrojar luz sobre la vulnerabilidad de las mujeres negras que ocupan estos espacios en la política institucional. El marco teórico del pensamiento feminista negro y decolonial permite comprender, desde una perspectiva interseccional, el origen del odio y de la violencia dirigidos a las mujeres negras en la política brasileña. No es posible entenderlo sin analizar el racismo y el sexismo que estructuran las relaciones en el país y naturalizan los lugares sociales que los sujetos pueden o no ocupar dentro de una sociedad racista y patriarcal.

Palabras clave: Mujeres negras. Sistemas político-mediáticos. Racismo. Sexismo. Cultura del odio.

Introdução

Numa sociedade patriarcal, “regida pela dominação masculina que se apresenta sob a forma de estruturas de poder, como, por exemplo, a presença hegemônica de homens em posições de poder, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades” (Organização Pan-Americana da Saúde, 2018, p. 60), tanto as violências simbólicas quanto as criminais são expressões de machismo, ou seja, do “conjunto de crenças, atitudes e comportamentos que expressam a superioridade das características atribuídas ao gênero masculino em detrimento do gênero feminino” (Ibidem). Tais ocorrências são evidenciadas especialmente quando mulheres ocupam posições de autoridade em cargos reconhecidamente de prestígio social ou de protagonismo pelo ato de agir e ordenar as diretrizes, sendo essas agressões praticadas às mulheres pelo simples fato de serem mulheres exercendo o poder.

Para Pierre Bourdieu (2021), a violência simbólica decorrente da dominação masculina ocorre a partir de atos discriminatórios sem que os homens considerem as suas posições de autoridade, reduzindo as reivindicações das mulheres a caprichos e desejos, além de transformá-las em objetos simbólicos, confinando-as em estado permanente de insegurança corporal ou, melhor dizendo, de alienação simbólica.

A abordagem de Bourdieu (2021) nos ajuda a pensar os efeitos da dominação masculina para as mulheres, porém não considera os atravessamentos de raça. Assim, vale questionar: quem são essas mulheres que sofrem a violência

simbólica (Ibidem) e são até criminalmente agredidas no Parlamento e demais Casas Legislativas do país? Recorremos a duas sociólogas para nos auxiliarem nesse debate, Maria Lugones e Oyèrónké Oyěwùmí. Maria Lugones (2008), socióloga e ativista argentina, é pioneira nos estudos dos feminismos decoloniais e defende que o gênero é uma ficção herdada dos processos de colonização, assim como raça, que do ponto de vista biológico é inexistente. Lugones (2008) nos ajuda a pensar como os processos coloniais introduzem a divisão racial e de gênero em sociedades que não se enxergavam a partir desses parâmetros. Ela reitera que o sintoma mais claro da persistência da herança colonial é o fato de que ainda hoje nós nos identificamos a partir da raça.

E sendo o Brasil um país que insiste em negar a herança colonial escravista, expressa cotidianamente para as pessoas pretas até os dias atuais, ano de 2024, agressões e violências contra parlamentares negras reafirmam a urgência em pensar políticas públicas de reparação econômica para a população preta brasileira, que fundou e desenvolveu o Brasil trabalhando em todos os setores do país sem receber nenhum pagamento pelos seus serviços e em condições sub-humanas.

Lugones (2008) lembra que a raça, do ponto de vista biológico, é uma ficção introduzida a partir da colonização para justificar as hierarquizações sociais. Então se estabeleceu o racismo científico (Almeida, 2019; Fanon, 2008), elencando o branco como superior e atribuindo a sua alteridade às pessoas negras. E por que se estabeleceu essa diferenciação? Para se justificar o fato de que alguém resolveu

mandar em mim. E por que ele é superior a mim? Como verificamos essa superioridade? Essa superioridade se dá em termos raciais, resultando na dinâmica do pensamento colonial para introduzir a noção de raça e as categorias binárias do masculino ou feminino, para naturalizar a supremacia branca masculinista e a cisheteronormatividade, categorias politicamente construídas para justificar a invasão de terras, escravização de povos, a expropriação dos territórios. Tudo isso se dá a partir dessa ficção de raça e do ponto de vista biológico. Portanto, a partir dos dois aspectos acima destacados, faremos uma caminhada na tentativa de compreender quais são as razões que fazem com que as parlamentares negras, como Talíria Petrone, Dani Monteiro e Renata Souza, sejam alvo de tantas violências.

Se gênero é uma ficção colonial, a instituição “mulher” homogênea também é uma construção política colonial. Percebemos, assim, que: 1. há diferentes grupos de mulheres com especificidades próprias e, portanto, o ser mulher não significa que as mulheres são todas iguais; ou seja, não se pode generalizar o ser mulher aglutinando-as em uma só caixinha, nomear essa caixinha como mulher e entendê-las como iguais; e b) há cruzamentos de tipos de violência, como de gênero, raça, sexualidade, idade e classe social, para determinados grupos de mulheres. Esse cruzamento, que já tinha sido mapeado por Lélia Gonzalez na década de 1980, foi posteriormente nomeado pela autora Kimberle Crenshaw (1991) como interseccionalidade.

A professora Oyèrónké Oyěwùmí (2004, p. 4) nos dirá que o que se entende por ser mulher na sociedade ocidental

foi socialmente construído no interior da família nuclear com a “mulher subordinada [a] um marido patriarcal, e as filhas e filhos”. A estrutura da família nuclear é identificada por Oyěwùmí como a base do feminismo e onde a concepção de gênero se estabiliza, uma vez que “o gênero é o princípio organizador fundamental da família, e as distinções de gênero são a fonte primária de hierarquia e opressão dentro da família nuclear.” (Ibidem).

Oyěwùmí adverte que o modelo de família nuclear não é universal, e expõe que, apesar dos estudos do movimento feminista ocidental nos agregarem com importantes contribuições para os estudos sobre gênero na sociedade ocidental, essas estudiosas feministas ocidentais desconsideraram a inexistência da organização social ou a divisão do trabalho a partir do gênero na organização social dos povos Iorubás. “A família Iorubá tradicional pode ser descrita como uma família não-generificada”, porque

[Os] papéis de parentesco e categorias não são diferenciados por gênero. Então, significativamente, os centros de poder dentro da família são difusos e não são especificados pelo gênero. Porque o princípio organizador fundamental no seio da família é antiguidade baseada na idade relativa, e não de gênero, as categorias de parentesco codificam antiguidade, e não gênero. Antiguidade é a classificação das pessoas com base em suas idades cronológicas (Oyěwùmí, 2004, p. 6).

Assim, enquanto na estrutura ocidental da família nuclear “o homem chefe é concebido como ganhador do pão, e o feminino está associado ao doméstico e

ao cuidado” (Ibidem, p. 4), na organização social dos povos Iorubás, na região que atualmente compreende parte da Nigéria, Togo e Benim, a marcação de relevância na estrutura social se dá pelo “princípio da antiguidade”, que “é dinâmico e fluido; ao contrário do gênero, não é rígido ou estático” (Ibidem, p. 6).

Oyěwùmí destaca, ainda, que “a divisão sexual do trabalho na família nuclear, em que mulheres exercem a maternagem, configura diferentes trajetórias psicológicas de desenvolvimento para filhos e filhas e, finalmente, produz seres com gênero e sociedades generificadas” (Ibidem, p. 4). Nesse fluxo, a generificação da mulher na estrutura social ocidental permeia toda a cultura, marcando os modos e costumes que se determinam para as mulheres e, conseqüentemente, esperam-se delas. A contribuição de Oyěwùmí nos auxilia na compreensão de que a estrutura social ocidental está organizada para reconhecer e validar as mulheres como categoria única e apenas dentro da estrutura familiar associada ao doméstico e ao cuidado. Assim, pela perspectiva da autora, é possível inferir que instituições jurídicas, financeiras e políticas se formaram a partir desse entendimento da localização das mulheres na ordem social. Dessa forma, quando as mulheres, nas suas diversidades, estão em qualquer espaço social e têm comportamentos fora do determinado pelo lócus social da família nuclear ocidental, elas não são bem recebidas pelos seus pares, homens brancos e herdeiros.

Portanto, além de posicionar as mulheres, tal orientação torna-se também condicionante de seus comportamentos e autorização para que sejam penalizadas

sempre que descumprirem a ordem social ocidental. Assim, a ordem democrática que funda as sociedades ocidentais parte do princípio de que a mulher deve cumprir os “mandos e desmandos” (Franco, 2018) do macho, como nos ensina Oyěwùmí (2004). É nesse sentido, portanto, e considerando o avanço das discussões sobre gênero, especialmente nos espaços majoritariamente masculinos, como na esfera política, que se torna possível questionar a (in)visibilidade das mulheres nos espaços sociais fora da estrutura da “família nuclear ocidental”.

A generalização do ser mulher também é um questionamento presente nos estudos de Oyěwùmí, que com ele nos possibilita colocar luz sobre essa ideia de que todas as mulheres são iguais. Não somos todas iguais, e muito menos partimos das mesmas localizações sociais, como nos diria Gonzalez (2020). Compreender a diversidade entre as mulheres no cenário brasileiro significa considerar diferenças, desigualdades e vulnerabilidades de mulheres negras, indígenas, quilombolas, lésbicas, bissexuais, cis, heterossexuais, as travestis, as transexuais, do campo e da cidade, de povos e comunidades tradicionais.

bell hooks¹ (2019b), quando discute o olhar crítico da mulher negra como

1 A autora bell hooks, nascida com o nome Gloria Jean Watkins, adotou o pseudônimo bell hooks em homenagem a sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. E, ao longo de toda a sua vida, fez questão de grafá-lo em minúsculas para enfatizar que gostaria que suas ideias fossem destacadas, não o seu nome. A grafia adotada por hooks “fere” o padrão acadêmico. Assim, ainda que tenhamos, portanto, um conflito com as normas da ABNT, assumimos o compromisso político de manter a grafia em minúsculo conforme o desejo da autora.

espectadora das produções cinematográficas no cinema, a partir da perspectiva da autora Laura Mulvey no ensaio *Prazer visual e cinema narrativo*, sinaliza que:

Mulheres negras foram capazes de avaliar criticamente a construção da feminilidade branca no cinema como objeto do olhar falocêntrico e escolher não se identificar com a vítima nem com o perpetrador. Espectadoras negras, que se recusavam a se identificar com a feminilidade branca, que não aceitavam o olhar falocêntrico de desejo e posse, criaram um espaço crítico onde a oposição binária de Mulvey, que pressupõe “a mulher como imagem, o homem como dono do olhar”, era desconstruída constantemente (hooks, 2019b, p. 227).

Um movimento similar registrado por hooks (Ibidem), das mulheres negras no audiovisual, pode ser verificado com as mulheres negras na política institucional no Brasil. Quando observamos podemos identificar duas situações. Por um lado, temos a participação de mulheres racializadas como brancas dando continuidade à herança política de oligarquias e relações de apadrinhamento, grupos de mulheres cumprindo a cota partidária da reserva de vagas para mulheres, mas sem autonomia política. Ao passo que, por outro lado, vemos mulheres, majoritariamente racializadas como negras, entendendo a política como ferramenta política para hackear o sistema e, em alguma medida, formar uma forte oposição às políticas de precariedades no que tange às garantias de direitos humanos fundamentais, como previstas na legislação brasileira.

Nesse bojo, para manter o aparente status de democracia dessa estrutura social

patriarcal são abertas algumas concessões para as mulheres, mas desde que obedeçam às suas ordens, seja por pressões ou imposições. Assim, as mulheres que seguem a ordem do poder patriarcal, herdeiras de patrimônio político, são poupadas de determinadas ações orquestradas, violências e crimes, ao contrário do que ocorre com mulheres como Talíria Petrone.

Com esse arcabouço, salta a nossos olhos que o projeto político conduzido por parlamentares negras, projeto anti-capitalista, provoca fissuras na ordem do: 1. racismo – revertendo o regime de invisibilidade de mulheres pretas para visibilidade enquanto sujeitas políticas na sociedade brasileira; e do 2. patriarcado – quando essas mulheres se apresentam no sistema político, com suas multiplicidades, em oposição à lógica política institucional estabelecida no país, elas rompem, no sistema político, com a ordem ocidental imposta para as mulheres generificada e generalizada, e por isso precisam ser descredibilizadas, paralisadas e silenciadas.

É interessante pensar que a abordagem de Oyěwùmí (2004) nos leva a refletir que a forma de fazer política das mulheres negras e assemelhadas no Brasil ultrapassa os limites da concepção ocidental e resgata uma herança ancestral. As experiências de vida, de luta e resistência são transformadas em expertise na atuação política institucional. São mulheres que não se reconhecem enquanto pessoas encaixadas nos padrões da família nuclear ocidental e, portanto, recusam esse lugar na sociedade, ao passo que reivindicam o lugar de protagonistas na construção de um país que inclua nas suas estruturas os direitos de mulheres e homens negros e indígenas.

Diante dessa atmosfera, o cenário de insegurança ampliada para as parlamentares negras é evidenciado a partir da instrumentalização da política de ódio, intimidação e medo como ferramenta política contra elas. Esse cenário de cultura do medo direcionado às mulheres negras é uma explícita reação estratégica para impedir a ocupação desses espaços políticos institucionais. Assim, quanto menos diversas forem as casas legislativas do país, menores serão os conflitos e oposição para a política neoliberal e, conseqüentemente, defesa dos interesses privados desses agentes que utilizam o Legislativo como suporte para seus negócios na vida social, no campo e na cidade.

Nesse cenário, o que está reservado às mulheres negras e às não negras quando estão na política institucional? Retornamos ao questionamento: “mas que mulheres são essas que são violentamente e, até criminalmente, agredidas no Parlamento e demais casas legislativas do país?”. Segundo hooks (2019, p. 229), há uma generalização do ser mulher que “apaga a diferença entre mulheres em contextos sócio-históricos específicos, entre mulheres definidas precisamente como sujeitas históricas em vez de como uma sujeita psíquica (ou uma não sujeita)”, marcando a (in)visibilidade social das mulheres negras.

Queremos, portanto, pôr luz sobre a vulnerabilidade de mulheres negras que ocupam esses espaços na política institucional. A deputada federal Talíria Petrone, no evento Papo Franco Especial – Aniversário de Marielle (2019), ressaltou que, por subverter o espaço político, a penalização direcionada à mulher negra é a execução, traduzindo a dolorosa máxima

que afirma ser o corpo negro um corpo matável. E, nesse viés, as mulheres negras são as que estão na linha de frente da morte, porque representando suas comunidades desafiam a ordem de poder vigente no sistema Legislativo, com interferências diretas no Executivo.

Nesse bojo, analisar os regimes de visibilidade que recaem sobre as mulheres negras na mídia e os impactos na vida cotidiana dessa população ajuda a compreender o ódio contra as mulheres negras na política. Também uma chave importante para perceber essa imbricação é observar, a partir da perspectiva da socióloga Patricia Hill Collins (2019), como a política aciona imagens de controle que circulam nas mídias e como as mídias tornam visíveis as questões que acontecem na política, e que tipo de consequência traz essa visibilidade.

Mulheres racializadas como negras na mídia e na política

Para pensar como a mídia e a produção cultural têm exercido atividades que contribuem para a manutenção dos padrões “racista, heterossexista e eurocêntrico” (Werneck, 2010, p. 10), recorreremos ao olhar da autora Camara Phyllis Jones (2002), que entende o racismo como um sistema. Jones destaca que não se trata de uma falha de caráter individual, nem uma falha moral ou pessoal, nem uma doença psiquiátrica, mas sim de um sistema constituído em estruturas econômicas, políticas, práticas e normativas. Esse conjunto se

torna basilar para estruturar oportunidades e atribuir valores baseados no fenótipo ou na aparência das pessoas. A autora questiona, portanto, quais são os impactos desse sistema. Ela identifica as desvantagens para alguns indivíduos e comunidades e, na proporção inversa, benefícios injustamente gerados a outros indivíduos e comunidades.

Jones (2002) categoriza o sistema de funcionamento do racismo em três esferas interligadas, sendo: o racismo na esfera institucional, interpessoal e pessoal e/ou internalizado. Considerando o foco na nossa análise, concentraremos nossa atenção às esferas institucional e interpessoal. Para Jones (2002), tanto o racismo institucional como o interpessoal se instituem a partir do estabelecimento de padrões que transitam pela invisibilização e hipervisibilização (Noble, 2013) de pessoas negras. A invisibilização, de acordo com Safiya Noble (2013), é marcada pela ausência completa de pessoas negras nas produções, como entretenimento, comercial e noticiário e/ou por meio das representações da vida cotidiana. Ou seja, não vemos na mídia pessoas pretas e negras em situação de lazer (restaurantes, cinemas, teatros, shows, viagens), de cuidado prévio de saúde ou até como vítimas de crimes cometidos por pessoas brancas, também pessoas negras com acesso a bens materiais diferenciados como “educação de qualidade, moradia adequada, emprego remunerado, instalações médicas apropriadas e ambiente limpo” (Jones, 2002, p. 10).

Uma das formas mais emblemáticas dessa invisibilidade pode ser observada em revistas femininas. Analisando edições publicadas ao longo dos 60 anos da revista

Capricho, lançada em 1952, Camila Maria Torres Medeiros (2015) observa os modos como as mulheres brasileiras são abordadas e representadas nas suas páginas, sobretudo em relação ao corpo, beleza e moda, percorrendo modelos prescritivos de conduta feminina que vão das donas de casa recatadas dos anos 1950 às contemporâneas feministas pop.

Uma primeira questão importante na análise desse tipo de representação generificada é que, como assinala Chimamanda Ngozi Adichie (2015), ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos. As mulheres da Capricho são tipos ideais, que definem modos de ser mulher ajustados às expectativas (masculinas) de cada período. O sucesso e a realização feminina, portanto, são definidos de um ponto de vista externo, mesmo quando verbalizado por mulheres. Isso porque se baseiam num pensamento binário e hierarquizado, produzido no interior de um sistema racista, classista e sexista.

E aqui voltamos à perspectiva interseccional para compreender o problema. Ainda que as definições de mulher em Capricho fossem produzidas por um ponto de vista feminino, elas se colocam em termos hegemônicos. Os modelos prescritivos apresentados são inadequados não apenas porque são produzidos em função dos interesses capitalistas, dos quais os interesses patriarcais são indissociáveis, mas porque são excludentes, uma vez que negam às mulheres que não se encaixam nas posições tradicionais de gênero/raça/classe/sexualidade a possibilidade de ser mulher.

Assim, as jovens mulheres de Capricho, segundo Medeiros (2015, p. 77),

seguem um padrão: “adolescentes magras, brancas, com cabelos lisos ou ondulados, [que têm] sobrancelhas bem feitas, narizes afilados, unhas devidamente tratadas e pintadas, pele sem manchas ou acne. Nada muito irregular e desarmônico. O corpo é firme, flexível e ativo”. É o que chamamos aqui de imagem de controle feminina. Ela prescreve como as mulheres deveriam ser, oferecendo toda uma linha de produtos para alcançar esse ideal estético.

Como se depreende da análise da autora, esse é um padrão ideal que se repete ao longo dos mais de 60 anos da revista, com pequenas adaptações à época e às próprias transformações da revista. A partir do final dos anos 1980, porém, aparece outra idealização do ser mulher, acompanhando as transformações no cotidiano das jovens das camadas médias urbanas do sudeste brasileiro (Ibidem), que ilustram as páginas de *Capricho*: as pós-feministas.

O conceito “pós-feministas”, concebido por Ângela McRobbie (2004), tenta dar conta dos discursos sobre as mulheres que enredam imagens de liberdade feminina a noções normativas tradicionais de feminilidade ou de objetificação do seu corpo. A síntese dessa imagem de controle, que mistura os avanços produzidos pela segunda onda do feminismo ao conservadorismo patriarcal, é a *Girl Power*. Dois elementos se destacam nessa construção, que para a autora se tornou dominante na cultura midiática atual: o sucesso financeiro e profissional e a liberdade sexual. Nesse contexto em que “as mulheres, aparentemente, já haviam conquistado ‘tudo’, [...] o feminismo já não seria mais ‘necessário’” (Ibidem, p. 105-106). Note-se que ambas as imagens de controle se referem a mulheres brancas

e heterossexuais. São essas as sujeitas que conquistaram a liberdade sexual e o sucesso financeiro, assim como as que ditam os padrões de beleza hegemônicos.

Às outras, mulheres negras ou que não se conformam ao padrão normativo, a revista reserva um espaço ínfimo e bem delimitado. Conforme Raymond Williams (1979), toda hegemonia produz e define o espaço da sua contra-hegemonia, e no caso da revista *Capricho* essa metáfora ganha corporeidade. Corpos negros são tratados como exceção em editoriais de moda e beleza, apartados do espaço “regular”.

Delimitados por fios ou realçados por títulos que marcam o caráter de excepcionalidade do conteúdo, esses espaços confinam as jovens negras à imagem de controle da outra, em contraponto ao que seria o padrão feminino. Nas matérias analisadas por Medeiros (2015), as jovens negras retratadas ilustram editoriais de beleza voltados às mulheres negras.

Em relação aos demais temas tratados pela revista, como sexualidade, o apagamento da diferença é a forma mais explícita de racismo e heteronormatividade. Não há uma discussão, por exemplo, quanto às imbricações entre raça e sexualidade na objetificação dos corpos de jovens mulheres negras. As conquistas no campo da sexualidade proporcionadas pelo feminismo são apresentadas como universais, e não dependentes de raça e classe. Da mesma forma, não são problematizadas as possibilidades de ganho no campo da afetividade lésbica, sublimadas na discussão sobre relacionamento sexual.

Nessa perspectiva, poderíamos questionar: que tipo de mulher pode flertar com

símbolos de autonomia e liberdade sexual nas páginas de *Capricho*? São, sem dúvida, as mulheres de classe A e B, brancas e heterossexuais, às quais se dirige a revista. Ou pelo menos aquelas que se conformam a esse padrão hegemônico.

Na contramão da invisibilização, percebemos a hipervisibilização (Noble, 2013) nos espaços midiáticos, vinculando as pessoas negras à memória do período colonial escravocrata do país. Aos homens, associando-os à força corporal, à virilidade e ao crime – especialmente do comércio varejista de drogas e assaltos a bens materiais, como carro e dinheiro; às mulheres, às violências do racismo e do sexismo e à repetida associação à servidão e hipersexualização, figuradas, por exemplo, na representação da doméstica e da mulata em um engendramento “a partir da figura da mucama” (Gonzalez 2020, p. 82), marcando no imaginário cultural os efeitos do racismo institucional e interpessoal, sem que haja qualquer discussão de como as desigualdades sociais são produzidas, sobretudo para as pessoas negras do Brasil.

No país, mulheres pobres e negras já foram descritas como “fábricas de marginais” pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (2007-2014). Numa comparação entre os níveis de fecundidade das moradoras da Lagoa, classificados como padrão sueco, e da Rocinha, identificados como padrão Zâmbia, Sérgio Cabral defendeu o aborto como medida para reduzir a criminalidade no estado. Um ano depois, em 2008, a fala do governador foi reforçada pelo seu secretário de segurança, José Mariano Beltrame (Violência..., 2008). Na ocasião, Beltrame declarou que a cultura de violência vinha “do ventre da sua

mãe”. Se por um lado esse discurso revela o caráter misógino, racista e classista das políticas de controle da natalidade, por outro encobre a relação entre as medidas neoliberais adotadas no período e a deterioração da qualidade de vida nas cidades.

Discursos como este reforçam a necessidade de se pensar a opressão em termos interseccionais. Ambas as mulheres retratadas, “as mães da Lagoa” e as “fábricas de marginais” da Rocinha, são codificadas de maneira machista, a partir da função reprodutiva. Mas enquanto umas aparecem como civilizadas, as outras são primitivas, com todo o viés racista e eurocêntrico que associa a África à incivilidade, por isso necessitam de medidas de controle. Nesse sentido, Carneiro contesta a redução da luta feminista a uma narrativa única.

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca (Carneiro, 2011).

A imagem de controle da mulher negra e pobre como “mãe de bandido” mascara o abandono do Estado e naturaliza a pobreza dessa população, culpabilizando-a pela própria situação. Da mesma forma, a culpabilização de mães pelo abandono dos filhos sublima a realidade de milhares de famílias monoparentais, formadas por mães solo negras com filhos pequenos, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) formam o grupo mais vulnerável da população brasileira.

Nesses arranjos familiares, mais do que em qualquer outro, a pobreza extrema atinge um número maior de indivíduos (Ibidem, p. 60).

hooks (2018) afirma que há uma contínua feminização da pobreza nos Estados Unidos. No Brasil, reconhecemos que há um padrão sexista e racista na distribuição de oportunidades e recursos, cujo exemplo mais contundente é a persistência de mulheres negras nos trabalhos domésticos, os que oferecem a menor remuneração na pirâmide salarial brasileira. Em 2017, havia 5,8 milhões de trabalhadoras domésticas no país, sendo preta ou parda 65,9% de toda a força de trabalho nesse setor (IBGE, 2017, p. 26-27). Mas, como lembra hooks (2018), as políticas neoliberais implantadas nos últimos anos vêm tornando mais grave a desigualdade, com o desmanche dos sistemas de assistência social dos países. Com isso, privam “mulheres pobres e indigentes do acesso às necessidades mais básicas da vida: abrigo e comida” (Ibidem).

Diante desse quadro, chama especial atenção o reforço aos papéis de gênero nas reportagens sobre jovens em conflito com a lei. Segundo essa retórica, trata-se de um drama vivido por meninos negros e pobres, filhos de mães solo negras e pobres. Muitas reportagens sobre jovens e adolescentes em conflito com a lei associam seu ingresso na criminalidade à ausência de figuras paternas em suas vidas, enfatizando o fato de viverem em famílias chefiadas por “mães solteiras” ou abandonadas por seus companheiros.

Conforme a socióloga e professora Patricia Hill Collins observou, na sociedade americana (2019, p. 147) – e sem dúvida

também na brasileira – a recorrência a imagens de mães negras ruins é usada para justificar a desvantagem econômica de quem é negro, encobrindo o caráter racista e sexista da estrutura social. Outra dimensão do tratamento generificado desse tipo de cobertura aparece nas reportagens em que se reforça o caráter violento dos jovens filhos de mães solo, criando uma relação de causa e efeito entre ausência do pai – o homem – e comportamento desviante.

Como argumenta Adichie (2015), se repetimos alguma coisa várias vezes, ela se torna normal. O estereótipo de “mãe de bandido” e “fábrica de marginais” é perigoso não apenas porque reduz mulheres negras e pobres à condição de mães, esposas e trabalhadoras fracassadas, mas porque fixa uma posição para tais sujeitas, naturalizando essas percepções. Cristalizados no senso comum, tais estereótipos justificam, como denuncia Davis (2016), a adoção de políticas públicas excludentes voltadas a mulheres periféricas. No nível subjetivo, tais discursos negam a jovens meninas negras e pobres a possibilidade de se reconhecerem em imagens positivas e empoderadoras.

Enquanto na esfera do interpessoal (Jones, 2002) o racismo constrói e pauta toda uma construção social, imagética e cultural de mulheres negras, quando olhamos para a política institucional o resultado dessa construção racista se concretiza, por exemplo, no cotidiano das casas legislativas do país. Seja por ação de outros parlamentares, servidores técnicos e por trabalhadores terceirizados. A deputada estadual Renata Souza denuncia que “Em todos os ritos nas casas legislativas, há olhares e expressões corporais

ameaçadoras, os nossos corpos negros são tratados como invasores que devem ser anulados. Tanto que as ações conduzidas no fazer político sofrem represálias ao extremo” (Souza, 2020, p. 125).

Quando denunciei o governador do Rio, homem branco e ex-juiz, à ONU [Organização das Nações Unidas] e à OEA [Organização dos Estados Americanos], por utilizar helicópteros como plataforma de tiros para *snipers* com ordens expressas de “mirar e atirar na cabecinha”, em operações policiais nas favelas, fui perseguida e ameaçada de cassação (Ibidem).

Souza ressalta que “Na Alerj [Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro], por exemplo, os reflexos do machismo e racismo atravessam ações cotidianas, seja quando tentam impedir Dani e Mônica de usarem o elevador exclusivo para deputados, ou mesmo na tentativa de desqualificação de nosso discurso no plenário” (Ibidem, p. 126). A deputada faz referência aos recorrentes episódios de parlamentares sendo impedidas de usar o elevador reservado para autoridades, mesmo identificadas com o broche de deputada.

Além de Dani Monteiro e Mônica Franciso, na Alerj, no Congresso Nacional, em Brasília, a deputada federal Talíria Petrone sofreu a mesma violência. A deputada estadual por São Paulo, Thainara Faria, também denunciou que foi impedida de assinar a lista de presença como parlamentar por uma servidora na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), que não a reconheceu como parlamentar, mesmo também utilizando o broche que identifica os deputados.

Como podemos constatar, o não reconhecimento de mulheres negras como autoridades parlamentares nas Casas legislativas não são experiências pontuais, como esmiúça a autora Grada Kilomba (2019) quando desenvolve o conceito do racismo cotidiano, que para a autora configura-se como todo “vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as pessoas de cor não só como ‘outra/o’ – a diferença contra a qual o sujeito branco é medido” (Kilomba, 2019, p. 78).

Corroborando Kilomba, Souza (2020, p. 126) revela sobre o cotidiano na política institucional para as mulheres negras:

O cotidiano nesses espaços dominados pela elite política, econômica e branca revela o quanto os herdeiros da Casa Grande não suportam a nossa cara preta, a cara de povo. Afinal, só percebiam a presença de mulheres negras a partir da sua cabeça abaixada atrás das painéis da cozinha ou lavando o banheiro.

Em artigo publicado pela Folha de S.Paulo (2020), intitulado *A violência política contra parlamentares negras* a deputada federal pelo Partido Socialismo e Liberdade Talíria Petrone (PSOL-RJ), e as deputadas estaduais Andréia de Jesus (PSOL-MG), Érica Malunguinho (PSOL-SP), Mônica Francisco (PSOL-RJ), Renata Souza (PSOL-RJ) e Dani Monteiro (PSOL-RJ) chamam atenção para a gravidade desse cenário de violências cotidiana nas casas legislativas para as mulheres negras:

A brutalidade a que nós somos submetidas não tem sutilezas. Vai de “piadas” infames e provocações, passando por

intimidações, ataques virtuais e até ameaças graves, como a que levou a deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ) a pedir proteção à ONU. Carregamos ainda a dor pelo assassinato atroz da vereadora Marielle Franco e o silêncio desmedido sobre quem mandou matá-la e por quê. É precisamente essa a definição de violência política: atos sistêmicos com o objetivo de excluir pessoas ou grupos sociais da esfera pública de debate e decisão. Em nossa sociedade, essa violência tem fundamentos raciais e de gênero.

Nesse sentido, com a expressão “Erguer a voz e a cabeça”, inspirada em uma das obras de bell hooks, Souza (2020, p.125) destaca que, para as mulheres negras na política institucional, esse “não é só um ato de resistência, de coragem, é também o comprometimento com a luta contra as desigualdades de gênero, raça e classe”. A deputada estadual expõe que:

Eu, por exemplo, ao enfrentar os detratores dos direitos humanos de forma incisiva e assertiva, sou adjetivada como “metida”, “cheia de marra” e “nariz em pé”. A fala destemida, ousada e afiada é considerada insolente para a branquitude que sempre submeteu as mulheres negras ao violento silêncio. Ainda que muitos desses homens brancos não saibam a diferença entre “nariz em pé” e “cabeça erguida”, como o próprio deputado que quebrou a placa da Marielle e a emoldurou como troféu exposto em seu gabinete, hoje denunciado por práticas incompatíveis à atividade parlamentar. Por isso, a cada pronunciamento no púlpito do Parlamento, a primeira ação é erguer a voz e a cabeça (Ibidem).

A autora bell hooks nos ensina que “erguer a voz” [...] é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito”. Assim, ainda que a despeito de todas as violências a elas direcionadas, observamos um movimento de passagem de in(visibilidade) social de mulheres negras para visibilidade também na esfera legislativa.

O “lugar” da mulher negra na cultura brasileira

Os sistemas midiáticos, portanto, bem como no campo financeiro e político, dentro da dinâmica do racismo sobre as pessoas pretas, atuam de forma a “domesticar” (Gonzalez, 2020, p. 78) o olhar sobre as pessoas negras e para as pessoas negras. É possível percebermos até hoje efeitos desses engendramentos nas produções midiáticas e culturais apontados por Gonzalez para as mulheres negras, por exemplo, já na década de 1980. Além disso, também observamos estratégias de apagamento dos rastros dessa atuação, como pontuamos anteriormente. Nesse entrecruzamento de estratégias, a comunicação segue servindo à colonialidade do poder, mas com nova roupagem. Uma das principais estratégias de controle, nesse sentido, é o esvaziamento da potência política das lutas raciais no Brasil, o que se torna ainda mais evidente quando pensamos especificamente no entrecruzamento de raça e gênero presente nos corpos femininos negros representados nas telas, visto que a sensualização e a objetificação da mulher, aliados à domesticação de sua figura (muitas vezes associada à mãe

preta, ao cuidado etc.) despotencializam a luta política da mulher negra.

Rodrigues, Santos e Paulla (2021) apontam que se olharmos para a cobertura midiática das mobilizações antirracistas, por exemplo, observamos a repetida espetacularização e o silenciamento (ou ocultamento) da força política das articulações estratégicas dos movimentos populares por transformações na postura da mídia. Os autores ressaltam que a espetacularização a que se referem produz o efeito de redução dos movimentos históricos a acontecimentos isolados ou eventuais. Nessa perspectiva, afirmam ainda que a produção midiática atua no campo da consciência ao promover “o esquecimento”. Nesse mesmo fluxo, chamam atenção para o fato de a personificação de lideranças negras resultar na neutralização de possíveis levantes populares, pois com a personificação os sistemas midiáticos vendem para o imaginário coletivo a imagem do “negro que deu certo”, reiterando a meritocracia. E a partir dessa máxima, atuando no campo da consciência e da memória cultural, como sinalizou Gonzalez (2020), os sistemas midiáticos constroem uma narrativa cultural que funciona como verdade inquestionável.

Para exemplificar a abordagem, as autoras e o autor evidenciam que a personificação do “negro que deu certo” no imaginário coletivo é reforçada a cada concessão feita pela mídia, como vimos com frequência com relação ao “casal preto único”, à apresentadora “preta única”, à “âncora preta de jornal nacional única”, propaganda com “família preta única”, bem como culturalmente se fez com o quilombo de Palmares, difundido na cultura brasileira como o único quilombo do país. É nesse jogo

de apagamento da história e ocultamento da memória, destacam os autores, que a neurose cultural brasileira (Gonzalez, 2020) é mantida, negando o seu racismo estrutural, que é fundante da sociedade brasileira.

Diante desse cenário de violência simbólica, apontada por Gonzalez (2020) e aqui reiterada, onde estão as mulheres negras nas mídias brasileiras? De acordo com Carneiro (2003), as mídias cristalizam as representações sociais de subserviência das mulheres negras nas suas produções. Na cobertura jornalística, por exemplo, quando consideramos a abordagem dos dados sobre as violências físicas contra as mulheres negras observamos, novamente, estratégias de silenciamento e omissão por parte da mídia. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), “em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras” (Ipea; FBSP, 2020, p. 37), e no período de dez anos, entre 2008 e 2018, “enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%” (Ibidem). No entanto, esses dados, ainda que alarmantes, são menosprezados pela mídia, invisibilizando e/ou não publicizando a violência contra as mulheres negras. E quando ocorre tal cobertura, como aconteceu no caso da execução brutal da vereadora Marielle Franco, o editorial segue dentro de um circuito de captação midiática de um momento de expressiva comoção social, porém sem evidenciar a expressão do racismo e do sexismo sobre a execução da vereadora.

O silêncio da mídia em não visibilizar as violências contra as mulheres negras é recorrente, como observamos diante da omissão em relação às graves ameaças de

morte à deputada federal Talíria Petrone. Nesse fluxo, o projeto de supremacia branca e patriarcal no Brasil, sustentado pelo sistema racista, como aponta Jones (2002), estabelece-se por completo com o suporte dos sistemas midiáticos tanto no campo das mídias tradicionais quanto por meio das redes digitais. Como nos lembra Gonzalez (2020, p. 77), do ponto de vista racista cultural a perspectiva que se compreendeu é de que o lugar da mulher negra passa pela noção de “mulata, doméstica e mãe preta”. Nessa perspectiva, seus corpos são compreendidos dentro dos limites de “cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler o jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser faveladas” (Ibidem, p. 78).

Considerações finais

O aporte teórico do pensamento feminista negro e decolonial nos permite compreender, a partir de uma perspectiva interseccional, de onde vem o ódio e a violência direcionados às mulheres negras na política brasileira. Não é possível compreendê-lo sem analisar o racismo e o sexismo que estruturam as relações no país e naturalizam os lugares sociais que os sujeitos podem ou não ocupar dentro de uma sociedade racista e patriarcal.

Representações de mulheres negras produzidas a partir de um pensamento binário, hierarquizado e estereotipado, em termos de raça, classe, gênero e sexualidade, excluem a possibilidade de vê-las ocupando espaços de poder, mantendo-as

em papéis bem definidos: o de serviços obedientes ou de mulheres exóticas objetivadas pelo olhar masculino.

Considerando que os estereótipos não apenas representam, mas efetivamente fixam os sentidos, discutir as imagens de controle associadas a essas mulheres na mídia e na cultura significa revelar como as opressões se articulam discursivamente e marcam a vida dessas sujeitas concretamente. Nesse sentido, o ódio que se direciona àquelas que ousam a erguer a voz para além dos lugares em que foram confinadas expressa uma reação a uma “ideia fora do lugar” e, que, portanto, questiona a naturalização das opressões que se sobrepõem com mais violência sobre elas. Em última instância, representa uma reação violenta contra os interesses de classe, raça e gênero que estruturam as diferenças e confinam a democracia brasileira. ■

[MONIQUE PAULLA]

Doutoranda e mestre em Mídia e Cotidiano pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC-UFF). Pesquisa o cotidiano de mulheres negras na política institucional, processos de comunicação, visibilidade e usos midiáticos em territórios quilombolas e favelizados.
E-mail: moniquepaula@id.uff.br

[CARLA BAIENSE FELIX]

Professora associada do Departamento de Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF). Pesquisa relações étnico-raciais na comunicação e na cultura e consumo midiático entre as juventudes, numa perspectiva interseccional.
E-mail: carlabaiense@id.uff.br

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. (Coleção Feminismos Plurais). São Paulo: Jandaíra, 2019.

ALVES, Daniela do Canto. **Mídia e redução da maioria penal**: as representações sociais sobre o adolescente em conflito com a lei no telejornalismo da rede Record. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2018.

BOURDIEU, Pierre. Violência simbólica. **RELASO – Revista Latina de Sociología**, v. 2, n. 1, p. 1-4, 2021.

CARBY, Hazel V. **Reconstructing Womanhood**: the emergency of the afro-american woman novelist. Nova York: Oxford University Press, 1987.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, São Paulo, 6 mar. 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/4t47x6u5>. Acesso em: 11 jun. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução: Jamille Pinheiro. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: interseccionalidade, identidade política, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maite Nora Blancquaert Mendes. **Maioridade penal em pauta**: medo e punição na imprensa. 2017. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Lélia Gonzalez. **In**: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 67-83.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: Políticas arrebatadoras. Tradução: Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019b.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2017. **Estudos & Pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica**, n. 37, 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível: <https://tinyurl.com/2s4xzv7v>. Acesso em: 10 abr. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos & Pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica**, nº 41. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **A violência política contra as mulheres negras**: eleições 2020. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/ym8dvx8d>. Acesso em: 11 abr. 2024.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2019**. Brasília, DF: Ipea; FSBP, 2019a. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdfk4km8>. Acesso em: jul. 2020.

JONES, Camara Phyllis. Levels of racism: a theoretic framework and a gardener's tale. **American Journal of Public Health**, v. 90, n. 8, p. 1212-1215, 2000.

JONES, Camara Phyllis. Confronting Institutionalized racism. **Phylon**, Atlanta, v. 50, n. 1-2, p. 7-22, 2002.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Tradução: Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MCROBBIE, Ângela. Post-Feminism and Popular Culture. **Feminist Media Studies**, London, v. 4, n. 3, p. 255-264, 2004.

MEDEIROS, Camila Maria Torres. **Jovens e divas**: construção do feminino na mídia contemporânea. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

NOBLE, Safiya Umoja. Google Search: hyper-visibility as a means of rendering black women and girls invisible. **InVisible Culture: An Electronic Journal for Visual Studies**, n. 19, 2013.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Guia para implementação das prioridades transversais na OPAS/OMS do Brasil**: direitos humanos, equidade, gênero e etnicidade e raça. Brasília, DF: Opas, 2018. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/49728>. Acesso em: 7 maio 2024.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero**: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Dakar: CORDESRIA, 2004.

PAPO franco especial – aniversário de Marielle. **Observatório de Favelas**, Maré, 27 jul. 2019. Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/papo-franco-especial-aniversario-de-marielle/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

RODRIGUES, Geisa; SANTOS, Pedro Henrique Conceição; PAULLA, Monique. Dissemina Lab – novos enfoques de gênero e raça na mídia contemporânea. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 54, p. 84-103, 2021.

SOUZA, Renata. Femicídio Político: um estudo sobre a vida e a morte de Marielles. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 119-133, 2020.

VIOLÊNCIA do Rio vem “do ventre”, diz Beltrame. **Folha de S.Paulo**, 30 jul. 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3007200831.htm>. Acesso em: 7 maio 2024.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 7-17, 2010.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DECOLONIALIDADE E COMUNICAÇÃO CONTRACOLONIAL NO TEMPO DAS CATÁSTROFES

[DOSSIÊ]

Carlos Eduardo Souza Aguiar
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dayana K. Melo da Silva
Universidade de São Paulo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O artigo visa refletir sobre a comunicação e sua epistemologia a partir da perspectiva da decolonialidade, buscando traçar outras nuances para a proposta decolonial da comunicação que colaborem com a reflexão dos novos arranjos sociotécnicos no Antropoceno, sobretudo os movimentos de resistência e luta pelos territórios. Para tanto, a discussão desdobra-se em três movimentos complementares: a análise da emergência de uma teoria decolonial; o exame da contribuição do pensamento comunicacional latino-americano; e, por fim, o esboço de uma proposta comunicacional contracolonial que faça frente à barbárie. Os elementos que emergem sugerem que essa proposta, por seu compromisso com o “retorno do futuro”, deve se fundamentar 1. na afirmação corpo-política do conhecimento africano, afrodiaspórico e ameríndio e 2. na apropriação e decolonização das tecnologias.

Palavras-chave: Decolonialidade. Contracolonialidade. Epistemologias comunicacionais. Cultura digital. Geopolítica do conhecimento.

This study aims to reflect on communication and its epistemology from the perspective of decoloniality, seeking to explore other nuances for the decolonial proposal of communication that contributes to the reflection on new socio-technical arrangements in the Anthropocene, especially movements of resistance and struggle for territories. To this end, its discussion unfolds in three complementary movements: the analysis of the emergence of a decolonial theory; the examination of the contribution of Latin American communicational thought; and, finally, the outline of a counter-colonial communication proposal to confront barbarism. The emerging elements suggest that this proposal, due to its commitment to the “return of the future,” should be grounded 1. on the political-body affirmation of African, Afro-diasporic, and Amerindian knowledge and 2. on the appropriation and decolonization of technologies.

Keywords: Decoloniality. Counter-Coloniality. Communicational epistemologies. Digital culture. Geopolitics of knowledge.

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la comunicación y su epistemología desde la perspectiva de la decolonialidad en la búsqueda de explorar matices adicionales para la propuesta decolonial de la comunicación que contribuyan a la reflexión sobre nuevos arreglos sociotécnicos en el Antropoceno, especialmente en los movimientos de resistencia y lucha por territorios. Así, la discusión se desarrolla en tres movimientos complementarios: el análisis de la emergencia de una teoría decolonial;

el examen de la contribución del pensamiento comunicacional latinoamericano; y, finalmente, el esbozo de una propuesta comunicacional contracolonial para hacer frente a la barbarie. Los elementos emergentes sugieren que esta propuesta, debido a su compromiso con el “retorno del futuro”, debe fundamentarse (1) en la afirmación cuerpo-política del conocimiento africano, afrodiaspórico y amerindio, y (2) en la apropiación y decolonización de las tecnologías.

Palabras clave: Decolonialidad. Contracolonialidad. Epistemologías comunicativas. Cultura digital. Geopolítica del conocimiento.

Introdução

A perspectiva teórica da colonialidade do poder impõe uma torção em nosso olhar e nos convida a um exame mais complexo e minucioso do conjunto do poder globalmente hegemônico. Como uma teoria voltada ao sistema-mundo, e não necessariamente à realidade latino-americana, ela se apresenta como uma oportunidade para observar o fenômeno onipresente das comunicações tecnologicamente mediadas. Por meio dessa perspectiva, fica evidente que esse mundo das comunicações tecnológicas – do cinema, do rádio, da televisão e mais recentemente das comunicações digitais e em rede –, é um dos tentáculos mais poderosos da colonialidade do poder, tanto por difundir em larga escala a visão de mundo colonial e eurocêntrica, concebendo as forjadas periferias do mundo como meros polos receptores, como por consolidar a razão instrumental e tecnocrática por conta do monopólio da mediação com a realidade que esses meios tecnológicos provocam.

Assim, o esforço do giro decolonial, que também é um chamado de resistência, deve atingir igualmente o fenômeno da comunicação. Primeiramente porque há uma forma de comunicação, marca do mundo pré-invasão que ainda persiste, caracterizada pela convivialidade e pela partilha e que precisa ser apreciada. Mas como o giro decolonial não é um movimento restaurador, pensar em uma comunicação decolonial não consiste somente em empreender um movimento de purificação da comunicação, buscando depurá-lo de todos os seus resquícios tecnológicos, na saga da busca de uma comunicação pura, pré-colonial.

É a própria realidade social que desafia a teoria da comunicação a buscar um pensamento de fronteira, de modo que a ideia de uma comunicação contracolonial é altamente desejável até mesmo para refletir sobre os novos dinamismos sociais que vêm surgindo por caminhos e brechas múltiplos e simultâneos por todo o mundo, em particular na América Latina, verdadeiros movimentos de resistência daqueles que historicamente desafiaram a colonização, muitos deles ligados à luta pelo território e pela defesa do ambiente e que inúmeras vezes se valem das novas possibilidades de articulação que o desenvolvimento tecnológico, principalmente as comunicações digitais, inaugura.

Para esses povos que resistem à colonização, não se trata de se engajar em um processo de decolonização da comunicação, porque seus processos comunicativos nunca foram colonizados, por isso uma comunicação contracolonial, tomando aqui emprestado o conceito de contracolonial de Antônio Bispo dos Santos (2023). As tecnologias aparecem dentro desse contexto como aliadas em processos de confluência, não sendo reduzidas à mera instrumentalidade, tentáculos da colonialidade do poder. Como destacado por Isabelle Stengers (2015), diante da intrusão de Gaia e no interior da lógica da barbárie, é fundamental criações ou experimentações para além daquilo que é dado pelo sistema capitalista global.

Assim, este artigo aborda a relação entre decolonialidade e pensamento comunicacional na “América Latina” (Gonzalez, 1984), território-corpo e corpo-território constituído por amefricanos e ameríndios, tendo como objetivo refletir sobre a comunicação e sua epistemologia a partir da

perspectiva da decolonialidade a fim de colaborar com o esforço de uma proposta contracolonial da comunicação que sirva de lente de análise e reflexão dos novos arranjos sociotécnicos de resistência no Antropoceno. Os elementos que emergem dessa discussão sugerem que para avançar nessa proposta, um pensamento contracolonial da comunicação que esteja comprometido com o “retorno do futuro” deve agregar, necessariamente, as multiplicidades que marcam nossos povos, se fundamentar, portanto, na afirmação corpo-política do conhecimento africano, afrodiáspórico, ameríndio, e de todos os povos e comunidades que ousaram e ainda ousam (r)existir às estruturas de poder modernas/coloniais, sobretudo a fim de colaborar com as novas epistemologias e cosmotécnicas para a cultura digital para que essa não se restrinja a seu aspecto extrativista.

A emergência de uma teoria decolonial

Uma interpretação reducionista do colonialismo sugere seu ocaso, pelo menos na chamada América Latina, no início do século XIX. Contra essa interpretação, um pensamento crítico se eleva na região, em meados dos anos 1990, jogando luz às continuidades subterrâneas do colonialismo que persistem para além das ficções nacionais e variedades de regimes políticos. Isto é, mesmo com o fim do colonialismo político na América Latina, o fim do domínio e controle exercido pelos países europeus sobre esse território, ainda é possível observar os impactos das dinâmicas coloniais nas

esferas política, econômica, cultural, identitária e epistêmica. De modo que ainda persistem na região as hierarquias sociais, étnico-raciais e de gênero impostas pelos invasores, bem como um modelo de produção de conhecimento baseado na racionalidade europeia.

De acordo com Nelson Maldonado-Torres (2023), para entender a colonização e a descolonização é preciso, antes, entender o cenário que se forma a partir da virada da centralidade do Mar Mediterrâneo para o Oceano Atlântico na história da Europa e formação do chamado “Novo Mundo”. Isso se dá porque tais mudanças não dizem apenas respeito a experiências passadas dos povos colonizados, mas a um presente vivo, atual, agindo sobre o próprio entendimento do tempo: “Essa transformação do tempo em si, de um tempo histórico cronológico para o que parece ser uma forma de temporalidade anacrônica por meio da qual grupos são expostos a lógicas e conflitos que são considerados como não mais existentes é parte dos legados da colonização e um alvo central da crítica dos esforços decoloniais” (Maldonado-Torres, 2023, p. 28).

É fundamental enfatizar que o conceito de descolonização aparece em Maldonado-Torres (2023) de modo alinhado ao conceito de libertação utilizado por Frantz Fanon em *Os condenados da Terra* (2002), expressando não uma busca por emancipação, tal qual preconizada pelos ideais iluministas, mas pela organização e obtenção de uma liberdade que é própria aos colonizados. Já o conceito de decolonialidade traz duas importantes considerações. Primeiro, a necessidade de manter a colonização e suas várias dimensões sempre presentes no horizonte de luta. Segundo,

a lembrança de que os efeitos e a lógica do colonialismo podem persistir mesmo após a colonização formal ter terminado e a independência econômica e política ter sido alcançada.

Desse modo, o autor oferece uma visão da decolonialidade que considera “o significado da colonização e a agência do colonizado”, devendo envolver um engajamento sério com a “perspectiva mais longa”, isto é, a perspectiva que considera o próprio contexto de invasão e ocupação das Américas e o mundo ou ideia de mundo que se forma a partir de então, bem como o esforço para compreender tal perspectiva por meio de “lentes teóricas produzidas por pensadores do antigo e do atual mundo colonizado” (Maldonado-Torres, 2023, p. 29). Para ele, esse insight teórico ajuda a desafiar a visão linear do tempo presente na lógica das ciências europeias e contribui para desenvolver um engajamento construtivo e crítico.

[...] colonização e descolonização são a soma do visível e/ou dos eventos quantificáveis que aparecem dentro de um certo período de tempo, ambas fundamentalmente pertencentes ao passado. A decolonialidade, como uma luta viva no meio de visões e maneiras competitivas de experimentar o tempo, o espaço e outras coordenadas básicas de subjetividade e sociabilidade humana, precisa de uma abordagem diferente (Maldonado-Torres, 2023, p. 29).

Embora seja cada vez mais necessário pensar a decolonialidade de maneira ampla, definindo-a como um projeto-político acadêmico de intervenção sobre a realidade (Bernardino-Costa; Maldonado Torres;

Grosfoguel, 2023), lembremos que a sua conceituação remete ao final da década de 1990, período no qual um grupo de intelectuais latino-americanos e americanistas fundam o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), responsável por realizar o movimento epistemológico do qual emergem os conceitos/noções de “decolonialidade”, “giro decolonial” e “projeto decolonial”. Mesmo que possamos traçar a genealogia do pensamento decolonial em autores anteriores, como Frantz Fanon, sobretudo porque explorou as dinâmicas psicológicas do colonialismo e analisou como a opressão racial e a violência moldam a subjetividade dos colonizados, o ponto de partida desse movimento é a formação do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). Esse grupo de intelectuais, formado por nomes como Aníbal Quijano e Walter Dignolo, desenvolveu a teoria da colonialidade do poder. Eles argumentaram que o colonialismo não é apenas uma etapa histórica superada, mas um sistema de poder que continua a operar nas sociedades contemporâneas.

Conforme nos mostra Arturo Escobar (2003), o pensamento do Grupo M/C tem suas raízes em diversas fontes, como a filosofia da libertação de Enrique Dussel, a teoria da dependência de Aníbal Quijano e a teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein. O grupo também se engajou nos debates dos anos 1980 sobre modernidade e pós-modernidade, e nas discussões dos anos 1990 sobre o hibridismo na antropologia e a comunicação nos estudos culturais. Além de encontrar inspiração nas teorias críticas europeias e norte-americanas, no grupo sul-asiático de estudos subalternos, na teoria feminista

chicana, na teoria pós-colonial e na filosofia africana. No entanto, a sua principal força orientadora foi “a reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos” (Escobar, 2003, p. 53).

É nesse sentido que muitos desses diálogos se deram de forma crítica. Na visão do M/C, os estudos culturais, pós-coloniais e subalternos não romperem suficientemente com o eurocentrismo. Para Ramon Grosfoguel (2008), entre as razões que conduziram à desagregação do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, anterior ao Grupo Modernidade/Colonialidade, e tornou evidente a necessidade de transcender a epistemologia e o cânone ocidentais, foi a oposição entre “os que consideravam a subalternidade uma crítica pós-moderna (o que representa uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo) àqueles que a viam como uma crítica descolonial (o que representa uma crítica do eurocentrismo por parte dos saberes silenciados e subalternizados)” (Grosfoguel, 2008, p. 116).

Entre os principais conceitos apresentados pelo grupo estão o de “colonialidade do poder”, desenvolvido por Quijano (1992), que denuncia a persistência das formas coloniais de dominação mesmo após o fim do colonialismo. A teoria da colonialidade do poder aponta para a necessidade de descolonizar não apenas as estruturas políticas e econômicas, mas também as formas de conhecimento e os discursos dominantes. O pensamento decolonial pode ser lido como um movimento de resistência contra a colonialidade do poder e deve buscar uma perspectiva crítica que desafie

as hierarquias impostas pelo colonialismo e promova a diversidade epistêmica.

A teoria decolonial é, acima de tudo, uma reivindicação da desconstrução da modernidade e do eurocentrismo. O primeiro passo para esse empreendimento é uma torção no olhar por meio de um radical reordenamento histórico que inverte a ordem de precedência: não é a Europa que inventa a América, mas o contrário. A América não é o ponto de apoio para a criação do centro, a Europa, mas a fonte da qual emana o mundo moderno. Logo, a emergência da América não é algo periférico, mas central na consolidação da modernidade, do capitalismo e na própria invenção da Europa. A colonialidade, nesse sentido, refere-se às relações coloniais de dominação que surgem com a conquista da América e se estabelecem gradualmente em escala global, impondo, assim, uma hierarquia planetária entre os povos com base em critérios raciais, sexuais, epistêmicos, espirituais, linguísticos e estéticos. É a América que forjou, no limite, o sistema-mundo, que mais especificamente é um sistema-mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal (Grosfoguel, 2008). Por isso, a teoria decolonial não é uma teoria voltada para a América Latina, mas para o sistema-mundo.

Com efeito, os conceitos da teoria decolonial dialogam com outros conceitos passados e presentes, apontando que a decolonialidade, na condição de teoria e projeto ainda em aberto, dialoga com saberes e práticas que se deram em tempos distintos. Assim, sua influência se estende a todas as áreas das ciências humanas e sociais, incluindo a Comunicação.

O lugar do pensamento comunicacional latino-americano na teoria decolonial

Na condição de teoria e movimento de resistência ao sistema mundo europeu euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal, a decolonialidade alcança diretamente o pensamento comunicacional ao abarcar uma dimensão igualmente epistemológica. Na perspectiva ocidental, o fenômeno comunicacional foi predominantemente concebido como um fenômeno tecnologicamente mediado, implicando a simples transmissão de mensagens de um emissor central para diferentes receptores periféricos. Essa concepção, por ter a tecnologia como eixo central, resume o fenômeno comunicacional a um produto da modernidade e de perpetuação da colonialidade do poder, do saber e do ser.

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa durante o fim do colonialismo e ascensão da colonialidade fez com que esses meios desempenhassem um papel decisivo não apenas na interiorização da dominação colonial, mas no próprio entendimento do que é a comunicação, também contribuindo para essa “temporalidade anacrônica” da qual nos fala Maldonado-Torres (2023). Nesse sentido, os *media* – como o cinema, o rádio e a televisão – e a cultura de massa que deles decorre, atuam como verdadeiros instrumentos de disseminação da visão de mundo colonialista (Dorfman; Mattelart, 1980), reproduzindo a lógica da divisão internacional do trabalho com base na imagem de um centro emissor e de uma periferia receptora. Lélia Gonzalez, analisando a perpetuação do sexismo e do racismo na

sociedade brasileira, resultado direto da colonialidade do poder, assinala papel parecido aos meios de comunicação de massa:

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais (Gonzalez, 2020, p. 131).

Além desse efeito mais utilitário das comunicações de massa como disseminadores da colonialidade, é preciso pontuar igualmente o papel das tecnologias, em particular as de comunicação, na impregnação da racionalidade típica do eurocentrismo no próprio tecido social. Como destacado por Muniz Sodré (2014), a comunicação moderna, isto é, mediada tecnologicamente e reduzida ao caráter transmissivo, acabou se sobressaindo ao sentido original de ação comum. Logo, independentemente do conteúdo transmitido, difunde-se uma certa visão de mundo, que é eurocêntrica: “Hoje, é o próprio acontecimento da realização tecnológica, o seu acabamento histórico como ápice da racionalidade ocidental, pressionado pela energia da informação enquanto eficiente operadora da economia financeira, que revela a natureza organizativa da comunicação” (Sodré, 2014, p. 13).

A Comunicação (campo de saber) foi moldada pela colonialidade, o que suscitou a emergência de uma concepção de comunicação (processo social) instrumental

“através do qual um emissor ativo pode atingir seus objetivos de controle – e, portanto, de poder – sobre um, vários ou muitos receptores passivos ou meramente reativos, utilizando para isso, quase sempre, meios tecnológicos que canalizam e distribuem as mensagens” (Torrice, 2019, p. 94). Segundo Erick Torrico (2019), a maioria das teorizações relacionadas à comunicação derivam de transposições conceituais das matrizes teórico-sociais ocidentais clássicas, destacando três grandes correntes complementares: a pragmática, desenvolvida nos Estados Unidos, enfatiza a utilidade da comunicação para atingir objetivos do emissor; a crítica, surgida na Europa, denuncia os efeitos perversos da comunicação que beneficiam os controladores em detrimento do público e propõe a desalienação; e a crítica-utópica, resultante de contribuições latino-americanas, também critica o pragmatismo, denuncia a alienação e busca a integração dos processos comunicacionais para fins de independência, desenvolvimento e democratização. Revelando que todas essas correntes compartilham o substrato epistemológico da modernidade e se baseiam no “esquema persistente” da comunicação ocidental, ou seja, no esquema unilinear, o autor destaca que a Comunicação “ocidental” serve como um centro teórico comum. Apesar de suas particularidades, essas abordagens confirmam que a “acumulação de significados”, conforme afirma Pedro Gómez citado por Mignolo (2015), perpetua a dominação das perspectivas eurocentradas na formulação da Comunicação (campo de saber) e compreensão da comunicação (processo social).

No entanto, é necessário destacar que, embora ainda ligado aos cânones ocidentais,

o pensamento comunicacional latino-americano que emerge na década de 1960 já questionava as relações de poder que estruturavam o fenômeno da comunicação de massa, direcionando a atenção para uma comunicação mais participativa e democrática. Nesse sentido, o pensamento latino-americano, por meio de sua crítica utópica “não apenas denunciou o caráter transmissivo visto como a norma do processo de comunicação, mas também desafiou o pragmatismo exacerbado dos emissores”, além de oferecer “opções que defendiam o acesso, a participação e o diálogo, bem como canais alternativos para a expressão dos marginalizados” (Torrice, 2019, p. 100). Mesmo não se constituindo como um todo hegemônico, tal pensamento se destaca por sua natureza crítica em relação ao establishment teórico e prático, preocupação com o interesse público e ligação com projetos futuros democráticos (Torrice, 2018). Entre os seus principais precursores estão Antonio Pasquali, Paulo Freire, Luis Ramiro Beltrán e Jesús Martín-Barbero. Autores cujas abordagens configuram o núcleo da episteme crítica comunicacional latino-americana, apresentando “referências claras à situação de sub/alternização, coação epistêmica e violência cognitiva” (Torrice, 2018, p. 76, tradução nossa). Assim, entre as décadas de 1960 e 1980, esses autores oferecem alternativas à colonialidade por meio da transformação das estruturas que compunham e ainda compõem os meios de comunicação de massa na América Latina.

Ainda segundo Torrico, é essencial continuar e aprofundar essa atitude de afastamento do centrado, pois trata-se de um passo fundamental na humanização da comunicação e na afirmação libertadora da alteridade que foi ocultada pela

dominação. Assim, a proposta de Torrico é de uma comunicação ex-cêntrica, não no sentido coloquial de algo estranho ou peculiar, mas sim no sentido de se afastar do centro. Essa abordagem está alinhada com a tradição latino-americana, que sempre enfatizou mais os processos e experiências culturais do que as mídias ou a indústria em si (Rincón, 2018), apostando no direito do outro de ser, conhecer, dizer e fazer, contra, portanto, os processos de inviabilização que marcam a comunicação ocidental (Lara, 2022). Assim, a comunicação decolonial é caracterizada, ainda segundo Torrico, pelo que ele define de tripla alter/n/atividade. Ou seja, pelo direito de uma alteridade alternativa epistemológico-teórica (alternativa); pelo reconhecimento do caráter local-nativo historicizado dessa alteridade (alter/nativa); e, finalmente, pela proposta de alteração do status quo (alter/ativa). Através desse tripé, busca-se resgatar a dimensão dialógica, democratizante e humanizadora da comunicação, que sempre existiu e continua resistindo, apesar da epistemologia da comunicação ocidental limitar o fenômeno apenas aos dispositivos mecânicos.

Comunicação contracolonial diante da barbárie

Junto com as discussões sobre colonialidade e decolonialidade, diferentes áreas das ciências humanas e sociais passaram a se questionar sobre as suas epistemes e práxis, sobretudo no contexto latino-americano, em uma tentativa de não apenas entender o seu papel na perpetuação

da colonialidade do poder, do saber e do ser, mas de contribuir com a teoria e projeto decolonial. E o campo da Comunicação, especialmente pelo lugar central das tecnologias de comunicação nesse processo, não se abstém desse debate. Conforme observado anteriormente, mesmo sem se questionar sobre a episteme moderna e a intrínseca conexão entre modernidade e colonialidade, enfim compreendidas como um mesmo fenômeno, o pensamento comunicacional latino-americano se pauta desde a década de 1960 por constantes críticas às estruturas de poder que constituem nossas sociedades, bem como pela busca de outros caminhos, isto é, caminhos alternativos aos dessas estruturas e que podem ser encontrados nas culturas e saberes populares.

No entanto, para de fato adentrar em uma teoria e prática decolonial, é preciso avançar nessas problemáticas questionando, antes de mais nada, a epistemologia moderna que se pretende universal e seus supostos cânones. Apesar da sua valiosa contribuição crítica e propositiva, o pensamento comunicacional latino-americano que emerge entre os anos 60 e 80 ainda é majoritariamente constituído por homens brancos. Isso também pode ser observado nas origens da própria teoria e projeto decolonial, igualmente fundamentado em uma totalidade masculino-centrada e cuja *mea culpa* pode ser encontrada em Escobar (2003), que reconhece que a questão do gênero permaneceu amplamente fora do escopo do projeto do Grupo M/C, e que a aproximação deste com a teoria feminista seria fundamental para a teorização de noções como “epistemologia”, “poder”, “identidade”, “subjetividade”, “agência” e “vida cotidiana”, e para o grupo.

Isso posto, ressaltamos que a formulação de um pensamento comunicacional decolonial deve se fundamentar em um diálogo consciente e sempre buscado com e entre pretos, pardos, povos tradicionais, pobres, mulheres cis e trans, e todos aqueles que estão à margem tanto na perspectiva das estruturas de poder quanto na perspectiva do próprio território físico. Como nos ensina Ailton Krenak (2020, p. 12), ao passo em que “[...] a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos”. Esses núcleos estão espalhados nas periferias do mundo moderno, isto é, na África, América Latina e Ásia, podendo se juntar, em uma tentativa de existência e resistência, a núcleos espalhados nas periferias dos próprios países e cidades modernas, e que no caso do Brasil são compostos por indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, sertanejos, geraizeiros, favelados, suburbanos, povos de santo, entre tantos outros (r)existentes.

Dentro de um contexto de crises multifacetadas que esses povos subalternizados são submetidos, todos eles resultado de uma política brutalista (Mbembe, 2020) de caráter extrativista, suas lutas devem necessariamente ser lutas de confluência, em estratégias que poderiam ser mais bem descritas como contracoloniais. Assim, a comunicação que acompanha esses movimentos que fazem frente à catástrofe, não só buscam o resgate da dimensão humanizadora e convival, mas também buscam novas alianças, sobretudo com as

tecnologias e as novas possibilidades de arranjos inauguradas por suas possibilidades. Como o próprio Nêgo Bispo aponta, trata-se de uma ação de apropriação, ou de pirataria: “Eu não teria condição de me comunicar hoje, faço isso graças à pirataria. A favela precisa se especializar na pirataria de tudo o que for possível, a partir da tecnologia e da sabedoria do nosso povo” (Santos, 2023, p. 46).

Assim, é fundamental nesse esforço decolonial desconstruir igualmente a falácia da universalidade da técnica em sua modalidade moderna e, por consequência, desconstruir o próprio pressuposto de que a técnica necessariamente implica um fluxo unilateral de mensagem de um emissor institucional a seus públicos. Reabrir a questão da técnica passa, assim, pela rejeição da singularidade da tecnologia moderna. Qualquer construção ética para fazer frente a esse contexto calamitoso deve contemplar uma reconstrução da nossa relação com a técnica, não no sentido da mera rejeição, ou seja, sem cair no reducionismo segundo o qual a única saída é abandonar ou minar o desenvolvimento tecnológico. Trata-se, antes, de uma transformação e, como lembra Yuk Hui (2020, p. 132), “transformar não implica negar ou eliminar, mas dar novas formas e novas posições”. No limite, trata-se de decolonizar a tecnologia na medida em que a racionalidade técnica é o verdadeiro instrumento da colonialidade do poder:

A maneira como vemos a tecnologia enquanto força exclusivamente produtiva e mecanismo capitalista voltado ao aumento da mais-valia nos impede de enxergar seu potencial decolonizador e de perceber a necessidade do

desenvolvimento e da manutenção da tecnodiversidade (Hui, 2020, p. 18).

Nesse caminho de decolonização da tecnologia, é fundamental se abrir para outras cosmovisões e cosmotécnicas, a fim de relativizar o eurocentrismo tecnológico. O conceito de cosmotécnica designa a pluralidade de relações culturais e mitológicas com a técnica no seio dos diferentes sistemas antropológicos. Com a cosmotécnica, não há impasse entre recusar ou aceitar a técnica pois se observa a técnica por meio de outras cosmologias, no interior de um pensamento fronteiro (Mignolo, 2003) que, apesar de não ignorar o pensamento moderno, não está a ele subjugado. Logo, a proposta das cosmotécnicas é um modo de ultrapassar a modernidade sem rejeitar suas contribuições, levando a sério as cosmologias e epistemologias do Sul, inserindo-as, igualmente, no esforço da transmodernidade proposta pelo filósofo da libertação Enrique Dussel (2001). Se a modernidade deve ser enfrentada por meio de múltiplas respostas críticas que partem de diferentes lugares epistêmicos que estão para além do eixo do Norte global, é possível considerar fundamental agregar distintas tecnicidades e pensamentos técnicos nesse enfrentamento. Diante da lógica da barbárie, é fundamental criações e experimentações para além daquilo que é dado pelo sistema capitalista global:

Se estamos em suspenso, alguns já estão engajados em experimentações que buscam criar, a partir de agora, a possibilidade de um futuro que não seja bárbaro - aqueles e aquelas que optaram por desertar, por fugir dessa “guerra suja” econômica, mas que, “fugindo, procuram uma arma”, como dizia Gilles Deleuze.

E, aqui, “procurar” quer dizer, antes de tudo, criar, criar uma vida “depois do crescimento econômico”, uma vida que explora conexões com novas potências de agir, sentir, imaginar e pensar (Stengers, 2015, p. 11).

A potência da técnica vai muito além da mera funcionalidade, torna-se uma estratégia conceitual para superar a visão colonial da comunicação. A perspectiva contracolonial reconhece a possibilidade de outros arranjos que podem ser alcançados por meio de subversões tecnológicas inspiradas em abordagens não ocidentais. Se, para Sodré, o fenômeno da comunicação está ligado ao princípio organizativo do comum, essas inumeráveis experiências de apropriação das tecnologias podem ser lidas como uma opção decolonial da Comunicação, afinal, “no necessário rearranjo de pessoas e coisas, a comunicação revela-se como principal forma organizativa” (Sodré, 2014, p. 17). As mesmas forças que criam a fragmentação podem se converter em vetores de reorganização. Tecendo afinidades e marcando distâncias, essas reapropriações tecnológicas forjam novos arranjos criativos, reorganizando, por meio da resistência, o comum. Logo, as tecnologias não necessariamente reduzem as relações ditas comunicativas a uma recepção passiva de conteúdos emitidos por emissores centrais que representam a colonialidade do poder. Antes, elas podem ser vetores da reconexão e da promoção da cultura do encontro, da convivialidade, do diálogo e da democratização das relações comunicativas.

Um pensamento comunicacional contracolonial deve se engajar, portanto, não em “dar voz” a essas pessoas, povos e

comunidades, perspectiva ainda centrada em uma formulação moderna e liberal de diversidade, mas em deixá-las falar e sabê-las ouvir com base também nas suas diferenças e diferenciações. Isso significa inverter o próprio entendimento do que é centro e do que é periferia, direcionando a narrativa do Outro desses Outros, isto é, do homem branco, cis, heterossexual, cristão, capitalista ou matéria-prima humana do capitalista, europeu ou que se pretende europeu, para a margem, dando a essa narrativa o caráter de uma narrativa entre outras, retirando dela a suposta ideia de validade universal presente na tradição cartesiana e no universalismo abstrato que define e sustenta o eurocentrismo. Trata-se de um movimento decolonial, de afirmação geopolítica e corpo-política do conhecimento e que pode certamente se basear nas palavras de Aimé Césaire (apud Grosfoguel, 2012, p. 95), quando este afirma que: “Há duas maneiras de se perder: por meio de uma segregação fechada no particularismo ou por meio da dissolução do universal. Minha ideia de universal é um universal rico com todos os particulares, uma profunda coexistência de todos os particulares”.

O projeto decolonial é um projeto político-acadêmico de intervenção sobre a realidade, de modo que um projeto de comunicação que se pretende decolonial deve igualmente se forjar na busca e encontros por e com cosmologias e epistemologias múltiplas, pluriversais, no diálogo crítico entre povos que se relacionam em condição de igualdade (Grosfoguel, 2012). Por isso é imprescindível que esse projeto compreenda a decolonialidade de modo amplo, incorporando as práticas e saberes decoloniais anteriores e posteriores a própria formulação das ideias de

colonialidade e decolonialidade, mas que carregam em sua essência o questionamento às estruturas de poder modernas/coloniais, conforme evocado por Frantz Fanon (1952, p. 229) na prece que encerra *Pele negra, máscaras brancas*, sua primeira obra: “Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!”; ou Lélia Gonzalez (1984, p. 225), quando observa que a sociedade brasileira vê os negros como lixo e assume a sua própria fala, a fala do povo negro, ao afirmar que “o lixo vai falar, e numa boa”.

Além de uma nova interpretação de comunicação, as cosmologias africanas, afrodiaspóricas e ameríndias podem nos fornecer uma nova perspectiva também acerca das técnicas e tecnologias, transcendendo o aspecto simplesmente instrumental da interpretação moderna. Sendo assim, ao pensamento comunicacional decolonial podem se agregar, ainda, a teoria interseccional (Collins; Bilge, 2020), o pensamento de fronteira (Anzaldúa, 1987), as noções de quilombismo (Nascimento, 1980), pretuguês (Gonzalez, 1984), e *në* (Kopenawa; Albert, 2014), entre outras perspectivas que, assim como a decolonialidade, “[...] tem a ver com a emergência do condenado como pensador, criador e ativista e com a formação de comunidades que se juntem à luta pela descolonização como projeto inacabado” (Maldonado-Torres, 2023, p. 46). Assim, a América Latina, ou melhor, Améfrica Ladina (Gonzalez, 1984), território-corpo e corpo-território constituído por americanos e ameríndios, aparece como o lócus no qual tem início a modernidade, o capitalismo, o racismo e o eurocentrismo, mas também onde emerge um movimento epistemológico pluriversal, que é o movimento decolonial.

Considerações finais

Se considerarmos que o colonialismo se refere a um período histórico específico e está fundamentado em uma ideologia que valida e justifica a dominação colonial, a colonialidade vai além desse período ao indicar a perpetuação das estruturas sociais resultantes: refere-se à internalização da dominação colonial, que perdura mesmo após o desaparecimento das administrações coloniais em si, configurando-se como um fenômeno complexo relacionado a um padrão de poder baseado na naturalização das hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas, possibilitando que o eurocentrismo perdure. Assim, a colonialidade se desvelou como um processo profundo e duradouro, sendo esse o verdadeiro lado obscuro da modernidade (Mignolo, 2017), sobretudo por conta da continuidade da reprodução de relações de dominação colonial. É inegável, nesse contexto, o papel da comunicação tecnologicamente mediada e da teoria que a interpreta na perpetuação dessas relações de poder.

Este trabalho buscou apresentar a relação entre decolonialidade e pensamento comunicacional na América Latina, traçando sua própria compreensão do que pode vir a ser um pensamento comunicacional contracolonial, fundamentalmente baseado na afirmação corpo-política do conhecimento africano, afrodiaspórico, ameríndio, e de todos os povos e comunidades que ousaram e ainda ousam (r)existir às estruturas de poder modernas/coloniais que são, em sua essência, estruturas racistas, classistas, patriarcais, sexistas, cisheteronormativas, e cuja racionalidade visa a objetificação de tudo e todos.

Destacamos que o pensamento comunicacional latino-americano, pelo menos desde a década de 1960, tem oferecido críticas ao fenômeno da comunicação de massa, questionando as estruturas de poder que o permeiam e buscando caminhos alternativos mais participativos e democráticos. No entanto, é fundamental reconhecer que esse pensamento ainda está enraizado na epistemologia moderna ocidental, o que requer um aprofundamento no debate sobre colonialidade e uma abertura para o diálogo com saberes subalternizados. Somente dessa forma, poderemos reverter a narrativa do “Outro” e permitir que esses saberes sejam apreendidos com base em suas próprias experiências, identidades e diferenças.

Em suma, se teoria e projeto decolonial tem como objetivo final intervir na realidade social, no campo da comunicação decolonial essa intervenção deverá ocorrer no âmbito não apenas da comunicação face a face, mas também da tecnologicamente mediada, implicando uma decolonização da própria tecnologia. Ressaltamos que a formulação de um pensamento comunicacional contracolonial ocorre em confluência com as tecnologias e não contra elas. A libertação da colonialidade não passa apenas pela nova ontologização da comunicação, entendida como fator humano e social (Lara, 2022; Torrico, 2022), mas igualmente se afastando do monotecnologismo e aceitando a tecnodiversidade, colaborando para uma cultura digital que não se resuma ao caráter extrativista e a novas nuances do colonialismo (como o colonialismo de dados), mas que seja vetor de uma “ecologia” plural do conhecimento, de mundos e de modos de percepção diversos, apontando assim para um contexto onde diversos mundos

possíveis possam coexistir e se comunicar horizontalmente. Se a comunicação centrada, por meio dos mais recentes aparatos e sistemas tecnológicos, desconecta, separa e desterritorializa, o desafio da Comunicação contracolonial é a reconexão, a reorganização do comum para além da racionalidade algorítmica.

Nesse esforço, as tecnologias não são, necessariamente, vetores do distanciamento, da não presencialidade, da ausência do diálogo, mas isso depende da cosmo-técnica em jogo. E aqui, mais uma vez, os saberes subalternizados, pela forma como constroem suas relações com modos de existência humanos e não humanos, serão fundamentais. Não se trata, pois, de uma tentativa de busca e/ou construção de comunicação pré-moderna/colonial, mas de um compromisso contínuo com a multiplicidade de perspectivas. ■

[CARLOS EDUARDO SOUZA AGUIAR]

Comunicólogo, filósofo, cientista social e doutor em Sociologia pela Université Sorbonne Paris Cité, França. Realiza estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Faculdade Paulus de Comunicação (Fapcom). Principais temas de pesquisa: filosofia da tecnologia e sua interseção com o Antropoceno, a cultura digital e o pensamento decolonial.
E-mail: cadu.s.aguiar@gmail.com

[DAYANA K. MELO DA SILVA]

Jornalista, cientista social e doutora em Sociologia pela Université Sorbonne Paris Cité, França. Realizou estágio pós-doutoral na Escola de Comunicações e Artes e no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. É professora do Departamento de Comunicações e Artes da ECA/USP. Dedicou-se aos estudos das tecnologias digitais e em rede, territórios e interseccionalidades.
E-mail: dayanamelo@usp.br

Referências

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: the new mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

DORFMAM, Ariel; MATTELART, Armand. **Para ler: o Pato Donald**. Comunicação de Massa e Colonialismo. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1980.

DUSSEL, Enrique. **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao: Desclée de Brouwer Bilbao, 2001. v. 12.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 1, p. 51-86, 2003.

FANON, Frantz. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Les Éditions du Seuil, 1952.

FANON, Frantz. **Damnés de la Terre**. Paris: La Découverte, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GROSGUÉL, Ramón. Decolonizing Western Uni-versalisms: Decolonial Pluri-versalism from Aimé Césaire to the Zapatistas. **TRANSMODERNITY: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, Barcelona, v. 1, n. 3, p. 88-104, 2012.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S. l.], n. 80, p. 115-147, 2008.

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu, 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **La chute du ciel**. Paroles d'un chaman yanomani. Paris: Plon Pocket, 2014.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LARA, Eloina. Hacia la Comunicación (en)clave decolonial. Acercamientos y articulaciones. In: SARDINHA, Antonio et al. (org.). **Decolonialidade, Comunicação e Cultura**. Macapá: Editora UNIFAP, 2022. p. 33-47.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 27-53.

MBEMBE, Achille. **Brutalisme**. Paris: La Découverte, 2020.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales/diseños globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Ediciones Akal, 2003. v. 18.

MIGNOLO, Walter. **Trayectorias de re-existencia**: ensayos en torno a la colonialidad/ decolonialidad del saber, el sentir y el creer. Colômbia: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2015.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RINCÓN, Omar. Mutações bastardas da comunicação. **MATRIZES**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 65, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

TORRICO, Erick. La comunicación decolonial, Perspectiva in/surgente. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 72-81, 2018.

TORRICO, Erick. Para uma Comunicação ex-cêntrica. **MATRIZES**, v. 13, n. 3, p. 89-107, 2019.

TORRICO, Erick. **Comunicación (re)humanizadora**: ruta decolonial. Quito: Ediciones Ciespal, 2022.

TECNOLOGIAS
SOCIAIS:
UM NOVO MODO
DE FAZER E
PENSAR É
POSSÍVEL

[DOSSIÊ]

Edison Luís dos Santos

Universidade de São Paulo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo aborda as tecnologias sociais como base sustentável do desenvolvimento das coletividades e dos indivíduos, representando soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida, bem como fornecendo saídas inovadoras para desafios sociais e ambientais. Investigamos as causas, as dimensões e as deficiências que limitaram o progresso tecnológico e científico até meados do século XX, e descrevemos os desdobramentos teóricos que contribuíram para a constituição do marco conceitual da tecnologia social, cuja origem remonta à incorporação do movimento da tecnologia apropriada – que sofreu inúmeras críticas–, além de outras tantas contribuições. Como consequência dessas tensões e transformações, surgem novos protagonistas na década de 1990 e uma pluralidade e diversificação de reivindicações singulares, individuais e grupais, acompanhando a proliferação de novas formas de associativismo e de associação voluntária. Ligado à luta, à resistência, à afirmação da participação na vida coletiva, esse protagonismo foi retomado em várias áreas da ação social, servindo para redefinir o caráter das diferentes ações, bem como o estatuto e as relações de sujeitos que atuam com tecnologias sociais.

Palavras-chave: Tecnologias sociais. Ciência e Tecnologia. Educação. Cidadania. Cibercultura.

This study addresses social technologies as a sustainable basis for developing communities and individuals, offering solutions for social inclusion, improving living conditions, and providing innovative solutions to social and environmental challenges. This research investigates the causes, dimensions, and deficiencies that limited technological and scientific progress up to the middle of the 20th century and describes the theoretical developments that contributed to constituting the conceptual framework of social technology, whose origin dates back to the incorporation of the appropriate technology movement, which suffered endless criticism and received many other contributions. These tensions and transformations gave rise to new protagonists in the 1990s and to a plurality and diversification of singular, individual, and group demands, proliferating new forms of common-interest and voluntary associations. Linked to struggle, resistance, and the affirmation of participation in collective life, several areas of social action resumed such protagonism, redefining the character of different actions and the status and relationships of subjects who work with social technologies.

Keywords: Social technologies. Science & technology. Education. Citizenship. Cyberculture.

Este artículo aborda las tecnologías sociales como base sustentable para el desarrollo de comunidades e individuos y que representan soluciones para la inclusión social y la mejora de las condiciones de vida, además de brindar soluciones innovadoras a desafíos sociales y ambientales. Se analizan las causas, las dimensiones y las deficiencias que limitaron el progreso tecnológico y científico hasta mediados del siglo XX, y se describen los desarrollos teóricos que contribuyeron a la constitución del marco conceptual de la tecnología social, cuyo origen se remonta a la incorporación de la tecnología adecuada, movimiento que sufrió críticas y también recibió muchos otros aportes. Como consecuencia de estas tensiones y transformaciones, en la década de 1990 surgieron nuevos protagonistas y una pluralidad y diversificación de demandas singulares, individuales y grupales, junto con la proliferación de nuevas formas de asociacionismo y asociaciones voluntarias. Vinculado a la lucha, la resistencia y la afirmación de la participación en la vida colectiva, este protagonismo se retomó en varios ámbitos de la acción social, sirviendo para redefinir el carácter de diferentes acciones, así como el estatus y las relaciones de los sujetos que trabajan con las tecnologías sociales.

Palabras clave: Tecnologías sociales. Ciencia y Tecnología. Educación. Ciudadanía. Cibercultura.

Por um novo modo de pensar e fazer

Tecnologias sociais (TS) são um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a comunidade, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida (ITS, 2004, p. 130). Elas surgiram a partir do conceito de tecnologias apropriadas, que foi construído na década de 1980 e desenvolvido com base em empreendimentos diferenciados. As tecnologias apropriadas são caracterizadas por baixo custo de investimento, simplicidade organizacional, alta adaptabilidade a um determinado ambiente social ou cultural, economia no uso de recursos naturais, baixo custo do produto final ou alto potencial de emprego.

No contexto da cibercultura, que é a cultura que emerge da conexão global de computadores, as tecnologias sociais podem ser aplicadas de várias maneiras. A cibercultura é baseada na conectividade, hipertextualidade e interatividade (Lemos, 2008). As tecnologias sociais, quando aplicadas à cibercultura, podem ajudar a resolver problemas sociais e ambientais, contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Por exemplo, plataformas de aprendizado online podem ser consideradas uma forma de tecnologia social na cibercultura, pois fornecem acesso à educação para pessoas em áreas remotas ou desfavorecidas. Da mesma forma, redes sociais e fóruns online podem ser usados para mobilizar comunidades em torno de causas sociais ou ambientais.

A Agenda 2030 da ONU, que estabelece os 17 ODS, é um plano de ação global para o desenvolvimento sustentável, e as tecnologias sociais na cibercultura podem desempenhar um papel crucial na realização desses objetivos, pois podem facilitar a disseminação de informações, promover a colaboração e a participação da comunidade, e fornecer soluções inovadoras para desafios sociais e ambientais. Entendemos que há quatro aspectos que se destacam para a construção de um projeto de tecnologias sociais que auxilie no cumprimento dos ODS: **simplicidade** (soluções devem ser simples e fáceis de entender e usar); **baixo custo** (tecnologias devem ser acessíveis e econômicas para que possam ser amplamente adotadas); **reaplicabilidade** (soluções devem ser flexíveis e adaptáveis a diferentes contextos e necessidades) e **impacto social comprovado** (tecnologias devem ter um impacto social positivo e mensurável).

Além disso, as tecnologias sociais são essenciais para o cumprimento das metas dos ODS, contribuindo para que agências da ONU possam reunir informações que maximizem os impactos do trabalho realizado, e promovendo também inovações para cumprir os objetivos. Por exemplo, em áreas como sustentabilidade, empreendedorismo social, economia solidária, modelos educacionais diferenciados, promoção da saúde, entre outras, as TS são aliadas no alcance dos ODS. É a partir delas que muitos locais e populações do Brasil e do mundo conseguem ter acesso a serviços básicos de saúde, educação, moradia, empregabilidade, agricultura, entre outros, utilizando as tecnologias convencionais como aliadas no desenvolvimento sustentável.

No universo da cibercultura, vale notar que, embora as TS tenham o potencial

de contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável, elas também apresentam desafios. Questões como privacidade digital, desigualdade no acesso à tecnologia e o potencial para a disseminação de desinformação são preocupações importantes que devem ser abordadas ao se aplicar tecnologias sociais no contexto da cibercultura.

Portanto, ao abordar o binômio tecnologias sociais/cibercultura, é essencial adotar abordagens que reflitam e auxiliem os ODS, mantendo o bem comum e reduzindo os danos de impactos socioambientais drásticos, o que envolve a criação de novas epistemologias e ecologias digitais que reconheçam e abordem esses desafios, garantindo que as tecnologias sociais na cibercultura sejam usadas de maneira a promover a inclusão, a equidade e a sustentabilidade.

Condição colonial: revisitando as raízes

Com a tecnologia, inventamos modos de manipulação novos e muito sutis, pelos quais a manipulação exercida sobre as coisas implica a subjugação dos homens pelas técnicas de manipulação (Morin, 1999, p. 109).

A tradição feudal colonialista marcou a civilização brasileira, deixando um rastro de injustiças e o aumento do fosso das desigualdades. Das capitânicas hereditárias até os anos 1950, o Brasil viveu no campo sob condições de extrema precariedade.

No Período Colonial o país caracterizou-se pelo surgimento de uma sociedade agrária, respaldada fortemente no latifúndio escravista (condição colonial), de pouquíssima vocação para a atividade científica, desnecessária para o modo de produção instalado. Ademais, o eixo comercial da colônia era monopolizado pela metrópole, que, no mesmo período, sofreu de uma histórica estagnação cultural e científica comparada ao restante da Europa (Azevedo, 1996, p. 39).

Ocorre que, mesmo com a Proclamação da República, em 1889, a situação socio-cultural dos brasileiros pouco se alterou. Conforme apontam os estudos realizados por Sônia de Conti Gomes, em sua obra *Bibliotecas e sociedade na primeira república*, ao longo desse período, que se estende de 1890 até 1930,

A formação sociocultural brasileira, vista como um todo, não compelia a sociedade a criar bibliotecas nem gerava informações em quantidade representativa, que necessitassem de ser organizadas em forma de bibliotecas. A população brasileira, na sua grande maioria essencialmente agrícola e analfabeta, conservou-se marginalizada e afastada das questões políticas, econômicas e sociais do País. Mal distribuída no território nacional, concentrava-se na região Sudeste, onde se verificaram as maiores alterações sociais justificadas pelo predomínio político e desenvolvimento econômico e industrial (Gomes, 1983, p. 59).

De acordo com o historiador sergipano Manuel José Bomfim (2008, p. V-IX), o Golpe Militar de 1889 não foi capaz de criar uma democracia política: “Foi mais uma revolução frustrada, à qual só devemos

um serviço – haver eliminado a monarquia hereditária”. O governo republicano transformou o sufrágio universal em uma mentira e passou a representar a vontade de uma minoria insignificante, já que a maioria da população ficou impedida de votar por não ser alfabetizada, deixando de atender aos requisitos da legislação eleitoral.

Proclamada a república, o Brasil se tornou uma “democracia sem povo, sem cidadãos”, em que apenas um décimo da população comparecia às urnas para decidir os rumos do país. Caberia, assim, ao Estado republicano reencontrar a sua verdadeira missão: “Mandar ensinar a ler e a escrever a esta população de analfabetos” (Mota, 2002, p. 248).

A institucionalização da Ciência e Tecnologia (C&T) entre nós foi definida, ao menos até a primeira metade do século XX, por acontecimentos episódicos nem sempre significantes¹ e que não resultaram de uma política intencional de C&T, alinhada a um desenvolvimento científico e tecnológico do país. Em verdade, tal política só se cristalizou a partir da década de 1950, com o incremento da industrialização. No início dos anos 1990, a atuação governamental

nas áreas estratégicas de C&T e seus desdobramentos em política de pesquisa e desenvolvimento mostravam-se contraditórios. De um lado, o governo determinava uma nova política industrial, sem especificar os instrumentos de ação. De outro, cortava verbas necessárias, diminuía orçamentos específicos, desmontava centros de excelência em pesquisa e desenvolvimento, desmoralizava as funções públicas e seus funcionários².

Em 1991, consignavam-se os objetivos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as causas, dimensões e as deficiências que limitavam o progresso tecnológico e estabelecer, em termos nacionais, metas de desenvolvimento científico e tecnológico em curto, médio e longo prazos. Entre outros fatores agravantes, o que se constatou no relatório final da CPMI³ é emblemático: a **degradação da base educacional** talvez seja a principal causa de nosso fraco avanço no setor de C&T. A implementação efetiva de políticas de C&T exige o **combate ao analfabetismo em geral e ao analfabetismo tecnológico em particular** (Brasil, 1994).

1 No início do século XIX, a vinda da família real portuguesa implicou num lento processo de mudanças. D. João VI adotou disposições que influenciariam o surgimento de um clima cultural, propício à indagação e à criatividade. Em 1808, são fundadas instituições e escolas superiores: Colégio Médico-Cirúrgico do Rio de Janeiro, Academia Real da Marinha, Real Horto e Museu Real. Ocorrências posteriores de maior relevância foram: a criação da Escola de Minas de Ouro Preto, do Instituto Agrônomo de Campinas, do Instituto Oswaldo Cruz – referência internacional em medicina tropical –, da Escola Politécnica de São Paulo, da Academia Brasileira de Ciências e da Universidade de São Paulo (Azevedo, 1996, p. 46).

2 À época, o governo investia apenas 0,74% do Produto Interno Bruto (PIB) em C&T e reduzia sistematicamente os recursos aplicados nesse setor. Em 1985, aplicavam-se 4,1% dos recursos orçamentários em C&T; e em 1991, somente 1,5%. Nesses termos, a base tecnológica da indústria brasileira, já bem defasada em relação aos países desenvolvidos, não seria capaz de promover uma renovação tecnológica de modo a tornar a indústria competitiva nos mercados externos, e sequer internamente, ante uma provável abertura do mercado brasileiro (Cf.: CGEE, 2002, p. 274).

3 Documento de suma importância para a memória da C&T brasileira. Trata-se do relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre as causas e dimensões do atraso tecnológico brasileiro, publicado em 1992 e aprovado pelo Congresso Nacional.

A preocupação estratégica com C&T é recente na história do país. Quanto à emergência das tecnologias sociais, sempre houve muita disputa e tensão em torno do conceito, porém o envolvimento da sociedade no debate foi basicamente dominado por pessoas engajadas em movimentos sociais. Não fosse a reivindicação dos movimentos populares e da sociedade civil, organizações articuladas em redes, grupos atuantes em direitos humanos, defesa de grupos minorizados, meio ambiente, ecologia, desenvolvimento local sustentável, tecnologias sociais, tecnologias assistivas etc., teríamos perdido o bonde da história. Nem sequer teria havido renovação do espaço público, resgate da solidariedade e cidadania e, tanto quanto possível, a superação da pobreza.

Sociedade civil organizada: novos sujeitos e protagonistas

A partir dos anos 1990, crises econômicas cíclicas abalaram a economia do país, aumentando o fosso da desigualdade social e econômica. O movimento de globalização da economia pressionou o Brasil a adotar políticas neoliberalizantes⁴, com abertura às importações, privatizações em massa e a

4 Para os defensores do neoliberalismo, a economia deve ser entregue às leis de mercado, pois a presença estatal inibe o setor privado e freia o desenvolvimento. Pregam abertura da economia por meio da liberalização financeira e comercial e fim de barreiras aos investimentos estrangeiros; amplas privatizações; redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos; e desregulamentação do mercado de trabalho, para permitir novas formas de contratação que reduzam os custos das empresas.

intensificação da entrada de capital internacional, todavia sem promover a erradicação dos desequilíbrios econômicos e sociais do país.

Na perspectiva de urgência de um projeto de desenvolvimento econômico e social para articular as bases de um redesenho do Estado e da sociedade civil na construção de um projeto de hegemonia alternativo ao do grande capital, as análises convergem para a visão de que a gestão do social deve ser conduzida a partir do pressuposto do “bem comum”, em um processo descentralizado e participativo, que supere tanto o centralismo estatal quanto o “vale-tudo” do mercado. Em outros termos, que se destaquem “virtualidades do desenvolvimento local onde se desenvolvem hoje iniciativas inovadoras de gestão social, que buscam integrar os diferentes setores e articular os diferentes atores e organizações sociais em redes sinérgicas que potenciem as ações dos governos e da sociedade civil” (Dowbor, 1999, p. 31-42).

Como consequência dessas tensões e transformações, na década de 1990 assistimos a uma pluralidade e diversificação de reivindicações singulares, individuais e grupais, condizentes com a proliferação de novas formas de associativismo e de **voluntary associations**, mesmo em países que disso não tinham tradição:

As organizações **não-governamentais (ONGs)** que compõem o chamado terceiro setor – nem Estado/nem mercado – são uma expressão desse novo protagonismo [social], alargando e revitalizando a esfera pública. Nesta via, a identidade de classe vai sendo substituída por outras: a feminista, a **étnica...**, referenciadas em projetos

microidentitários fora dos “roteiros de classe” (Carvalho, 1999, p. 22).

Em 1999 foi aprovada a Lei n. 9790, das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), que cria uma entidade mais adequada à identificação de organizações do terceiro setor; afinal, articula uma heterogeneidade de organizações voluntárias sem fins lucrativos, incluindo desde associações comunitárias e microlocais de entreatajuda até organizações articuladas em redes globais, atuantes no plano dos direitos humanos, na defesa de minorias, na defesa do meio ambiente, no desenvolvimento local, entre outras. Tais organizações sociais expressam as características multifacetadas e particularistas, próprias da sociedade contemporânea:

[...] pode-se dizer que o terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela **ênfase** na participação voluntária, num **âmbito não-governamental**, que **dão continuidade às** práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandem o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas **múltiplas** manifestações na sociedade civil (Fernandes, 1997, p. 27).

Essa noção de terceiro setor

evoca não apenas um conjunto diversificado de organizações, como também, metaforicamente, um espaço de afirmação de valores e práticas sociais que não pertencem ao terreno do mercado, como altruísmo, compromisso social, solidariedade, laços comunitários, ambientalismo etc. (Falconer, 1999).

O terceiro setor impulsionou a mudança social, que a partir dos movimentos sociais se intensificou. Assim, o lócus do protagonismo da sociedade civil se clarificou, apresentando suas demandas por maiores mudanças. O campo dos novos atores ampliou o leque dos sujeitos históricos em luta, pois não se tratava mais de lutas concentradas nos sindicatos ou nos partidos políticos. Houve, portanto, ampliação e pluralização dos grupos organizados, que redundaram na criação de movimentos, associações, instituições etc., de modo que foi

Ligado à luta, à resistência, à afirmação da participação na vida coletiva que o termo protagonismo foi retomado em várias áreas da ação social, servindo tanto para redefinir o caráter das diferentes ações, como o estatuto de sujeitos que aí atuam e as relações mantidas entre eles. O termo vem sendo, assim, utilizado no corpo dos movimentos de resistência e reivindicação populares, da mesma forma que em situações envolvendo especialmente crianças e jovens em diferentes processos sociais e educacionais (Perrotti; Pieruccini, 2007, p. 76).

A preocupação com o reconhecimento e a efetivação plena da cidadania constitui uma das aspirações supremas do nosso tempo⁵. A cidadania trata de afirmar

5 No Fórum Social Mundial de 2005, o escritor português José Saramago afirmou: “O que transforma o mundo é a necessidade e não a utopia”. À época, a sentença soou como um alerta, não contra os sonhos dos homens de mudar o mundo ao constatarem suas injustiças. O que Saramago destacou, pelo contrário, foi o equívoco de colocar a mudança sempre no lugar do “não se sabe quando”, do “não se sabe onde nem como”, num futuro inatingível. Para ele, esse é o discurso

que todos os seres humanos têm dignidade, e esta se expressa e se vive, individual e coletivamente, por meio de valores como a liberdade, a justiça, a igualdade, a solidariedade, a cooperação, a tolerância e a paz, elementos cruciais para definir o que chamamos cidadania (com razão, Milton Santos fazia questão de dizer “cidadania mutilada”).

Entregue à sua própria hegemonia, a ciência que cria a expectativa também é a que a frustra. Daí a necessidade da dupla ruptura epistemológica que permita destruir a hegemonia da ciência moderna sem perder as expectativas que ela gera. A nova configuração do saber é, assim, a garantia do desejo e o desejo da garantia de que o desenvolvimento tecnológico contribua para o aprofundamento da competência cognitiva e comunicativa e, assim, se transforme num saber prático e nos ajude a dar sentido e autenticidade à nossa existência (Souza Santos, 1989, p. 42).

Nos dias atuais, como ponto de partida para avançar na construção de respostas à premissa da cidadania, seria importante avaliar: No que a C&T e a inovação estão respondendo aos problemas mais prementes da nossa sociedade? De que forma estão contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população? Produzem amplo impacto de transformação social, ampliando a cidadania a todos os brasileiros? Que tipo de “inteligência” está sendo alocada para garantir a relação entre C&T e o Estado de Direito, conforme a Constituição?

“do que não existe”, que tem seu antídoto na luta concreta e no trabalho para construir um mundo melhor.

Tecnologias sociais (TS): origem e conceituação

Tecnologias sociais resultam dos desdobramentos teóricos e críticos que foram surgindo ao longo da trajetória de consolidação do campo dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT), que, partindo de matrizes disciplinares e concepções ideológicas bastante diferentes, aportaram elementos para o processo de construção de um marco conceitual da tecnologia social. De acordo com López Cerezo, professor da Universidade de Oviedo (Espanha) e coordenador da Rede de Investigação Ciência, Tecnologia e Sociedade (Organização dos Estados Ibero-Americanos), os estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)

Constituem hoje um vigoroso campo de trabalho em que se trata de entender o fenômeno científico-tecnológico no contexto social, tanto em relação com seus condicionantes sociais como no que se refere a suas consequências sociais e ambientais. O enfoque geral é de caráter crítico, com respeito à clássica visão essencialista e triunfalista da ciência e da tecnologia, e também de caráter interdisciplinar, concorrendo disciplinas como a filosofia e a história da ciência e da tecnologia, a sociologia do conhecimento científico, a teoria da educação e a economia da permuta técnica. CTS se originou há três décadas a partir de novas correntes de investigação empírica em filosofia e sociologia, e de um incremento da sensibilidade social e institucional sobre a necessidade de uma regulação pública de permuta científico-tecnológica. CTS define hoje um campo de trabalho bem consolidado

institucionalmente em universidades, administrações públicas e centros educativos de diversos países industrializados (López Cerezo, 1998, p. 41-68).

Diversas propostas e concepções tecnológicas genericamente denominadas **tecnologias apropriadas** foram desenvolvidas nas décadas de 1960 e 1970 como alternativas às tecnologias em uso nos países desenvolvidos, e foram transplantadas para os restantes, principalmente por meio das empresas multinacionais. Um dos méritos desse movimento foi discutir a tecnologia dentro de considerações mais amplas.

Quando se começou a testemunhar a eclosão de acidentes nucleares, vazamentos de petróleo, tragédias pelo uso indiscriminado de pesticidas e envenenamento farmacêutico, a visão otimista do “progresso” científico e tecnológico também começou a ser relativizada. Mesmo porque esse otimismo havia desembocado em mais e mais guerras, principalmente as do Vietnã e Coreia, no contexto da Guerra Fria. López Cerezo situa o nascimento de uma “consciência global” com a efervescência do movimento contracultural e cita alguns marcos desse período. A título de exemplo, mencionamos o lançamento do livro ***Silent Spring***, de Rachel Carson, em 1962. Nele a autora denuncia os males causados pelo uso do pesticida Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) e, assim, questiona a fé cega no progresso científico e tecnológico. O livro é considerado por muitos o “fundador” do movimento ecológico.

As discussões apontavam para o fato de que a Ciência não é neutra como se fez acreditar até poucas décadas atrás. Segundo López Cerezo, acreditava-se que a Ciência

geraria quase que automaticamente benefícios sociais por um mecanismo simples que podia ser resumido na seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} &+ \text{ciência} = + \text{tecnologia} = + \text{riqueza} \\ &= + \text{bem-estar social} \end{aligned}$$

Como se não fosse necessário buscar o bem-estar, pois este seria uma consequência natural da pesquisa científica. Se a Ciência e a Tecnologia fossem neutras, de uma objetividade “absoluta”, como se pensava, haveria um único caminho “correto” para o desenvolvimento, segundo critérios técnicos e objetivos⁶.

Essas concepções perderam força na década de 1980, diante dos processos de globalização da economia, conduzidos por intensa competitividade entre países, regiões e empresas. Porém, com as sequelas deixadas em termos de exclusão social e degradação ambiental, o movimento ressurgiu, agora sob a denominação de **tecnologias sociais**, com amplo apoio de agências das Nações Unidas, de governos e de parte da sociedade civil (Rodrigues; Barbieri, 2008, p. 1070).

Houve diversos desdobramentos teóricos que contribuíram para a constituição do marco conceitual da tecnologia social,

⁶ A questão é que as inovações técnicas são produzidas e aplicadas num mundo em que diferentes sujeitos, de diferentes lugares e interesses sociais, relacionam-se, buscando o equilíbrio dos conflitos. O direcionamento que se dá à pesquisa tem, então, consequências diretas na sociedade. Os caminhos do desenvolvimento tecnológico são os frutos de escolhas feitas socialmente e dentro dos mecanismos de representação e pressão social que se configuram historicamente. Portanto, o desenvolvimento tecnológico participa das composições de forças da sociedade, de seus embates políticos.

cuja origem remonta à incorporação do movimento da tecnologia apropriada – que sofreu inúmeras críticas –, além de outras tantas contribuições. Na vertente em que a tecnologia social se insere, uma referência importante foi o que se chamou de **tecnologia apropriada**, cujo berço seria reconhecido na Índia do final do século XIX. O exemplo da atuação de Gandhi é bastante representativo:

Entre 1924 e 1927, Gandhi dedicou-se a construir programas, visando à popularização da fiação manual realizada em uma roca de fiar reconhecida como o primeiro equipamento apropriado, a Charkha, como forma de lutar contra as injustiças sociais e o sistema de castas que a perpetuava na Índia. Isso despertou a consciência política de milhões de habitantes das vilas daquele país sobre a necessidade de autodeterminação do povo e da renovação da indústria nativa hindu, o que pode ser avaliado pela significativa frase por ele cunhada: “Produção pelas massas, não produção em massa” (Dagnino; Brandão; Novaes, 2004, p. 19).

Gandhi tinha uma clara proposta de emancipação política, social, cultural e econômica, compreendendo o papel central da tecnologia. Sua ação, com uma profunda raiz cultural, tinha em vista a dominação de caráter sistêmico que a indústria têxtil britânica exercia na Índia naquele momento. Inspirado nessa experiência, o economista alemão Schumacher reconheceu ali “uma tecnologia que, em função de seu baixo custo de capital, pequena escala, simplicidade e respeito à dimensão ambiental, seria mais adequada para os países pobres” (Dagnino; Brandão; Novaes, 2004). A fim de expressar o caráter alternativo em relação ao contexto das tecnologias convencionais,

o movimento da tecnologia apropriada foi responsável por desencadear a cunhagem de uma grande quantidade de expressões que, adjetivadas, denotavam alguma especificidade ou referência complementar à tecnologia apropriada, a saber:

Tecnologia alternativa, tecnologia utópica, tecnologia intermediária, tecnologia adequada, tecnologia socialmente apropriada, tecnologia ambientalmente apropriada, tecnologia adaptada ao meio ambiente, tecnologia correta, tecnologia ecológica, tecnologia limpa, tecnologia não-violenta, tecnologia não-agressiva ou suave, tecnologia branda, tecnologia doce, tecnologia racional, tecnologia humana, tecnologia de autoajuda, tecnologia progressiva, tecnologia popular, tecnologia do povo, tecnologia orientada para o povo, tecnologia orientada para a sociedade, tecnologia democrática, tecnologia comunitária, tecnologia de vila, tecnologia radical, tecnologia emancipadora, tecnologia libertária, tecnologia liberatória, tecnologia de baixo custo, tecnologia da escassez, tecnologia adaptativa, tecnologia de sobrevivência e tecnologia poupadora de capital (Brandão, 2001, p. 13).

Na sua origem, as concepções embutidas em cada uma dessas expressões buscam diferenciar-se, de alguma forma, daquelas tecnologias consideradas de uso intensivo de capital e poupadoras de mão-de-obra, objetando-se ao processo de transferência massiva de tecnologia de grande escala (característico dos países desenvolvidos) para os países em desenvolvimento, que podem criar mais problemas do que resolvê-los. A evolução desse debate, que se prolongou até os anos 1960,

fortaleceu a expressão “tecnologia apropriada”. Embutidas nas diversas concepções de tecnologia que surgem das pesquisas nesse sentido, estabeleceram-se características como a

participação comunitária no processo decisório de escolha tecnológica, o baixo custo dos produtos ou serviços finais e do investimento necessário para produzi-los, a pequena ou média escala, a simplicidade, os efeitos positivos que sua utilização traria para a geração de renda, saúde, emprego, produção de alimentos, nutrição, habitação, relações sociais e para o meio ambiente, com a utilização de recursos renováveis (Dagnino; Brandão; Novaes, 2004, p. 22-23).

Os avanços que o movimento da tecnologia apropriada propôs foram positivos e inspiraram em diversos níveis as práticas atuais relacionadas à tecnologia social – expressão que ganha força a partir de meados da década de 1990. A TS se diferencia, sobretudo, por superar a concepção de “transferência de tecnologia” ao incluir como elementos centrais significativos das práticas que designa: a **construção do processo democrático participativo** e a **ênfase na dimensão pedagógica**. Assim, populações antes consideradas “demandantes” de tecnologias passam a ser atores diretos no processo de construção do desenvolvimento tecnológico, sem se limitar apenas à mera “recepção” de tecnologias.

A TS não é privilégio de alguns: diz respeito a todos. Mas é preciso reconhecer o papel central daqueles que historicamente têm se dedicado à produção de conhecimento e de soluções inovadoras para as necessidades e demandas de nossa

sociedade. O que hoje se concebe como TS é resultado de um processo histórico de algumas décadas, que vem envolvendo atores sociais de diversos campos de atuação⁷.

Ao longo de 2004, o Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil) identificou e reuniu informações sobre uma série de experiências de tecnologia social em curso no Brasil, por meio de uma extensa pesquisa chamada **Mapeamento Nacional de Tecnologias Sociais Produzidas e/ou Utilizadas por ONGs**, com experiências bem-sucedidas nas áreas de Desenvolvimento Local Participativo e Sustentável, Educação e Agricultura Familiar, que foram apresentadas em seminários temáticos, com o objetivo de discutir e sistematizar conhecimentos sobre tecnologia social, envolvendo amplo conjunto de atores.

Mais de 80 instituições – entre organizações não-governamentais (ONGs), associações comunitárias, movimentos sociais, cooperativas, universidades, centros de pesquisa, poder público e órgãos financiadores de CT&I – participaram das atividades, que culminaram na busca de uma formulação para o conceito de TS com objetivo de “identificar, conhecer, sistematizar e disseminar práticas de tecnologia social”.

O conceito de tecnologia social foi então formulado nos seguintes termos:

⁷ Associações civis; populações tradicionais; comunidades locais de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, agricultores familiares e catadores; assentados e reassentados em programas de reforma agrária; instituições de ensino superior e tecnológico; poderes públicos; empresas com políticas de responsabilidade social; sindicatos e centrais sindicais; cooperativas; movimentos populares.

“conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições **de vida**”. Tal definição não pretende ser uma etiqueta que se possa colocar sobre um produto (X é ou não é TS), mas tem uma função operacional importante: ao evidenciar alguns dos seus fundamentos significativos – **a transformação social, a participação direta da população e o sentido de inclusão social e de melhoria das condições de vida** –, ela facilita a comunicação entre os diferentes atores da sociedade que promovem, desenvolvem e/ou utilizam tecnologias sociais em suas práticas.

Pensar em tecnologia, atribuindo a ela o adjetivo **social** significa postular a ampliação de CT&I para a sociedade e reconhecer a necessidade de pensá-la tendo como referência as dimensões da democracia, a justiça social e o desenvolvimento humano. O conceito de tecnologia social chama atenção para toda uma população de inventores capaz de criar e gerir iniciativas bem-sucedidas localmente que representam soluções para a inclusão social e a melhoria das condições de vida. Uma forma de garantir não somente bens e resultados materiais, mas principalmente apostar num processo (TS é principalmente um modo de fazer), que se fundamenta na participação democrática, gera produção, distribuição de conhecimentos e aprendizagens por todos os atores envolvidos, visando a transformação da sociedade.

Por apresentar tais características, é possível vincular o conceito de TS à ampliação da cidadania, pois ela possibilita a aprendizagem, a apropriação – por parte

daqueles que historicamente não tiveram acesso à cultura de CT&I – de instrumentos de conhecimento e a transformação da realidade, ampliando os horizontes da ação social. A noção de TS reivindica, além do mais, a valorização do saber popular e a sensibilização explícita por parte das entidades que integram o sistema de CT&I para o diálogo entre os saberes (populares e científicos). Não por outra razão, a noção de TS tem os seguintes princípios: aprendizagem e participação são processos que caminham juntos; a transformação social implica compreender a realidade de maneira sistêmica; a transformação social ocorre na medida em que há respeito às identidades locais; e todo indivíduo é capaz de gerar conhecimento e aprender a partir do momento que está inserido numa cultura e em contato com o mundo.

Dimensões significativas das tecnologias sociais

Em 2007, o ITS Brasil elaborou uma publicação que dá continuidade à reflexão sobre o conceito de tecnologia social. Nela estão descritas “implicações”, características ou propriedades da TS, que serviram de base para a sua estruturação⁸. Cada uma das

⁸ O conceito de tecnologia social é fruto de um trabalho coletivo e encontra sustentação e legitimidade no diálogo, na participação e na partilha de aprendizagens entre diversos atores da sociedade. Os **princípios** são proposições elementares que perpassam e servem de fundamento à noção de tecnologia social. Os **parâmetros** são aqueles elementos e componentes que permitem identificar ações/experiências/práticas como tecnologias sociais, são os ingredientes que as

dimensões significativas das TS apresenta suas características:

Dimensão da aplicação de conhecimento, ciência, tecnologia e inovação

Esta dimensão da TS é central. Por conceito ou princípio, toda tecnologia caracteriza-se por aplicar conhecimentos, ciência, tecnologia e inovação para resolução de um problema qualquer da realidade. A TS também, mas, enquanto social, ela enfatiza perspectivas e propriedades (ausentes ou diluídas nas tecnologias convencionais) que se propõem, de forma clara e direta, a aplicar conhecimentos para a solução de problemas, demandas ou necessidades da população.

As TS fundamentam-se em pesquisas, conhecimentos populares ou científicos e tecnológicos, e objetivam solucionar os mais variados problemas da população, desde alimentação, saúde, saneamento e habitação, até atividades produtivas, de desenvolvimento e defesa do meio ambiente. Sendo transversal, passa por áreas tais como as tecnologias assistivas (TA) para autonomia das pessoas com deficiência, o resgate de saberes/fazeres de povos indígenas no manejo da floresta, entre outros.

tornam tecnologia social. A identificação de parâmetros tem como objetivo construir uma base para futuros critérios de análise de ações sociais. Acreditando que conceitos servem como instrumentos analíticos, que nos permitem realçar aspectos da realidade (em detrimento de outros) e entendê-la a partir de uma determinada ótica, em relação às suas implicações são destacados alguns aspectos da realidade que a noção de tecnologia social sublinha, que abordam: a relação entre produção de C&T e sociedade; uma direção para o conhecimento; um modo específico de intervir diante de questões sociais (Passoni, 2005).

Além de ter como ponto de partida as demandas de melhoria de qualidade de vida, as tecnologias sociais visam oferecer, como ponto de chegada, respostas concretas para estas. Constituem, portanto, uma ponte, construída pelo conhecimento e suas aplicações, uma ligação prática e concreta entre os problemas sociais e suas soluções. No mundo das tecnologias convencionais nem sempre essa característica de “ser ponte” entre as principais necessidades da população e as soluções por meio da aplicação de conhecimento está presente. Na prática, há toda uma série de entraves, omissões, interesses, dificuldades e desconfortos que influencia e, muitas vezes, impede que a “liga” entre necessidade da população e a solução mediante a aplicação de conhecimento (CT&I) se concretize.

No âmbito da pesquisa – seja da iniciação científica, dos projetos de mestrado e doutorado –, o ponto de partida e eixo norteador da metodologia científica se conhece como “problema de pesquisa”, que consiste na pergunta ou indagação a ser resolvida pelo projeto de pesquisa apresentado. Nas TS é diferente: os problemas ou necessidades sociais se tornam problemas de pesquisa, problemas de metodologia científica ou de aplicação de conhecimentos para resolvê-las.

Na TS, a relação com o mercado é mais complexa. Seus produtos ou metodologias podem ou não ter um valor de mercado. Depende. Não é o fato de serem simples e baratas que as tornam, necessariamente, tecnologias sociais, mas sim sua relevância social. Há algumas que não custam nada e, no entanto, têm uma eficácia e relevância social enorme. Por exemplo, o soro caseiro (reidratação oral), que foi selecionado dentro

das 15 melhores invenções para concorrer ao prêmio de feito científico mais importante dos últimos 160 anos da história da medicina⁹. E, no entanto, não tem valor de mercado.

No caso da TS, a mediação do mercado para a utilização dos seus produtos ou inovações não é o critério definidor da sua existência, mas o fato de que a solução chegue a quem dela necessita, isto é, valoriza-se a acessibilidade da tecnologia, seja mediante o mercado ou não. Igualmente, quando se enfatiza que as tecnologias sociais possam ser, em vários casos, invenções simples e baratas, corre-se o risco de que alguém, erradamente, considere que são de pouca qualidade, de baixa eficácia e julgamentos semelhantes. No fundo, esse estigma se fundamenta na ideologia de que a alta tecnologia tem que ser necessariamente cara e restrita para as camadas altas que podem pagá-la.

Por falta de poder financeiro das populações que precisam de tecnologia social, suas necessidades de perfil científico e tecnológico não chegam a constituir uma demanda econômica *stricto sensu*, capaz de estimular a oferta no mercado de ciência e tecnologia. Essas populações não têm recursos econômicos suficientes para custear os investigadores e técnicos ou as instituições de pesquisa e desenvolvimento

⁹ Trata-se de uma iniciativa do British Medical Journal, que propôs uma votação por internet. As outras 14 invenções escolhidas foram: a anestesia, os antibióticos, a clorpromazina, os micros e a Internet, a ADN, a medicina baseada na evidência, os germes, as técnicas de imagem, a imunologia, a pílula, os riscos do tabaco, o saneamento básico, o cultivo de células e as vacinas. O soro caseiro ficou em 4º lugar nas preferências dos votantes.

de tecnologias, e encomendar diretamente com eles as soluções para suas necessidades, por mais urgentes que sejam. Por esse motivo, associações da sociedade civil e instituições sem fins lucrativos constituem um dos principais criadores de tecnologias sociais, pois não vinculam, necessariamente, a criação de novas tecnologias à expectativa de lucros.

Existe uma ampla comunidade científica nas organizações produtoras de tecnologia social. Em 2003, diversas pesquisas de instituições como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)¹⁰, entre outras, haviam constatado que há uma ampla e crescente comunidade científica e tecnológica – com número significativo de especialistas, mestres e doutores – nessas associações civis produtoras de tecnologias sociais, mas essas entidades e seus quadros não têm sido, institucional e legalmente, reconhecidos como parte do sistema de C&T do país; não gozam dos instrumentos, benefícios e medidas próprias das políticas públicas de Estado.

De forma semelhante, essa situação acontece em outras categorias de atores sociais relevantes produtores de TS, como os poderes públicos, a extensão universitária, os movimentos sociais, a responsabilidade social das empresas, as populações tradicionais e/ou comunidades locais de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caçaras, extrativistas, pescadores, agricultores familiares e catadores. Esses atores sociais desenvolvem conhecimentos,

¹⁰ Na ocasião, o Diretório da Pesquisa Privada (DPP) pesquisou, com a participação do ITS Brasil, as atividades de CT&I das ONGs.

metodologias, produtos e serviços que, pelas suas características, se enquadram dentro do âmbito científico e tecnológico, mas na sua maior parte não dispõem de um arcabouço legal que organize e fomente suas atividades.

Essas pesquisas mostraram que atores produtores de tecnologias sociais costumam utilizar procedimentos científicos como organização dos conhecimentos, documentação, sistematização, produção de artigos técnicos etc. Ademais, as TS nascem quando faltam soluções para as demandas sociais ou quando as soluções existentes são inacessíveis às populações ou inadequadas aos problemas a serem resolvidos. Não raro, uma TS costuma ser fortemente inovadora, produzindo soluções não existentes anteriormente.

Dimensão da participação, cidadania e democracia

A TS *não se restringe a produzir soluções para necessidades da população*; consiste também em um *modo de fazer*, funciona de forma participativa e democrática, cidadã. As TS nascem, respiram e se desenvolvem em ambiente democrático e cidadão. A convicção profundamente motivadora das pessoas e instituições que produzem tecnologia social se assenta na visão da população como uma comunidade que precisa de soluções, independentemente se tem ou não recursos para comprá-las, mas que delas necessita em virtude da exigência da sua dignidade. Dessa forma, na maioria dos casos a TS apresenta soluções em questões que tem a ver com os direitos humanos das pessoas a uma vida plena e feliz. Daí seu fundamento na cidadania, nos direitos humanos.

A TS fundamenta-se nos direitos humanos e os faz avançar. Portanto, deve ser reconhecida como um direito humano, fundamental e estratégico para a sobrevivência e melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas excluídas dos mínimos de existência humana. O direito à TS está vinculado ao direito ao conhecimento e à educação, que são dos mais importantes e fundamentais direitos humanos; tem vinculação também com os direitos à vida, à alimentação e à saúde. Mas, hoje, a importância da TS já passou para um patamar que poderíamos chamar de estratégico pelas suas implicações significativas para o desenvolvimento social e humano (Dagnino; Brandão; Novaes, 2004, p. 117-133).

O direito à TS inclui o direito dos brasileiros a viverem no padrão de vida criado pelo bem instrumental da tecnologia, o direito a acompanhar o desenvolvimento na vida cotidiana. Assim, o direito à vida é entendido no padrão comum de vida típico da cultura e do momento histórico atual. O direito à tecnologia social está, portanto, incluído também no direito ao desenvolvimento e ao patrimônio científico, tecnológico e cultural da humanidade.

O modo de fazer típico da TS é a participação, que provavelmente é o principal componente da democracia e da cidadania (Pateman, 1991). Ele tem dois níveis ou âmbitos de aplicação: o das decisões políticas e o dos procedimentos técnicos do trabalho. Esses dois níveis de participação estão presentes no modo próprio do fazer da TS. O nível das decisões políticas é fundamental para que a população necessitada de TS seja agente nesse processo. Por isso, entidades criadoras de

TS procuram **partilhar com a população o poder** de decidir sobre as questões mais importantes sobre a TS; utilizam diversas **metodologias participativas de trabalho** e procuram incentivar a população a participar das atividades, dos procedimentos técnicos de trabalho, seja o planejamento, monitoramento ou avaliação, com os profissionais, especialistas ou acadêmicos.

Dimensão da educação

A dimensão educativa tem aparecido de forma constante nos estudos sobre as tecnologias sociais, na sua gênese e, sobretudo, nas suas práticas. Nelas foi possível verificar que as tecnologias sociais têm um sentido pedagógico que gera diversos aprendizados na população. Esse saldo educativo deriva, não apenas, dos seus procedimentos participativos, espontaneamente, uma vez que as tecnologias sociais são desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela; mas também da intencionalidade educativa que está presente na grande maioria das tecnologias sociais. Daí resulta que tanto nos seus procedimentos de trabalho como nos cursos, seminários e palestras, seja possível encontrar alta densidade processos de ensino-aprendizagem.

O objetivo final que se persegue frequentemente pelas entidades que desenvolvem tecnologias sociais, desde sua perspectiva pedagógica, consiste em que a população possa “aprender o que é conhecer”, apropriar-se ou empoderar-se das tecnologias sociais, a fim de diminuir a “dependência” tecnológica e de induzir sua permanência e continuidade por meio de seu desenvolvimento endógeno (Morin, 2000; 2002; 2004).

Outra característica muito assídua e diligente nas tecnologias sociais é a valorização dos conhecimentos populares. Elas não enfatizam a distância, o rompimento ou a contradição entre o saber popular e o saber técnico, tão comum nos meios acadêmicos ou tecnológicos. Antes, pelo contrário, as tecnologias sociais destacam a pertinência, a continuidade, a harmonia e a reciprocidade de ambos os conhecimentos. Por esse motivo, há TS que trabalham na interação entre esses dois saberes, e em muitos casos se desenvolvem diversas parcerias entre as instituições de ensino e as entidades que produzem tecnologias sociais.

Dimensão da relevância social

A relevância social enquanto característica das TS nos remete à consideração dos seus resultados como aquilo que caberia delas esperar. Nesse sentido, sua mais importante qualidade radica na sua eficácia, isto é, na sua capacidade causal de solucionar bem a necessidade, problema ou demanda social que se propôs resolver. Ligada à eficácia, valoriza-se sua eficiência ou a propriedade da melhor adequação entre os meios utilizados e os resultados obtidos.

Como consequência derivada da sua eficácia, na perspectiva dos benefícios, logros, proveitos ou ganhos produzidos, as tecnologias sociais contribuem por meio das soluções criadas para efeitos e impactos na área da inclusão social. Elas favorecem a melhora da sobrevivência, das condições de vida ou da qualidade de vida, a inclusão social, a autonomia (poder viver pela própria capacidade ou esforço sem depender da rede de assistência social) a justiça social, a equidade

e a autoestima da população, assim como o desenvolvimento local, seja no âmbito econômico, cultural ou social.

Há uma preocupação das TS com a sustentabilidade (ambiental, social ou econômica) que, nesse aspecto, são bem diferentes das tecnologias convencionais. Estas resolvem problemas, mas ao mesmo tempo provocam ou criam novos problemas, até o ponto de nos situarem de forma inexorável na sociedade do risco (Beck, 1998; 2002). Ademais, devem ser obrigadas por lei a respeitarem o meio ambiente. E, quando o fazem, costumam se reger, como patamar de atuação, pelos “mínimos necessários”. Já as TS, por iniciativa e convicções ecológicas, caracterizam-se por cuidar e zelar pelo meio ambiente.

Para avaliar a eficácia, talvez seja conveniente olhar a tecnologia considerando em um mesmo bloco tanto a resolução de problemas como a não criação de outros novos problemas, sejam ambientais, econômicos ou sociais. Há tecnologias “vendidas” como “eficazes” que seriam qualificadas como desastrosas se olhássemos ao mesmo tempo os outros problemas que ocasionaram, e que se tornariam muito caras e até socialmente inviáveis, “insustentáveis”, se calculássemos quanto custa reparar os danos que produzem.

Cibercultura e novas experimentação do saber

A origem do termo ciberespaço encontra-se na literatura. Foi empregado pelo

norte-americano Willian Gibson, em sua obra de ficção científica *Neuromancer* (1984). Nela, apresenta o ciberespaço como uma representação física e multidimensional do universo abstrato da “informação”, um lugar pra onde se vai com a mente, catapultada pela tecnologia, enquanto o “corpo fica pra trás”. Um lugar que sugere a

desconstrução das posições nítidas entre literatura e teoria social, mostrando que grande parte da teoria social contém uma visão narrativa do presente do futuro, e que certos tipos de literatura apresentam um mapeamento convincente do ambiente contemporâneo e, no caso, do cyberpunk, das tendências futuras (Kellner, 2001, p. 381).

Já o termo “cibercultura” tem vários sentidos, mas aqui entendemos como a forma sociocultural que advém de uma relação de trocas entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base microeletrônicas surgidas na década de 1970, graças à convergência das telecomunicações com a informática. A cibercultura é um termo utilizado na definição dos agenciamentos sociais das comunidades no espaço eletrônico virtual que ampliam e popularizam a utilização da internet e outras tecnologias de comunicação, possibilitando assim maior aproximação entre as pessoas de todo o mundo.

A cibercultura é a relação entre as tecnologias de comunicação, informação e a cultura, emergentes a partir da convergência informatização/telecomunicação na década de 1970. Trata-se de uma nova relação entre tecnologias e a sociabilidade, configurando a cultura contemporânea (Lemos, 2008).

Com o processo de algoritmização da vida cotidiana, deparamo-nos com diferentes formas miméticas, icônicas e diagramáticas que desafiam o modo linear da escritura e impõem um novo modelo de representação do conhecimento, cujo princípio condutor da produção do sentido é o protocolo da **deslinearização**. O dilúvio informacional, aliado à incessante luta para sequestrar a atenção dos usuários, são férteis para a subtração do ócio, mas quase sempre incapazes de propiciar a memória da experiência. Antes, por força do excesso, leva ao afogamento do leitor, que, sem bússolas de orientação, navega quase sempre à deriva, errante, sem porto seguro à vista.

Nesse contexto incerto, as TS também podem e deveriam atuar, tanto quanto possível, como dispositivos informacionais e educacionais que redefinem os modos de ser e de agir. E são significativos, na medida em que se constituem mecanismos que interferem no processo de **apropriação** dos novos códigos sociais, remodelam valores culturais e simbólicos. Por definição, “dispositivos” (informacionais, comunicacionais, educacionais)

[...] não são instâncias neutras, mas, ao contrário, contam, narram, imprimem significados aos conteúdos ali apresentados. Assim, quando afirmamos que o conhecimento é resultante de ato intelectual do sujeito sobre as informações, transformando o “cru em cozido”, temos que considerar o papel essencial dos dispositivos no processo de significação da informação, de construção de conhecimento. [...] Tais processos constroem dispositivos por meio de intervenções de diferentes ordens e naturezas que acabam por reconfigurar e ressignificar

as informações ali armazenadas. Os dispositivos funcionam, assim, como espécie de filtros, sobrepondo significados aos significados disponibilizados (Pieruccini, 2008, p. 47).

No plano simbólico, atuando como signos, os dispositivos exercem papel fundamental na interação do homem com os processos dinâmicos de aprendizagem. Assim, o processo dialógico e participativo inerente às tecnologias sociais remodela a leitura do mundo dos sujeitos que dela participam. O conteúdo significativo das TS assenta-se nessa nova possibilidade de os sujeitos se relacionarem com artefatos e técnicas, relação esta que, no processo de sua construção, altera as concepções que o sujeito mantém com o saber, com a cultura e consigo mesmo.

A materialização do sentido se dá na prática por meio da qual os sujeitos experimentam novos modos de ser e de agir, aprendendo a ser, a conhecer e a fazer. Com efeito, as tecnologias sociais, enquanto mecanismos que atuam sobre o modo como procedemos, também interferem no modo de perceber, aprender e atribuir significados às informações por eles veiculada. Ou seja, as TS também são dotadas de potencial para construir e modelar identidades tanto subjetivas quanto coletivas.

O processo de produção da TS aponta prioritariamente para a emancipação dos atores envolvidos, tendo no centro os próprios sujeitos produtores dessas tecnologias. Isso implica a construção de soluções de modo coletivo pelos que delas se beneficiam, e atuação destes com autonomia, e não apenas como usuários de soluções importadas ou produzidas por equipes

especialistas. A ideia de múltiplas direções na produção de conhecimentos decorre da diversidade dos contextos e dos atores com diferentes valores e interesses. Essa visão enseja a ideia de participação ativa das pessoas, grupos e comunidades afetados por esses aparatos significativos, pois as TS transformam a relação dos sujeitos com o mundo, com os outros e consigo mesmos.

Considerações finais

A cultura ajuda o espírito do homem a contextualizar, globalizar e antecipar [...] Dispõe de princípios de inteligibilidade capazes de desatar os nós estratégicos do saber. A cegueira dos espíritos fragmentados e unidimensionais deve-se à sua falta de cultura (Morin, 2003, p. 45).

Além de ferramenta para alcançar conquistas materiais, o conhecimento é também fonte de realização e felicidade para o ser humano, principalmente quando o ele passa a se entender como matriz de ação inteligente, como sujeito construtor de soluções que podem melhorar efetivamente sua condição de vida.

Essa é uma questão que interessa não somente aos grupos que trabalham diretamente com o tema das tecnologias sociais, mas que deveria ser abraçada por todos os que produzem ciência, tecnologia, informação e comunicação; por todos aqueles que, hoje, assentam os seus tijolos para construir os espaços de um mundo mais democrático, onde haja pleno respeito pelos direitos humanos e pela pluralidade

de saberes produzida por diferentes atores da sociedade.

Diante dos quadros histórico-culturais da contemporaneidade, o transmissivismo pedagógico vai perdendo o sentido e a centralidade que teve no passado, substituído por modalidades que têm os processos de construção de conhecimento como categoria organizadora da nova ordem pedagógica em curso. Parece notório que as modalidades de ensino tradicional, centradas na transmissão de informações, estão cada vez mais em descrédito, superadas por novos modos de ensinar e aprender.

O conceito de TS contribui para a produção de ciência e tecnologias mais comprometidas com a transformação social. Sobre essa relação, as implicações do conceito destacam que: a produção científica e tecnológica é fruto de relações sociais, econômicas e culturais, portanto não é neutra; as demandas sociais são fontes privilegiadas para as investigações científicas; a produção de conhecimento deve estar comprometida com a transformação da sociedade e com a promoção da justiça social; é necessário democratizar o saber e ampliar o acesso ao conhecimento científico; é fundamental avaliar os riscos e impactos ambientais, sociais e econômicos das ações científicas e tecnológicas.

O direito à tecnologia social está, portanto, incluído também no direito ao desenvolvimento e ao patrimônio científico, tecnológico e cultural da humanidade. Estender os bens da ciência e da tecnologia a todos e compreender o saber não como privilégio, mas como direito, é a faceta mais premente desse desafio. Além de ferramenta para alcançar conquistas

materiais, o conhecimento é também fonte de realização e felicidade para o ser humano, quando este passa a se entender como matriz de ação inteligente, construtor de soluções que podem melhorar efetivamente sua condição de vida.

Para tanto, será preciso apostar na criação de dispositivos que superem o mero processo de assimilação de informações, a fim de reverter o quadro de apatia sociocultural no Brasil: um novo modo de pensar e agir, com formas de experimentação do saber que fomentem a iniciativa, a criatividade, a autonomia, a dúvida e a independência intelectual dos sujeitos para que sejam protagonistas de sua própria história. Por fim, a ação e a mediação cultural podem facilitar a ação transformadora por meio de ações pedagógicas que favoreçam a leitura do mundo, papel decisivo que a “educação para a informação” pode desempenhar a fim de diminuir as barreiras das desigualdades em contextos de alta vulnerabilidade social, econômica e cultural. ■

[EDISON LUÍS DOS SANTOS]

Pós-doutor pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), investigando a questão antropológica relacionada aos fenômenos da cultura e arte digitais na contemporaneidade. Doutor e mestre em Ciência da Informação (USP), pesquisador em Ciências da Informação e bibliotecário, bacharel em Linguística e Biblioteconomia pela USP.
E-mail: edisonlz@alumni.usp.br

Referências

AZEVEDO, Fausto Antonio de. A era do conhecimento, a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento. **Tecbahia Revista Baiana de Tecnologia**, Camacari, v. 11, n. 3, p. 37-52, 1996.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo**: Hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1998.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo global**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

BOMFIM, Manoel José. **A América Latina**: males de origem [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, V-IX. SciELO Books . Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/zg8vf/pdf/bomfim-9788599662786.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRANDÃO, Flávio. **Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas – PTA**: avaliação de um programa de desenvolvimento tecnológico induzido pelo CNPq. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Senado Federal. **Causas e dimensões do atraso tecnológico**. Brasília, DF: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI, 1994. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/88923>. Acesso em: 16 abr. 2024.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Gestão social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth de Melo; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis. (org.) **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: Educ; IEE, 1999. p. 19-29.

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Parcerias estratégicas**, n. 15, outubro 2002, Brasília, DF, p. 273-315.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JÚNIOR, Antonio E. et al. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15-64.

DOWBOR, Ladislau. A gestão social em busca de paradigmas. In: RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Rachel (org.) **Gestão social**: uma questão em debate. São Paulo: Educ; IEE, 1999. p. 31-42.

FALCONER, A. **A promessa do terceiro setor**: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração de Recursos Humanos) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Rubem César. O que é terceiro setor? **In:** IOSCHPE, Evelyn Berg (org.) **3º setor:** desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Igifei; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 26-30.

GOMES, Sônia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República.** São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

ITS – Instituto de Tecnologia Social. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. **In:** LASSANCE JÚNIOR, Antonio E. et al. **Tecnologia social:** uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 117-134.

KELLNER, Douglas. Como mapear o presente a partir do futuro: de Baudrillard ao cyberpunk. **In:** **A cultura da mídia.** Bauru: Edusc, 2001. p. 377-419.

LEMOS, André. **Cibercultura:** tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LÓPEZ CEREDO, José Antonio. Ciencia, tecnología y sociedad: el estado de la cuestión en Europa y Estados Unidos. **Revista Iberoamericana de Educación,** Madrid, v. 18, p. 41-68, 1998.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, Edgar. **A religião dos saberes:** o desafio do século XXI. Tradução Flávia Nascimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MORIN, Edgar. **Meus demônios.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MOTA, Lourenço Dantas (org.) **Introdução ao Brasil:** um banquete no trópico. v. 2. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2002.

PASSONI, Irma Rossetto. Cidadania em C,T&I: uma mudança de paradigma. **Parcerias Estratégicas,** Brasília, DF, n. 20, p. 93-112, 2005.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** São Paulo: Paz e Terra, 1991.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. **In:** LARA, Marilda Lopes Gines de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (org.). **Informação e contemporaneidade:** perspectivas. Recife: Néctar, 2007.

PIERUCCINI, Ivete. A busca do conhecimento na escola: a pesquisa escolar e a construção do conhecimento. **Salto para o futuro**, [S. l.], v. 28, n. 15, p. 47, 2008.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1069-1094, 2008.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p. 42-50.

CULTURA E
TERRITORIALIDADE:
NOVAS
ABORDAGENS
PARA O
ENTENDIMENTO
DO FENÔMENO DAS
NOTÍCIAS FALSAS NA
AMÉRICA LATINA

[DOSSIÊ]

Ana Paula Dias

Universidade de São Paulo

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Universidade Católica Brasília

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo tem como principal objetivo analisar a relação entre a produção e a difusão de fake news na pandemia e sua relação com os traços territoriais da América Latina. As fake news são informações que são deliberadamente fabricadas, distorcidas ou enganosas, com a intencionalidade de serem apresentadas como fatos ou questionamento sobre algum tema, podendo aparecer de diferentes formas, incluindo artigos de notícias, vídeos, imagens, posts em redes sociais e outros meios de comunicação. No que tange aos países latino-americanos, observa-se o fenômeno de alcance internacional dessas fake news, em que a territorialidade tem um papel na formação da identidade das especificidades dos modos de vida dos indivíduos que ali habitam, sendo impactados diretamente por esses fatores, como foi o caso durante a pandemia de covid-19. Espera-se, portanto, que este estudo contribua com o debate envolvendo tanto a enfermidade causada pelo vírus SARS-CoV-2 como, principalmente, a relação direta entre a produção e difusão de fake news durante o período pandêmico no recorte específico da América Latina.

Palavras-chave: Fake News. Cultura. Territorialidade. América Latina.

The main objective of this study is to analyze the relation between the production and dissemination of fake news in the pandemic and its relation with the territorial features of Latin America. "Fake news" is information that is deliberately fabricated, distorted, or misleading with the intention of being presented as true or questioning facts on some topic and which can appear in different forms, including news articles, videos, images, posts on social media, and other media. Latin American countries show the phenomenon of the international reach of these fake news. Territoriality plays a role in shaping the identity of the specificities of the ways of life of the individuals or groups that live there, with factors being directly impacted, as was the case with the COVID-19 pandemic. Therefore, this study will hopefully contribute to the debate involving both the disease caused by the Sars-Cov-2 virus and, above all, the direct relation between the production and dissemination of fake news during the pandemic period in Latin America.

Keywords: Fake News. Culture. Territoriality. Latin America.

Este artículo tuvo por objetivo analizar la relación entre la producción y la difusión de noticias falsas en la pandemia, además de su relación con las características territoriales de América Latina. Las noticias falsas consisten en información deliberadamente fabricada, distorsionada o engañosa con la intención de ser presentada como

verdadera o cuestionar hechos sobre algún tema, y pueden aparecer en diferentes formas, incluyendo noticias, videos, imágenes, publicaciones en redes sociales u otros medios. En lo que respecta a los países latinoamericanos, se observa un alcance internacional de las noticias falsas, en que la territorialidad juega un papel importante en la conformación de la identidad de las especificidades de las formas de vida de los individuos que allí habitan, las cuales se ven directamente impactadas por factores como la pandemia del covid-19. Se espera que este estudio contribuya al debate que involucra tanto en la enfermedad causada por el virus SARS-CoV-2 como, sobre todo, en la relación directa entre la producción y difusión de las noticias falsas durante el período pandémico en América Latina.

Palabras clave: Noticias Falsas. Cultura. Territorialidad. América Latina.

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar a contribuição teórica sobre os estudos culturais latino-americanos e o conceito de territorialidade por meio da construção de novas abordagens para o entendimento da dinâmica da produção de notícias falsas na América Latina. O estudo tem como enfoque a disseminação de notícias falsas sobre a covid-19 propagadas no Brasil e no México entre janeiro de 2020 e novembro de 2021.

Os resultados obtidos fazem parte da dissertação de mestrado intitulada *Usos e apropriações de elementos culturais pelas fake news sobre COVID-19 propagadas no Brasil e no México*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP). Essa pesquisa configura-se, portanto, tanto como material fonte como também embasamento teórico, metodológico e de caso para este estudo.

Por meio de uma revisão bibliográfica e uma análise contextual, conceitual e o recorte de caso estabelecido no estudo de origem, são apresentadas diferentes formas de relação entre os traços identitários latino-americanos, correlacionados de forma inerente à sua diversidade territorial com a produção e difusão de fake news, especialmente no período pandêmico causado pelo vírus SARS-CoV-2.

A desinformação sob o olhar da comunicação e da cultura

A pandemia de covid-19, iniciada em 2020, ficou marcada por seus impactos negativos nas áreas médica e sanitária no mundo todo, além da profunda desordem informacional sobre o evento que prosperou no ambiente comunicacional digital e, em especial, pela disseminação massiva de fake news sobre a nova doença. Apesar de não ser um fenômeno recente, a onda de desinformação encontrou na contemporaneidade, por meio das plataformas de mídias sociais, um ambiente propício para a difusão de conteúdos falsos, valendo-se da personalização de conteúdo, mediação algorítmica e automatização da difusão de mensagens, entre outras estratégias tecnológicas para produzir e disseminar informações em larga escala.

Contudo, além das estratégias tecnológicas adotadas e das características das plataformas de mídias sociais, também os aspectos culturais e sociais influenciam na produção, consumo e disseminação de conteúdos falsos no ambiente online, de forma praticamente ininterrupta (Castells, 2007; Floridi, 2014). É nesse contexto que as identidades territoriais, ou territorialidades, permitem uma análise de caso sobre a produção e difusão das fake news, particularmente no contexto latino-americano (Araújo et al., 2022; Fuini, 2017; Haesbaert, 2010; 2020; 2021).

Madraki et al. (2021), ao investigarem a desinformação sobre covid-19 nas redes sociais em vários idiomas e países – como mandarim, na China, inglês, nos Estados Unidos, e farsi (persa), no Irã – e em várias plataformas – como Twitter, Facebook, Instagram, WhatsApp, Weibo, WeChat e TikTok –, observaram que a natureza da desinformação sobre a doença nas mídias sociais variava de maneiras substanciais em diferentes idiomas e países, dependendo das culturas, crenças, religiões, popularidade das mídias sociais, tipos de plataformas, liberdade de discurso e o poder das pessoas em oposição ao dos governos. Os resultados dessa pesquisa são corroborados pelos achados do relatório *Scientific [Self] Isolation* (Machado et al., 2020), produzido pelo Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (Laut), que analisa tendências geográficas da desinformação sobre covid-19:

[...] países latino-americanos como Venezuela, Equador, Peru e Bolívia, que compartilham fronteiras e um idioma comum, estão próximos uns dos outros no gráfico. Da mesma forma, alguns países europeus, como Reino Unido, Espanha, França e Polônia, estão próximos, assim como os países do Norte da África (Ibidem, p. 21).

Os estudos mencionados lançaram luz a um aspecto da desinformação que permite relacionar elementos culturais e geográficos com a natureza das fake news sobre a doença, na medida em que é possível agrupar os países em torno de temas semelhantes. Tomando como ponto de partida tal perspectiva, o arcabouço teórico em torno dos estudos culturais latino-americanos, que considera a comunicação

inscrita na cultura, pode oferecer pistas para compreender de que forma a cultura, o texto midiático e o leitor se relacionam na trama comunicacional contemporânea e, em especial, na dinâmica de produção e circulação de informações falsas.

Considerando a transição dos meios de comunicação de massa para a sociedade em rede e o processo acelerado de mídia-tização da sociedade, tornou-se necessário o entendimento da presença dos sistemas de comunicação e informação para além de sua dimensão instrumental. A comunicação hoje está presente na própria estrutura da sociedade, no âmbito da cultura e da política e, dessa forma, precisam ser pensados os tensionamentos entre os processos midiáticos e as práticas socioculturais, entre a produção de sentido das narrativas midiáticas e as políticas da informação e comunicação características desses tempos de hibridações tecnológicas e interculturalidades (Barros; Rothberg, 2021).

Por essa razão, de acordo com Martin-Barbero, um dos precursores dessa linha, é preciso incluir na observação dos processos comunicacionais uma perspectiva que considere tanto a forma dos produtos simbólicos veiculados nas narrativas falsas quanto o circuito de produção, distribuição e consumo desses conteúdos, pois “pensar os processos de comunicação neste sentido, a partir da cultura, significa deixar de pensá-los a partir das disciplinas e dos meios. Significa romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação à das tecnologias” (Martin-Barbero, 2004 p. 297).

Ao focalizar as notícias falsas como objeto de pesquisa, caracterizadas como

um produto midiático multifacetado por Müller e Souza (2018), é preciso considerar ainda seu caráter industrial, que une metodologias de propaganda política, *big data*, mídias sociais, além da metodologia militar estabelecida de “operações de informação”. Sob esse aspecto, Christopher Wylie, cientista de dados da empresa Cambridge Analytica, descreve o processo como “mudar a mente das pessoas não por persuasão, mas por dominância informacional, um conjunto de técnicas que inclui boatos, desinformação e notícias falsas” (Cadwalladr, 2018). Os efeitos das campanhas, como se sabe, reverberam tanto na qualidade das democracias quanto em questões de saúde pública, por exemplo, conforme observamos no contexto pandêmico causado pela covid-19.

A expressão “fake news” entrou na cena da política e da cultura em 2016, conforme aponta D’Ancona (2017), que, ao apresentar um panorama histórico sobre o estudo desse fenômeno, registra dois marcos importantes para as pesquisas dessa natureza: as eleições norte-americanas de 2016, que culminaram com a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, e o processo de saída da Grã-Bretanha da União Europeia, denominado Brexit, em que foi observada uma campanha consistente de fake news disseminadas à população. Desde então, o tema desperta o interesse da comunidade acadêmica sobre desinformação e notícias falsas no campo político, já que nesse meio as consequências são mais destrutivas, uma vez que o funcionamento saudável (ou doentio) de uma sociedade e a preservação de seus valores democráticos podem ser afetados por elas e por seus efeitos (Bucci, 2019).

Dourado (2020) sintetiza alguns componentes importantes para seu estudo: 1. as condições sociotécnicas que favorecem o fenômeno, o que abrange personalização de conteúdo, mediação algorítmica e automatização da difusão de mensagens, que ensejam novas práticas interativas entre diferentes atores e batalhas de narrativas nas arenas digitais; 2. o ambiente comunicacional, visto que a centralidade das mídias sociais tem aberto espaço para ascensão de novos canais informativos, alterado os modos de consumo noticioso, fortalecido a comunicação interpessoal e encorajado a formação de redes fragmentadas e autônomas; e 3. o contexto social em que as fake news são produzidas.

A contribuição dos Estudos Culturais latino-americanos para esta pesquisa reside no entendimento de que a comunicação e a forma pela qual as mídias realizam a massificação de informações também está diretamente ligada à cultura existente nas regiões, povos e países. A partir dessa análise, Martín-Barbero aponta que a construção da hegemonia implica que o povo tenha acesso às linguagens em que ela se articula. Posto isso, o autor defende que a formação da cultura de massa só foi historicamente possível na medida em que esta foi constituída “acionando e deformando ao mesmo tempo sinais de identidade da antiga cultura popular e integrando ao mercado as novas demandas das massas” (Martín-Barbero, 1997, p. 169). Ou seja, a incorporação das classes populares à cultura hegemônica tem uma longa história, na qual a indústria de narrativas ocupa lugar primordial (Ibidem). Assim, Barbero localiza no desenvolvimento das tecnologias de impressão e no nascimento da imprensa o espaço de decolagem da

produção massiva, “uma imprensa que em 1830 iniciou o caminho que leva do jornalismo político à empresa comercial” (Ibidem, p. 170). Como exemplo, Martín-Barbero cita o nascimento do folhetim como primeiro tipo de texto escrito no formato popular de massa, ressaltando sua característica de meio de comunicação dirigido a esse recorte populacional, mas também de um novo modo de comunicação entre as classes (Ibidem).

A perspectiva histórica esboçada por Martín-Barbero (1997, p. 191) revela a necessidade de entender a cultura e o surgimento das massas considerando as readaptações da hegemonia, que “desde o século XIX, fazem da cultura um espaço estratégico para a reconciliação das classes e a reabsorção das diferenças sociais”. Dessa maneira, as invenções tecnológicas e as modalidades de comunicação que neles e com eles apareceram só foram possíveis “na medida em que a tecnologia materializou mudanças que, a partir da vida social, davam sentido a novas relações e novos usos” (Ibidem). A partir de então, o autor situa os meios de comunicação no âmbito das mediações, “num processo de transformação cultural que não se inicia nem surge através deles, mas no qual eles passarão a desempenhar um papel importante a partir de um certo momento – os anos vinte” (Ibidem). Sob essa concepção, Martín-Barbero defende o entendimento de que nessa conjuntura, da modernidade, as manifestações culturais, as memórias e os imaginários misturam o indígena com o rural, o rural com o urbano, o tradicional com o moderno, o folclore com o popular e o popular com o massivo. A partir dessa ideia, propõe conceber os *media* não como meios, mas sim

como mediações, que constituem um “lugar” a partir do qual a cultura se concretiza.

Nesse sentido, relembra que a partir dos anos 1920 começam a aparecer jornais que retomam e desenvolvem as linhas gerais dessas líras populares. A título de exemplo, Martín-Barbero cita o jornal *Crítica*, da Argentina, que inseriu um conjunto de elementos novos que buscavam explicitamente a conexão com os modos de expressão popular, por meio de reconstrução gráfica de acontecimentos, páginas policiais trazendo composições em verso que comentavam as notícias, ilustrações mostrando cenas da vida nas curas, ou uma vinheta de costumes, além do chileno *Los Tiempos*, com a incorporação do escândalo e do humor à notícia, e do jornal *Las Noticias Gráficas*, cujas estratégias resultaram num tom mais irreverente e escandaloso, com emprego da gíria e da linguagem popular (Ibidem, p. 244-260).

Nessa linha de pensamento, Martín-Barbero (Ibidem, p. 246) constata que esse tipo de jornalismo encontrou sua verdadeira consagração após o surgimento do jornal *Clarín*, fundado em 1954, “no qual os critérios empresariais estarão sempre vinculados a – e determinados por – critérios político-culturais”. Nesse sentido, o autor ressalta que a mudança da linguagem jornalística não se resume a uma estratégia criada para capturar a atenção do público, mas também é uma forma de responder à busca de conexão com as outras linguagens que circulam marginalizadas na sociedade. Ou seja, ele encontra no sensacionalismo as marcas deixadas no discurso da imprensa por uma outra

matriz cultural, simbólico-dramática, a partir da qual são modeladas várias das práticas e formas da cultura popular, [...] que opera por imagens e situações; [...] e sobrevive no mundo da indústria cultural, onde permanece como um poderoso dispositivo de interpelação do popular (Ibidem).

A partir dessa análise, Martín-Barbero defende que o sensacionalismo não pode ser reduzido apenas a um recurso “burguês” de manipulação e alienação, mas também que “por trás da noção de sensacionalismo, como exploração comercial da reportagem policial, da pornografia e da linguagem grosseira se esconde uma visão purista do popular” (Ibidem).

Sob tal perspectiva histórica, ele propõe a investigação sobre os processos de constituição do massivo a partir das transformações nas culturas subalternizadas. Ademais, Martín-Barbero ressalta que a comunicação está se convertendo em um espaço estratégico a partir do qual se pode pensar os bloqueios e as contradições que dinamizam essas “sociedades-encruzilhada”, a meio caminho entre um subdesenvolvimento acelerado e uma modernização compulsiva: “Assim, o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isso é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais” (Ibidem, p. 258).

Em suma, o campo denominado por Martín-Barbero como “mediações” é constituído pelos dispositivos por meio dos quais a hegemonia transforma por dentro o sentido do trabalho e da vida da comunidade (Ibidem, p. 262). Dessa forma, pensar

os processos de comunicação a partir da cultura, e não a partir das disciplinas e dos meios, “significa romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação à das tecnologias” (Ibidem, p. 285), pois as tecnologias não são meras ferramentas transparentes que se deixam usar de qualquer modo: “são em última análise a materialização da racionalidade de uma certa cultura e de um modelo global de organização do poder”. (Ibidem, p. 256).

Nesse sentido, é preciso investigar os processos comunicacionais não apenas no que concerne às mensagens e seus efeitos, mas sim construir uma análise integral do consumo, entendido como o conjunto dos processos sociais de apropriação dos produtos midiáticos, pois nele há também produção de sentidos: “lugar de uma luta que não se restringe à posse dos objetos, pois passa ainda mais decisivamente pelos usos que lhes dão forma social e nos quais se inscrevem demandas e dispositivos de ação provenientes de diversas competências culturais” (Ibidem, p.290).

A contribuição teórica de Martín-Barbero e o conceito das mediações

Jesús Martín-Barbero rompe com a ideia de entender a comunicação social limitada à temática dos meios e propõe uma perspectiva teórica que articula cultura e comunicação, em que os meios ganharam o papel de agente cultural, sem desconsiderar seu caráter comercial

ou estatal. (Jacks; Schmitz, 2018). Ou seja, a partir de seus estudos na esfera da cultura popular, concebe os meios como dispositivos que revitalizam a comunicação, a cultura e o conhecimento, na medida em que são vistos em relações de sentido com as audiências, a partir das referências sociais e culturais destas (Ibidem). Assim, ao inseri-los no mundo social e cultural, Martín-Barbero defende pensar os meios de comunicação “não como aparelhos, mas como instituições sociais que constituem e são constituídas pela sociedade, por suas práticas produtoras de sentido” (Ibidem, p. 117).

Com a ascensão da internet e das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), forma-se uma sociedade em rede – conceito cunhado por Castells (2007) –, ou seja, uma sociedade que se constitui a partir das características do ambiente comunicacional, em que a variedade de recursos tecnológicos diversifica a produção de narrativas. Diante desse contexto,

[...] talvez a característica mais importante da Multimídia seja que ela capta em seu domínio a maioria das expressões culturais em toda a sua diversidade. Seu advento é equivalente ao fim da separação e até da distinção entre mídia audiovisual e mídia impressa, cultura popular e cultura erudita, entretenimento e informação, educação e persuasão. Todas as expressões culturais, da pior a melhor, da mais elitista a mais popular, vêm juntas nesse universo digital que liga, em um supertexto histórico gigantesco, as manifestações passadas, presentes e futuras da mente comunicativa. Com isso, elas constroem um novo ambiente simbólico.

Fazem da virtualidade nossa realidade (Castell, 2007, p. 394).

Nesse novo ambiente simbólico, a audiência se transforma e passa a ser, ao mesmo tempo, consumidora e produtora de informações, numa complexa dinâmica que apropria e ressignifica fragmentos dos fluxos informacionais, dando origem a uma nova massa de “mídias”, que entram em embate com as mídias de massa. Como pontua Orozco Gómez (2011, p. 393), a tendência na sociedade de rede seria a transformação da definição dos comunicantes não mais a partir de seus modos de estar como receptores, mas sim a partir de seus modos de agir como usuários e mesmo emissores/produtores. Nesse contexto em que a interatividade é preponderante, os espaços de troca coletiva passam a ser filtrantes e qualificadores de informação e experiências.

Com a maior participação de múltiplos atores sociais nos debates públicos propiciados pelas novas tecnologias, a internet acabou se tornando um caminho de participação e de visibilidade do poder na sociedade contemporânea. Esse fenômeno começou a ganhar corpo no decorrer dos anos 2000, em especial a partir de 2011, quando os movimentos populares começaram a inserir novos usos das mídias nos campos da cultura e da política. Na ocasião, observou-se o uso da rede para gerar engajamento em torno de questões políticas, seja em prol do ativismo, como o Occupy Wall Street, a Primavera Árabe e as manifestações de junho de 2013 no Brasil, por exemplo, seja por partidos políticos buscando sua promoção, como na eleição presidencial de Trump, nos Estados Unidos, em 2016, e a de Jair Bolsonaro, no Brasil, em 2018.

Nesse aspecto, a crise do sistema capitalista desse período convergiu com a crise da representatividade das democracias, visto que amplos segmentos da população não se sentiam representados. Intensificaram-se assim as disputas narrativas pela produção de sentido no ambiente comunicacional digital. A título de exemplo, no caso brasileiro, ao passo que emergiram manifestações populares influenciadas pelo ativismo no digital, como a greve dos garis (Mazzi, 2014), os rolezinhos (Conheça..., 2014), os movimentos feministas (Coelho, 2013) e da população LBGTQIAP+ (Homossexuais..., 2013), começaram a se formar movimentos conservadores liderados pela extrema direita – que até então mantinha-se apagada diante da tendência econômica global de viés centrista –, utilizando de sites de “*junk news*”, *bots*, *trolls* de mídia social e fazendas de cliques para alimentar campanhas de desinformação em larga escala e, sobretudo, inserindo em sua estrutura discursiva a cultura dos *imageboards* (um tipo de fórum anônimo que permite a postagem de texto com imagens anexadas) (Velho, 2018, p. 15) e dos memes, como forma de inserir as subculturas populares no campo da comunicação política (Chagas et al., 2017).

As Figuras 1 e 2 representam, respectivamente, o uso do meme originado em um grupo *troll* da comunidade *gamer*, conhecido como Hue BR (2014), e a adesão dessa comunidade às campanhas eleitorais brasileiras de 2014.

O caso mencionado é um exemplo de aplicação da estratégia que foi amplamente usada nas campanhas eleitorais brasileiras de 2014. Além disso, as Figuras 1

e 2 demonstram de que forma a dinâmica de grupos e de subculturas que se formaram no ambiente digital foram atreladas à comunicação política, e reforçam a ideia da presença de mecanismos de apropriação de elementos do popular para compor discursos carregados de objetivos específicos, que não são de emancipação, mas sim de dominação ideológica. Recuperando a noção de Martín-Barbero (1997, p. 246) sobre esse recurso “burguês” de manipulação e alienação, acrescenta-se o entendimento de que esses conteúdos surgem como uma falsificação da subalternidade a partir da deturpação do popular, com o objetivo de manipular. A partir desse exemplo é possível colocar em relação dialética as lógicas da produção e do consumo de conteúdos (não só, mas também) sensacionalistas, os formatos industriais e as matrizes culturais.

A nova lógica advinda das plataformas de redes sociais transformou a forma de operar os meios e os fluxos de mensagens, que deixa de ser exclusividade de um polo produtivo de caráter industrial e dá espaço a qualquer sujeito ou grupo que esteja participando do ecossistema comunicativo. Diante das novas atuações, Martín-Barbero defende que os meios se abriram à interlocução com organizações nacionais e locais (Jacks; Schmitz, 2018), e promovem uma mudança no tipo de relacionamento com a audiência, que passa de uma cultura de massa a uma cultura segmentada: “movimento que atravessa e descoloca a cultura. Pois o lugar da cultura na sociedade muda quando a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser meramente instrumental para se converter em estrutural” (Martín-Barbero,

2004, p. 225). Dessa forma, torna-se central “compreender como os sujeitos se relacionam com os meios de comunicação, como

se dão as relações de comunicação e como se constroem os efeitos de sentidos” (Figaro; Grohmann, 2017, p. 153).

[FIGURA 1]

Representação da estética dos Hues BR



[FIGURA 2]

Hues BR na campanha presidencial de Jair Bolsonaro



Fonte: Fagundes (2017).

Nesse sentido, Recuero (2009, p.103) diferencia rede social de sites de redes sociais, evidenciando as diferenças entre as conexões, relações simbólicas, historicidade e apropriação tecnológica do suporte em que elas ocorrem:

Embora os sites de redes sociais atuem como suporte para as interações que constituirão as redes sociais, eles não são, por si, redes sociais. Eles podem apresentá-las, auxiliar a percebê-las, mas é importante salientar que são, em si, apenas sistemas. São os atores sociais, que utilizam essas redes, que constituem essas redes.

Mais recentemente, a autora adota o conceito de mídia social, que se refere a todas as formas de interação com um espaço digital, formado sobretudo por **plataformas**, compostas, por sua vez, por aplicativos, APIs (*Application Programming Interface*) e governança algorítmica (Ibidem), para caracterizar o ambiente de comunicação digital, com destaque ao acesso possibilitado pelos smartphones. Dessa forma, compreende-se a constituição de um espaço simbólico e material em que se concretizam as apropriações que constituem a formação de redes. Assim, o entendimento acerca do termo “rede social” diz respeito mais às conexões simbólicas entre indivíduos e grupos enquanto redes comunicacionais e seus usos do que aos dispositivos tecnológicos, suas características e as apropriações feitas sobre eles pelos usuários.

Sob essa perspectiva, os processos de mediação acontecem em um lugar simbólico (Rocha; Roche, 2019, p. 73), de ponto de encontro das diversidades, sejam elas inerentes ao receptor ou ao seu entorno

social. E é pela esfera da hegemonia produtiva que ocorre a

reprodução de forças, mas também produção de sentidos: lugar de uma luta que não se restringe à posse dos objetos, pois passa ainda mais decisivamente pelos usos que lhes dão forma social e nos quais se inscrevem demandas e dispositivos de ação provenientes de diversas competências culturais (Martín-Barbero, 1997, p. 290).

Como destacam Cogo e Brignol (2008, p. 5), os receptores das mídias contemporâneas agem como protagonistas ativos na apropriação e usos midiáticos, bem como negociam sentidos a partir de suas identidades. Na mesma linha, Barbero defende que as tecnologias de comunicação estão na base de um novo formato de produção de conhecimento que reúne culturas legitimadas, mas também as midiáticas e comunicacionais que se fundem na visualidade, oralidade, sonoridade e gestualidade (Jacks; Schmitz, 2018), processo que dá origem à construção de saberes-mosaicos consequentes dessa configuração do ambiente comunicacional, permeado por uma pluralidade de inteligências e dentro de uma sociedade multicultural (Ibidem). E isso inclui as diversidades constituídas pela etnia, raça e gênero, bem como as heterogeneidades que configuram “os nativos, sejam da cultura letrada, da cultura oral, da audiovisual e da digital” (Ibidem, p. 126). Ou seja, a diversidade de encontros nas plataformas de mídias sociais favorece a formação de micronarrativas que aglutinam saberes de variados campos (Escalante, 2016). Portanto, entende-se que, nesse novo contexto, o processo de construção

cultural e de percepção da realidade são construídos também a partir do novo sistema de comunicação (Mendonça, 2019). Em outras palavras,

O espaço de fluxos e o tempo intemporal são as bases principais de uma nova cultura, que transcende e inclui a diversidade dos sistemas de representação historicamente transmitidos: a cultura da virtualidade real, onde o faz-de-conta vai se tornando realidade (Castells, 2007, p. 398).

Ao encontro do que é refletido por Castells temos o choque internacional provocado pela pandemia de covid-19. Nas palavras de Haesbaert (2020), apresentou-se um cenário de transnacionalização sem precedentes, tanto da enfermidade como de seus impactos, para além de territórios e discursos e/ou práticas soberanas, como é o caso da produção das notícias falsas.

[...] inédito e avassalador desafio que nos coloca essa pandemia é o de parar – no mínimo desacelerar – ou perecer. Ela escancara o que, para muitos, incompreensivelmente, ainda não parecia suficientemente claro: a falência de um sistema que, em tese, aboliu a ideia de limite e se intitulou soberano do planeta. [...] Essa parada compulsória, além das muito prováveis convulsões sociais que irá desencadear (já ensaiadas nos protestos recentes pela América Latina e vários cantos do mundo, do Líbano a Hong Kong), poderá trazer à tona uma séria rediscussão dos rumos civilizatórios (Ibidem).

Dessa forma, Martín-Barbero considera ser preciso admitir que as lógicas do mercado atravessam a constituição e

manutenção dos meios de comunicação, mas ainda assim os compreende como “espaços decisivos da visibilidade e do reconhecimento social” (Jacks; Schmitz, 2018, p. 126). Nessa concepção, as redes sociais se apresentam como espaços de mediações onde se encontram crises epistêmicas, guerras informativas virtuais e fragmentação ideológica, que se intensificaram durante crises sociais, econômicas e políticas e reverberaram mais fortemente com ansiedades e incertezas que cercaram o período pandêmico iniciado em 2020. Diante desse contexto, “um ambiente digital que facilite a conexão entre tribos, com formação de comunidades tendencialmente homogêneas, que condicionam o que deve ser lido como norma, valores e verdades, pavimentam o caminho para a radicalização da opinião política e para a instabilidade da esfera pública” (Dourado, 2020, p. 102).

Isso significa dizer que o fluxo informacional que acontece na esfera pública e conforma a opinião pública na contemporaneidade é sustentado por processos comunicacionais e trocas informativas que envolvem cidadãos, meios de comunicação, e diversos atores sociais que produzem conteúdos. Uma teia social mobilizada por dinâmicas complexas que abrangem não apenas aquisição de informações via notícias dos meios de comunicação tradicionais, especializados e alternativos, mas “também via incessante comunicação interpessoal e de influência transversal de líderes de opinião, o que reflete e direciona mobilização, participação e engajamento” (Dourado, 2020, p. 39).

Essas questões são importantes para entender como o fluxo informativo baseado em mediação técnica e sociocultural das

plataformas de mídias sociais facilita, fomenta e amplia a potência de fake news e demais informações não verificadas na esfera pública da atualidade.

Notícias falsas sobre a covid-19 no Brasil e no México: estudo de caso

O estudo conduzido, de caráter exploratório-descritivo, analisou 403 notícias falsas do Brasil e 333 notícias falsas do México, devidamente checadas por agências de notícias e disponibilizadas em espanhol na base de dados da instituição LatamChequea-Coronavírus – subconjunto da base global de dados Corona Virus Facts/Dados Corona Vírus, elaborado pela International Fact-checking Network (IFCN), aliança global de agências de checagem formada por verificadores de notícias independentes. A pesquisa partiu da triangulação das metodologias de análise de conteúdo (Bardin, 2011), processamento de linguagem natural a partir do modelo BERTopic e estudo comparado (Sartori,

1994), envolvendo técnicas de análise de dados qualitativos e quantitativos, incluindo análise de séries temporais.

Entre os resultados obtidos, identificou-se um total de 16 notícias falsas no Brasil e 31 notícias falsas no México, cujos conteúdos utilizaram elementos culturais em seus argumentos para a construção de narrativas falaciosas em torno da covid-19, o que permitiu estabelecer certos padrões regionais em relação ao uso de aspectos culturais na produção de notícias falsas. Os casos mencionados representam 3,96% dos casos estudados no Brasil e 9,6% dos casos estudados no México.

A organização do material coletado levou em conta dois critérios: 1. a presença de elementos culturais que compõem as notícias falsas propagadas nos países estudados, considerando as “manchetes” das notícias falsas; e 2. a localidade onde tais informações foram disseminadas, ou seja, se a circulação é de origem doméstica (circulou apenas no país estudado) ou internacional (circulou no país estudado e em outros países). Os resultados obtidos são apresentados nos Quadros 1 e 2.

[QUADRO 1]

Usos e apropriações de elementos culturais em notícias falsas sobre covid-19 no Brasil

Número total de notícias falsas veiculadas		Número de notícias falsas que apresentaram elementos culturais em seus conteúdos
Âmbito Doméstico	378	10
Âmbito Internacional (circulou internamente no país e em outros países simultaneamente)	25	6
Total	403	16

[QUADRO 2]

Usos e apropriações de elementos culturais em notícias falsas sobre covid-19 no México

Número total de notícias falsas veiculadas		Número de notícias falsas que apresentaram elementos culturais em seus conteúdos
Âmbito Doméstico	278	15
Âmbito Internacional (circulou internamente no país e em outros países simultaneamente)	55	14
Total	333	29

No âmbito deste estudo, considera-se apropriação de elementos culturais a adoção ou utilização de bens específicos de uma cultura – sejam eles objetos, símbolos, hábitos ou comportamentos – por pessoas e/ou grupos culturais diferentes (Pinheiro, 2015) e utilizados para compor e/ou fundamentar narrativas falaciosas sobre a doença em questão. Como elementos culturais compreende-se

[...] “modo de vida” característico e distintivo do grupo ou classe, os sentidos, valores e idéias corporificados nas instituições, nas relações sociais, em sistemas de crenças, valores e costumes, nos usos de objetos e da vida material. [...] A cultura

inclui os “mapas de sentido” que fazem as coisas inteligíveis para seus membros. Esses [...] [mapas de sentido] são objetivados nos padrões da organização e das relações sociais através dos quais o indivíduo torna-se um “indivíduo social”. [...] Cultura é a forma que as relações sociais de um grupo são estruturadas e modeladas, mas é, também, o modo que essas formas são experienciadas, entendidas e interpretadas (Escosteguy, 2001, p. 79).

Dessa forma, após a organização do material coletado, identificou-se nas notícias falsas analisadas a presença dos aspectos e elementos culturais apresentados nos Quadros 3 e 4.

[QUADRO 3]

Aspectos culturais presentes em notícias falsas domésticas sobre a covid-19 no Brasil e no México

Brasil	México
1. Saberes tradicionais em relação à saúde: uso de chás (chá de erva-doce, chá de alho; chá de limão, alho e jambu; chá de boldo; chá de alho com limão, laranja e melão de São Caetano) 2. Hábitos alimentares (ingestão de fígado bovino) 3. Crenças religiosas de matriz evangélica .	1. Saberes tradicionais relacionados a cuidados em saúde, como uso de ervas, chás (mel e limão), costumes (uso de eucalipto, gargarejos com água, sal ou vinagre) 2. Hábitos alimentares (consumo de café, gemada) 3. Costumes (uso de cebola) 4. Crenças religiosas envolvendo profecias bíblicas e uso de ervas sagradas

[QUADRO 4]
Aspectos culturais presentes em notícias falsas internacionais
sobre a covid-19 no Brasil e no México

Brasil	México
Saberes e/ou práticas populares relacionadas à saúde, como consumir chá de alho , evitar bebidas geladas .	Costumes, como uso de vinagre , consumo de água com limão , consumo de café , uso de ervas (eucalipto) e de chás (gengibre, mel, alho e cebola) , e práticas como fazer vaporizações

Conforme descrito nos Quadros 3 e 4, foi possível localizar diferenças importantes em relação à adoção de aspectos culturais em conteúdos falsos de acordo com o território onde a informação falsa circulou. Os elementos culturais coletados vão ao encontro da diversidade de características identitárias presentes no território latino-americano, tendo em vista que esses elementos estão relacionados com a forma como as pessoas se veem e como são vistas pelos outros. Ela é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo cultura, etnia, gênero, religião e experiências de vida.

Ao realizarmos a expansão da ideia de territorialidade nesses mesmos termos, tal como proposto por Haesbaert (2021), os lugares podem desempenhar um papel significativo na formação da identidade de uma pessoa, uma vez que as experiências vividas em um lugar podem moldar a forma como alguém se percebe e se relaciona com os outros. Esse (des)encontro das identidades regionais e locais com as notícias falsas sobre covid-19 também se entrelaçam com o que é chamado de **invenção do cotidiano** por Certeau (1998), mesclando os saberes e práticas com as formas de produção e difusão dessas informações, pois cada cultura “exerce

um saber-fazer onde se podem encontrar todos os traços da arte da memória” (Ibidem, p. 165-166).

Se o cotidiano é fundamental para compreendermos traços culturais, enraizados no território, o que se observa nos Quadros 1, 2 e 3 dialoga com os argumentos apresentados por Haesbaert (2007) no que diz respeito ao conceito de territorialidade, que pode ser categorizado, analiticamente, a partir de diferentes camadas teórico-epistemológicas:

Realizando uma revisão teórica sobre as diversas formas com que a concepção de territorialidade foi proposta, podemos sintetizar através do seguinte elenco de posições:

- 1) Territorialidade num enfoque mais epistemológico: “abstração”, condição genérica (teórica) para a existência do território (dependendo, assim, do conceito de território proposto)
- 2) Territorialidade num sentido mais ontológico:
 - a. Como materialidade (ex. controle físico do acesso através do espaço material, como indica Robert Sack)

b. Como imaterialidade (ex. controle simbólico, através de uma identidade territorial ou “comunidade territorial imaginada”)

c. Como “espaço vivido” (frente aos espaços –neste caso, territórios, formais-institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade (Haesbaert, 2010, p. 25).

Em acréscimo às colocações de Haesbaert (2010) e como reforço aos objetivos deste estudo, na intenção de interligar os traços identitários da produção de fake news à territorialidade, pode-se acrescentar os argumentos de Escobar (2015) quando o autor afirma que:

O território é concebido como mais do que uma base material para a reprodução da comunidade humana e das suas práticas. Para capturar esse algo mais, é crucial atender às diferenças ontológicas. Quando falamos da montanha, ou de uma lagoa ou de um rio, como ancestral ou como entidade viva, estamos nos referindo a uma relação social, não a uma relação entre sujeito e objeto. Cada relação social com não-humanos pode ter seus protocolos específicos, mas não são (ou não são apenas) relações instrumentais e de uso. (Escobar, 2015, p. 96-97, tradução livre¹).

1 No original: “El territorio se concibe como más que una base material para la reproducción de la comunidad humana y sus prácticas. Para poder captar ese algo más, el atender a las diferencias ontológicas es crucial. Cuando se está hablando de la montaña, o una laguna o río, como ancestro o como entidad viva, se está referenciando una relación social, no una relación de sujeto a objeto. Cada relación social con no-humanos puede tener sus protocolos específicos, pero no son (o no solo) relaciones instrumentales y de uso.”

Portanto, diante das evidências empíricas descritas, entende-se ser fundamental posicionar as especificidades culturais e territoriais para entender como esses significantes moldam a dinâmica da desinformação.

Conclusão

As pesquisas consultadas evidenciaram que os efeitos sistêmicos das campanhas de desinformação impactaram desproporcionalmente os países do Sul Global, especialmente devido às assimetrias de poder. Diante disso, Kuo e Marwick (2021) apontam a necessidade de estudos críticos sobre desinformação que busquem um enfoque histórico, social, cultural e político, posicionando raça, gênero, classe e análise territorial para entender como esses significantes moldam a dinâmica da desinformação, ao mesmo tempo em que investigam como o poder institucional e as estruturas econômicas, sociais, culturais e tecnológicas moldam a crise da informação vigente.

A pandemia de covid-19 provocou mudanças na vida cotidiana: mudou a forma como as pessoas trabalham, comunicam-se e socializam, e promoveu um impacto social, econômico e cultural sem precedentes. Em meio a esse cenário de exceção houve um crescimento exponencial da produção e difusão de fake news, possibilitado pelos avanços tecnológicos de acesso à informação online em diferentes plataformas. No entanto, apesar de terem um alcance global, as fake news absorvem

aspectos culturais, identitários e territoriais a depender das especificidades de cada país ou região do mundo, e no período pandêmico essa característica não foi diferente.

Isso posto, os resultados contribuem ainda para pensar novas abordagens na formulação de planos de comunicação em saúde culturalmente apropriados e sua relevância para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU): saúde e bem-estar, paz, justiça e instituições fortes. ■

[ANA PAULA DIAS]

Mestre em Comunicação e Cultura pela
Universidade de São Paulo (USP).
E-mail: ana2.dias@alumni.usp.br

[GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO]

Doutor em Geografia pela Universidade
Estadual Paulista (UNESP). Professor e
Pesquisador Permanente do Programa de
Pós-Graduação stricto sensu em Educação
da Universidade Católica Brasília (UCB).
E-mail: gilvan.araujo@p.ucb.br

Referências

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de; FOLMER, Ivanio; MARIA, Vanessa Andriani. Geografia e SARS-CoV-2: olhares e reflexões sobre a pandemia. **Geoingá**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 220-247, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Laan Mendes de; ROTHBERG, Danilo. Processos midiáticos, práticas socioculturais, produção de sentido e políticas da informação e comunicação. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, Venezuela, v. 20, n. 38, 2021.

BUCCI, Eugênio. **Existe democracia sem verdade factual?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

CADWALLADR, Carole. "I made Steve Bennon's psychological warfare tool": meet the data war whistleblower. **The Guardian**, 18 mar. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/data-war-whistleblower-christopher-wylie-faceook-nix-bannon-trump>. Acesso em: 5 out. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAGAS, Viktor et al. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014. **Intexto**, Porto Alegre, n. 38, p. 173-196, 2017.

COGO, Denise; BRIGNOL, Liliana Dutra. Recepção midiática e migrações transnacionais em Barcelona e porto alegre. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 7., São Paulo, 2008. **Anais [...]**. São Paulo: Compós, 2008.

COELHO, Henrique. Marcha das Vadias reúne mais de mil no Rio e vira hit em rede social. **G1**, 27 jul. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/marcha-das-vadias-reune-mil-nas-praias-do-rio-e-vira-hit-em-rede-social.html>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CONHEÇA a história dos 'rolezinhos' em São Paulo. **G1**, 14 jan. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/conheca-historia-dos-rolezinhos-em-sao-paulo.html>. Acesso em: 15 fev 2023.

D'ANCONA, Matthew. **Post-truth**: The new war on truth and how to fight back. Nova York: Random House, 2017.

DIAS, Ana Paula. **Usos e apropriações de elementos culturais pelas fake news sobre COVID-19 propagadas no Brasil e no México**. 2023. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão. **Fake news na eleição presidencial de 2018 no Brasil**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio” **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 35, p. 89-100, 2015.

ESCALANTE, Pollyana Rodrigues Pessoa. **O potencial comunicativo dos memes**: formas de letramento na rede digital. 2016. Dissertação (Mestrado em Tecnologias de Comunicação e Cultura) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FIGARO, Roseli; GROHMANN, Rafael. La recepción sirve para pensar: um “lugar” de enfrentamientos. **Palabra Clave – Revista de Comunicación**, Colômbia, v. 20, n. 1, p. 142-161, 2017.

FLORIDI, Luciano. **The 4thRevolution**: How the infosphere is reshaping human reality. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Volta Redonda, v. 9, n. 17, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Reflexões geográficas em tempos de pandemia. **Espaço e Economia**, [online], n.18, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/vu3nxmnh>. Acesso em: 22 abr. 2024.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s) colonial na América Latina. 1a. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia: Universidade Federal Fluminense, 2021.

HOMOSSEXUAIS protestam na chegada do papa ao Rio. **Época Negócios**, 7 ago. 2013. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2013/07/homossexuais-protestam-na-chegada-do-papa-ao-rio.html>. Acesso em: 15 fev. 2023.

HUE BR: má fama do Brasil em jogos online vira meme na internet. **Uol**, 3 set. 2014. Disponível em: <https://www.uol.com.br/start/album/2014/09/03/hue-br-ma-fama-do-brasil-em-jogos-online-vira-meme-na-internet.htm?foto=1>. Acesso em: 8 fev. 2023.

JACKS, Nilda; SCHMITZ, Daniela. Os meios em Martín-Barbero: antes e depois das mediações. **Matrizes**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 115-130, 2018.

KUO, Rachel; MARWICK, Alice. Critical disinformation studies: History, power, and politics. **Misinformation Review Harvard Kennedy School**, [online], 12 ago. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/fhpwtd5f>. Acesso em: 23 jan. 2023.

FAGUNDES, Raphael Silva. Entre o medo, o desdém e a cólera: o avanço da extrema direita no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 25 jul. 2015. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/entre-o-medo-o-desdem-e-a-colera-o-avanco-da-extrema-direita-no-brasil/>. Acesso em: 15 fev 2023.

MACHADO, Caio C. Vieira et al. Scientific [self] isolation. **LAUT**, 23 nov. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/2xv3k4wp>. Acesso em: 19 abr. 2024.

MADRAKI, Golshan et al. Characterizing and comparing covid-19 misinformation across languages, countries and platforms. **Companion Proceedings of the Web Conference 2021**, Nova York, p. 213-223, abr. 2021. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/3442442.3452304>. Acesso em: 19 jan. 2022.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução: Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo**: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Loyola, 2004.

MAZZI, Carolina. Para gari escritor, protestos de 2013 inspiraram greve. **UOL**, 15 mar. 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/5c56b9uh>. Acesso em: 18 jan. 2023.

MENDONÇA, Elaine Trevisan de. **Esportivas, dos gramados à comunicação**: portal de jornalismo esportivo gerenciado por mulheres. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2019.

MÜLLER, Felipe de Matos; SOUZA, Márcio Vieira de. Fake News: um problema midiático multifacetado. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONHECIMENTO E INOVAÇÃO – CIKI*, 8., Guadalajara, 2018. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdftm4cy>. Acesso em: 18 jan. 2022.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. La condición comunicacional contemporânea: desafíos latinoamericanos de la investigación de las interacciones en la sociedad red. *In: JACKS, Nilda et al. (org.). Análisis de recepción en América Latina: un recuento histórico con perspectivas al futuro*. Quito, Ecuador: CIESPAL, 2011. p. 377-408.

PINHEIRO, Lisandra Barbosa Macedo. Negritude, apropriação cultural e a “crise conceitual” das identidades na modernidade. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 28., Florianópolis, 27-31 jul. 2015. **Anais** [...]. Porto Alegre: Anpuh, 2015.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre covid-19 no Twitter. **Contracampo**, Niterói, v. 40, n. 1, 2021.

ROCHA, Simone; ROCHE, Fabio López de la. Temporalidades para pensar la contemporaneidad de lo no-contemporáneo. *In: JACKS, Nilda; SCHMITZ, Daniela; WOTTRICH, Laula (ed.). Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural: diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero*. Quito: CIESPAL, 2019.

SARTORI, Giovanni. **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza, 1994.

VELHO, Gabriel. **Análise das apropriações do anonimato nas subculturas dos imageboards**. 2018. Dissertação (Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2018.

HUMANIDADES DIGITAIS NAS PESQUISAS DA ALAIC, COMPÓS E INTERCOM (2019-2022)

[DOSSIÊ]

Fernanda Sevarolli Creston Faria

Universidade Federal de Juiz de Fora

Marco Aurélio Kistemann Júnior

Universidade Federal de Juiz de Fora

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este trabalho busca compreender como as Humanidades Digitais (HD) têm se aproximado do campo da Comunicação. Desse modo, a justificativa para esta pesquisa se prende ao fato de que a área de Comunicação, bem como a de HD, têm crescido exponencialmente, principalmente em suas raízes epistemológicas e na concretização dos campos como importantes áreas do saber. Assim, o objetivo geral do trabalho é apresentar o estado da arte das HD dentro do campo da Comunicação. Para tanto, analisamos analogicamente, ou seja, de forma manual, três plataformas de dados acadêmicos de eventos do campo do conhecimento da Comunicação, Compós, Revista Intercom e Alaic, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022. De posse dos dados, fizemos a análise dos achados, evidenciamos duas ferramentas digitais e finalizamos o trabalho reconhecendo que as HD podem colaborar com as pesquisas em Comunicação, mas que precisam ainda ser compreendidas e aplicadas nas metodologias de pesquisa adotadas por este campo.

Palavras-chave: Comunicação. Humanidades digitais. Metodologia. Pesquisa.

This study seeks to understand how the digital humanities (DH) have drawn nearer to communication. Therefore, the justification for this research is linked to the fact that Communication and DH have grown exponentially, especially in their epistemological roots and their concretization as important areas of knowledge. Thus, this study aims to describe the state of the art of DH within communication. For this, this study analogously, i.e., manually, analyzed three academic data platforms of events in communication, namely Compós, Revista Intercom (Intercom), and Alaic, from January 1, 2019 to 31 December 2022. With the data in hand, this study analyzed findings, highlighted two digital tools, and concluded by recognizing that DH can collaborate with research in Communication but that that must still be understood and applied to the adopted research methodologies.

Keywords: Communication. Digital humanities. Methodology. Search.

Este trabajo pretendió comprender cómo las Humanidades Digitales (HD) han abordado el campo de la Comunicación. La justificación de esta investigación se dio a que el campo de la Comunicación y la HD han crecido exponencialmente, principalmente en su arraigo epistemológico y la concreción del campo como ramas importantes del conocimiento. Así, el objetivo general de este trabajo fue presentar el estado del arte de la HD en el campo de la Comunicación. Para ello, se analizaron de forma análoga, es decir, manual, tres plataformas de datos académicos de eventos del ámbito del

conocimiento de la Comunicación (Compós, Revista Intercom y Alaic), en el periodo comprendido entre el 1 de enero de 2019 y el 31 de diciembre de 2022. Con los datos en la mano, se analizaron los hallazgos, los cuales destacaron dos herramientas digitales y se concluyó que el trabajo de las HD puede colaborar con la investigación en Comunicación, pero que aún es necesario comprenderlas y aplicarlas en las metodologías de investigación adoptadas.

Palabras clave: Comunicación. Humanidades digitales. Metodología. Investigación.

Introdução

Precisamos buscar categorias de inteligibilidade ‘conceitos quentes que derretam as fronteiras em que a ciência moderna dividiu e encerrou a realidade.’
Santos (2004, p. 72)

Este trabalho busca compreender como o campo de pesquisas das Humanidades Digitais (HD), recém-surgido e em franca expansão, tem se aproximado da área de Humanas no sentido de colaborar com ela em pesquisas e produção de dados, especificamente dentro do campo da Comunicação.

Desse modo, a justificativa para esta pesquisa se prende ao fato de que a área de Comunicação, bem como a de HD, têm crescido exponencialmente, principalmente em suas raízes epistemológicas e na concretização dos campos como importantes áreas do saber, sendo que as HD têm se mostrado atualmente de forma expressiva no que tange à colaboração nas áreas de Humanas como forma de evidenciar e ampliar as pesquisas qualitativas com um todo, seja para produção de dados, gráficos ou criação, manutenção e supervisão de bancos de dados em geral.

Assim, o objetivo geral do trabalho apresentar o estado da arte das HD dentro do campo da Comunicação, ou seja, verificar, por meio de mapeamento manual realizado a partir de trabalhos científicos publicados nas plataformas de eventos importantes nesta área, se algum dos trabalhos selecionados utilizou ferramentas digitais como suporte em metodologias aplicadas aos estudos propostos,

e se de fato as ferramentas das HD podem colaborar na construção de conhecimento em Comunicação.

Para tanto, analisamos analogicamente, ou seja, de forma manual, três plataformas de dados acadêmicos de eventos do campo do conhecimento da Comunicação – Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós¹), Revista da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (Revista Intercom²) e Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação (Alaic³) – no período compreendido entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2022.

Ressaltando que o primeiro evento considerado, a Compós, trata-se de uma

Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação [...] fundada em 16 junho de 1991, em Belo Horizonte, com o apoio da Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] e do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], a partir da iniciativa de alguns pesquisadores e representantes dos seguintes cursos de Pós-Graduação: PUC-SP [Pontifícia Universidade Católica de São Paulo], UFBA [Universidade Federal da Bahia], UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], UnB [Universidade de

1 Para mais informações, acessar: <https://compos.org.br/a-compos/>. Acesso em: 15 ago.2023.

2 Para mais informações, acessar: <https://www.portalintercom.org.br/a-intercom>. Acesso em: 15 ago.2023.

3 Para mais informações, acessar: <https://alaic.org/pt/quienes-somos/>. Acesso em: 15 ago.2023.

Brasília], Unicamp [Universidade estadual de Campinas], UMESP [Universidade Metodista de São Paulo]. É uma sociedade civil, sem fins lucrativos, congregando como associados os Programas de Pós-Graduação em Comunicação em nível de Mestrado e/ou Doutorado de instituições de ensino superior públicas e privadas no Brasil.

Ademais, tal associação, que opera a nível nacional, traz em seu escopo os seguintes objetivos:

[...] o fortalecimento e qualificação crescentes da Pós-Graduação em Comunicação no país; a integração e intercâmbio entre os Programas existentes, bem como o apoio à implantação de novos Programas; o diálogo com instituições afins nacionais e internacionais; o estímulo à participação da comunidade acadêmica em Comunicação nas políticas do país para a área, defendendo o aperfeiçoamento profissional e o desenvolvimento teórico, cultural, científico e tecnológico no campo da Comunicação.

Observe que, ao apresentar os objetivos dessa associação, temos claro que um deles é o desenvolvimento tecnológico no campo da Comunicação, o que, de acordo com Moura (2019, p. 60), evidencia o uso das HD, já que estas são um novo modo de se pesquisar nas áreas humanas e nas Ciências Sociais, perpassadas pela tecnologia.

O outro evento utilizado como base das pesquisas pertence ao Portal Intercom, sendo a Revista Intercom, cujos alguns volumes examinamos.

Mas o que é Intercom? Recorrendo ao portal, encontramos a seguinte definição:

A Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – é uma instituição sem fins lucrativos, destinada ao fomento e à troca de conhecimento entre pesquisadores e profissionais atuantes no mercado. A entidade estimula o desenvolvimento de produção científica não apenas entre mestres e doutores, mas também entre alunos e recém-graduados em Comunicação, oferecendo prêmios como forma de reconhecimento aos que se destacam nos eventos promovidos pela entidade.

Tal iniciativa foi fundada em 12 de dezembro de 1977, em São Paulo, com o intuito de compartilhar

[...] pesquisas e informações de forma interdisciplinar. Além de encontros periódicos e simpósios, a instituição promove um congresso nacional – evento de maior prestígio na área de pesquisa em Comunicação, que recebe uma média de 3,5 mil pessoas anualmente, entre pesquisadores e estudantes do Brasil e do exterior. O evento, sediado em cidade escolhida pelos sócios no ano anterior, é precedido de cinco congressos regionais. A sociedade é responsável, ainda, pelo lançamento de livros e revistas especializados em Comunicação, e pela busca de parcerias com entidades de mesmo objetivo e institutos e órgãos de incentivo à pesquisa brasileiros e estrangeiros. Esse intercâmbio é um incentivo à formação científica, tecnológica, cultural e artística, além de uma

forma de capacitar professores, estudantes e profissionais da Comunicação.

Percebam que, mais uma vez, a palavra tecnológica aparece, sugerindo a busca por intercâmbio, desenvolvimento e aprendizado tecnológico, o que nos leva a inferir que, possivelmente, alguns trabalhos tenham cunho tecnológico ou utilizem a tecnologia como suporte na consecução de dados em geral.

E, por último, e não menos importante, selecionamos o evento conhecido como Alaic:

Foi fundada em novembro de 1978 em Caracas, Venezuela. Surgiu graças à iniciativa de um grupo de pesquisadores (Antonio Pasquali, Luis Ramiro Beltrán, Jesús Martín-Barbero, Alejandro Alfonso, Marco Ordóñez, entre outros), que viram a importância e a necessidade da comunicação na comunidade acadêmica da América Latina Articular.

No caso da Alaic, ao analisarmos seus objetivos, não encontramos explícita a palavra tecnológico, contudo a encontramos nos grupos de trabalhos (GT), como no GT 10 – Comunicação, Tecnologia e Desenvolvimento, que vai se preocupar com as questões que permeiam a pesquisa em Comunicação e os aspectos tecnológicos que fazem parte dela de alguma forma.

Desse modo, reafirmamos que o intuito desta busca foi verificar se os trabalhos indexados nos ambientes virtuais citados utilizaram em suas metodologias de pesquisa ferramentas das HD, as quais serão melhor compreendidas posteriormente nesta mesma pesquisa.

Destacamos ainda que esse esforço foi feito para contribuir na compreensão do referido uso das ditas ferramentas do mundo digital, as HD, nos trabalhos que porventura forem selecionados, e se seu uso foi proposto para a exploração quantitativa das pesquisas selecionadas, constituindo assim um fator positivo tanto para as HD quanto para a Comunicação enquanto áreas do conhecimento.

Portanto, como método, mapeamos as plataformas manualmente, selecionamos artigos pertinentes ao estudo aqui considerado, demonstrando o mapeamento e a seleção dos trabalhos de interesse para nossa pesquisa e, posteriormente, tecemos considerações baseadas em material teórico pertinente à Comunicação e às HD, as quais colaboraram com nosso pensamento acerca do incentivo ao uso das ferramentas digitais, bem como ao cuidado e reflexão ao utilizá-las.

Além do exposto, por meio de revisão bibliográfica exploramos autores que dialogam com temáticas pertencentes aos grandes campos da Tecnologia, mais especificamente das HD e da Comunicação, objetivando traçar um possível paralelo entre as áreas mencionadas para potencializar o uso das tecnologias, sobretudo em metodologias de pesquisa em Comunicação, como forma de expandir pesquisas, colaborar com a produção de dados, entre outros.

Logo, importa-nos mencionar que este trabalho se apresenta da seguinte forma: introdução, aspectos teóricos, metodologia, análise de dados e conclusão, as quais serão exploradas a seguir.

Aporte teórico da pesquisa

A relação entre homem e máquina a partir do surgimento de um maior aparato tecnológico, principalmente com o *boom* digital em oposição ao analógico a partir dos anos 1990, quando da implementação da internet e dos meios de comunicação em massa, fez o homem temer mais a máquina do que tentar compreendê-la ou usá-la.

Contudo, apesar do medo humano, a tecnologia, se bem direcionada e ensinada de modo eficaz a partir de conceitos de uma competência midiática (Borges, 2021), passa a ser útil e utilizada como suporte de comunicação e interação, principalmente na análise, construção e arquivamento de dados nos campos acadêmicos em geral.

Logo, destacamos a necessidade de deixarmos de lado o aspecto romântico da tecnologia fictícia dos filmes, dos robôs adestrados e das casas automatizadas, esquecendo, ainda, os exterminadores do futuro ou as descobertas destrutivas, que quase sempre culminam na transformação da humanidade em zumbis, e encaremos a tecnologia como parceira na construção do conhecimento e que, para tanto, precisa ser reconhecida, aprendida e direcionada para utilização com este fim.

Portanto, a compreensão desta realidade e sua real aplicação, sem sua romantização, que acredita que a tecnologia existe para colaborar com nossas ações diárias, é a esperança de que compreendamos de fato que a tecnologia, conforme postulou o autor McLuhan (1969), com o qual coadunamos nesse sentido, surgiu como extensão

daquilo que nosso corpo não é capaz de realizar, como uma continuação de partes da anatomia humana para determinado fim, e não como uma substituição do corpo por partes tecnológicas, de acordo com a ficção. Assim, surge a necessidade de reconhecer a tecnologia como suporte, e não como parte essencial da vida humana.

Nesse sentido, para justificarmos uma vez mais o uso das inúmeras tecnologias que nos cercam e sobre a exploração da teoria a respeito do uso das HD, é pertinente citar Gomez (2017, p. 1):

Os estudos da informação formam parte das mudanças das matrizes paradigmáticas das ciências contemporâneas. Mudanças que são consistentes com o deslocamento do conhecimento, da comunicação e da linguagem de seu *lôcus* investigativo prévio, no domínio reflexivo dos estudos filosóficos e humanísticos, conforme modos de olhar históricos, genealógicos ou interpretativos, para compor um domínio de construção de objetos ao que se aplicam metodologias explicativas, de concepção e modelização. Ao mesmo tempo, as tecnologias digitais vão compor o domínio investigativo das ciências humanas e sociais (como quando se pergunta pelas “humanidades digitais”), além de providenciar recursos procedimentais inovadores (como na e-ciência e na ciência aberta e colaborativa). Em sua própria constituição, os estudos da informação surgem num cruzamento de fronteiras, e o entendimento dessa posição, na formação histórica das ciências e das técnicas, seria parte importante daquilo que será objeto de sua crítica e reflexão.

Nesta citação, Gomez (2017) consegue resumir toda a explicação que se sugere necessária ao justificar o uso da tecnologia pela área de Humanidades quando menciona que elas providenciam recursos procedimentais inovadores. Ou seja, as HD não são a metodologia, mas a ferramenta que fará parte de uma metodologia previamente escolhida pelo pesquisador e que, *a posteriori*, gerará dados para análise e conclusão do pesquisador enquanto teórico de determinada área científica.

Ademais, conforme Kirschenbaum (2010, p. 56) afirma:

As humanidades digitais, também conhecidas como computação em humanidades, são um campo de estudo, pesquisa, ensino e invenção relacionado à interseção da computação e as disciplinas das ciências humanas. É metodológico por natureza e interdisciplinar em escopo. Envolve investigação, análise, síntese e apresentação de informações em formato eletrônico. Estuda como essas mídias afetam as disciplinas em que são usadas.

Ressaltamos ainda que defendemos a ideia não do uso da tecnologia por substituição, tampouco como modo de aceleração ao se produzir e/ou analisar dados, mas sim a do uso responsável e próximo do ideal, de modo a respeitar os limites humanos, sem corrompê-los, criando maneiras de implementar novas formas de pesquisar, otimizando métodos e ferramentas em prol de uma ciência humanizada (Crary, 2014).

Metodologia utilizada

Destacamos, inicialmente, que se trata de uma pesquisa de natureza básica, quantitativa e de caráter exploratório, apresentando uma revisão bibliográfica pertinente às áreas de Comunicação e HD.

Ademais, como forma de afirmar os achados teóricos que contemplam esta pesquisa, analisamos algumas plataformas virtuais de eventos específicos da área de Comunicação para demonstrar o uso ou não das HD como parte dos processos metodológicos adotados nos trabalhos selecionados.

Nesse sentido, no primeiro momento fizemos um mapeamento manual nas plataformas Compós, Revista Intercom e Alaic, como anteriormente mencionado.

Logo, para a efetivação do mapeamento utilizamos cinco palavras por nós escolhidas que envolvessem o campo de pesquisa, principalmente da tecnologia de um modo geral, já que mapeamos plataformas específicas da Comunicação e seria redundante escolher palavras dessa área.

Desse modo, as palavras escolhidas foram **tecnologia**, **cultura digital** e **humanidades digitais**. Ao fazermos a pesquisa nos sites dos eventos já mencionados e utilizando as palavras dispostas juntas e inseridas nos mecanismos de busca dos eventos referidos, tal iniciativa não retornou nenhum resultado.

Contudo, realizamos novas buscas com as palavras de forma isolada, ou seja,

uma palavra de cada vez inseridas nos mecanismos de busca de cada evento, e chegamos aos dados da Tabela 1.

Observem que na Tabela 1 encontramos 56 artigos que continham uma das

seis palavras mencionadas – sendo “cultura digital” e “humanidades digitais” formando uma única ideia (a partir da junção das duas palavras) para fins de pesquisa nos portais, presentes no título, no resumo ou nas palavras-chave.

[TABELA 1]
 Dados quantitativos do mapeamento manual

EVENTO/PALAVRA	CULTURA DIGITAL	HUMANIDADES DIGITAIS	TECNOLOGIA
Alaic	19	0	7
Compós	13	0	13
Revista Intercom	1	0	3
Total parcial	33	0	23
Total geral	56		

Assim, com os trabalhos selecionados, iniciamos a separação e análise dos dados encontrados em cada trabalho, conforme é possível observar no tópico a seguir.

Apresentação geral e discussão dos dados coletados

Dando luz aos achados por meio dos trabalhos selecionados e em continuação à pesquisa, agora de posse dos dados obtidos a partir do primeiro material selecionado no mapeamento manual mencionado no tópico anterior, construímos uma lista com os dados gerais de cada artigo, que analisamos em cada um dos 56 textos encontrados inicialmente.

Trata-se de uma lista de apoio para filtragem dos textos selecionados no primeiro

momento e que, dado ao curto espaço de tempo que tínhamos para análise de um *corpus* tão extenso, precisava ser reanalisada e diminuída.

Para tanto, foi feito um trabalho minucioso a partir dos seguintes critérios: 1. Data de publicação; 2. Evento; 3. Título; 4. Palavras-chave; 5. Nomes do autor ou atores; 6. Origem; 7. Instituição; 8. Teoria; 9. Metodologia.

Assim, após a análise dos textos, ressaltamos que nem todos os nove tópicos da lista mencionada foram encontrados nos resumos, títulos ou palavras-chave do material disponível, já que muitos dos textos demandaram a leitura completa da pesquisa para compreensão geral da temática, teoria e metodologia encontradas (ou não) em cada um.

Nesse caso, obtivemos alguns dados após as primeiras análises a partir dos itens

da referida lista e, com isso, chegamos a 15 textos que citavam, de alguma forma, pelo menos uma das palavras utilizadas na pesquisa inicial.

Dessa maneira, analisamos os dados encontrados de acordo com a listagem dos nove itens elencados anteriormente, destacando que a possibilidade de análise conjunta de dados de mais de um tópico ocorreu devido à proximidade temática ou conveniência textual.

Cabe registrar que o tópico 1, referente à Data de publicação, não será pormenorizado, já que em todas as plataformas o período de busca utilizado foi de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, sendo redundante a explanação desse dado para todos os casos.

Logo, esse período compreende quatro anos de eventos consecutivos, ou seja, em cada um dos anos citados ocorreu pelo menos um evento dos três analisados, que são abertos para pesquisadores de âmbito nacional e internacional, um leque de participação amplo, permitindo a diversidade de trabalhos, metodologias e assuntos inerentes à Comunicação, e que possivelmente tenham tido algum contato com as HD.

Dando prosseguimento às análises, agora em relação aos títulos e palavras-chave, relatamos que a escolha dos trabalhos foi feita, em primeira instância, por meio do título e das palavras-chave de cada um dos textos e, assim, ambos tiveram forte influência na escolha ou não pelo trabalho, já que estes dados revelam uma relação íntima com o que o texto vai tratar. Portanto, um título bem colocado e

as palavras-chave bem selecionadas colaboraram de forma singular na seleção do material de análise para nossa pesquisa.

Além do exposto, consideramos os títulos que, apesar de não apresentarem as palavras que selecionamos como mote de análise nas plataformas dos eventos pesquisados, tinham alguma aproximação com elas e poderiam ter relação também com as HD.

Portanto, apresentamos os títulos dos 15 textos selecionados, copiando-os a seguir, para conhecimento da mostra analisada:

1. Posproduccion online y apropiación de la memoria cinematográfica para significar el presente
2. Retos que afronta la historia digital en México
3. Streaming e a explosão da multiplicidade da oferta: desafios e estratégias para o setor no Brasil
4. Desafíos de la investigación sobre cultura digital en America Latina. encuadres para un debate epistemológico
5. Celular, pandemia e conexões à luz da comunicação e da cultura material
6. A pandemia de covid-19 no YouTube: ciência, entretenimento e negacionismo
7. Práticas comunicativas, mídias e tecnologias: estudos cruzados entre Brasil e Angola
8. Vida instagramável: habitando tempos e espaços do mundo-empresa

9. Reflexões sobre o texto e a escrita na web sob o prisma da enónciation éditoriale
10. Narrativas Folkcomunicacionais nas mídias sociais: as quadrilhas juninas contam o Nordeste
11. Ciberfeminismos en America Latina y el Caribe
12. Campo das telenovelas em tempos de streaming: o caso Globo
13. Quem é @netflixbrasil? as características antropomorfizadas nas interações com o público no Twitter
14. Muito além da ficção televisiva: Stranger Things e as estratégias de engajamento das indústrias do entretenimento
15. Co-construção sociedade/tecnologias em ambientes virtuais digitais

Observe que a listagem dos títulos traz palavras como online, streaming,

YouTube, Twitter, web, digital (isolada, ou seja, sem associação com outra palavra), celular, mídias, instagramável (neologismo), ciberfeminismo, engajamento e ambientes virtuais digitais. Tais palavras pertencem ao universo digital e, nesses casos, indicam alguma relação com o que buscamos.

Ainda sobre os trabalhos selecionados, observamos os autores, as instituições a que pertencem (de alguma forma, seja como pesquisador, professor ou aluno) e de onde provêm os textos, que também listamos no Quadro 1.

De acordo com o Quadro 1, não encontramos repetição de autores entre as pesquisas, apesar de termos encontrado textos de lugares recorrentes, como Bahia, que aparece na tabela quatro vezes, Pará, Rio de Janeiro e México, que aparecem, cada qual, duas vezes na tabela. Os demais locais aparecem apenas uma vez, por isso não foram relativizados de forma singular.

[QUADRO 1]

Autores, instituições e localidades

	AUTORES	INSTITUIÇÕES E LOCALIDADES
1	Jose Alberto Abril Valdez	México
2	Inigo Fernandez	México
3	Chalini Torquato	Rio de Janeiro (UFRJ)
4	Jorge Alberto Hidalgo Toledo; Magda Rodrigues da Cunha; Daniel Barredo Ibanez	Colômbia, Mexico, Rio Grande do Sul (PUCRS)
5	Manuela do Corral Vieira; Vitoria Melo Galvao	Pará (UFPA)
6	Luísa Medeiros Massarani; Márcia Cristina Rocha Costa; Antônio Marcos Pereira Brotas	Rio de Janeiro, Bahia; Fundação Oswaldo Curz, (UFRB; Fiocruz)
7	Flávia de Almeida Moura; Ed Wilson Ferreira Araújo	Maranhão (UFMA)
8	Claudia Sanz; Fabiane de Souza; Luanda Campelo	Brasília (UnB)

[QUADRO 1]
 Continuação

	AUTORES	INSTITUIÇÕES E LOCALIDADES
9	Larissa Conceicao dos Santos	Unipampa
10	Juliana Hermenegildo da Silva; Maria Érica de Oliveira Lima	Fortalez (UFC)
11	Susana Morales; Graciela Natansohn; Kemly Camacho	Córdoba; Bahia; Costa Rica
12	Maria Carmen Jacob de Souza; Genilson Alves; Hanna Nolasco; Tcharly Briglia	Bahia (UFBA)
13	Fernanda de Carvalho Ribeiro; Alessandro Mateus Felipe; Cristovao Domingos de Almeida	Triângulo Mineiro, Santa Catarina; (UFTM, UFSC, UFMT)
14	Eloy Vieira; Larissa Tamborindenguy Becko	Unisinós
15	Veronica Sofia FicoSeco; Melina Gaona	Argentina, Bahia (UNPA, UFBA)

Observe que, apesar de termos o exemplo da Bahia, que aparece no quadro quatro vezes, cada pesquisa apresenta autores diferentes, o que nos leva a refletir que não há diálogo entre os pesquisadores e as pesquisas desenvolvidas nas localidades apresentadas, ou, ainda, alguma participação ou coautoria em trabalhos desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Sobre o exposto, tal realidade nos impele a considerar como as HD poderiam colaborar nesse sentido de aproximação, tanto de autores de mesma localidade quanto de outras, dado o advento da virtualidade, que sugere uma chance de ampliar as pesquisas em determinadas áreas da Comunicação e estreitar laços de cooperação entre pesquisadores de forma virtual, sem a necessidade de deslocamentos excessivos.

Ou seja, tais ferramentas rompem barreiras (de espaço e tempo) com aplicativos ou softwares de chamadas de vídeo e/ou áudio, tais como Google Meet,

WhatsApp (Meta), Zoom (Webex), entre os mais conhecidos, e outros tantos que facilitam e estreitam contatos virtuais, neste caso sendo ferramentas importantes para o avanço de pesquisas entre pesquisadores e alunos de uma mesma área (ou não) e utilizando ferramentas pertencentes ao campo das HD, o que denota um ganho para o campo da Comunicação e HD.

Enfatizamos que, neste momento de análise, o ganho que nos interessa e se vê refletido na tabela é da Comunicação em geral e que, de fato sendo explorado em sua amplitude, influenciará no fortalecimento do campo das HD como suporte em processos metodológicos de pesquisa e na própria comunicação *per se*.

Assim, continuamos a análise dos textos e verificamos que o aporte teórico engloba várias teorias da Comunicação e teorias da implantação digital da América Latina. Entre as várias teorias abordadas, temos a seguinte classificação de conteúdos:

[TABELA 2]
 Assuntos abordados

ASSUNTO ABORDADO	QUANTIDADE DE TEXTOS
Audiovisual	3
Cultura digital	7
Mídias	6

Conforme é possível verificar na Tabela 2, dos 15 textos, temos três que discutiam sobre audiovisual, sete sobre cultura digital e seis sobre mídias em geral, com ênfase para redes sociais.

Percebemos aqui a prevalência do assunto cultura digital, que, ao lermos os textos, resumos e títulos, denotam o cuidado em apresentar o estado da arte dessa questão no mundo comunicativo, bem como suas nuances em relação às tecnologias no cotidiano. Quando mencionamos mídias e audiovisual, remetemo-nos a assuntos como televisão, redes sociais e plataformas de streaming em geral, que são assuntos mais comuns dentro do grande campo da Comunicação e exploram,

de alguma forma, tecnologias concernentes a tais tópicos, mas não tecnologias como métodos de pesquisa.

Após a análise dos assuntos abordados, observamos que o uso das HD, para a maioria dos textos, seria importante na geração de dados, colaborando de fato para o trabalho do pesquisador, o que poderemos explorar a seguir, ao tratar das metodologias utilizadas em cada caso.

Dando prosseguimento às análises, vamos agora verificar as metodologias utilizadas em cada caso e, com elas, aproveitamos para verificar a possível utilização das HD nas pesquisas selecionadas. Logo, criamos um quadro informando se o referido trabalho, aqui representado por sua numeração geral (utilizada desde o início desta pesquisa como forma de normatização do texto como um todo), utilizou ou não as HD para produção de dados.

Desse modo, chegamos aos seguintes dados expostos no Quadro 2.

[QUADRO 2]
 Metodologia e Humanidades Digitais

	METODOLOGIA	HUMANIDADES DIGITAIS
1	Transmidialidade	Não usa HD.
2	Estado da arte da história digital do México	Não usa HD.
3	Levantamento sistemático de informações	Não usa HD.
4	Análise bibliométrica	Não usa HD.
5	Entrevista. Não fica clara a metodologia utilizada.	Não usa HD.
6	Estudos de <i>framing</i> . Ferramenta utilizada: Video List Module (Google)	Usou HD - Goole List Module
7	Estudo de caso e estudos culturais do Brasil e de Angola	Não usa HD.
8	Estudo de imagem	Não usa HD.

[QUADRO 2]
 Continuação

METODOLOGIA		HUMANIDADES DIGITAIS
9	Pesquisa bibliográfica	Não usa HD.
10	Construção de narrativas e processos representativos da Região Nordeste (quadrilhas juninas)	Não usa HD.
11	Revisão bibliográfica	Não usa HD.
12	Abordagem relacional e comparativa das empresas	Não usa HD.
13	Análise de características de antropomorfização nas interações da Netflix Brasil com o público no Twitter	Não usa HD.
14	Análise de conteúdo midiático Ferramenta utilizada: Google Trends; Stilingue	Usou HD – Google Trends; Stilingue
15	Revisão bibliográfica	Não usa HD.

No Quadro 2 encontramos duas colunas, uma com a metodologia utilizada e outra informando se foi utilizada ou não a HD. Percebamos que na primeira coluna temos a prevalência da revisão bibliográfica nos trabalhos, denotando uma incipiência na exploração da área por ser um campo novo e estar fixando suas bases epistemológicas, o que acaba por abarcar muitos trabalhos desta natureza como forma de fixação de teorias e buscas diversas.

Além da questão da revisão bibliográfica, o que nos chama a atenção é que 13 dos 15 textos não utilizaram nenhuma ferramenta das HD em suas metodologias, tendo apenas dois deles que o fizeram, sendo eles: “A pandemia de covid-19 no YouTube: ciência, entretenimento e negacionismo” e “Muito além da ficção televisiva: Stranger Things e as estratégias de engajamento das indústrias do entretenimento”. Os dois trabalhos citados utilizaram ferramentas avançadas, que facilitam a obtenção de dados sobre mídias digitais e dão retorno em gráficos, estimativas, porcentagens de uso e acesso, entre outros.

No caso do Texto 6, a ferramenta Video List Module (Google)⁴, que foi utilizada, é gratuita, podendo ser usada a partir de uma conta de e-mail do Google, retornando dados sobre a pesquisa inerentes ao contexto solicitado. Nesse texto, a pesquisa era sobre o uso de vídeos durante a pandemia para compreender as abordagens sobre ciência e negacionismo evidenciadas no YouTube. Para isso, os autores utilizaram a ferramenta e apresentaram dados de cerca de 874 vídeos da plataforma e uma tabela a partir dos dados obtidos.

Os autores que utilizaram o Video List Module, após a obtenção dos dados, fizeram a análise e discussão dos achados, o que demonstra que a intervenção humana se faz presente e necessária, apesar do uso de tecnologia para obtenção de dados, sendo essa consciência importante ao se optar pelo uso das ferramentas digitais, pois elas nos

⁴ Indicado para desenvolvedores de sistemas, devido aos termos utilizados para obtenção de dados e o grau de dificuldade na utilização dos códigos.

fornecem dados das mais variadas formas possíveis, contudo a análise e conclusão cabem ao ser humano.

Já no Texto 14, tivemos a utilização de duas ferramentas das HD para a obtenção de dados, o Google Trends e o Stilingue.

O Google Trends faz a:

[...] coleta dados das pesquisas do Google e permite que os usuários comparem a frequência dos termos de pesquisa com outras palavras-chave semelhantes, regiões geográficas diferentes ou por barreiras linguísticas. Os dados do Google Trends podem ser classificados por tempo real (nos últimos sete dias) ou por um intervalo específico (de 2004 a 36 horas atrás) (Casagrande, 2021).

Dessa maneira, o Google Trends foi utilizado para obter dados sobre a música tema da série *Stranger Things*.

Já o aplicativo Stilingue é a

Única plataforma com **Inteligência Artificial e Processamento de Linguagem Natural** desenvolvida para português Brasil que entende verdadeiramente o que seu público fala. Nosso software **resume, prioriza e classifica automaticamente os temas, gêneros e interesses** nas publicações coletadas. Melhor **análise de sentimento** com classificação automática (Carvalho, 2021).

Trata-se de uma plataforma paga, diferentemente de algumas ferramentas do Google, que podem ser usadas gratuitamente. Ao observar os resultados obtidos por meio do Stilingue, foi possível

notar que grande parte dos dados obtidos assemelham-se aos dados fornecidos pelo aplicativo Gephi, que se trata de um aplicativo gratuito.

Ainda sobre o Texto 14, destacamos que os dados obtidos foram analisados passo a passo pelos autores no correr do texto, e que toda a manobra realizada por meio das ferramentas digitais, explicitou dados passíveis de análise humana, essencial para o sucesso no uso desse tipo de ferramenta.

No tópico seguinte, buscamos exemplificar o uso de ferramentas das HD para analisar o conteúdo de alguns ou todos os textos de nossa mostra, a depender da aplicabilidade de cada ferramenta apresentada como exemplo ilustrativo.

Exemplificando o uso de ferramentas das HD

Neste tópico, apresentamos duas ferramentas digitais que podem ser usadas no mundo das humanidades. Ressaltando que há uma infinidade de ferramentas disponíveis, cada qual indicada para determinado tipo de pesquisa e material a ser analisado.

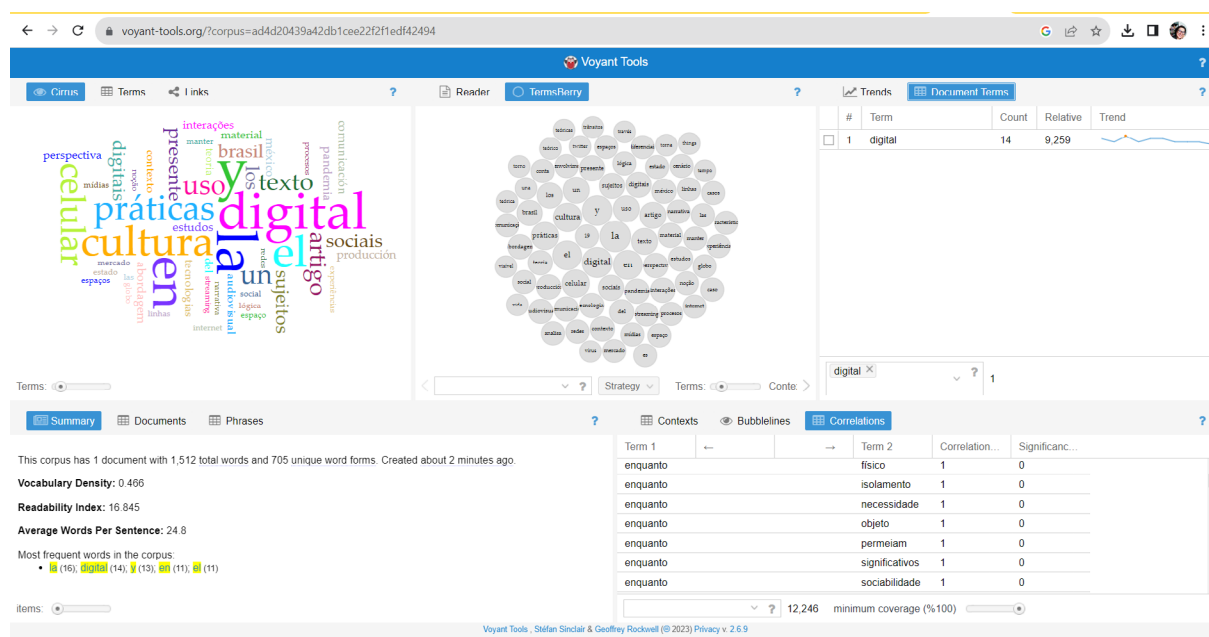
Voyant

Apresentamos aqui o Voyant, uma ferramenta de análise textual potente que retorna dados, gráficos, nuvens de palavras, entre outros elementos de um texto, podendo, inclusive, trabalhar na comparação de textos.

Assim, a seguir copiamos algumas imagens da aparência do site desse aplicativo, que pode ser utilizado de forma online e gratuita, sem a necessidade de baixar nenhum tipo de software, somente se o usuário achar conveniente ou queira ter o programa salvo em seu computador.

Desse modo, a pesquisa realizada via site fica gravada na memória do sistema online e pode ser acessada a qualquer momento⁵. A Imagem 1 foi retirada de uma pesquisa realizada no Voyant e dá uma visão geral do que o aplicativo fornece.

[IMAGEM 1]
 Aparência Voyant



Gephi

O Gephi é um software de código aberto de obtenção simples de dados, concebido a partir da teoria dos grafos, que é uma teoria matemática que colaborou para criação desse tipo de produto. Tal teoria em si não é tão simples como aqui apresentada, mas esse não é o foco do nosso trabalho.

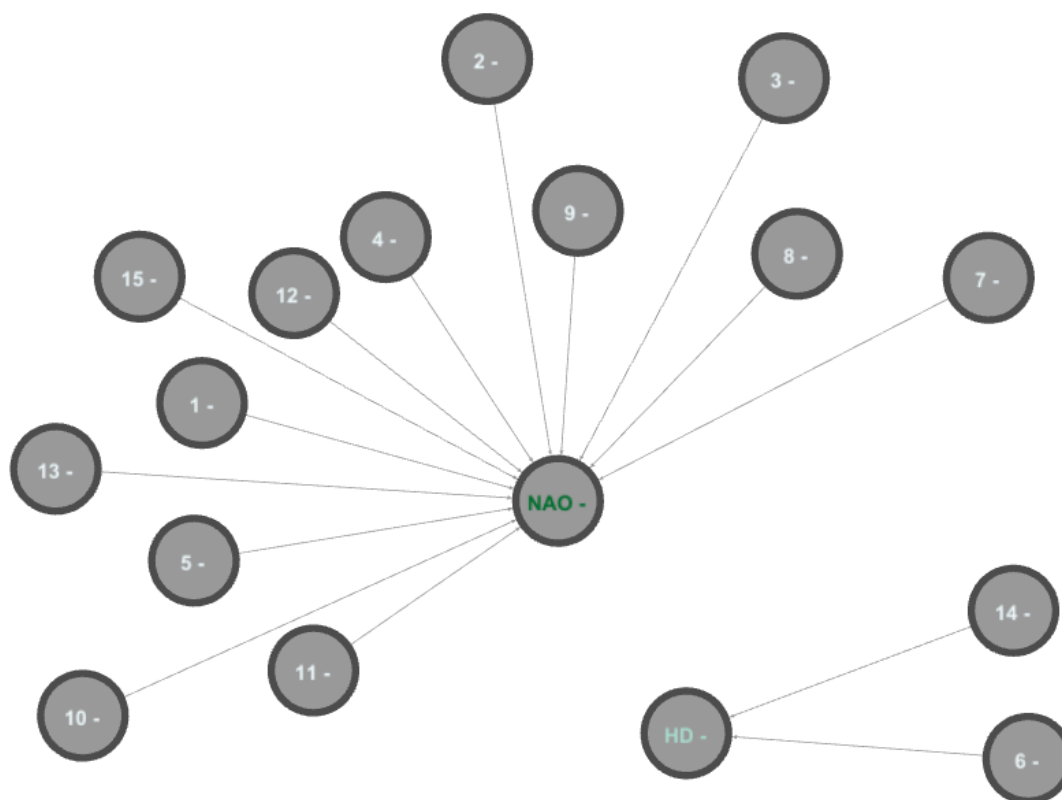
Ademais, o Gephi estuda e analisa as relações entre objetos A e B que possam ser estabelecidas por meio de

pergunta simples. Observe o exemplo que trouxemos, gerado de forma simplória a partir da seguinte pergunta: Qual dos artigos da amostra desta pesquisa utilizou as HD em sua metodologia?

Já sabemos que os artigos 16 e 14 utilizaram as HD e os demais não as utilizaram, portanto verifique o resultado obtido por meio do gráfico gerado pelo Gephi:

⁵ Para maiores esclarecimentos, acessar: <https://voyant-tools.org/>.

[GRÁFICO 1]
Relação entre os artigos da pesquisa



Últimas palavras, por enquanto

Nosso trabalho, além de demonstrar o uso incipiente das HD dentro do campo da Comunicação por meio de eventos importantes – Alaic, Compós e Intercom –, vem também demonstrar como a utilização de softwares e aplicativos é uma oportunidade de abrir novas formas de pesquisar e obter dados.

Ressaltamos, ainda, que intentamos compreender o caminho complexo que o pesquisador percorre ao selecionar teorias a defender e o ferramental para compor seus processos de pesquisa, e, em algum momento de sua caminhada, acaba esquecendo de

defender também a metodologia a ser usada em sua pesquisa, como ficou evidenciado em muitos momentos de nossa análise, pois, ao lermos os resumos, foi possível perceber que a metodologia e a teoria não apareciam de forma clara e que, mesmo no corpo dos trabalhos selecionados, elas não estavam destacadas com a devida precisão.

Tal descuido pode influenciar na escolha das ferramentas que darão suporte à pesquisa. O referido descuido não demonstra desleixo ou inexperiência do pesquisador, mas sim uma característica do campo da Comunicação, pois, sendo este pertencente às Ciências Sociais Aplicadas, perde um pouco da essência científica em prol da prática.

Portanto, é preciso resgatar o caráter reflexivo desse campo, explorando teorias que a representem em sua atualidade e metodologias capazes de abarcar todo o corpo científico que a compõe.

Ademais, nossa pesquisa buscou, acima de tudo, incentivar os pesquisadores a não deixarem ou ignorarem suas (ou certas) habilidades manuais, ou mesmo analógicas, em busca apenas do digital, sendo a tecnologia uma solução possível e/ou os meios tecnológicos digitais como alternativa mais rápida e eficiente na consecução de trabalhos na área acadêmica, já que nosso foco é que não se perca de vista o viés crítico da participação humana na construção do conhecimento, seja gerenciando as ferramentas digitais e/ou construindo conhecimento a partir dos resultados obtidos por meio delas. ■

[FERNANDA SEVAROLLI CRESTON FARIA]

Doutoranda do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) nas áreas de Comunicação, Linha de Pesquisa Mídias e Processos Sociais. Mestre em Educação pela mesma instituição. Especialista em Implementação e Gestão da EAD pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Alfabetização e Letramento pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Graduada em Letras pela UFJF e em Pedagogia pela Univale. E-mail: fernnadasevarolli@gmail.com

[MARCO AURÉLIO KISTEMANN JR.]

Professor-associado Matemática UFJF; Doutor pela UNESP - Educação Matemática ênfase em Educação Financeira, Produção de Significados e Educação Matemática Crítica; Mestre em Educação UFRJ; Licenciado em Matemática UFJF; Bacharel em Ciências Humanas UFJF. E-mail: kistemann1972@gmail.com

Referências

BORGES, Gabriela. Desafios da formação em competência midiática no Observatório da Qualidade no Audiovisual. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicacion**, Equador, n. 146, p. 217-234, 2021.

CARVALHO, Nayara. SNLP: descubra o motor de Processamento de Linguagem Natural da STILINGUE. **STILINGUE**, [online], 26 out. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/phtptyys>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CASAGRANDE, Erich. O que é Google Trends e como usar para pesquisa de palavras. **Semrush Blog**, [online], 7 jun. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/37xkdn8n>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CRARY, Jonathan. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

GOMEZ, Maria Nelida Gonzalez de. A Ciência da Informação no cruzamento de fronteiras. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA IBERO-AMÉRICA E CARIBE (EDICIC), 10., Belo Horizonte, 2016. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2017. p. 35-61.

KIRSCHENBAUM, Matthew G. **What is digital humanities and what's it doing in english departments?** *ADE Bulletin*, Nova York, n. 150, p. 55-61, 2010.

MASSARANI, Luisa Medeiros; COSTA, Márcia Cristina Rocha; BROTAS, Antonio Marcos Pereira. A pandemia de covid-19 no YouTube: ciência, entretenimento e negacionismo. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 245-256, 2020.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MOURA, Maria Aparecida. Ciência da Informação e humanidades digitais: mediações, agência e compartilhamento de saberes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. (spe), p. 57-69, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2004.

VIEIRA, Eloy; BECKO, Larissa Tamborindenguy. Muito além da ficção televisiva: *Stranger Things* e as estratégias de engajamento das indústrias do entretenimento. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 21, n. 40, 2022.

PEDAGOGIAS
DO SUL:
CONTOS AFRICANOS
COMO PRÁTICA
EDUCACIONAL
DECOLONIAL

[DOSSIÊ]

Antonia Magaly Conceição de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia

Larissa Soares Ornellas Farias

Universidade do Estado da Bahia

Patrick Akoa

Universidade do Estado da Bahia

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Os contos africanos como objeto de estudo apresentam a relação entre (educ)ação e cultura, numa perspectiva decolonial. Enquanto elementos culturais e pedagógicos, mostram que os atos de ensinar e aprender são ligados à vida de um povo, à sua cultura e à sua contemporaneidade, ocupando-se em ensinar a viver. Essas historinhas, colocando no palco homens e animais, permitem um diálogo multi-inter-transdisciplinar. O ensinamento é colocado em cena pelas mímicas, interjeições, cantos, modulações de voz. Ainda que herdeiros de práticas educativas coloniais eurocêntricas, apresentam novos paradigmas educativos, cuja aprendizagem é relacionada ao viver concreto. Acrescenta-se, ainda, a didática do contador, tornando-os instrumentos pedagógicos que, na prática, reúnem artes orais e gestuais. Enquanto prática educativa, unem educação e cultura, permitindo que dialoguem na busca da mesma finalidade humanizante da vida social/cultural/econômica. Não há educ(ação) sem cultura e não há cultura sem educ(ação).

Palavras-chave: Contos. Cultura. Decolonialidade. Educação. Pedagogia.

African tales as an object of study show the relation between education and culture from a decolonial perspective. These cultural and educational elements show that the acts of teaching and learning are linked to the life of a people, to its contemporary culture. These stories, which are based on men and animals, allow for a multi-inter-transdisciplinary dialogue. Teaching is done through mimes, interjections, songs, and voice modulations. The contained signs offer new educational paradigms so learning is based on concrete life. It refers to an educational instrument that, in practice, combines oral and gestural arts into an educational practice that combines education and culture and enables the dialogue toward the same humanizing objective of social/cultural/economic life. All of this manifests its decolonial characteristics since no education is possible without culture nor is culture possible without education.

Keywords: Stories. Culture. Decoloniality. Education. Pedagogy.

Los cuentos africanos, como objeto de estudio, muestran la relación entre la (educ) acción y la cultura desde una perspectiva decolonial. Como elementos culturales y educativos, exponen que los actos de enseñanza y aprendizaje están vinculados a la vida de un pueblo, a su cultura y a su contemporaneidad, y se ocupan de enseñar a vivir. Estas breves historias, que se basan en hombres y animales, permiten un diálogo multi-inter-transdisciplinario. La enseñanza se realiza a través de mimos,

interjecciones, cantos, modulaciones de voces. Aunque estas breves historias son herederas de prácticas educativas coloniales eurocéntricas, presentan nuevos paradigmas educativos cuyo aprendizaje se basa en la vida concreta. Además, incluyen la didáctica del cuentacuentos y las convierten en herramientas pedagógicas que, en la práctica, combinan las artes orales y gestuales. Como práctica educativa, aúnan la educación y la cultura al permitir el diálogo en busca de un mismo objetivo humanizador de la vida social/cultural/económica. Así, no hay educ(acción) sin cultura ni hay cultura sin educ(acción).

Palabras clave: Cuentos. Cultura. Decolonialidad. Educación. Pedagogía.

Introdução

O “*Tam tam*”¹ toca e chama. Movimentam-se, nesse anoitecer, sombras de gentes dirigindo-se ao *Bukaru*², espaço iluminado pela chama de um fogo aos carvões incandescentes. É um momento cultural de grande importância que, mesmo sendo cotidiano e comum na África-Tradicional³, é não só um movimento cultural, mas também o momento da escola.

Falar de cultura é falar do que se cultiva na vida de uma sociedade ou na vida de um povo e que vem a se tornar sua marca identitária. Assim, pontua-se que não há povo ou sociedade sem cultura específica. É nesse sentido que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em sua assembleia plenária na Cidade do México, declara que:

Em seu sentido mais amplo, a cultura pode, hoje, ser considerada como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que

caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (Unesco, 1982, p. 39).

A África, nas suas diversidades e especificidades culturais, sempre cultivou os contos e as práticas iniciáticas como meios educativos para conservação das suas memórias subjetivas e objetivas. Este trabalho visa discutir as relações entre educação e cultura, expondo os contos africanos e a sua didática como práticas de decolonialidade, ou, ainda, apresentar os contos africanos como elementos pedagógicos de decolonialidade na era contemporânea. A pergunta que conduzirá a reflexão nesta escrita é: em que os contos africanos, enquanto prática educativa cultural, podem ser considerados, na sua didática, como um elemento pedagógico de decolonialidade na contemporaneidade? Em outras palavras: como os contos africanos ajudam na prática da decolonização da educação hoje em dia?

A resposta a essa interrogativa é o objetivo precípuo deste estudo; contudo, para consolidar a sua realização, faz-se necessário considerar, primeira e especificamente, o que são a cultura e a educação e quais as relações que podem existir entre elas. Importa, também, apresentar o processo de colonialidade enquanto hegemonia e imperialismo cultural para melhor entender o fenômeno da decolonialidade. Ademais, é necessário apresentar o que são os contos africanos enquanto elementos culturais educativos e em que sentido são práticas de decolonialidade da educação na contemporaneidade.

1 Tambor africano geralmente feito de madeira oca, coberta ou não por uma pele esticada, e usado para ritmar canções e danças ou para transmitir uma mensagem. Serve como sino para chamar as pessoas para se reunirem.

2 Casa de forma geralmente redonda na parte setentrional dos Camarões. Costuma ser situada no meio do povoado para reuniões. Sem paredes, o mais importante é o telhado em forma de grande guarda-chuva.

3 África-Tradicional refere-se à África antes da chegada dos colonizadores europeus; é a África na sua pureza, que conserva as tradições ancestrais. A expressão é usada para se referir à África sem mistura com a cultura europeia. Atualmente, a expressão deve nos levar a considerar a África em suas riquezas culturais originárias e autênticas.

Metodologicamente, este trabalho é uma revisão narrativa da literatura sobre a cultura e a educação, salientando a questão do processo decolonial. Ele se apoiará em textos com algumas narrativas de experiências vividas, sob o olhar de um filho da terra africana. Três momentos formarão, então, a estrutura deste texto: o primeiro focará as considerações de cultura e educação; o segundo tratará da especificidade da educ(ação) africana pelos contos e da sua didática; o último, enfim, mostrará a maneira africana de fazer escola, versando sobre as práticas de decolonialidade.

Em uma visão epistemológica, estaremos em uma mescla de conhecimentos e de disciplinas na área das Ciências Humanas. Não só por conta da temática da educação e da cultura, mas porque se abrem as portas da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, no sentido em que nos contos se cruzam e se conectam vários conhecimentos, ciências e disciplinas. Ainda, também, porque o viver cotidiano, na sua realidade concreta, não é engavetado, ele é um todo mesclado, uma mistura de conhecimentos que se conectam e se cruzam nos atos cotidianos e, em vista disso, importa decolonizar o conhecimento científico, categorizado e classificado por disciplinas. Usaremos a epistemologia dos contos africanos, na qual se encontram, se conectam e se cruzam vários conhecimentos em uma só historinha contada.

Este texto será, então, concretamente, uma maneira de promover as “Epistemologias do Sul”, para usar a expressão de Boaventura Sousa Santos (2017). Serão mescladas, epistemologicamente, as Ciências Da Educação como Pedagogia e Didática e as Ciências Sociais como

Sociologia e Etnologia, tendo como base de articulação as reflexões na Antropologia Filosófica, na Psicanálise e na Psicologia.

Considerações sobre cultura e (educ)ação

Inicialmente, faz-se mister elencar considerações sucintas e fundantes sobre cultura e educação, essas que serão de ordens lexicais e semânticas, tomando conta da etimologia das palavras e da realidade concreta, que está escondida. Então, o que é cultura? O que é educação? E quais relações existem entre elas?

Cultura e educação: das palavras às realidades

O que é cultura? Para não nos perdermos nas múltiplas definições dessa palavra, necessário se faz voltar à sua raiz etimológica, ou seja, à sua arqueologia. Proveniente da etimologia do latim **cultura**, a palavra mistura três ideias importantes para sua compreensão enquanto realidade. Sua raiz lexical **cultu**, enquanto palavra, tem uma semântica variada e plural, carregando, em latim, vários semas. Por trás da raiz “**cultu**”, escondem-se os verbos cultivar, habitar e cultivar ou honrar. Esse conjunto de unidade verbal, pela sua semântica, faz-nos perceber que a cultura está intimamente ligada às condições de existência e de sobrevivência do ser humano em um tempo e espaço específicos (Gaffiot, 2000).

O fato de cultivar, habitar e/ou honrar cria maneiras de existir que se transformam

em costumes, em linguagem, em alimentação, em religiosidade e em expressões diversas e específicas que identificam e singularizam um grupo social. Assim, a cultura é simplesmente a vida, ou seja, a maneira de viver de um povo, implicando sua história e localização geográfica, além dos componentes formativos dessa maneira de um viver particular. Nesse sentido, a educação faz parte da cultura.

A educação é o que, concretamente, na ação cotidiana, permite as pessoas e, de maneira particular, as crianças entrarem na cultura – na maneira de fazer, de falar, de comer, de trabalhar de determinado povo ou grupo social específico, no qual se pertence pelo nascimento ou por outras características. A cultura de um povo ou de uma sociedade é e deve ser a “matéria prima”, ou seja, o material, o assunto da educação, da aprendizagem e do ensino. Isso, em vista da conquista da autonomia dos educandos no meio de vida real, no qual estão e são inseridos (Brandão, 2002).

Lendo e interpretando “a carta do índio”, no seu livro “O que é a Educação?”, Carlos Rodrigues Brandão (2002) acerta as contas dos que pensam que existe apenas uma maneira de fazer escola. Sobretudo, mostra que a educação é um processo antropológico e cultural. Para ele, a cultura é o primeiro componente de toda verdadeira educação. Ele afirma: “A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade” (Brandão, 2002, p. 5).

A educação, em relação à cultura, é, então, vista e entendida como uma exigência cultural, como um processo de

desenvolvimento humano que consiste primeiro em aprender a viver, lidando com seu meio físico-espiritual, ou seja, cultural. A vida se aprende vivendo e, para viver, precisa-se ser guiado, conduzido, educado.

Segundo sua etimologia oriunda do latim, **educare**, o termo “educação” é formado de duas palavras: **ex**, referindo-se à “e”, que significa ‘fora’ ou ‘exterior’; e da palavra **ducere**, referindo-se à “ducação”, no sentido de ‘conduzir’, ‘guiar’, ‘dirigir’. A palavra educação será entendida literalmente como ‘conduzir’, ‘guiar’ ou ‘dirigir para fora’ (Gaffiot, 2000). “Conduzir para fora!”, em vista de quê? Para quê? Conduzir, guiar ou dirigir alguém⁴ para fora, direcionando para o exterior, para uma autonomia.

A ação de “conduzir para fora” oportuniza perceber, segundo o pensamento do pedagogo francês Gaston Mialaret (1918-2016), duas ações. A primeira consiste em fazer sair de um estágio para outro – acompanhando a evolução física dessa pessoa, percebemos, no caso da educação, as crianças que vão se tornando adultos. Nessa ótica, a título de exemplo, a educação física deve permitir uma autonomia física do educando. A segunda ação diz respeito a fazer alguém sair do que (vir)tualmente já existe nele para uma atualização das “**vir**”⁵, ou seja, das forças ou possibilidades, implicitamente latentes naquela pessoa. Nesse caso, todas as pessoas podem ser e são educáveis (Mialaret, 2005). Assim, educ(ação) é capacitar alguém por uma ação a ser ou a

4 Alguém, aqui, refere-se a uma criança ou a um adulto. Se o processo educativo é, prioritariamente, para as crianças, ele não exclui os adultos.

5 **Vir**, termo que, em latim, significa ‘força’, ‘potência’, ‘capacidade’, ‘virtualidade’.

se tornar autônomo, capaz de se conduzir, de se orientar, de viver livre no seu meio espaço-temporal.

Mialaret (2005) apresenta a educação enquanto fenômeno de saída de dependência, para entrar, com ajuda de um tutor⁶, em uma autonomia de vida. Esse fenômeno ocorre quase naturalmente, configurando-se como parte do desenvolvimento humano. Na perspectiva de Brandão (2002), o termo próprio para designá-lo é “endoculturação”. O autor afirma:

No interior de todos os contextos sociais coletivos de formação do adulto, o processo de aquisição pessoal de saber crença-e-hábito de uma cultura, que funciona sobre educandos como uma situação pedagógica total, pode ser chamado (com algum susto) de endoculturação. Dentro de sua cultura, em sua sociedade, aprender de maneira mais ou menos intencional (alguns dirão: “mais ou menos consciente”), através do envolvimento direto do corpo, da mente e da afetividade, entre as incontáveis situações de relação com a natureza e de trocas entre os homens, é parte do processo pessoal de endoculturação, e é também parte da aventura humana do “tornar-se pessoa” (Brandão, 2002, p. 10).

Com base nesse conceito, estamos frente a um ato humano que exige, necessariamente, uma cooperação ativa e/ou passiva entre o educador e o educando. Importante considerar, nesse processo educacional, o sujeito, de maneira particular, o sujeito educando. É impossível

educar sem conhecimento desse sujeito – não só humano, mas um humano “in-culturado”, ou seja, dentro de um espaço, um lugar, um ambiente físico-espiritual, uma cultura específica, uma vida de história de relações subjetivas e objetivas, que o constituam, objetiva e subjetivamente, enquanto sujeito.

Não se educa na África um africano como se educa na Europa um europeu. Não se forma alguém da cidade como alguém do campo; ou não se educa uma pessoa que sofre discriminação como alguém que nunca sofreu preconceitos; não se educa alguém que mora no Polo Norte, como aquele que nasceu na floresta amazônica ou equatorial. Podemos dizer, portanto, que há casamento indissolúvel entre educação e cultura, não se podendo negar que, na contemporaneidade, a tarefa é árdua.

Cultura e educação: uma dupla inseparável

Na experiência das culturas ditas primitivas (no sentido de primeiras ou matrizes), como africanas, indígenas e aborígenes, educar é, pelo educador, ensinar a viver e, pelo educando, aprender a viver. Assim, o ato educativo é naturalmente ligado à busca e à conquista da autonomia vital, biológica, sociológica, econômica, psicológica etc. do ser educado. Não há momentos específicos e separados de educar e de apreender. Nesse sentido, o antropólogo e educador Brandão mostra que, nos grupos sociais, não há aulas separadas, organizadas e estruturadas, em espaço e tempo, considerando os tempos *Χρόνος* (*Chronos*) e *Καίρος* (*Kairos*) que se juntam em um “viver educativo”:

6 Tutor no sentido de autoridade.

Tudo o que se sabe aos poucos se adquire por viver muitas e diferentes situações de trocas entre pessoas, com o corpo, com a consciência, com o corpo-e-a-consciência. As pessoas convivem umas com as outras e o saber flui, pelos atos de quem sabe-e-faz, para quem não-sabe-e-aprende. Mesmo quando os adultos encorajam e guiam os momentos e situações de aprender de crianças e adolescentes, são raros os tempos especialmente reservados apenas para o ato de ensinar (Brandão, 2002, p. 7).

Em adição às considerações do autor, não se pode separar o existir-viver e o educar-ensinar-aprender. A vida é a “grande-escola”. O ser humano aprende naturalmente a viver pelo ato educativo do outro ser humano, que é primitiva e geralmente a mãe. É ela – ou quem exerce o seu papel – quem cria, ensina o estilo próprio de falar, vestir, rezar, alimentar, dançar, caçar, cultivar... O processo educativo e formativo é primeiramente endocultural. A separação entre cultura e educ(ação) não se estrutura como plausível.

A cultura deve ser o que se ensina primeiro, porque é a vida própria de um povo ou da comunidade. As crianças ou toda pessoa nova nessa comunidade necessitam ser educadas e, no estilo de vida específica, ter em vista a autonomia nesse meio vital particular e no ambiente físico-espiritual. A (educ)ação se constitui, na sua raiz prática, enquanto uma “in-culturação”; toda educação é sempre uma “in-culturação”, um mergulho cultural. Esse processo deve ser estruturalmente natural. Antropologicamente falando, faz parte do educando ser in-culturado. A Declaração sobre a Política Cultural da

Unesco destacam a importância da educação in-culturada:

Requer-se atualmente uma educação integral e inovadora que não só informe e transmita, mas que forme e renove, que permita aos educandos tomar consciência da realidade do seu tempo e do seu meio, que favoreça o florescimento da personalidade, que forme na autodisciplina, no respeito aos demais e na solidariedade social e internacional; uma educação que capacite para a organização e para a produtividade, para a produção de bens e serviços realmente necessários, que inspire a renovação e estimule a criatividade. É necessário revalorizar as línguas nacionais como veículos do saber (Unesco, 1985, p. 5).

A criança nascida na África aprenderá a viver pela “educação tradicional africana”⁷, pelos vieses dos contos escutados na caída da noite, embaixo de uma árvore como o baobá ou a acácia, simbolismos de estabilidade ou do enraizamento⁸,

7 (Educ)ação tradicional africana: expressão usada aqui para diferenciá-la da educação realizada à maneira europeia. É aquela que se baseia nas tradições propriamente africanas e que se transmite de geração em geração nas sociedades, desde a África pré-colonial até os dias atuais.

8 O baobá é um símbolo sagrado na cultura africana, definido como a árvore da palavra. Tradicionalmente, os habitantes da aldeia sentavam-se sob o baobá para contar histórias, reuniões com o chefe para expressar suas opiniões sobre os problemas sociopolíticos da comunidade. Um simbolismo do baobá, além das suas virtudes medicinais, é o enraizamento, a estabilidade e a resistência, além da longevidade. A acácia, também, além das suas virtudes, simboliza a estabilidade – isso porque, se o baobá é gigantesco, a acácia tem suas raízes enraizadas no tamanho do tronco, ou seja, as raízes têm o mesmo tamanho que o tronco. A “escola sob o baobá” realiza-se ao anoitecer, é o momento dos contos, é o momento da educação.

ou um “*bukaru*”, lugar de reuniões ou de encontros tradicionais. Pela educação em sua própria cultura, o educando integra seu meio de vida físico-espiritual, referências alimentares, religiosas, ancestrais, econômicas, sociológicas e psicológicas para lidar com a visão cultural própria do seu mundo e dos outros mundos e culturas.

A educação in-culturada enraizará as crianças, cultivará/plantaré o ser no seu solo – o que acontece naturalmente quando ocorre o nascimento de uma pessoa na cultura Ewondo ou Beti, na região Sul de Camarões. O cordão umbilical, a raiz biológica de quem nasceu, é enterrado no solo, no quintal ou debaixo da cama dentro de casa, manifestando simbolicamente o enraizamento físico-espiritual do nascido, e, no final, quando volta aos ancestrais, o corpo sem vida deve ser enterrado nesse mesmo solo. Mesmo hoje em dia, os africanos e, particularmente, os Ewondos, fazem questão de enterrar os mortos no povoado deles, no mesmo solo onde foi enterrado o seu cordão umbilical (Ndougsa, 2018). Esse simbolismo de enraizamento representa a maneira com que o processo educativo deve funcionar: a educação deve enfatizar o ser na sua própria cultura, no seu solo, na sua terra.

Se a “in-culturação” pela educação não é feita, o risco é a desorientação por falta de referências culturais próprias e, por consequência, um mau conhecimento de si próprio. A não in-culturação pela educação cria um problema de identidade não só cultural, mas também pessoal. Dessa maneira, muitas pessoas apresentam problemas sérios de saúde mental e física, por causa da falta de identidade cultural própria. Frantz Fanon enquanto

psiquiatra e terapeuta, apresenta, no livro *Os condenados da terra* esse fenômeno de adoecimento pela análise da colonização enquanto processo de “des-aculturação” ou de hegemonia cultural da parte dos colonizadores (Fanon, 1997).

Pode-se dizer, então, que o fenômeno da colonialidade, hoje em dia no Brasil e na maior parte da América Latina e da África, sobretudo nas grandes cidades, tem como marca principal a procura ou a conquista da identidade cultural. Muitas pessoas dos países tidos em via de desenvolvimento, da parte sul do mundo, pensam que se desenvolver consiste em viver como as pessoas dos países europeus. É notável, por exemplo, a questão do capitalismo, que traz todo o estilo individualista de viver. Tem-se pessoas de pele negra e máscaras brancas, para retomar as expressões do título da obra de Fanon (1997).

Assim, vivemos, de maneira consciente e, sobretudo, inconsciente, uma verdadeira esquizofrenia ou uma hibridez na maneira de viver o social e o cultural. As pessoas do Sul são “norteadas”, na maneira ou no estilo de falar, de comer, de vestir, de crer e celebrar a(s) divindade(s), enfim, na maneira de educar que mantém a colonialidade. Essa esquizofrenia e hibridade cultural são nada mais que o resultado direto e explícito da violência histórica do racismo, da escravidão e da colonização, como diz Gordon prefaciando a obra de Fanon (2008), *Pele negra, máscaras brancas*.

Em seguida, então, olharemos, nessa perspectiva, a questão da colonialidade enquanto processo de desculturação pelo viés da educação escolar europeia.

Colonialidade como processo de desculturação

A colonialidade, enquanto caráter do que é colonial, é fruto direto e explícito do acontecimento histórico da colonização e de sua sistematização (Ekeh, 1975; Walsh, 2017). Estudiosos do assunto – cabendo citar: Aimé Césaire, Frantz Fanon, Enrique Dussel, Achille Mbembe, e outros –, cada um com seu estilo, sua cor, sua língua, no seu canto e tempo, mostram, demonstram, fustigam e gritam que o processo colonial é uma invasão e intrusão territorial, cultural, racial, imperial. É uma exploração das coisas da terra e de gentes, de maneira violenta e desumanizante, parafraseando Fanon, cuja experiência de vida foi selada em uma luta engajada contra a colonização e suas consequências desumanas (Fanon, 1997).

Colonialidade: filha da colonização e do colonialismo

Enquanto processo, a colonização foi organizada e sistematizada pelos países da Europa. A chegada dos primeiros colonizadores teve como objetivo explorar o máximo possível as riquezas. A exploração dessas, por sua vez, veio a se transformar em dominação hegemônica e imperialismo, especialmente, dos povos da parte Sul do mundo. Esse Sul era, para eles, uma identificação geográfica que se tornou, desse processo em diante, sinônimo de seres primitivos, sem almas, sem cultura, os quais ocupavam um lugar de animalidade. Diante dessas considerações quanto ao Sul, a Europa legítima o processo colonial como um processo civilizatório, um processo de culturação,

assim, organiza-se e sistematiza-se a colonização e seu terço de práticas desumanizantes (Fanon, 1997; Dussel, 2000; Walsh, 2017). A organização e a sistematização colonial criarão, a partir disso, uma dependência total aos níveis: territorial, cultural, social, econômico e humano. Isso nomeia-se colonialismo que, segundo o nigeriano Peter Ekeh (1975), é um movimento social total, cuja perpetuação se explica pela persistência das formações sociais resultantes dessas sequências. Os povos do Sul, africanos e indígenas das Américas, tornam-se, de fato, dominados, explorados, desumanizados.

Com o colonialismo, nasce, então, segundo Fanon (1997), uma nova raça de homens: os colonizados, filhos da violência física, verbal, espiritual e psíquica, sendo considerados e condenados pelo colonizador como fisicamente feios, aculturados, sem instrução, pobres e inválidos. O colonizado acaba, como comenta Françoise Vergès, por integrar esses discursos de estigmatização, de sentimento de inferioridade, acaba por desprezar a sua cultura, a sua língua, o seu povo, então, só quer imitar, assemelhar-se ao colonizador. Mergulhada e impregnada nesse sistema, nessa máquina colonial, nasce a colonialidade (Vergès, 2020).

Desse modo, existe, na violência colonial e do colonialismo, uma vontade de “des-ontologização”, de aniquilação do ser da pessoa colonizada, ele tem “*vie nue*”, ou seja, “vida nua” ou “vida vazia”, sem existência, como explica Fanon (1997). O colonizado encontra-se alienado, sem poder ser ele mesmo, porque é nada; ele vai fazer de tudo para ser como o próprio colonizador que destruiu sua existência para destruir, por sua vez, as existências dos

outros. Enfim, o objetivo de todo processo de “de-colonialismo” reside, segundo Fanon (1997), no fato de libertar primeiramente o primado, o colonizado de si mesmo. A colonialidade é instalada na estrutura psíquica do colonizado, o querer inconsciente e consciente, às vezes, de fazer e viver como o colonizador, o europeu. Mesmo com as independências, a colonialidade continua alastrando-se na vida e, especificamente, nas atitudes das pessoas do Sul, pois elas são vítimas de uma educação colonial que está, implícita e explicitamente, presente, hoje, nos meios e dispositivos educacionais.

A educação colonial: hegemonia e destruição cultural

Estudando as relações entre cultura e educação, na primeira parte deste escrito, foi dito que a cultura é e deve ser a matéria-prima de toda educação, o que Brandão (2002) chama de fenômeno de endoculturação. Os colonizados, ou melhor, as pessoas do Sul, africanos e indígenas, são, para os europeus, gentes “a-culturadas”, seres sem cultura nenhuma, e é óbvio que eles tentarão “educar” os “in-culturados”, ensinando e formando segundo a sua cultura europeia – e os tidos aculturados terão que aprendê-la, compulsoriamente.

Hoje em dia, o currículo escolar, ainda que em fase de aperfeiçoamento, é maculado do estilo e da cultura europeia. A língua portuguesa no Brasil foi imposta pelo sistema educacional colonial e as outras (Tupi, Guarani) quase extintas. A mesma coisa nos países e regiões africanas, em que o francês, o inglês e o alemão são estudados, e as línguas nativas, não. A educação colonial literalmente destrói as culturas nativas, a fim de instalar a cultura do colonizador. A educação civil, categorizada

em disciplinas e componentes de estudos, é, ainda, esboçada e formatada pela cultura europeia. E, se o esforço hoje é concentrado em trabalhar os componentes curriculares com as realidades culturais locais, as metodologias, as didáticas e as epistemologias ainda são, na maioria dos casos, pautadas no estilo e na visão europeia do mundo.

Além disso, como reconhecer a força epistêmica de um discurso oral? Os escritos, as letras do alfabeto, a cultura do livro são aquisições curriculares eurocêntricas. Será possível, hoje, estudar sem os dispositivos tecnológicos? São questionamentos, talvez, ainda, sem respostas prontas e sem soluções visíveis, mas, ao menos, nos encaminham para uma reflexão – um olhar no espelho, a fim de percebermos quais as imagens de educador e de educando que temos e somos, além de reflexionarmos a respeito e, frente a essa imagem, verificar se há necessidade de ajustes e de melhoramentos.

Como ajustar e melhorar, hoje em dia, a questão educativa e seus protagonistas, que são educadores e educandos, para sair da colonialidade? Há, certamente, muitas coisas a dizer e a trabalhar, a fim de responder uma pergunta tão profunda e mobilizadora. Seria pretensioso tentar respondê-la e esgotá-la neste artigo. O assunto mobiliza-se para uma pesquisa ainda mais aprofundada e longa, porém, o rio começa por uma fonte, um pontinho de água jorrando das profundezas. Assim, este artigo pode se transformar em uma atitude de importância frente às questões educativa e formativa. Esta fonte reflexiva pode ser ponto de partida, uma tentativa de resposta, início de uma caminhada, um primeiro passo. Como se diz no Continente Mãe: “não há corrida sem primeiro passo” (não nos perguntem

sobre a referência, pois é a oralidade decolonizando a epistemologia!).

Portanto, adentraremos, agora, no campo da práxis da decolonialidade. Quais são as práticas transformadoras no campo educativo para um processo de decolonialidade? Para buscar responder essa questão, lançaremos mão dos contos africanos como dispositivos educativos e formativos para a aprendizagem.

Contos africanos como prática de decolonialidade no campo educativo

As relações entre colonizadores e colonizados eram de dominação violenta e de poder e, frente ao poder e à violência, há, sempre e naturalmente, um “contrapoder” ou uma “contraviolência”. Nessa ótica, Michel Foucault (2006), enquanto um estudioso precípuo dessa questão, afirma, no seu livro “Estratégia Poder-saber”: “Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável” (Foucault, 2006, p. 222). Na mesma perspectiva, Santos (2017, p. 30) estima que, “onde há poder, com todas as suas grandes ou ínfimas estratégias, há resistência”. Nas mesmas circunstâncias, ainda, Grabois (2011, p. 12) assegura: “Jamais somos aprisionados pelo poder, sendo sempre possível modificar a dominação que a relação de poder tenta exercer em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”.

Em consonância ao pensamento dos autores acima, depreendemos que a

decolonização foi justamente essa resposta frente à colonização – a luta violenta, às vezes, pela conquista armada, como ocorre com o próprio fenômeno de colonização. Nesse sentido, a colonialidade, que hoje é um fenômeno instalado na subjetividade das pessoas em situação de dominação de poder e de saber em todas as áreas e estruturas sociais, econômicas e políticas, precisa de uma resposta adequada, qual seja, a decolonialidade (Quijano, 2000). É necessário procurar meios de saída dessa continuação do colonialismo na essência dos descendentes, dos colonizados e dos dominados.

Em adição, a decolonialidade será a luta contra essa subjetivação colonial instalada no sujeito ou nos descendentes dos que sofreram a colonização. Sendo assim, como fazer para que o fenômeno de decolonialidade seja efetivo hoje? A sua efetividade passa pela desconstrução da vida padronizada do modo europeu, que continua a ser vivida no Sul. É necessário, para se efetivar a decolonialidade, permitir um caminho de resistência, ou seja, de re-existência, que deve se manifestar nas considerações de outros modos de pensar, de falar, de educar, de produzir, de outros modos de viver (Quijano, 2000; Walsh, 2004). Precisa-se, para isso, valorizar a voz dos africanos, afrodescendentes, indígenas, descendentes de indígenas, que, por causa do colonialismo, da escravidão, do capitalismo e de outros processos hegemônicos, foram desprezados e sub-humanizados.

Decolonizar, na contemporaneidade (tempo sucessivo e eventual)⁹, consiste em

⁹ Referindo-se ao tempo “cronológico” e ao tempo “momento” ou atual – ou, ainda, contextual –, essa distinção vem da visão grega do tempo. Nesse sentido, cada tempo envolve crises e oportunidades.

nadar contra a corrente do fluxo do capitalismo, do individualismo e de todos os outros “europeísmos” degradantes, para transformação da vida em todos os seus componentes, soando como um projeto futurista ou uma ilusão. Todavia, é nesse olhar projetado para o horizonte que repousa a compreensão de uma contemporaneidade em/de luta e em/de resistência, que cultiva a esperança. Na sua visão hermenêutica da contemporaneidade, Hans-Georg Gadamer (2008) nos ajuda a entender como lidar com a contemporaneidade sucessiva e eventual. Precisa-se ver o horizonte para continuar a trabalhar, a desejar, a se transformar e a transformar a vida na sua amplitude. O horizonte nunca é atingido porque sempre fica uma visão de esperança. Mesmo não atingido, forma em nós a capacidade de gerar e de criar algo de novo, e não uma repetição de padrões eurocêntricos. A contemporaneidade, entendida como horizonte a se atingir, coloca-nos a caminho de transformação de nós mesmos e da sociedade (Gadamer, 2008).

Essa esperança utópica pode nos ofertar um fôlego para prosseguir e, ainda, esperança contemporânea, a se realizar, primeiro, na educação. É por ela que se formam os verdadeiros cidadãos protagonistas de uma sociedade mais humana. A decolonialidade educacional trabalhará, então, a pedagogia, a didática e incluirá uma nova epistemologia capaz de considerar outras visões do mundo, outra maneira de conhecer e de fazer ciência. A educação decolonial é uma educação que abre portas às outras pedagogias e didáticas, enraizadas na cultura e nas visões do mundo, segundo os todos outros povos nativos que passaram pelo colonialismo e imperialismo europeu e ocidental.

Essa educação decolonial na contemporaneidade encarna-se nas pequenas práticas transformadoras dos seus protagonistas, educadores e educandos. O exemplo da prática educativa africana pelo viés dos contos pode ajudar a contar, e mais, a entender a pedagogia que está por trás desse método de “contar historinhas”. Apresentaremos, então, o que são os contos africanos, sua pedagogia, sua didática e sua epistemologia em relação ao processo educacional dos filhos enquanto crianças. Contudo, antes precisamos apresentar duas atitudes comportamentais, práticas que devem ser cultivadas pelos educadores e os educandos contemporâneos em relação à questão da colonização e do colonialismo. São elas a culpabilidade e a vitimização.

Contemporaneidade como destruição da culpabilidade e da vitimização

Importa destacar, aqui, que um dos objetivos de Fanon (1997) nas suas obras e, particularmente, em *Os condenados da terra*, é libertar o colonizado de si mesmo, de não poder ser protagonista de sua própria existência. No contexto de colonialidade no qual nos encontramos, no campo educativo e em todas as áreas, precisamos, enquanto educadores e educandos, entrar na contemporaneidade sob um olhar de esperança, de liberdade e de libertação do “eu” como capaz de sair da herança negativa da colonização. É, então, um olhar de esperança transformadora de si próprio e da sociedade, uma atitude de sonhar a educação diferente, com positividade, em ações concretas e simples do cotidiano. Esse desejo deve oportunizar que alimentemos nossas pesquisas e nossos trabalhos na academia, na sociedade e na vida.

Esse horizonte contemporâneo pode, ainda, colaborar para destruir a culpabilidade e a vitimização que a colonialidade traz. Os colonizados se sentiram errados e, como tal, culpados. A estigmatização e todas as outras formas de violência fizeram com que as pessoas do Sul desanimassem para a vida e de ter uma possibilidade de saída desse imperialismo psíquico (Fanon, 1997; Vergès, 2020). Os sentimentos de culpabilidade e de vitimização são feridas psíquicas que inibem o protagonismo. Por exemplo, citam-se muitas datas de “descoberta” dos países do Sul. As datas, guardadas pela história contada pelos colonizadores, traduzem que a história desses países começa apenas nesses marcos temporais. Mas será verdade? Esses povos não viveram uma história própria? A história se inicia com o processo de colonização?

É necessário não esperar sua própria libertação sempre do exterior, mas sair da situação de oprimido. Portanto, o protagonismo coloca o colonizado como responsável por si mesmo, pelas suas escolhas e decisões (Fanon, 1997; Sartre, 2014). Entender a contemporaneidade como um horizonte de conquista faz, dos colonizados, sujeitos responsáveis e, doravante, autores e protagonistas da sua própria história, sem a negação do passado. Culpado e vitimado física, espiritual e psicologicamente, a tentação do colonizado será se queixar, reclamar sem parar, vendo só a injustiça. Impossível dirigir a história olhando apenas pelo retrovisor. O passado deve ser o trampolim, o apoio para avançar e se engajar na construção da sua própria história. A liberdade conquistada pelas lutas independentistas deve ser vivida hoje com honra e sem frustração (Fanon, 1997). Vê-se, assim, o passado como

local de referência e fundante para não gerar repetições equívocas.

Partindo disso, pode-se dizer que o primeiro passo de decolonialidade é psíquico. O sujeito desumanizado deve recuperar a sua humanidade, reconhecendo-a, e não a recebendo dos outros humanos. Dessa forma, com o psiquismo blindado, podemos voltar a considerar as riquezas culturais tradicionais e encontrar nelas dispositivos educativos para o futuro, na contemporaneidade. Estar em contato com as culturas e tradições pode ser uma volta para as fontes, como nos convida o título da obra de Aimé Césaire (2020), um dos poetas engajados nesse combate: “Um retorno ao país natal”. Voltar à educação tradicional africana é voltar a reconsiderar o lugar dos contos e de suas práticas nas aldeias como meio de formação e de educação. É voltar à raiz educativa africana. O que é essa raiz e o que são esses contos africanos?

Os contos africanos: escola da vida, pela vida e para a vida

A educação tradicional africana tem dois grandes componentes: o iniciático e o dos contos. O primeiro constitui-se como prático e o segundo funda-se como teórico. O processo iniciático coloca a criança na prática de uma ação. O papel primordial da educação é introduzir e transmutar os filhos da tribo de uma vida individual para uma vida social em relação ao povoado e à sua matriz cultural (Obelitala, 1982). A iniciação é feita em ritos de passagens praticados pelos pais da criança e, pouco a pouco, por ela própria. Esses ritos e rituais formam um conjunto de gestos, palavras, canções, atitudes religiosas e profanas, úteis para o

desenvolvimento humano da criança no contexto tribal.

Os contos¹⁰, que formam o segundo componente e que nos interessam neste artigo, são um conjunto de historinhas e canções, heranças da tradição oral que passa de geração a geração, alimentando o imaginário religioso, social e cultural dos meninos e das meninas da tribo ou do clã. Essa biblioteca oral de contos é formada por vários tipos de histórias classificadas por temas, por lição de vida ou de sabedoria. As historinhas, geralmente, são contadas por um ancião, que tem facilidade de dar vida às palavras, intercambiando com os elementos do contexto tribal. Esse ancião é sempre alguém com muita experiência de vida, que passou a escutar os contos e que, por sua vez, contará o que escutou e complementarará com as historinhas criadas com a sua própria história de vida, introduzindo, nas suas falas, algumas experiências pessoais de vitória ou de derrota.

Isso faz Amadou Hampaté Bâ (1960) considerar no seu discurso, na comissão africana para a Unesco, em Paris, que na África a morte de um ancião é como o incêndio de uma biblioteca de obras-primas. Contar história pressupõe conhecer a vida e a memória do clã ou da tribo. É conhecer sua origem, suas tradições, sua evolução temporal e seus projetos. Contar, além de informar sobre os fatos históricos atuais, contribui para corrigir e para melhorar as pessoas, olhando e projetando o futuro. Os acontecimentos históricos atuais são vividos pelas

crianças que escutam os contos. É a história de vida vivida por eles, de maneira direta ou indireta, pelos membros da tribo ou do clã. É a vida contada que ensina a viver essa vida, melhorando-a, e não mais fatos exteriores, geograficamente, de outros países e culturas. Não são histórias de outros povos, de outras pessoas.

Os contos africanos não são contos de fadas, mesmo contendo alguns aspectos fantasiosos. Eles vão pormenorizando historinhas com lições de vida, falam da lição da sala de aula. Contar é uma maneira diferente de “fazer escola”. Não é como a “escola colonial”, onde a língua e a linguagem são outras, os protagonistas da história são de outros espaços de vida e de outras épocas, os mediadores são outras pessoas, de outros lugares e de outras culturas. Assim, contar é introduzir a criança – aqueles que escutam –, subjetiva e objetivamente, ao seu espaço e ao seu tempo, olhando para o passado e projetando o futuro. Enfim, contar é, nesse sentido, introduzir-se na contemporaneidade. Nessa escola diferente, qual a pedagogia, a didática, a epistemologia? O que serão os contos africanos, cientificamente falando?

Pedagogia, didática e epistemologia dos contos: uma maneira de fazer o diferente na escola

Antes de entrarmos na tecnicidade da educação pelos contos africanos, é preciso definir o que, formal ou cientificamente, eles são. Uma definição mais concisa e completa, que respeita a experiência objetiva e subjetiva que se tem dos contos enquanto africanos, é aquela dada por Odile Puren Adda-Branco (2010), no seu artigo “*Les contes africains: une école vivante de la transmission de la tradition*”: constituem uma

¹⁰ Na África, fala-se de contos, no plural, porque são um conjunto de historinhas. A contação se faz sempre com, pelo menos, duas historinhas por noite (Adda-Branco, 2010).

literatura oral utilizada para transmitir os valores da sociedade em que são contados. (Adda-Branco 2010). Formalmente, os contos são do gênero literário oral. Essa oralidade é o meio de transmissão milenar na África. Passam de geração a geração, tendo como principal função a educação e a (trans)missão dos valores éticos, religiosos, culturais, laborais, lúdicos e recreativos. É a transmissão e a comunicação de um conhecimento ancestral, da maneira de viver e de lidar com o mundo ao seu redor. Eles são reveladores da visão africana do mundo. Nascem como uma finalidade educativa, mesmo que impliquem também uma finalidade lúdica, que vem, ainda, confirmar essa preocupação com o ser humano no seu bem-estar social. Essas histórias de aventuras imaginárias são improváveis e não têm autores fixos, surgem do contexto tribal e étnico. São mitos de explicação e explicitação, histórias de entendimento, de questões em relação ao mundo em que são contadas. Nesse sentido:

Ninguém conhece a origem dos contos africanos, que geralmente são um reflexo da sociedade e não têm autor. Pertencem à sociedade de onde vêm. Também falamos de contos malianos, ou contos beninenses. No mesmo país, os contos são diferenciados por sua origem étnica. Assim, ouvimos dizer no Benin, por exemplo: este conto é Fon (grupo étnico do centro de Benin) ou então este outro conto é iorubá (grupo étnico do sudeste do Benin) (Adda-Branco, 2010).

Os contos africanos são, assim, propriedade de cada etnia, de cada povo, segundo suas necessidades em matéria da educação. É o que Brandão (2002) chama de “endoculturação”, ou seja, a educação a

partir da sua própria cultura. Essa experiência “endoculturativa”, dos e com os contos africanos, é uma maneira diferente de “fazer escola”, é uma forma de conceber que a educação é, de fato, uma pedagogia, que usará os instrumentos didáticos e epistemológicos próprios. Como se realiza essa experiência de “fazer escola” com os contos? De incentivar aprendizagem com historinhas?

A maneira africana de “fazer escola” diferencia-se pela sua pedagogia. Qual é essa pedagogia? Podemos dizer que é uma pedagogia ativa, uma pedagogia pela ação que foca sobre a autonomia do discente e que implica aprender fazendo, trabalhando, observando, experimentando. É uma educação pela ação. É a escola da vida, pela vida e para a vida, para retomar a maneira sucinta da pedagogia “práxis” de John Dewey (2011). Nessa pedagogia dos contos, a teoria se descobre, se corrige e se desenvolve na ação. Aprende-se o que é o fogo fazendo-o. A (educ)ação é, assim, concebida como uma ação, um gesto concreto na experiência de quem está aprendendo. Esse gesto educativo enquanto “práxis” é uma ação transformadora dos seus próprios autores.

A maneira de fazer escola diferente é uma maneira de descolonizar a educação. Não é mais necessário repetir a maneira colonial, mas criar ou inventar, talvez, a partir dela, uma pedagogia diferente e nova, correspondendo à realidade dos países do Sul. Os contos, que são uma prática ancestral e milenar, repousam sobre a “oracultura”¹¹, ou literatura oral, enrique-

11 Oracultura: maneira própria de formalizar, epistemologicamente falando, a literatura oral na África. A oracultura é composta de contos, provérbios, charadas, máximas, que passaram de geração em geração pelo viés da oralidade.

cida pela tradição. É preciso, hoje, mesmo vivendo a colonialidade da educação, aderir às outras pedagogias. A decolonialidade da pedagogia corresponderia, dentre outras ações, introduzir, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o aspecto particular da pedagogia dos contos, que é atividade relacional, dialógica, cultural, contextual e comunitária. Assim, será importante, hoje:

Para educar realmente na vida e para vida, para essa vida diferente, e para superar desigualdades sociais, a instituição educativa deve superar definitivamente os enfoques tecnológicos, funcionalistas e burocratizantes, aproximando-se, ao contrário, de seu caráter mais relacional, mais dialógico, mais cultural contextual e comunitário, em cujo âmbito adquire importância a relação que se estabelece entre todas as pessoas que trabalham dentro e fora da instituição (Imbernon, 2011, p. 8).

Então, se a educação é um ato, uma atividade, uma ação, essa última cria relações, ou melhor, interrelações, diálogos, trocas empáticas, transferências, necessárias ao processo de aprendizagem (Lacan, 1972; Ornellas, 2019). Essa ação é dual porque ela é do educador e do educando. Paulo Freire (1979), pensando a alfabetização dos adultos, entendia que não há formação da humanidade sem reflexão sobre a ação. A pedagogia dos contos africanos é mais próxima da pedagogia histórico-crítica de Saviani (1991), ainda que se diferencie do lado teórico e da didática.

Uma das grandes diferenças entre a pedagogia dos contos africanos, ou da maneira africana de “fazer escola”, e a escola colonial de estilo europeu é a didática, que é

única, pois cria um verdadeiro cenário, uma cena de teatro, uma cena artística. Contar historinhas é subir no palco para tentar, o máximo possível, captar a atenção dos ouvintes e estudantes. O contador toma a história como sua, ele é como possuído por ela, e a narra, tentando delimitar cada protagonista da história na sua voz, no seu estilo de ser. O contador, que é um professor dando aula, no meio da roda, pula, grita, chora, canta, dança, fala como bicho, como gente, expressa as forças da natureza (vento, chuva, trovão), com a única finalidade de guardar seus escutantes, que são os alunos, completamente ligados a ele. Ele usa, às vezes, instrumentos de música para dar força à sua palavra (Adda-Branco, 2010; Noa, 1997).

Pode-se observar que, para passar o conhecimento sobre a vida e para vida, a didática dos contos concentra-se sobre o sujeito, sobre sua capacidade lúdica, sua cultura, sobre o mundo e a visão do mundo de quem estuda ou quem aprende. Os conhecimentos são práticos e úteis para a vida cotidiana e, tornando-os lúdicos, acaba-se por cativar e fazer o efeito desejado. Para a criança, o lúdico é capital essencial, pois fica encantada com o ensinar a partir do contar historinhas. Os sábios da humanidade passam mensagens importantes, verdades humanas e essenciais pela vida, usando histórias contadas. As religiões e os mestres de tais sábios usam historinhas ou parábolas, mitos e enigmas para falar do que muda a vida das pessoas. Assim, podemos dizer que a didática dos contos africanos é uma didática decolonial. Ela é justa e ajustada para as crianças e até mesmo para os adultos.

Aqui, estamos frente a uma didática que corresponde ao cultural, ao tempo e

ao espaço, à vida das pessoas, pelas quais ela é dirigida. Essa encarnação da didática ao espaço, ao tempo e à realidade cultural das pessoas manifesta a decolonialidade da educação. Nesse sentido, praticar, hoje em dia, a didática dos contos africanos para uma aula pode ser considerado prática de decolonialidade. No entanto, além da didática, podemos utilizar do conhecimento dos contos? Será que esse conhecimento é científico? Qual é a epistemologia dos contos africanos?

A cientificidade dos contos africanos pode ser alvo de dúvidas, porque o modo literário é mais próximo das lendas, dos mitos, que são produções imaginárias. Contudo, é importante exemplificar através da antiguidade grega, a qual usava muito os mitos para ajudar a entrar em um conhecimento filosófico profundo sobre o ser humano. Toda a cosmogonia, por exemplo, dos mitos de Cronos, o deus do tempo, o mito de Sísifo, o mito de Narciso e o mais conhecido, o mito da Caverna de Platão, muito usados na educação, são pura e simplesmente produtos da imaginação de seus autores. Como dizer que só a versão deles é científica? Será por que a proveniência deles é europeia? E os mitos e as cosmogonias das outras proveniências não terão grau de ciência?

Cheikh Anta Diop (1923-1986) consagrou a sua vida de pesquisador ao mostrar e ao provar que existem outros berços de conhecimento científico além da Grécia e da Europa. Ele demonstrou que a África, como é berço da humanidade, é berço, também, logicamente, pelo menos, da cientificidade. Ademais, provou, por meio de pesquisas, investigações e experimentações rigorosas, a centralidade do “Continente Mãe”

em vários aspectos, sobretudo na ciência. No seu livro *A origem africana da civilização: mito ou realidade* publicado em 1974, o referido autor atrela-se a provar e a mostrar que o Egito Antigo dos faraós, das pirâmides e da mumificação dos corpos era negro (Fauvelle, 1996).

Pensar ou dizer que os contos africanos, por causa da sua proveniência imaginativa e lendária ou por causa da sua proveniência geográfica (africana), não têm cientificidade será só mais uma consideração de colonialidade, fruto de uma lavagem cerebral. Contudo, onde fica a cientificidade dos contos africanos? Seria bom contar concretamente uma historinha e analisá-la, porém, obviamente, não é possível aqui, devido ao volume de páginas, que não caberiam para um artigo.

Assim, importa pontuar que os contos da África apresentam, cientificamente falando, a visão africana do mundo. Essa visão abrange a geografia, os dados matemáticos, a metafísica, a literatura (oratura¹², nesse caso), a biologia, a agricultura, a psicologia, a filosofia, a psicanálise, a psiquiatria, o direito, a política, a arte... Enfim, todas as disciplinas presentes em uma base curricular da educação colonial estão presentes nos contos africanos e, mais ainda, o conhecimento místico. Em um só conto, encontramos vários componentes e disciplinas de estudos, só que esses componentes não são apresentados de maneira seccionada ou engavetada, por conta da unicidade da vida. Na vivência cotidiana,

¹² Oratura: pode definir-se como a arte de criar, recriar, transmitir e conservar oralmente composições poéticas, narrativas, dramáticas e outras configurações performativas (Gomes, 2019).

a experiência mostra que os componentes curriculares não se encontram como nós aprendemos separadamente na sala de aula – eles são, implícita e explicitamente, inseridos nos atos.

Considerações finais

A vida é uma mescla de vários componentes, de várias disciplinas de estudo, e vimos que a pedagogia dos contos é uma pedagogia ativa, no ato, na ação cotidiana. Como na realidade não é possível ter todos os componentes, todas as disciplinas de estudos em um só conto, também na vida não podem ser vividas todas as experiências. Fala-se de “contos” no plural, e não de “conto” no singular, uma vez que, na educação tradicional africana, não existe um “conto”, mas sim os “contos” –que ficam na memória dos mais antigos, se constituem bibliotecas vivas e precisam ser cuidados.

A pedagogia, a didática e a epistemologia dos contos africanos são mais próximos da realidade educativa do que aqueles que nós herdamos da colonização e que continuamos, na colonialidade, a repetir os padrões. Trabalhar ou estudar cada componente de maneira individual é necessário para um aprofundamento e uma didática, mas não se pode considerar como a única maneira de estudar. É pela vida que nós aprendemos a viver, é nela que se encontra a matéria-prima de toda educação. Conhecer coisas, intelectualmente, por elas mesmas, gratuitamente, é possível. Contudo, a vida é prática e concreta; do que adianta conhecer o fogo sem saber acendê-lo?

A primeira educação deve ser uma educação para viver, isso é o mais respeitoso da antropologia e da vida humana. Como crianças, nós falamos uma língua antes de escrever e de aprender toda a sua complexidade gramatical. Sem negligenciar tudo o que foi dado pela educação colonial, é preciso voltar às fontes das nossas tradições educativas, mais respeitadas do progresso, do desenvolvimento humano. Todo ser humano nasce em um meio de vida e, por isso, precisa, primeiramente, saber lidar com ele (Bronfenbrenner, 1996; 2011).

Finalizando este estudo, pontuamos três elementos importantes a se considerar: o primeiro é saber que existe um vínculo indissolúvel entre cultura e educação. Não há educação sem cultura e não há cultura sem educação. Esse vínculo é tão forte que é facilmente chamado de cultura educacional. Quando dizemos que alguém tem uma boa cultura, queremos dizer também que tem uma boa educação. Assim sendo, não há separação entre educação e cultura.

O segundo elemento se dá com base no que Catherine Walsh (2017) e Santos (2017) designam como resistir e re(existir), sendo que, para re(viver) plenamente livre de toda forma de colonialidade, é preciso voltar à fonte, fazendo uso das “pedagogias do Sul”. A tendência dos africanos, dos indígenas e das pessoas do Sul a voltar – consciente e, sobretudo, inconscientemente – a fazer, a viver como europeu não é só uma consequência do processo colonial, mas também deve ser uma ocasião de (re)interrogar-se para tornar meios práticos de decolonialidade. O fato de sermos vistos e considerados pela colonialidade exige muito esforço para percebermos nossas reproduções de padrões dos comportamentos europeus.

A contemporaneidade, na concepção do olhar de Gadamer (2008), como horizonte, deve nos ajudar a nadar contra a corrente, guardando sempre um espírito vigilante para nos interrogar e fazer uma autoavaliação das nossas instituições educativas, em primeiro lugar, a família, a “*célula mater*” da sociedade, para retomar a expressão de Potyara, utilizada por Akoa (2022, p. 79), para mostrar a importância da família no processo educativo dos filhos.

Ademais, a terceira e última consideração diz respeito à utilidade dos contos para repensar a educação na contemporaneidade, enraizada no chão do povo ou dos que são educandos. Para tanto, é importante conhecer a oratura dos contos e toda a sua riqueza. Desse modo, poderemos dizer, com base no pensamento de Anta Diop (2000), que nos convida a ser os novos protagonistas da educação e a integrar, em nosso pensamento, todas as promessas que mal aparecem no horizonte científico, a fim de ajudar o ser humano a se reconciliar consigo mesmo. Assim, uma vez reconciliados conosco mesmo e com nossa história, contaremos novos contos. ■

[ANTONIA MAGALY CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA]

Psicóloga, Bacharel e Licenciada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise, Educação e Representação Social (Geppe-rs) da Uneb.
E-mail: antoniamagalyoliveira@gmail.com

[LARISSA SOARES ORNELLAS FARIAS]

Psicóloga, Psicanalista, Professora Adjunta e da Pós-Graduação na Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Dr.^a em Psicopatologia Fundamental pela Universidade de Paris, Pós-Doutorado em Psicologia Social pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise, Educação e Representação Social (Geppe-rs) da Uneb.
E-mail: larrissa.ornellas1@terra.com.br

[PATRICK AKOA]

Bacharel em Teologia, Licenciado em Filosofia pela Faculdade São Bento da Bahia (FSBB). Mestre em Família e Educação na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Psicanalista em formação pelo Núcleo de Atendimento Psicológico (NAPSI). Doutorando em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise, Educação e Representação Social (Geppe-rs) da Uneb.
E-mail: frpatrickakoa@gmail.com

Referências

ADDA-BRANCO, Odile Puren. Les contes africains: une école vivante de la transmission de la tradition. **Teheran**, Teheran, n. 52, mar. 2010. Disponível em: <http://www.teheran.ir/spip.php?article1141#nb2>. Acesso em: 16 set. 2023.

AKOA, Patrick. **Família e educação**: o trabalho no processo educativo dos filhos. São Paulo: Dialética, 2022.

BÂ, Amadou Hampâté. Discours à l'UNESCO. **L'ina éclairé láctu**, Paris, 1 dez. 1960. em <https://www.ina.fr/ina-eclairé-actu/audio/phd86073514/discours-de-hamadou-hampate-ba-a-la-commission-afrique-de-l-unesco> Acesso em: 16 setembro. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humana**: tornando os seres humanos mais humano. Porto Alegre: ABDR, 2011.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. São Paulo: Vozes, 2011.

DIOP, Cheik Anta. **Civilisation ou Barbarie**. Paris: Presence Africaine, 2000.

DUSSEL, Enrique. Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

EKEH, Peter. Colonialism and the two publics in Africa: a theoretical statement, comparative studies in society and history. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 17, n. 1, p. 91-112, 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/178372>. Acesso em: 14 set. 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUVELLE, François-Xavier. **L'Afrique de cheikh anta diop**: histoire et idéologie. Paris: Karthala Editions, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. *In*: TAMNUS, Marcio Chaves (org.). **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 12-23.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução de Enio Paulo Giachini. 9. ed. Petrópolis: Vozes; 2008.

GAFFIOT, Félix. **Dictionnaire Latin-français**. Paris: Hachette, 2000.

GRABOIS, Pedro Fornaciari. Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 7-27, 2011.

GOMES, Isabel. Oratura. **Dicionário Alice**, 4 jan. 2019. Disponível em: https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24459. Acesso em: 16 set. 2023.

IMBERNON, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança da incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LACAN, Jacques. **A transferência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MIALARET, Gaston. **Les sciences de l'éducation**. Paris: Press Universitaire de France, 2005.

NDOUGSA, Vincent de Paul. **Les peuples beti du Cameroun**: origines, ethnies et traditions. Paris: Harmattan, 2018.

NOA, Lucien Anya. **La poesie Beti**. Mbalmayo: Edition Aban Ekan, Centre Culturel Beti, 1997.

OBELITALA, Alphonse. **L'initiation en Afrique noire et en Grèce**: confrontation de quelques rites de passage. Paris: Harmattan, 1982.

ORNELLAS, Maria de Lourdes. **Psicanálise e educação**: o que falta em um está no outro? Salvador: EDUFBA, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (ed.). **La Colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Caracas: Clasco, 2000.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Epistemologia do sul**. São Paulo: Cortez, 2017.

SARTRE, Jean-Paul. **L'Existencialismo é um Humanismo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítico**: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Mexico City Declaration on Cultural Policies**. Paris: UNESCO, 1982.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de México**. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios. Brasília, DF: Iphan, 1985.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

WALSH, Catherine. **Pedagogias decoloniales**: práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Série pensamento decolonial. Equador: Abya-Yala, 2017.

WALSH, Catherine. Geopolíticas del conocimiento, interculturalidad y descolonización. **Boletín ICCI-ARY Rimay**, ano 6, n. 60, 2004. Disponível em: <http://icci.nativeweb.org/boletin/60/walsh.html>. Acesso em: 2 maio 2024.

DESAFIOS DA AGENDA 2030 E OS 17 ODS PARA JORNALISMO E COMUNICAÇÃO

[DOSSIÊ]

Ivone Rocha

Universidade Federal de Santa Catarina

Rita Paulino

Universidade Federal de Santa Catarina

Fabiana Piccinin

Universidade Federal de Santa Catarina

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo visa apresentar os resultados da disciplina Jornalismo Online e Plataformas Digitais, da Universidade Federal de Santa Catarina, que em 2022 trabalhou o plano de aulas focado na Agenda 2030. No período, foi desenvolvido um método para produção e apresentação dos trabalhos, dividido em três etapas: conhecimento da Agenda 2030; formação extracurricular sobre o tema; e produção efetiva de conteúdo e publicação em ferramenta digital pelos estudantes. O objetivo foi promover uma reflexão, a partir da metodologia teórico-prática, sobre o papel dos futuros jornalistas em relação às metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assumidos como compromissos pelos países integrados à Organização das Nações Unidas (ONU). Como objetivos específicos, o artigo se debruça na relevância do papel social do jornalismo, na sustentabilidade em seu contexto e na relação da Agenda 2030 com a produção do conteúdo, a partir da narrativa jornalística em ambiência digital.

Palavras-chave: Jornalismo online. Plataformas digitais. Agenda 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

This study aims to describe the results of the Online Journalism and Digital Platforms course at the Federal University of Santa Catarina, which, in 2022, worked on a lesson plan focused on the 2030 Agenda. During this period, a method for producing and presenting work was developed and divided into three stages: learning about the 2030 Agenda; extracurricular training on the subject; and effective production of content and publication in a digital tool by students. The course aimed to promote reflection based on the theoretical-practical methodology on the role of future journalists regarding the goals of the 17 Sustainable Development Goals (SDGs), taken as commitments by the countries integrated into the UN. As specific objectives, this study focuses on the relevance of the social role of journalism, on sustainability in its context, and on the relationship between the 2030 Agenda and the production of content based on journalistic narrative in a digital environment.

Keywords: Online journalism. Digital platforms. 2030 Agenda. Sustainable Development Goals.

Este artículo tuvo como objetivo presentar los resultados de la asignatura Periodismo en línea y plataformas digitales de la Universidad Federal de Santa Catarina, que en 2022 trabajó en sus clases el tema de la Agenda 2030. Durante este período, se desarrolló un método para la producción y presentación de trabajos, dividido en tres etapas: conocimiento de la Agenda 2030; formación extracurricular sobre el

tema; y producción efectiva de contenido y publicación en una herramienta digital por parte de los estudiantes. El objetivo fue promover una reflexión, a partir de la metodología teórico-práctica, sobre el papel de los futuros periodistas en relación con las metas de los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), asumidos como compromisos por los países integrados a la Organización de las Naciones Unidas (ONU). Como objetivos específicos, este artículo se centró en la relevancia del papel social del periodismo, en la sostenibilidad en su contexto y en la relación de la Agenda 2030 con la producción de contenido en un entorno digital.

Palabras clave: Periodismo en línea. Plataformas digitales. Agenda 2030. Objetivos de Desarrollo Sostenible.

Introdução

É próprio da prática jornalística dar eco ao posicionamento das pessoas, seja individualmente ou em grupo, utilizando para isso um aparato tecnológico que a torne soberana, tal como a verdade (Marcondes Filho, 1986). O desenvolvimento sustentável, previsto no conjunto dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que compõem a Agenda 2030, tem sido apresentado como o que deve ser o norte das políticas ambientais mundiais. O documento está voltado à regularização de normas e regras de produção e de consumo (Canelas, 2004), que dependem, sobretudo, da disseminação de novos padrões como forma de promover a transformação da sociedade, priorizando esse tipo de desenvolvimento. E é nesse contexto que o jornalismo vem se instituir como um dos articuladores fundamentais no movimento, ao ser responsável, como mediador da realidade, pela socialização e conscientização sobre as intenções de âmbito global da Agenda nos diferentes países.

Nessa perspectiva, este artigo tem o objetivo de trazer a discussão sobre a contribuição estratégica do Jornalismo ao cumprimento dos ODS a partir da ampliação do conhecimento dos estudantes e egressos do curso sobre os objetivos, definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) com 193 países, entre os quais o Brasil. Isso porque o Jornalismo, ao mesmo tempo em que atua a partir de grandes forças econômicas e sociais, também tem sua devida voz em grupos políticos e organizações de poder, como lembra ainda Marcondes Filho (1986). Para Gern e Lima (2018, p. 25), “o ponto de partida está na necessidade de os jornalistas

compreenderem o que, de fato, é entendido como ‘meio ambiente’ e ‘Jornalismo Ambiental’, as suas interações com a sociedade e a urgente necessidade de debate sobre o tema”.

Para tanto, os estudantes da disciplina Jornalismo Online e Plataformas Digitais, oferecida no segundo semestre de 2022 para alunos do 5º período do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), participaram de formações por meio de palestras com jornalistas reconhecidos pela expertise na área de cobertura relacionada aos 17 ODS, além de cursos com agentes locais vinculados à Agenda. Ao final do período de aulas da disciplina, apresentaram os trabalhos produzidos. A partir das ideias que serviram de provocação à estruturação da disciplina, desenvolvemos um método de discussão sobre os pressupostos teóricos que fundamentaram o jornalismo online e a subsequente construção de narrativas digitais disso resultantes.

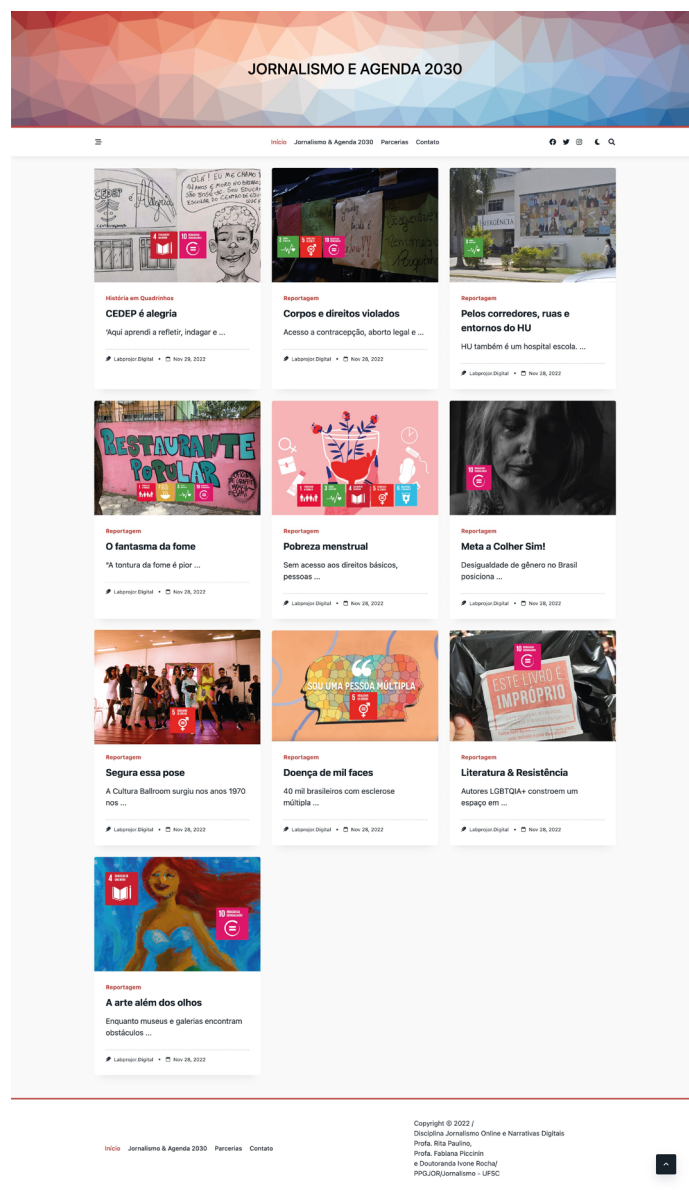
O trabalho, então, foi dividido em três etapas. A primeira, de conhecimento e entendimento da Agenda 2030, incluindo uma formação gratuita extra universidade. A segunda envolveu a apresentação de projeto desenvolvido por pesquisadores do centro de pesquisas Capacitação e Estudos Urbanos e Regionais para a Sustentabilidade (CEURS)¹, ligado à UFSC. E a terceira se concentrou na produção de conteúdo e publicação em ferramenta digital escolhida pelo estudante. A partir daí, passou-se a discutir e tratar da Agenda 2030 como histórico e

¹ Disponível em: <https://tinyurl.com/wfwb9ee5>. Acesso em: 26 abr. 2024.

conceito para, a partir de então, planejar a concepção de narrativas *longform* que, de algum modo, em suas propostas de pauta, dialogassem cada uma com pelo menos um dos 17 ODS. O trabalho subsequente foi criar as condições para a produção das reportagens multimídia, discutindo linguagem, formato e gramática narrativa, conforme

a proposta da disciplina, ao mesmo tempo em que os alunos eram sensibilizados para as causas envolvidas na Agenda. Após a apresentação e entrega do material, a coordenação da disciplina organizou todos os trabalhos em um único site, em blocos, cada um com sua respectiva imagem e a indicação do ODS relacionado.

[Figura 1]
Tela da homepage do site Jornalismo e Agenda 2030²



2 Disponível em: <https://labprojor.digital/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

Na análise dos trabalhos apresentados, identificamos alguns gargalos na experiência em sala de aula na produção de reportagens jornalísticas, são elas: **Superficialidade na cobertura** – contextualizavam de maneira superficial, muitas vezes sem citar as metas dos ODS e sem aprofundar as causas, desafios e impactos reais sobre o meio ambiente; **Falta de contextualização global** – a mídia muitas vezes não contextualiza os problemas locais como parte de desafios globais interconectados, não enfatizando a dimensão global dos problemas; e **Responsabilidade cidadã desconsiderada** – mencionar a Agenda 2030 não é suficiente para promover a conscientização, uma vez que muitos consumidores de notícias podem não entender totalmente as implicações e a relevância pessoal. Por isso, é fundamental, além de relacionar o problema aos ODS, conectá-lo à realidade do público.

O papel social do jornalismo

Quando Deuze e Witschge (2015), ao mencionarem Schudson e Meijer, respectivamente, afirmam que o jornalismo produz e divulga informações de interesse público, permitindo que os cidadãos ajam como tal, deixa um tanto claro de que se trata de um campo do saber de interesse das coletividades, em que o acesso à informação, como direito, é a garantia da conquista da cidadania. Assim, ao levar informação de interesse e benefício do cidadão, investiga, analisa, apresenta os lados envolvidos e os publiciza, contribuindo decisivamente para a promoção da democracia. Nessa

perspectiva, o jornalista é o profissional encarregado de prover e fazer a curadoria de informações transformadas em notícias, a fim de criar a agenda pública e, dessa forma, se constituir nesse agente mediador da realidade. O jornalismo, portanto, é uma práxis, e o jornalista o mediador, o mensageiro, o sujeito crítico que atua no cotidiano (Genro Filho, 1987). Se ele é a ponte entre os poderes e a sociedade, então os problemas do mundo não podem ser resolvidos sem a sua contribuição.

Foi a partir da assunção do papel social do jornalismo que Mark Paillet (1986) o classificou como o “quarto poder”, depois dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de uma nação. Quando o jornalista decodifica ao público as questões de ordem econômica, política e social, está ajudando as pessoas a entenderem o mundo ao seu redor e a tomarem decisões fundamentadas na realidade contemporânea. Para uma reportagem, que é o produto desenvolvido pelo jornalismo, “o enviado especial e o correspondente particular de um jornal, de um periódico, de uma rádio constituem uma resposta global a um problema [também] global” (Paillet, 1986, p. 75). Na sua visão, quando o jornalista passa uma mensagem ou uma informação, dá seu ponto de vista e leva em consideração as características do destinatário, assumindo aí sua responsabilidade no conhecimento público.

Esse conceito de mediador se assemelha à função de professor (e educador). Cada um, com seu público específico, leva informações e notícias que julgam ser necessárias ao conhecimento de suas audiências, a partir de uma conexão com determinado contexto. Enquanto o jornalista se vale da tradução da linguagem

hermética em linguagens de consenso para levar um fato ao público, muitas vezes trazendo a memória e o conceito histórico, o professor decodifica o conteúdo de seu campo de conhecimento para a compreensão do aluno. Ambos, portanto, contribuem para a formação da opinião e visam promover as condições para o exercício da cidadania.

Segundo o manual do jornal Folha de S.Paulo (Folha Online, 1996), são cinco os critérios para definir a importância da notícia: 1. **ineditismo** – é mais importante do que o que já foi publicado em outros lugares; 2. **improbabilidade** – o que é menos provável desperta mais a atenção do leitor; 3. **interesse** – chama a atenção a notícia que mais afeta quem a consome; 4. **apelo** – a notícia deve despertar a curiosidade; e 5. **empatia** – quanto mais pessoas se identificarem com o personagem e a situação da notícia, mais valorizada ela é. Também Bucci (2000) trata da função social do jornalismo como um conceito central. Entende que esse campo do saber desempenha um papel muito importante como veículo para a construção da cidadania e a manutenção da democracia. Entre os destaques apontados por ele que caracterizam a função social desse profissional, estão: **democracia e informação** – sendo o jornalismo o pilar da cidadania ativa, na sua opinião; e **papel de vigilância** – atuando como um protetor da sociedade contra abusos de poder e de corrupção. “No limiar das democracias modernas, ganhou corpo, legitimidade e lugar social o espírito que ainda hoje anima a imprensa” (Bucci, 2000, p. 10).

O argumento para atuar no campo lógico da realidade dominante é que essa atitude dá segurança ao jornalismo no

tocante ao seu modo de conhecimento e no que se refere à sua fragilidade ou à sua força (Meditsch, 1997). O jornalismo é frágil quando se refere ao método analítico, e é forte em relação às noções pré-teóricas que tratam da realidade do público. Quanto ao conhecimento, na visão do autor, é menos rigoroso do que outra ciência, nem por isso deixa de ser original. O factual dessa linguagem ocorre por meio de “processos pedagógicos específicos”, lembra o autor. Essa decodificação ocorre pelo jornalismo e pelo processo de ensino. É o que se nota ainda no pensamento de Meditsch (1997, p. 7):

Já o ideal de universalidade do Jornalismo caminha em outra direção. O auditório universal que idealmente persegue refere-se a uma outra rede de circulação de conhecimento, constituída pela comunicação para devolver à realidade a sua transparência coletiva. É uma universalidade de fato, embora precária, porque só estabelecida institucionalmente de forma indireta e imperfeita, tal e qual o espaço público pressuposto pelo ideal democrático que a precede e a requer. Sua amplitude é também limitada em outra direção, a intenção do emissor na delimitação do universo do público-alvo.

Assim, abordar sustentabilidade, Agenda 2030 e com ela os ODS requer muito mais do que campanhas publicitárias. É preciso que o tema entre para a agenda pública, que faça parte do dia a dia das pessoas e que seja classificado como prioridade para a qualidade de vida do presente e do futuro. E que se possa compreendê-lo dentro de contextos específicos, nos processos de desenvolvimento humano que, “necessariamente, passam pela apropriação ou

internalização das significações das relações sociais e das produções culturais que permeiam as experiências do sujeito desde seu nascimento” (Setton; Rego; Pereira, 2023, p. 11).

Tanto o jornalismo quanto a educação podem ajudar a salvar o planeta, por disporem das devidas competências para formar cidadãos (caso da educação) e formar opiniões (caso do jornalismo). No campo da educação, Lucci (2006) lembra Vigostki, para quem são as interações do indivíduo no seu contexto histórico e cultural que promovem o seu desenvolvimento e a construção do conhecimento. Isso também é defendido por Freire (2014, p. 35): “não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem”. Da mesma forma, essa reflexão se faz necessária em relação à sustentabilidade. Daí a importância de tratar o tema em sua práxis no ambiente de ensino.

Para Traquina (2005), há alguns conceitos-chave basilares à práxis jornalística. O primeiro é a **produção de notícias**, considerada a atividade central do jornalismo. O segundo é o **gatekeeping**, relativo à coleta, seleção e edição do conteúdo de acordo com o valor-notícia. O terceiro trata dos **critérios de noticiabilidade**, que se referem a relevância, proximidade, impacto, atualidade, conflito e interesse humano. O quarto seria a ética e responsabilidade, relativas a aspectos como imparcialidade, precisão e responsabilidade social. O quinto conceito é apontado como a **mediação da informação**, por meio da qual o jornalista traduz para a linguagem de seu público os fatos relativos aos temas trabalhados. **Jornalismo como serviço público** vem em sexto lugar, e se destaca por sua

função social, sendo um serviço público voltado aos interesses da sociedade democrática. Na sequência, Traquina aponta a **convergência de mídia**, pensada a partir das diferentes formas e tecnologias midiáticas, como a impressa, radiofônica, televisiva e a digital. Por último, aborda **mudanças na indústria de mídia**, com o olhar para a digitalização e as pressões do mundo capitalista que afetam diretamente a prática jornalística. Outro conceito mais recente é o **gategatching**, responsável pela seleção de notícias a serem publicadas, avisando o leitor quando o conteúdo estiver disponível (Cunha et al, 2018).

Sustentabilidade na formação do jornalista

Ao pensar o papel do ensino de jornalismo e dos jovens egressos da escola básica em direção à sua formação como profissionais de comunicação, compreende-se que essa dinâmica vai se constituir nos “principais meios que promovem mudanças no comportamento da humanidade” (Monteiro, 2015). E, dessa maneira, ser jornalista exige qualificação especial para produzir conteúdo sobre desenvolvimento humano, meio ambiente e sustentabilidade.

Entende-se, assim, a importância de defender a inclusão de conteúdos associados a esse tema para que reverbere no cotidiano do profissional, desde o ensino de graduação em jornalismo e, por extensão, na sociedade em geral. Dessa forma, é possível enxergar a sustentabilidade de forma ampla, envolvendo tanto

aspectos do ecossistema ambiental quanto das questões socioculturais, políticas e econômicas, já que são assuntos debatidos em todas as instâncias, por nortear a qualidade de vida de todos os seres do planeta. “Alinhada aos valores éticos, à justiça social e à liberdade, a comunicação para a sustentabilidade promove a conscientização dos indivíduos para os riscos ao consumo inconsciente, ao desperdício das riquezas naturais e à desigualdade social” (Monteiro, 2015). Isso é mais do que apresentar o jornalismo ambiental, refere-se à discussão de novas formas de vida, de transformações sociais e culturais, de mudança de pensamento e de postura de cada indivíduo e de seus respectivos grupos.

No mundo dos negócios, a sustentabilidade também é tema emergente. Em 1997, surge a Global Reporting Initiative (GRI) (Relatório de Sustentabilidade), uma das iniciativas pioneiras que ajudaram as empresas em suas divulgações não financeiras (Buhagiar, 2023). Em 2004 surgiu a sigla ESG, Environmental, social and corporate governance, que consiste em critérios ambientais, sociais e de governança a serem adotados por organizações com a finalidade de promover práticas sustentáveis e éticas. Hoje, mais de 90% das maiores empresas do mundo utilizam o padrões GRI para relatórios sobre seu desempenho ESG (Buhagiar, 2023).

Ou seja, a responsabilidade do jornalismo vai muito além da notícia ou da reportagem, representa participar de um processo de reconstrução social. Se considerarmos o cenário econômico mundial, a precarização da atividade jornalística, com o enxugamento de quadros profissionais das grandes empresas de mídia e o volume

de fontes de informação, vamos perceber que o desafio é muito grande. Holanda, Kääpä e Costa (2022, p. 3) lembram que “os jornalistas ambientais, muitas vezes, necessitam de mais tempo, além de uma infraestrutura dispendiosa, para produzir reportagens especializadas”. São obstáculos importantes que precisam ser superados para não tornar as reportagens ligadas ao meio ambiente caras e inviáveis às empresas de mídia, um problema que também deve ser discutido pela universidade com o mercado de notícias.

O caminho da sustentabilidade

Os riscos do uso inadequado da natureza vêm sendo observados desde o século XVIII, com a Revolução Industrial, quando passaram a ser empregadas na produção fabril matérias-primas não renováveis, como ferro, aço etc. para atender a uma demanda que se iniciava e que seria suprida pela produção em série. No entanto, foi a partir do final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, com os territórios devastados pelo conflito, que se pôde perceber as ameaças do desenvolvimento, promovido, em boa parte, sem o necessário ajuste e/ou planejamento. O emprego da tecnologia se revelou urgente, assim como a produção em grande escala. Na ânsia de atender a necessidades de consumo e garantir o lucro, o homem deixou a natureza em segundo plano (Carvalho, 2019).

Os resultados dessa investida vêm sendo sentidos ano após ano, “e as possibilidades de impacto sobre a saúde e o meio

ambiente são imensas e até imprevisíveis, todavia, sendo previsível a insustentabilidade de semelhante forma civilizatória se mantidos os atuais padrões de produção e consumo” (Franco; Druck, 1998, p. 63). Segundo os autores, a indústria definiu seu espaço e se estabeleceu nos campos de produção. Com isso, levou ao desenvolvimento das cidades e à transformação da população rural para urbana.

Esse foi um assunto considerado pela ONU na década de 1970, ganhando destaque na Conferência de 1972, em Estocolmo, que teve como pauta o ambiente humano. Foi um momento em que se passou a discutir conceitualmente o desenvolvimento sustentável. Entrava em pauta a corrente de pensamento que visava promover as estratégias de ecodesenvolvimento a partir de uma nova abordagem, que se baseava no atendimento de necessidades de sobrevivência dos indivíduos, sobretudo das populações mais carentes, estabelecidas em países que se encontravam em fase de desenvolvimento (Carvalho, 2020). Foi então criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, cujas discussões duraram mais de dez anos.

Em 1983, a convite do secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, a médica norueguesa Gro Harlem Brundtland passou a presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ela, que também foi a primeira-ministra da Noruega (1986-1996), apresentou na Conferência de abril de 1987 o relatório denominado *Nosso Futuro Comum*, que descreve que “o desenvolvimento sustentável é o que encontra as necessidades atuais, sem comprometer a habilidade das futuras

gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU BRASIL, 2020).

O documento, também conhecido como Relatório Brundtland, reconhece que onde há pobreza e desigualdade haverá sempre crises ecológicas, e que a solução estaria em ações coletivas. Assinala ainda que o desenvolvimento sustentável deve estar em consonância com os sistemas naturais que asseguram a vida na terra, como o ar, a água, o solo e os seres vivos, ou seja, os que atendem “às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991).

Ainda na trilha da sustentabilidade, em 1994 outro relatório da ONU, denominado *An Agenda for Development*, lança cinco dimensões para o desenvolvimento. A primeira traz a paz; a segunda aponta a economia como motor do progresso; a terceira se relaciona ao ambiente; a quarta traz a justiça como pilar da sociedade; e a quinta assinala a democracia na governança de ações sustentáveis (ONU, 1994). O ponto alto desse relatório é a atenção que chama para o desenvolvimento visto como um direito humano fundamental. O documento assinala:

As nações mais pobres estão ficando cada vez mais para trás. Aquelas que estão passando da transição de economias planejadas para economias de mercado enfrentam enormes dificuldades. Aquelas que alcançaram a prosperidade percebem que seu sucesso vem acompanhado de uma nova série de problemas de ordem social, ambiental, cultural e econômica, fazendo com que muitas delas

hesitem em seguir adiante com suas políticas de assistência em níveis anteriores³ (ONU, 1994, p. 3. Tradução nossa).

Em 1995 houve a Cúpula Mundial em Copenhague, dando encaminhamento ao desenvolvimento social. Dois anos depois foi assinado o Protocolo de Kyoto (cidade do Japão), um acordo de cooperação internacional para a redução da emissão de gases do efeito estufa, como forma de conter as mudanças climáticas que já se apresentavam. Ficou conhecido como COP3. Ainda em 1997, na Cúpula da Terra+5, houve um encontro especial da ONU para revisar e avaliar a implementação da Agenda 21, que estabelecia os primeiros oito objetivos do desenvolvimento sustentável para o novo século: 1. por um fim à fome e à miséria do mundo; 2. educação básica e de qualidade para todos; 3. igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; 4. reduzir a mortalidade infantil; 5. melhorar a saúde das gestantes; 6. combater a aids, malária e outras doenças; 7. garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e 8. estabelecer parcerias para o desenvolvimento (ODM Brasil, 2013). Já no século XXI, até a Conferência de Nova York, em 2015, houve, entre outras, a Rio+10, em Joanesburgo, em 2002; a Jornada Mundial, em 2005, na Alemanha; e a Rio+20, no Rio de Janeiro, em 2012.

³ No original: “Las naciones más pobres se quedan cada vez más atrás. Las que viven la transición de las economías dirigidas a las economías de mercado hacen frente a enormes dificultades. Las que han llegado a la prosperidad ven que su éxito va acompañado de una nueva serie de problemas de orden social, ambiental, cultural y económico, por lo que muchas de ellas sienten renuencia en cuanto a llevar adelante sus políticas de asistencia al nivel de otrora”.

A Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, da ONU, foi criada em 2015. Dela surgiu a Agenda 2030, elencando os 17 ODS, contemplando as 169 metas a serem cumpridas até 2030 e assumidas como compromisso mundial pelos países, com vistas a erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover vida digna para todos em seus ecossistemas. No Brasil, para trabalhar esses objetivos, o governo Dilma (2015-2016) criou, por meio do Decreto n. 8.724, de 28 de abril de 2016, um grupo de trabalho interministerial composto por membros do Poder Executivo Federal, dos Estados e dos Municípios, além de membros da sociedade civil, movimentos sociais, setor privado e academia (Carvalho, 2020). O grupo veio pautando seu trabalho na grande novidade implementada especialmente a partir da Agenda 2030, cujo foco foi a preocupação com o local a partir do global, ou seja, pensar a sustentabilidade mundial com ações locais, começando pelas cidades.

A Agenda 2030 e a importância da divulgação jornalística

Há menos de uma década de sua *deadline*, a chamada implementação dos ODS encontra diversos obstáculos. Entre esses estão a falta de unidade de interpretação de suas metas, a dificuldade de adaptação a políticas já existentes, bem como a de se compatibilizar as estruturas administrativas municipais (Lindborg, 2019). Esses desafios se complexificam quando se evidencia a ausência dos ODS também em uma perspectiva midiática, especificamente

jornalística, por conta da ausência da promoção do agendamento público das discussões.

Foi com base nessas preocupações, de conscientizar os jornalistas sobre a importância e divulgar os ODS e promover seu debate, que surgiu a proposta adaptada a essa temática para a disciplina de Jornalismo Online e Narrativas Digitais da UFSC. Buscou-se aqui a articulação dos conhecimentos teóricos e práticos associados ao jornalismo online, investindo na construção de experiências de pesquisa aplicada à produção das reportagens que se vinculassem jornalisticamente aos ODS.

O resultado foi a produção, edição e publicação de dez reportagens dispostas no site **Jornalismo e Agenda 2030**. O objetivo do **exercício de pesquisa aplicada em sala de aula** foi despertar para a consciência da preservação do planeta e de todos os demais temas a isso associados, a partir de atitudes socialmente responsáveis, tornadas compromisso pelos países associados à ONU, corroborando a transformação cultural com a melhoria da qualidade de vida das gerações futuras. Para tanto, evidenciamos nas reflexões com os alunos o papel do Jornalismo como agente fundamental para a promoção do debate público (Marcondes Filho, 2000) em sociedades democráticas, bem como na colaboração para a construção de políticas públicas com vistas à Agenda 2030. Dadas as reflexões promovidas em sala de aula, os alunos foram convidados a fazer a capacitação sobre a Agenda 2030 ofertada de forma remota e gratuita pela Prefeitura de Florianópolis. Além disso, tivemos a participação de portais de notícias que trabalham nessa perspectiva de vinculação de todos os conteúdos com os ODS como prática corrente nas suas rotinas

produtivas. Desse momento, então, partimos para a discussão das pautas e produção dos conteúdos que integraram o portal **Jornalismo e Agenda 2030**⁴.

Método

Para implementar a Agenda 2030 no contexto local, Kanuri et al. (2016, apud Lindborg, 2019) apontam quatro etapas centrais: 1. Iniciar um processo inclusivo e participativo de localização dos ODS; 2. Definir a agenda local dos ODS; 3. Planejar a implementação dos ODS; e 4. Monitorar o progresso dos ODS.

Por outro lado, sabe-se que a pesquisa aplicada se caracteriza por seu interesse prático, de que os resultados sejam aplicados ou utilizados (Marconi; Lakatos, 2017). Nesse sentido, dada a formação teórica sobre o tema da Agenda 2030, pautou-se também a produção de narrativas jornalísticas em um formato online, pela possibilidade que sua natureza convergente tem de reunir várias características capazes de qualificar esses conteúdos, ao mesmo tempo em que permite a socialização de todos, de modo a chegar e contribuir para o debate público.

4 O site foi produzido para reunir os trabalhos desenvolvidos pelos alunos na disciplina, sob coordenação das professoras Rita Paulino e Fabiana Piccinin e pela doutoranda, estagiária discente, Ivone Rocha, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) da mesma universidade.

[Tabela 1]
ODS contemplados na Agenda 2030

ODS	Descrição do objetivo
1 - Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2 - Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
3 - Saúde e bem-estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades
4 - Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos
5 - Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6 - Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos
7 - Energia limpa e acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos
8 - Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos
9 - Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10 - Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11 - Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12 - Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13 - Ação contra a mudança global do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
14 - Vida na água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15 - Vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
16 - Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17 - Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: ONU Brasil (2020).

O jornalismo online (Victor, 2020) apresenta a possibilidade de produção e análise de técnicas de texto e apuração, além de promover a discussão acerca

do desenvolvimento da opinião pública. E, com o mundo conectado, consegue explorar diferentes formatos, como vídeo, áudio, texto, infográficos, tornando sua narrativa

sedutora e dinâmica. Isso demonstra que “a narrativa jornalística não está fadada ao esquecimento da escrita, mas em constante processo de hibridação, o que exige do leitor um alto grau de conhecimento do ambiente digital para depois conseguir emergir no virtual e controlar os formatos e as mensagens” (Ferrari, 2012, p. 86-87).

Da mesma forma, também são os conteúdos acessíveis, por poderem ser usufruídos em distintos dispositivos móveis e portáteis. Não tem limitação de espaço e

tempo em textos e produções em áudio e vídeo, e ainda oferece, pela interatividade, um certo protagonismo ao público nas formas de consumo, bem como de participação na produção de conteúdo, por meio das práticas colaborativas. Desse modo, o jornalismo produzido na ambiência web tem potencial para produzir o engajamento necessário que causas como a Agenda 2030 vêm demandando, evidenciando que as reportagens multimídia, feitas para o portal, são um formato bastante adequado para o propósito aqui assumido.

[Tabela 2]
As fases das atividades

Etapas	Atividades
Primeira fase: Conhecimento da Agenda 2030	Os alunos participaram do curso gratuito de 10h oferecido pela UFSC, Municipalização da Agenda 2030, para conhecer os Objetivos Mundiais em relação à preservação do Planeta.
Segunda fase: Apresentação do Projeto Colabora	Palestra em sala de aula com pesquisadores de conteúdo jornalístico do CEURS e Projeto Colabora, que atuam diretamente na geração de conhecimento e divulgação da Agenda 2030.
Terceira fase: Produção	Produção de conteúdo jornalístico sobre Agenda 2030 e 17 ODS desde uma proposta editorial a isso associada.

Resultados

De forma individual ou em duplas, 16 alunos e alunas da disciplina produziram projetos em conteúdo jornalístico adequando-o a ferramentas digitais, com vinculação a um ou mais ODS.

Projeto 1: CEDEP é alegria, ODS 4 e 10

Por meio do depoimento de um aluno de 14 anos, no formato História em Quadrinhos, o trabalho destaca valores relacionados à educação de qualidade e redução das desigualdades. O jovem faz parte do

Cedep (Centro de Educação Popular) localizado em Florianópolis, Santa Catarina. É uma organização da sociedade civil que visa a formação de crianças, adolescentes e jovens com a perspectiva de promover a cidadania.

Projeto 2: Corpos e direitos violados, ODS 3, 5 e 10

O conteúdo destaca a importância da saúde, com orientações sobre como se prevenir de doenças e o uso de contraceptivos; destaca os direitos humanos de mulheres, meninas e crianças, relacionando aos ODS igualdade de gênero e redução das desigualdades; chama a

atenção para o combate ao estupro e reflexões sobre o aborto.

Projeto 3: Pelos corredores, ruas e entornos do HU, ODS 3

Nesse trabalho, a aluna de jornalismo mostra os espaços internos, na sua relação com o externo, do Hospital da Universidade Federal de Santa Catarina, que responde pelo atendimento médico da grande Florianópolis e capital, realizando mensalmente cerca de 180 procedimentos clínicos e cirúrgicos. Destaca ainda o atendimento profissional a estagiários de medicina, odontologia, biblioteconomia, engenharia biomédica, farmácia, nutrição, psicologia e social.

Projeto 4: O fantasma da fome, ODS 1, 2, 3 e 10

Para chamar a atenção para a erradicação da pobreza, combate à fome, saúde e redução das desigualdades, este trabalho mostra a relação da fome com diversos outros problemas enfrentados por cidadãos no Brasil e no mundo. Para isso, o ponto de partida é o depoimento da escritora negra Carolina Maria de Jesus, em seu livro *Quarto de Despejo*, publicado em 1960.

Projeto 5: Pobreza menstrual, ODS 1, 3, 4, 5 e 6

A relação entre um problema de higiene íntima da mulher e diversos outros problemas sociais é o que retrata o trabalho das duas alunas. Segundo elas, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) destaca que a pobreza menstrual é um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimensional, vivido por meninas e

mulheres, e que o acesso à higiene menstrual é considerado pela ONU questão de saúde pública e de direitos humanos desde 2014. Isso está relacionado a alguns objetivos, como combate à pobreza, cuidados com a saúde, educação de qualidade, igualdade de gênero e água potável.

Projeto 6: Meta a colher sim, ODS 10

A violência contra a mulher é outro tema importante apresentado em trabalho. Neste, chama a atenção a posição do Brasil, em 94º lugar no ranking de 146 nações listadas pelo Fórum Econômico Mundial que vive esse problema. Destaca que entre 2020 e 2021 cerca de 2.700 mulheres foram mortas “pela condição de menosprezo”, segundo dados do Anuário de Segurança Pública.

Projeto 7: Segura essa pose, ODS 5

A igualdade de gênero, que não por acaso está entre os ODS, é um tema muito presente em movimentos sociais do Brasil e do mundo. Para tratar desse tema, o estudante de jornalismo traz a Cultura Ballroom, um movimento de apoio às comunidades negra e LGBTQIA+, que, por meio de espaços voltados a esses públicos, traz a diversão por meio da dança.

Projeto 8: Doença de mil faces, ODS 3

Por viver o problema da esclerose múltipla na família e acompanhar o dilema vivido por inúmeras outras pessoas, a aluna trouxe o tema para o trabalho jornalístico na perspectiva do objetivo ODS Saúde e Bem-Estar. Ela destaca que 40 mil brasileiros carecem de políticas públicas e

visibilidade para o tratamento e a convivência de doentes e familiares com essa enfermidade.

Projeto 9: Literatura & Resistência, ODS 10

A busca por igualdade de gênero foi o tema deste trabalho, que, por meio da literatura, inclusive do livro *Conectadas*, conseguiu encontrar a expressividade necessária para defender questões de identificação sexual. Afinal, muito diferente do que lhe foi apresentado na infância, os casais não precisam necessariamente ser representados por menino e menina ou homem e mulher.

Projeto 10: A arte além dos olhos, ODS 10 e 11

Por meio do projeto Cores da Arte, do cearense Nicandro Loiola Dias (Dias Brasil), o aluno destaca as oportunidades oferecidas a pessoas cegas, mostrando no trabalho a trajetória do artista, que conta com o apoio do Instituto de Cegos do Ceará

para a divulgação de suas obras. O trabalho colabora com quatro objetivos do desenvolvimento sustentável: a educação de qualidade, a busca por igualdade de gênero e por cidades e comunidades sustentáveis.

Sobre o produto desenvolvido

O site Jornalismo e Agenda 2030 teve como objetivo apresentar e dar acesso direto aos conteúdos produzidos pelos alunos de Jornalismo que abordaram os ODS. É multiplataforma, desenvolvido na Wordpress e hospedado no serviço da Hostinger, podendo ser acessado em celulares, tablets e desktops. Tem uma navegação com menu horizontal de contexto institucional, situado no topo da página e no rodapé. Os sites estão organizados em blocos, cada um apresenta uma imagem do próprio trabalho, indicando o ODS relacionado, um título e link para a reportagem ou conteúdo jornalístico.

[Quadro 1]

Ficha de Expediente

Endereço eletrônico: <https://labprojor.digital/>

Edição: Fabiana Piccinin, Rita Paulino e Ivone Rocha

Produção de conteúdo: Adriana Schmidt, Cintia de Oliveira e Anna Schmitt, Leticia Schlemper, Larissa Santos e Beatriz Rohde, Júlia Venancio Velho e Nathalia Goulart Melo, Ana Carolina Gouvêa e Ana Luisa Antonioli, João Wesley Araújo da Silva, Isabella Machado, Laura Miranda e a Ana Maria, Lucas Ortiz e Jullia Gouveia.

Desenvolvimento do site: Rita Paulino

Considerações finais

Dada a relevância do jornalismo na sociedade, tanto nas questões de ordem política, econômica e social quanto nas

transformações culturais, e tendo em vista a urgência do foco nos 17 ODS, é notória a necessidade de promover ampla discussão sobre a Agenda 2030 entre estudantes de jornalismo. E, mais do que isso, é importante situar esse futuro profissional no contexto

da sustentabilidade, já que ele será peça fundamental na disseminação do tema na sociedade, no sentido de quebrar paradigmas e instituir a devida consciência para ações sustentáveis.

Ao montar o plano de aula da disciplina, buscou-se justamente dar enfoque para o tema e propor aos alunos ferramentas digitais com conteúdo jornalístico que pudesse se vincular aos ODS. Depois de apresentados individualmente em sala de aula e publicados na plataforma Moodle, todos os trabalhos foram centralizados em um único site, desenvolvido pela professora Rita Paulino, a fim de dar mais visibilidade para o tema da Agenda e trabalhar os recursos e potencialidades da convergência.

A partir dos dez trabalhos expostos em sala e publicados, foi possível analisar o envolvimento dos estudantes com a problemática. Devido ao empenho dos alunos em buscar informações e experimentar o exercício da reportagem, notamos, conforme observado na experiência da sala de aula, que houve um avanço importante na familiarização com o tema, até então desconhecido. Essa aproximação aos ODS e à Agenda 2030 proporcionou os primeiros *insights* entre os estudantes, que foram provocados continuamente a pensarem a pauta, sua angulação e linguagem, sempre em conexão com os diferentes objetivos. Assim, houve um esforço da turma no sentido de buscar essa articulação entre as temáticas escolhidas e o encaixe a pelo menos um dos ODS, o que ficou evidente em cada produção. E esses podem ter sido os ganhos importantes do experimento didático, que os ajudou a compreender a existência da agenda e o imperativo de assumi-la na prática jornalística.

Por outro lado, apesar do avanço em saber sobre a Agenda e promover o debate sobre os ODS na relação com a pauta, observou-se que as produções sofreram em alguma medida com a superficialidade da cobertura. Os estudantes foram convidados a pensar com as professoras sobre as razões da falta de contextualização global que os textos apresentavam, ficando em muitas das vezes voltados para a perspectiva do local onde o fato elencado ocorria. Da mesma forma, percebeu-se que a responsabilidade cidadã se apresentou de forma tímida, sem que houvesse, em muitas reportagens, o efetivo vínculo do problema com os ODS e o não atendimento de um direito constitucional.

Isso demonstra que os futuros jornalistas ainda não estão preparados para tratar o tema entre os públicos, porque este é relativamente novo. Nesse sentido, evidencia-se o avanço em compreender a existência da agenda e a importância do jornalista em dominar essa dinâmica de articulação da pauta aos ODS. Do mesmo modo, verifica-se a necessidade de que o trabalho seja continuado e amadurecido, como movimento imprescindível para a melhoria da atuação do Brasil em seu compromisso com a ONU, bem como, por decorrência, para a melhoria também das condições de vida das pessoas e do planeta. ■

[IVONE ROCHA]

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (POPGJOR-UFSC), professora universitária e integrante do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Produção Hiperfídia Aplicados ao Jornalismo (Nephi-Jor). Mestre em Políticas Públicas e graduada em Jornalismo pela Universidade de Mogi das Cruzes, e especialista em tecnologia da informação. E-mail: ivoneasr@gmail.com

[RITA PAULINO]

Pós-doutora, ex-bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no Social Media Lab na Universidade de Ryerson, Toronto, Canadá, em 2020. Concluiu o Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, na área de Mídia e Conhecimento, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2011. Atua como Professora no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR-UFSC). E-mail: rcpauli@gmail.com

[FABIANA PICCININ]

Professora e pesquisadora do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-Graduação, mestrado e doutorado em Jornalismo da mesma instituição. Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), graduada em Jornalismo e licenciada em Letras pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). É líder do Grupo de Estudos sobre Narrativas Jornalísticas Audiovisual (Genajor) e bolsista produtividade (CNPq). E-mail: fabiana.piccinin@ufsc.br

Referências

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUHAGIAR, Christian. **The role of environmental, social and governance rating providers for alpha generation in equity markets**: a comparative study. 2023. Dissertação (Mestrado em Finanças e Investimentos) – London School of Business & Finance, London, 2023. Disponível em: <https://financemalta.org/app/uploads/2023/03/The-Role-of-Environmental-Social-and-Governance-Rating-Providers-for-Alpha-Generation-A-Comparative-Study-January-2023-1.1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CANELAS, André. A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável e as suas interações com as políticas econômica, energética e ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE P&D EM PETRÓLEO E GÁS, 3., 2-5 out. 2004, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: IBP, 2004. Disponível em: http://www.portalabpg.org.br/PDPetro/3/trabalhos/IBP0111_05.pdf. Acesso em: 29 nov. 2017.

CARVALHO, Francisco Toniolo de. A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da ONU e seus atores: o impacto do desenvolvimento sustentável nas relações internacionais. **Confluências**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, 2019.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.

CUNHA, Barbara Kauany de Castro et al. Do Gatekeeping ao Gatewatching no Webjornalismo participativo: relacionamento colaborativo entre imprensa e audiência na produção jornalística no cenário online. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 20., 5-7 jul. 2018, Juazeiro. **Anais [...]**. Juazeiro: Intercom, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0007-1.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Além do Jornalismo. **Leituras do Jornalismo**, Bauru, v. 2, n. 4, 2015. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/leiturasdojornalismo/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/74>. Acesso em: 15 out. 2023.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2012.

FOLHA ONLINE. Manual da Folha de S.Paulo. **Círculo Folha**, 1996. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_i.htm. Acesso em: 15 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça. Padrões de industrialização, riscos e meio ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.3, n. 2, 1998.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma Teoria Marxista do Jornalismo. Florianópolis: Insular, 1987.

GERN, Augusta; LIMA, Myrian Del Vecchio de. Aprender e ensinar o jornalismo ambiental. In: GIRARDI, Ilza M. et al. (org.). **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. (Coleção Metamorfose Acadêmica Digital) (E-book). Porto Alegre: Metamorfose, 2018. Disponível em: <https://www.editorametamorfose.com.br/ebooks/EbookJornalismoAmbiental.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023. p. 25-38.

HOLANDA, Juliana Sampaio Pedrosa de; KÄÄPÄ, Pietari; COSTA, Luciana Miranda. Jornalismo ambiental: características e interfaces de um campo em construção. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 45, p. 2-17, 2022.

LINDBORG, Moa. **Making a Global Framework Local**: Challenges and Opportunities in Agenda 2030 Localization. 2019. Tese (Mestrado em Ciência para o Desenvolvimento Sustentável) –Department of Thematic Studies Environmental Change, Linköpings Universitet, Linköping, Sweden, 2019.

LUCCI, Marcos Antonio. A proposta de Vygotsky: a psicologia sócio-histórica. **Professorado**, Granada, v. 10, n. 2, 2006. Disponível em: <https://www.ugr.es/~recfpro/rev102COL2port.pdf>. Acesso em 30 nov. 2023.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo com produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? In: CONFERÊNCIA NOS CURSOS DA ARRÁBIDA – UNIVERSIDADE DE VERÃO, Coimbra, 1997. [S. l.]: Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação, 1997. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

MONTEIRO, Jean. O compromisso do jornalismo com a sustentabilidade. **Observatório da Imprensa**, ed. 789, 2 dez. 2015. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/mudancas-climaticas/jornalismo-ambiental/o-compromisso-do-jornalismo-com-a-sustentabilidade/>. Acesso em: 15 out. 2023.

ODM BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2013. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. **An Agenda for Development**: report of the Secretary-General. Nova York: ONU, 1994. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/188719>. Acesso em: 28 nov. 2023.

ONU BRASIL – Nações Unidas Brasil. **A ONU e o meio ambiente**. 16 set. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: abr. 2024.

ONU BRASIL – Nações Unidas Brasil. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. [online]: 20---. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 15 out. 2023.

PAILLET, Mark. **Jornalismo, o quarto poder**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SETTON, Maria da Graça Jacintho; REGO, Teresa Cristina; PEREIRA, Wellington de Carvalho. Lev Vigotski e Pierre Bourdieu: o poder da linguagem. Revista **Comunicação & Educação**, São Paulo, ano XXVIII, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/211615/196129>. Acesso em: 15 out. 2023.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005. v. 2.

VICTOR, Cíntia Lima. Jornalismo online, credibilidade & fake news: uma breve análise. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, São Paulo, ano 5, ed. 7, v. 5, p. 81-89, 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/comunicacao/jornalismo-online>. Acesso em: 30 nov. 2023.

O CLIMA COMO
NOVO COMUM
URBANO:
CONFORTO
TÉRMICO NA
AGENDA DO
DIREITO À CIDADE

[DOSSIÊ]

Jaqueline Nichi

Universidade Estadual de Campinas

Caroline Malagutti Fassina

Universidade Estadual de Campinas

Marcelo Rezende Calça Soeira

Universidade Estadual de Campinas

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo busca contribuir para o debate teórico sobre o processo de urbanização e seu impacto no uso de recursos comuns nas cidades (*urban commons*), tendo em vista as mudanças climáticas inerentes ao modelo de urbanização contemporâneo. Parques, ruas, edifícios, energia e água são reconhecidos como bens comuns urbanos, no entanto, com o aumento dos riscos climáticos inerentes ao processo de adensamento desses espaços, o aumento das temperaturas tem gerado desconforto e problemas de saúde a seus habitantes. Neste trabalho, abordamos o clima como um bem comum, associado à problemática das mudanças climáticas nas cidades a partir do conceito de conforto térmico (*cooling the commons*). Com base em uma abordagem dialética das contradições e limites da teoria dos *commons*, de Ostrom, adaptada ao contexto urbano, visamos contribuir para o debate teórico sobre os bens comuns urbanos a partir da articulação com as reivindicações do “direito à cidade”, de Lefebvre. Com o objetivo de ir além da antítese público-privado, Estado-mercado, é possível repensar práticas e alternativas compartilhadas e sustentáveis de produção social do espaço para que a práxis urbana seja social e ambientalmente justa para todos.

Palavras-chave: Comuns urbanos. Direito à cidade. Clima urbano. Conforto térmico. Bens comuns legais.

This study seeks to contribute to the theoretical debate on the urbanization process and its impact on the use of common resources in municipalities (*urban commons*) in the face of the climate change inherent to the contemporary urbanization model. Parks, streets, buildings, energy, and water are recognized as urban common goods. However, with the increase in climatic risks inherent to the process of densification of these spaces, the increase in temperatures has generated discomfort and health problems for its inhabitants. This study approaches the climate as a common good, associated with the problem of climate change in municipalities based on the concept of thermal comfort (*cooling the commons*). Based on a dialectical approach to the contradictions and limits of Ostrom’s theory of the commons adapted to the urban context, this study aims to contribute to the theoretical debate on urban commons by articulating it with Lefebvre’s “right to the city” claims. To go beyond the public-private State-market antithesis, it is possible to rethink shared and sustainable practices and alternatives for the social production of space so the urban praxis is socially and environmentally fair for all.

Keywords: Urban commons resources. Right to the city. Urban climate. Thermal comfort. Cool commons.

Este artículo busca contribuir al debate teórico sobre el proceso de urbanización y su impacto en el uso de recursos comunes en las ciudades (*urban commons*) frente a los cambios climáticos inherentes al modelo de urbanización contemporáneo. Los parques, las calles, los edificios, la energía y el agua son considerados bienes comunes urbanos; sin embargo, con el aumento de los riesgos climáticos derivados del proceso de densificación de estos espacios, el aumento de las temperaturas ha generado malestar y problemas de salud a sus habitantes. En este trabajo se abordó el clima como un bien común, asociado al cambio climático en las ciudades a partir del concepto de confort térmico (*cooling the commons*). Desde un enfoque dialéctico de las contradicciones y límites de la teoría de los bienes comunes de Ostrom adaptada al contexto urbano, se pretendió contribuir al debate teórico sobre los bienes comunes urbanos mediante la articulación con las afirmaciones del “derecho a la ciudad” de Lefebvre. Con el objetivo de ir más allá de la antítesis público-privado, Estado-mercado, es posible repensar prácticas y alternativas compartidas y sostenibles de producción social del espacio para que la praxis urbana sea social y ambientalmente justa para todos.

Palabras clave: Bienes comunes urbanos. Derecho a la ciudad. Clima urbano. Confort térmico. Bienes comunes frescos.

Introdução

A perspectiva teórica sobre a cidade como um bem busca debater a dicotomia entre público e privado em relação aos recursos naturais e de uso compartilhado localizados nas cidades. A noção do comum tem sido apropriada por movimentos sociais que reivindicam o direito à cidade, em oposição ao jugo das esferas da sociedade e da natureza pela lógica do mercado e da propriedade (Dardot; Laval, 2019).

Para Dardot e Laval (2019), o comum representa um princípio de ação contra a razão neoliberal do mundo, sendo esta uma nova racionalidade em que a competição do mercado se expande para todas as esferas da vida. Assim, trata-se não de apenas um conceito, mas de um discurso que nasce das lutas contrárias a esse movimento mercadológico. O comum configuraria, portanto, uma terceira via que se interpõe entre o Estado e o mercado. Ao referir-se ao comum como um princípio político, os autores explicam a necessidade de aplicação desse conceito para além de sua instituição:

O ponto essencial é que os comuns não são produzidos ou instituídos. É por isso que somos muito relutantes em aceitar a noção de bens comuns. Parece-nos que o raciocínio deveria ser o inverso: todo comum que é instituído é um bem, mas nenhum bem é por si comum. É preciso cuidar para não confundirmos um bem no sentido ético e político [...] e um bem no sentido de uma aquisição que pode ser trocada e vendida [...]. Todo comum é um bem no sentido ético e político, mas apenas na medida em que não é uma aquisição. Uma vez instituído, um comum não é alienável, a partir de então

ele se instala na esfera de coisas que não podem ser apropriadas (Dardot; Laval, 2019).

A difusão desse discurso do comum é oriunda do movimento ambientalista iniciado na década de 1990, que questionava a hegemonia das instituições neoliberais e a apropriação da natureza como bem privado. Desde então, os comuns são reconhecidos como espaços e recursos compartilhados por cidadãos, que ultrapassam esferas estatais e mercantis para um campo de práticas e alternativas autônomas e coletivas de produção e reprodução social (Hardt; Negri, 2009).

O debate acadêmico e político sobre os **commons** envolve uma complexidade epistemológica multidisciplinar que requer conexões entre disciplinas como ecologia, geografia, antropologia, história, direito e economia para abordar também a subjetividade dos bens imateriais, como cultura e informação (Wall, 2014), incorporados igualmente pela produção de diferenças (Lefebvre, 1999).

Segundo Ostrom (1990), os recursos naturais que não se enquadram em um sistema tradicional de propriedade integram um conjunto de recursos comuns (**common pool resources**), complementados por Hardt e Negri (2009) com princípios políticos em duas categorias: o comum material, que inclui os recursos naturais, de acesso limitado; e o comum artificial, que incorpora a subjetividade cognitiva, linguística e afetiva das interações sociais.

Com isso, a produção de conhecimentos, códigos e imagens constituem recursos comuns da humanidade que vão ao encontro de novas formas de produção capitalista. Nesse entendimento de comum, Hardin (1968) cunhou o termo “tragédia do comum”, em que

os bens comuns seriam a causa da degradação ambiental, já que, sem “donos”, estariam desprotegidos e sujeitos à superexploração. Uma dessas tragédias, segundo Harvey (2012), seria a gentrificação, em que bairros são apropriados por interesses econômicos.

De acordo com Oliveira, Pavanelli e Igari (2020), o dilema da responsabilidade dos bens comuns é objeto de discussão que varia desde a apropriação pelo Estado até a exclusão dele nas abordagens neoliberais. Para explicar esses diferentes modelos, os autores comparam a referência popularizada pelo economista britânico Arthur Pigou no início do século XX, em que o Estado teria papel central no dilema dos bens comuns, com a diferença de que os bens seriam apropriados pela iniciativa privada. Esse paradigma aposta na legitimidade estatal e na tecnocracia para monitorar e gerenciar os bens comuns. Uma segunda vertente, baseada nos estudos de outro economista britânico, Ronald Coase, assume que o Estado tem papel central na discussão, no entanto os bens comuns seriam apropriados pelos agentes privados, sujeitos a taxas pelo uso desses recursos ou subsídios por sua conservação. Coase aponta a incapacidade de o Estado alocar os bens comuns de forma economicamente eficiente, cabendo a este apenas estabelecer a alocação inicial e garantir os direitos de propriedade com a livre transação por meio de usos alternativos.

Um caso concreto desse tipo de concertação é o da concessão de parques no município de São Paulo. A partir da licitação – Concorrência Internacional 001/SVMA/2018¹ – para a concessão da presta-

ção dos serviços de gestão, operação, manutenção e execução de obras e serviços de engenharia nos Parques Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, bem como para a execução de obras e serviços de engenharia. A remuneração do concessionário é feita pela exploração de fontes de receitas na área da concessão durante 35 anos, e este se compromete com o cumprimento de um programa de intervenções, como reformas e melhorias em serviços.

Este trabalho está estruturado em três partes. Introduzimos os conceitos relativos ao comum e à trajetória da urbanização. Em seguida, abordamos as representações dos comuns urbanos e as subjetividades existentes nas formas de apropriação do espaço. Aborda-se, na sequência, as categorias subjacentes ao clima urbano, como ilhas de calor. Por fim, a análise busca um sentido epistemológico representativo dessas novas categorias sobre o conceito dos comuns como alternativa à apropriação da natureza. Com isso, busca-se refletir sobre os desafios socioambientais dos espaços urbanos, a fim de contribuir com os estudos e a gestão dos bens comuns sobre o espaço urbano.

Materiais e métodos

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica (teses, dissertações, trabalhos apresentados em congressos, relatórios etc.) baseada na fundamentação teórica

1 Edital disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/desestatizacao_projetos/

parques/edital_parques/. Acesso em: 26 maio 2022.

a partir da análise de literatura sobre os conceitos de recursos comuns e comuns urbanos para traçar o quadro teórico que estrutura a análise da pesquisa. O foco foi identificar, coletar e analisar as principais contribuições históricas sobre os conceitos selecionados, além de contribuições mais recentes nas principais bases de dados de produção científica online.

O urbano como bem comum

O desafio de transpor a abordagem de Ostrom para o contexto urbano engendra uma complexidade tendo em vista a densidade e diversidade dos habitantes em espaços transformados pelo processo de urbanização (Lefebvre, 1999). Parques, praças, ruas, lotes, hortas comunitárias, meios de transporte, água, energia e ar integram essa experiência coletiva e compartilhada de uso de bens comuns (Dellenbaugh et al., 2015).

A heterogeneidade de interesses, disputas e reivindicações pela propriedade e uso desses locais gera conflitos em torno do desenvolvimento de espaços urbanos, influenciando significados, comportamentos e moralidades que desafiam as categorias clássicas de propriedade (Blomley, 2004). Modelos híbridos entre público e privado, como cooperativas, condomínios, arrendamentos e associações são exemplos dessa evolução, assim como a linguagem, também impactada por essa lógica, com novas palavras surgidas no vocabulário urbano, como *coliving*, *coworking*, *cohousing* e *bikesharing*.

Tonucci Filho (2017) observou que na década de 1980 houve uma profusão de condomínios e complexos residenciais

que incorporaram serviços e espaços de uso coletivo intramuros, como quadras, parquinhos, cozinhas e piscinas, tipicamente urbanos, que poderiam conformar espaços públicos na cidade.

O efeito cumulativo dessa tendência é a progressiva deterioração do espaço público e da vida urbana na rua, como efeito do abandono de bens comuns de uso livre (praças, parques, equipamentos públicos), ou mesmo de bens comuns de uso restrito, como clubes, e espaços privados que atendem o público, como bares e restaurantes, considerados bens “coletivos” de uso restrito aos moradores dos condomínios, mas que não passam de uma forma coletiva de propriedade privada (Tonucci Filho, 2017, p. 115).

Esse tipo de cercamento e privatização de bens comuns de uso público seria responsável pelo afastamento ou fuga, por parte dos habitantes das cidades, do espaço público em detrimento dessas “fortalezas”. Um exemplo emblemático são os shopping centers, que costumam concentrar esse tipo de serviço, enfraquecendo o convívio e a coparticipação dos bens comuns pelos habitantes nas cidades.

Dellenbaugh et al. (2015) contrariam a concepção de Ostrom (1990) de que os comuns precisam de fronteiras bem demarcadas, dada a inviabilidade de qualquer tipo de cercamento em cenários urbanos. Já Harvey (2012) evidencia que tanto Ostrom quanto a maior parte da esquerda hoje são reticentes sobre a ampliação da ideia do comum, o que implicaria hierarquia, na contramão de uma política horizontal e não-estatal. Como proposta, Ostrom defende que

escalas pouco localizadas como os centros urbanos requerem uma estrutura múltipla de tomada de decisões, mas que isso, ainda assim, não resolveria proporcionalmente a questão qualitativa. A autora equacionou os elementos de exaustão, apropriação e justiça sob uma forma de governança alternativa tanto do domínio do Estado quando dos mercados para mostrar que em escala local, em pequenas e médias comunidades, e onde há relações de confiança historicamente construídas entre as pessoas, as ações coletivas voltadas à autogestão dos bens comuns é mais eficaz para garantir a preservação dos bens comuns naturais do que o controle estatal ou privado (Ostrom, 1990). Sua tese reconhece a importância da regulação estatal, mas defende que a governança deve ocorrer “de baixo para cima”, definida pelas próprias comunidades e gerida publicamente a partir do controle social comunitário (Oliveira et al., 2020).

Quando se trata de temas amplos e complexos, como as mudanças climáticas, Harvey (2012) sugere que, diferentemente de uma governança local descentralizada, deve haver uma combinação de formas de organização híbridas, entre verticalidade e horizontalidade, ou uma governança que considere a descentralização com algum tipo de hierarquia. Essas formas de cercamento (*enclosures*) seriam necessárias para garantir a preservação de determinados bens comuns (a Floresta Amazônica é citada como exemplo), já que alguns precisariam ter limites e regras de uso, como ruas ou parques. Além disso, o autor reitera a importância de que essas práticas, ou regras comunitárias de compartilhamento de recursos, sejam monitoradas a fim de serem efetivamente aplicadas. Diante de um contexto de apropriação

privada de bens públicos para fins de acumulação, o discurso do comum configura-se como uma forma de resistência anticapitalista e de alternativas de transição para uma sociedade mais democrática (Harvey, 2012).

Comuns urbanos e direito à cidade como ação política

A ideia do comum urbano se soma às lutas pelo direito à cidade e tem sido invocada por movimentos, manifestações, coletivos, ativismos e mesmo gestores públicos para reivindicar que recursos e espaços urbanos sejam compartilhados entre seus habitantes, potencializando aspectos comunais e cooperativos da sociedade. Essa analogia ao “direito” à cidade tem conexão direta com o exercício da democracia sobre esse ambiente, e que perpassa a tomada de decisão governamental. No entanto, não se restringe à atuação estatal, mas ao fenômeno de maior participação social como resultado do entendimento de que o bem comum nas cidades, sejam eles físicos ou imateriais, deve passar ao largo da mercantilização das relações sociais.

Determinados movimentos, como coletivos de hortas urbanas, cultivados em terrenos públicos ou privados subutilizados, com ou sem autorização dos proprietários, também são incluídos nesse debate. Afinal, essas intervenções coletivas são defendidas com base em um discurso no qual estariam produzindo espaços centrados na comunidade. Há também o caso dos grafites, que ocupam espaços nas paredes e empenas das cidades e que geram uma discussão sobre seu propósito como arte ou degradação do espaço público.

O ideário do direito à cidade se consolidou no Brasil com o Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001), que trouxe diretrizes e instrumentos para garantir a função social da cidade e da propriedade urbana. Com o objetivo público de regular o uso do solo e dirimir as distorções do crescimento urbano, a nova lei reconhece o direito à cidade a partir de uma ação política e contribuiu para o debate internacional sobre o tema. A Carta Mundial pelo Direito à Cidade², de 2005, foi a materialização dessa iniciativa global.

Paralelamente, houve um gradativo aumento da renda das classes sociais de menor poder aquisitivo, com consequente acesso ao consumo. Porém, o direito à cidade e aos seus serviços (moradia, saneamento, mobilidade, infraestrutura e serviços urbanos) não foram garantidos para todos. Uma vez que a hegemonia do individualismo tende a determinar quais relações de propriedade são asseguradas pelo Estado, o direito à cidade emerge como política reivindicatória em que a propriedade não somente é negada como torna-se uma plataforma de pertencimento e afirmação de

alternativas de uso coletivo e apropriação do espaço urbano.

A problemática do clima nas cidades brasileiras

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2015), a maior parte da população brasileira (84,72%) vive em áreas urbanas, enquanto 15,28% habitam as áreas rurais. A região com maior percentual de população urbana é o Sudeste (93,14%). Em contraposição, o Nordeste conta com o maior percentual de habitantes vivendo em áreas rurais (26,88%). Essa desigualdade na ocupação do solo fica mais evidente nos resultados do estudo da Embrapa Gestão Territorial, que identificou e mapeou as áreas urbanas do Brasil e conclui que estas representam menos de 1% do território nacional (0,63%) e concentram 160 milhões de pessoas (Farias, 2017).

De 1940 a 2010, a proporção da população brasileira vivendo nas cidades passou de 31% a 84%, resultando em um expressivo deslocamento de população das zonas rurais. Um processo de urbanização baseado na imigração, baixos salários, áreas industrializadas e na relação informal e pouco organizada em termos de planejamento urbanístico. O resultado são edificações e casas construídas sem planejamento ou ocupações em áreas inadequadas e insalubres.

Apesar da histórica ocupação desordenada da terra, a falta de controle sobre o uso e a ocupação do solo e a especulação imobiliária que potencializam a segregação urbana, o crescimento de favelas e os desastres naturais, o país conta com bons

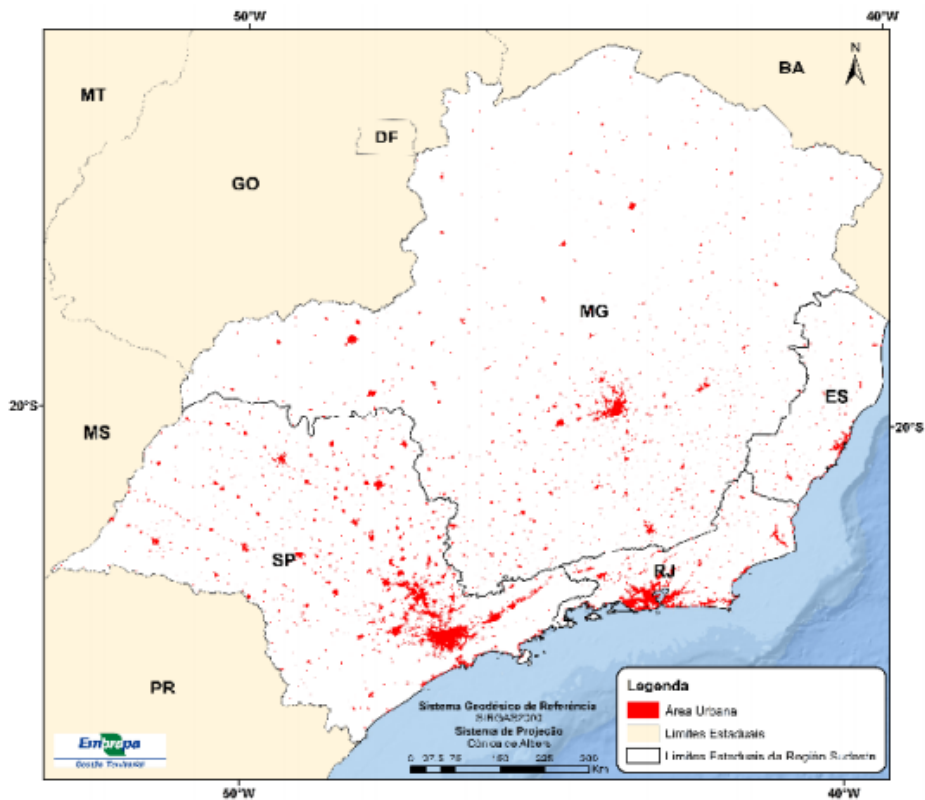
² A Carta Mundial pelo Direito à Cidade é um documento produzido no Fórum Social Mundial Policêntrico de 2005. Ela foi construída a partir da deliberação de movimentos sociais, organizações não-governamentais, associações profissionais e outras entidades que buscam construir cidades democráticas e sustentáveis. O documento estabelece compromissos a serem adotados pela sociedade, governos, poder legislativo e organismos internacionais. Está estruturada em três eixos: o exercício pleno da cidadania, a gestão democrática da cidade, e a observância às funções sociais da cidade e da propriedade. Disponível em: https://www.right2city.org/pt/document/cartamundialwp-content/uploads/2019/09/A1.4_Carta-Mundial-do-direito-a-cidade/.Direito-%C3%A0-Cidade.pdf. Acesso em: 30 abr. 2024.

modelos de planejamento urbano. Após 2005, os Planos Diretores³ participativos se expandiram nos 1.526 municípios brasileiros,

além das leis urbanísticas que fazem frente à modernização das cidades brasileiras, como o Estatuto da Cidade⁴, criado em 2001.

[FIGURA 1]

Áreas urbanas mapeadas na região Sudeste do Brasil, a mais populosa



Fonte: Farias (2017).

Os centros urbanos, no entanto, continuam a enfrentar crises hídricas, explosão da violência, enchentes, falta de mobilidade, deslizamentos, ausência de moradia digna e de saneamento básico

para todos, problemas socioambientais cotidianos. Mas o fenômeno natural do aquecimento climático tem se configurado como um dos mais preocupantes. Seguindo uma tendência mundial, o ano de 2019 foi o mais quente já registrado no Brasil,

3 Plano Diretor Municipal é o mecanismo legal que visa orientar a ocupação do solo urbano, tomando por base um lado de interesses coletivos e difusos, tais como a preservação da natureza e da memória, e de outro interesses particulares de seus moradores. Um exemplo é o Plano Diretor da cidade de São Paulo, disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/>. Acesso em: 31 maio 2023.

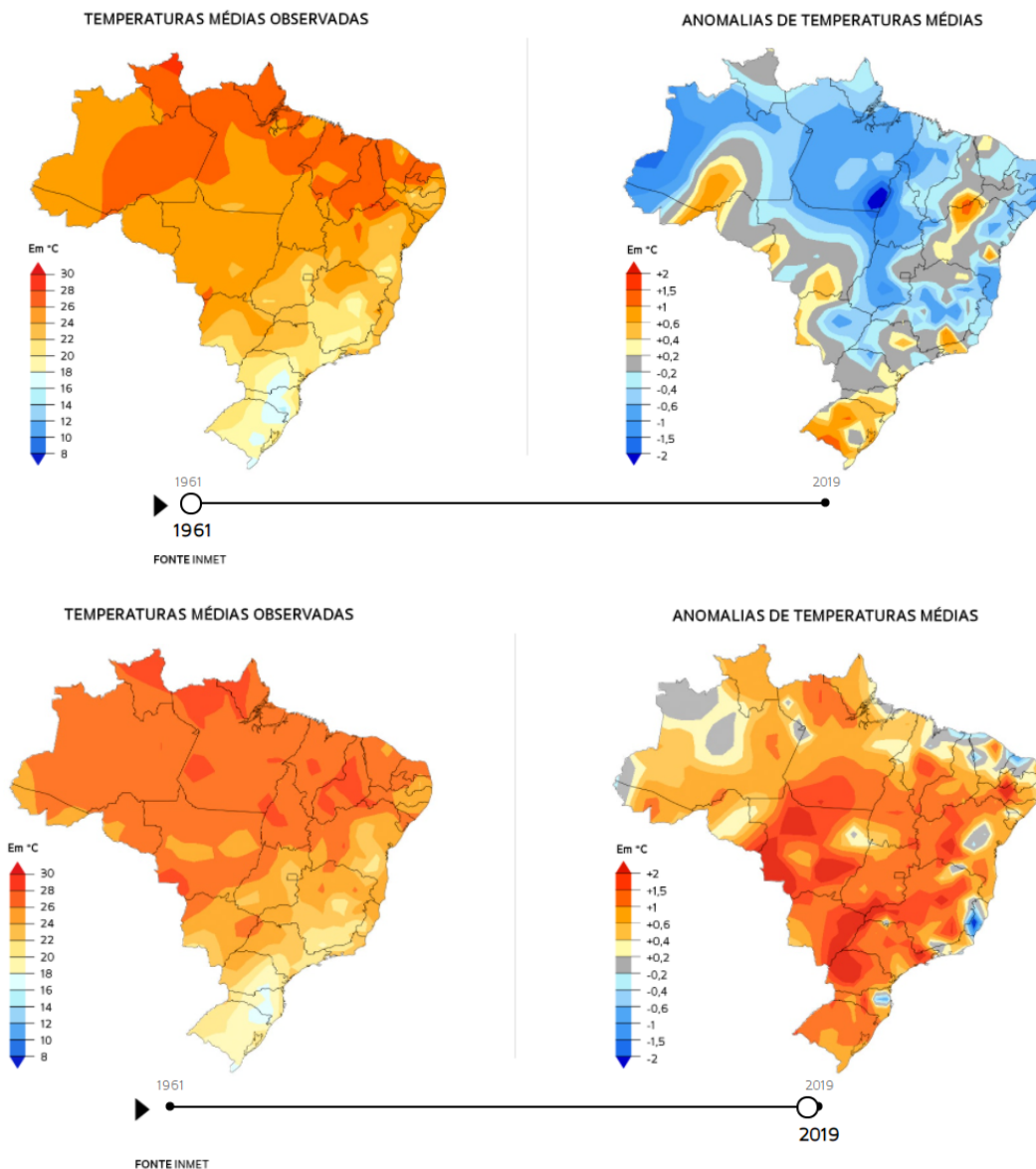
4 O Estatuto da Cidade é a denominação da Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo II da atual Constituição Federativa da República do Brasil, “Da política urbana”. Seus princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

com uma média de temperatura máxima de 31,05°C⁵. O ano anterior mais quente foi 2015, com 31,2°C. A Organização Meteorológica Mundial (WMO, da sigla em inglês para World Meteorological

Organization) confirmou que 2016 foi o ano mais quente da média global, e 2019 foi o segundo mais quente desde 1850 – ano de início da medição, que registrou aumento da temperatura ano a ano.

[FIGURA 2]

Mapas de temperatura média do Brasil, em 1961 e em 2019, com as temperaturas mais altas em vermelho, em expansão, e as mais baixas em azul, em retração



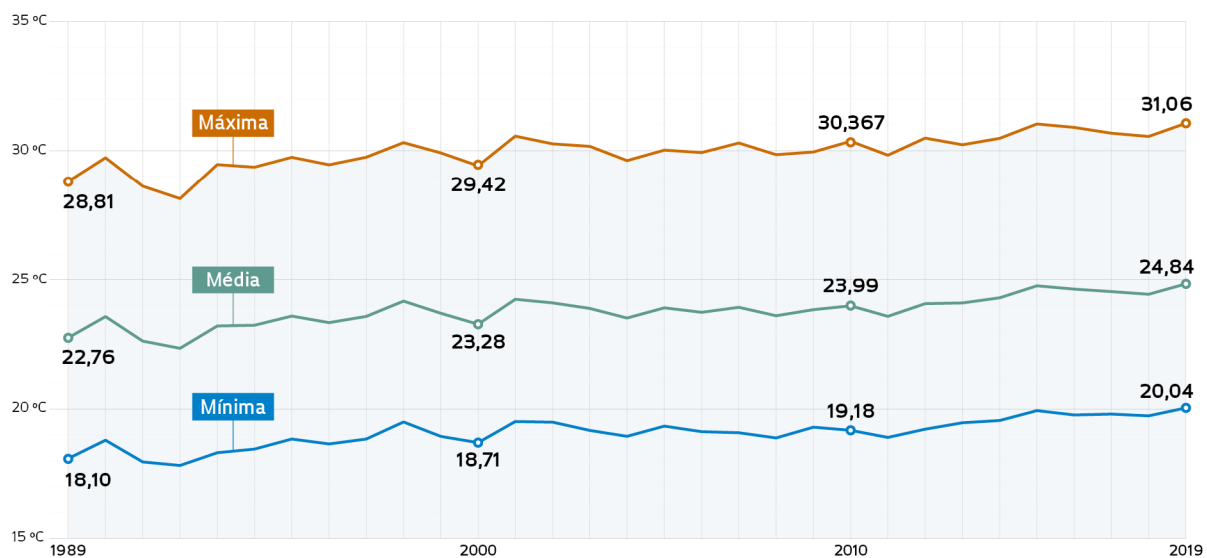
Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

5 Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

Um efeito significativo da urbanização é a modificação das superfícies naturais e conforto térmico ao cobrir a superfície do solo com infraestruturas projetadas para acomodar o rápido crescimento populacional. Nos centros urbanos, a cidade de São Paulo se destacou ao registrar 2019 como o segundo mais quente (27°C), assim como a média de temperatura mínima (17,4°C).

Os efeitos da urbanização e a variação da temperatura da superfície do mar também são responsáveis pelas mudanças extremas nos índices pluviométricos, alterando os índices de chuvas na cidade. Já os gases de efeito estufa (GEE) contribuíram para elevar de 0,19°C a 0,30°C, por década, a temperatura entre 1955 e 2004 na região Sudeste (Abreu, 2019).

[FIGURA 3]
Modelo climático indica a tendência de aumento da temperatura máxima, média e mínima desde 1989



Fonte: Inmet (2020).

Entre as consequências das mudanças climáticas, as de saúde pública são as mais prementes. Com clima mais quente e seco, há um aumento de doenças respiratórias influenciadas pela poluição atmosférica, e o calor extremo, que interfere em situações de comorbidade, como complicações cardiovasculares e renais. Também se destacam as ondas de calor⁶, que causam

a mudança na propagação de vetores de doenças por conta de condições climáticas que expandem ou transferem seus habitats, e incêndios florestais, que afetam a qualidade do ar. Os mais afetados são crianças menores de 5 anos e idosos com mais de 70, que nem sempre têm mecanismos fisiológicos termorreguladores

⁶ Fenômeno climático em áreas urbanas constituído por uma sequência de ao menos três dias consecutivos

com temperaturas máximas ou mínimas mais altas do que as esperadas para a mesma região e para a mesma época do ano (Fioravanti, 2006).

funcionando de forma eficiente. Outro efeito colateral é a perda de muitos líquidos pelo suor, que torna o sangue mais viscoso e favorece a obstrução de vasos importantes e comprometem os rins, causando infecções urinárias ou problemas crônicos.

O desconforto térmico causa mal-estar e influencia no bem-estar geral. O organismo humano é capaz de se adaptar, mas isso tende a acontecer de forma lenta, na contra-mão da velocidade em que a mudança vem ocorrendo. Ao longo da história, o homem criou mecanismos naturais e artificiais como medidas adaptativas, que vão de alterações físicas, como a redução da melanina, a invenções, como roupas específicas para cada clima e casas com isolamento térmico em regiões mais frias. No entanto, medidas recentes incluem atitudes mais dramáticas, como a migração de refugiados climáticos (Vicedo-Cabrera et al., 2021).

Nas cidades, a situação é notória. Ilhas de calor impactam a vida de quem vive nos centros urbanos. O Brasil figura entre os locais mais afetados, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, já que no Norte e Nordeste, por estarem mais aclimatadas ao calor, as pessoas tendem a sofrer menos os impactos do aquecimento global. Outro efeito é a redução de produção de energia elétrica, já que a água tende a evaporar mais rapidamente e a escassez hídrica é uma situação recorrente. Já na agricultura, áreas de plantio tendem a se deslocar para o sul à medida que o calor aumenta, influenciando hábitos alimentares (Abreu, 2019).

Para exemplificar esse fenômeno: em São Paulo, os períodos de calor extremo não chegavam a 15 dias por ano entre as

décadas de 1960 e 1970, porém, em 2010, saltaram para 40 dias e, em 2014, para cerca de 50 dias, indicando o aumento exponencial de temperaturas mais quentes. Nos centros urbanos, a construção de prédios e a pavimentação das ruas absorvem mais radiação solar do que o solo e a vegetação, e a escassez de áreas verdes bloqueia a liberação do calor por evaporação e transpiração das árvores (Gueirinhas et al., 2017).

Esse fenômeno climático deve se intensificar em todo o mundo, de acordo com o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), aumentando o desconforto físico das pessoas e o risco de mortalidade. As ondas de calor vitimaram 70 mil europeus em 2003, 10 mil russos em 2010, e cerca de 2,3 mil indianos em 2015 (Guo et al., 2017). Neste estudo comparativo sobre mortalidade e ondas de calor entre 400 cidades de 18 países, o Brasil aparece entre os países com um aumento do risco de mortalidade proporcional à onda de calor. Brasil e Austrália apresentaram um risco de morte entre 5% e 10% maior, dependendo da intensidade do calor.

Mais recentemente, um estudo publicado pela *Nature Climate Change* revelou que uma em cada três mortes no mundo ligadas às ondas de calor é atribuída ao aquecimento global induzido pelo homem. Em países mais afetados pelo fenômeno, como Brasil, Colômbia, Guatemala e Filipinas, o índice é ainda maior: em média, seis a cada dez óbitos. A conclusão é de que, de forma geral, 37% dos óbitos relacionados com as altas temperaturas são diretamente atribuídos às mudanças climáticas. Em números, esse percentual representa 100 mil mortes a cada ano, sendo maior

nas américas Central e do Sul (até 76% no Equador ou na Colômbia, por exemplo) e no Sudeste Asiático (entre 48% e 61%). Notadamente, as populações que vivem em países de baixa e média renda, responsáveis por uma pequena parte das emissões antrópicas no passado, são as mais afetadas. Em países desenvolvidos, como Estados Unidos, Austrália, França, Grã-Bretanha e Espanha, o percentual oscila entre 35% e 39%, mas passa de 40% em nações como México, Chile, África do Sul, Tailândia e Vietnã. Em outras, como Brasil, Colômbia, Peru, Guatemala e Filipinas, supera os 60% (Vicedo-Cabrera et al., 2021).

A pesquisa evidencia a necessidade de adotar políticas de mitigação para reduzir o aquecimento e proteger as populações mais vulneráveis das consequências adversas da exposição ao calor extremo.

Estratégias adaptativas ao clima nas cidades

A preocupação com o clima urbano⁷ tem gerado uma agenda política e científica de abordagens variadas. O processo de crescimento urbano interfere nas condições atmosféricas, na camada de ar inferior da atmosfera (microclima) – mais próxima do solo –, e na camada limite (mesoclima) de distintas formas. As principais interferências decorrem da ação humana, como ruas asfaltadas, densas estruturas prediais, uso de transporte individual e emissão de aerossóis (Oke, 1978).

⁷ Modificação do clima local resultante de condições específicas do meio ambiente urbano, seja pela rugosidade do tecido urbano, ocupação, permeabilidade ou propriedades térmicas dos materiais presentes (Oke, 1978).

Os estudos climatológicos que tratam do espaço urbano identificam os principais elementos da morfologia das cidades que influenciam na distribuição de energia e nos aspectos hidrológicos e climáticos. Entre os principais efeitos, destacam-se, além do aumento da temperatura, a redução da umidade relativa do ar, maior precipitação e nebulosidade e diminuição da velocidade do vento. Entretanto, essas modificações não são homogêneas, já que a ocupação do solo nas cidades, em geral, ocorre de forma desordenada.

Por exemplo, a poluição do ar condensa-o e afeta a distribuição da radiação, aumentando a incidência de chuvas. As edificações, que aglutinam carros e pessoas, impedem o fluxo natural do ar e a disseminação do calor. O cimento das edificações e a pavimentação das ruas impermeabilizam as vias, potencializando enchentes em períodos de forte chuva, além de aumentarem o estoque de calor, gerando o que é denominado clima urbano (Monteiro; Mendonça, 2003).

Ao analisar as ilhas de calor⁸ no município de São Paulo, Lombardo (1985) apontou a relação entre os tipos de uso do solo e a variação de temperatura. Temperaturas mais altas são detectadas em áreas onde o crescimento vertical é maior, onde há alta densidade demográfica e pouca vegetação, em especial em áreas industriais e residenciais. Foi observado, no entanto, que regiões com maior

⁸ Ilhas de Calor Urbanas (ICU) são caracterizadas pela distribuição espacial e temporal de temperatura sobre a cidade, definindo uma distribuição de isotermas que lembram as curvas de nível da topografia de uma ilha, o que dá origem a esse termo.

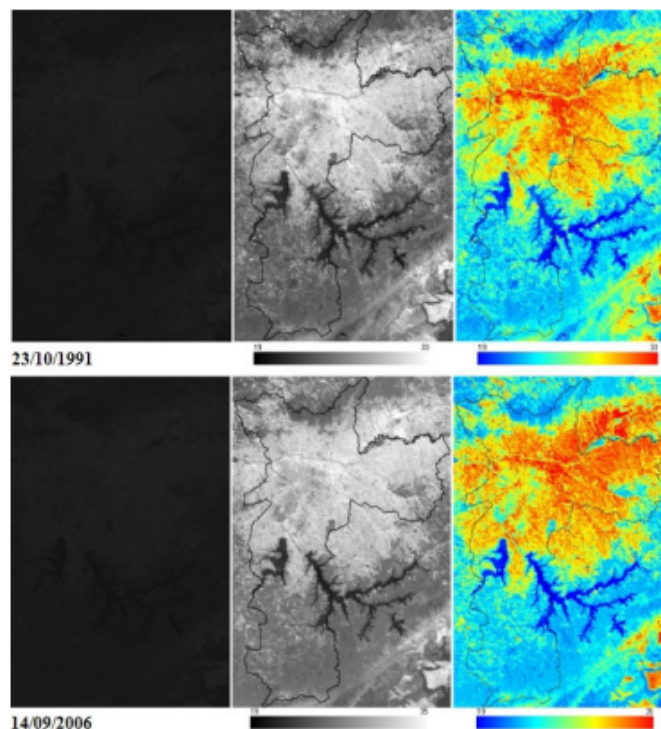
concentração de vegetação – que absorvem a radiação solar – e espaço livre, ou próximas a reservatórios – por sua capacidade de evaporação do calor –, registram queda de temperatura.

É possível avaliar essa tendência na cidade de São Paulo com base em análise de imagem de satélite termal. O município

apresenta temperatura da superfície (*skin temperature*) no centro da conurbação urbana de até 10°C maior do que temperaturas registradas em lugares arborizados. Fatigati (2006) conclui que as regiões mais carentes da cidade são também as de temperaturas mais elevadas e, por conseguinte, microclimas de menor conforto térmico⁹ para seus habitantes.

[FIGURA 4]

Imagens normais e contrastadas da temperatura da superfície em 1991 e 2006 com os valores mínimo e máximo, em graus Celsius, da cidade de São Paulo



Fonte: Fatigati (2006)

Entre as consequências das ilhas de calor, além de implicações no bem-estar e saúde da população devido à má qualidade do ar, há mudanças meteorológicas, já que elas modificam as correntes de vento, uma vez que os edifícios atuam como um escudo, aumentando a precipitação de chuvas e a concentração de poluentes nas áreas urbanas (Lombardo, 1985).

⁹ De acordo com Romero (1988), o conforto humano depende da ventilação natural e da não incidência de radiação solar direta nas pessoas ou em materiais impermeabilizantes. O ser humano tem dois mecanismos de regulação térmica que determinam como ele se adapta ao clima: fisiológico, como batidas cardíacas, suor, dilatação dos vasos, variações de fluxo sanguíneo, contração dos músculos, arrepios e ereção dos pelos; e comportamental, com efeitos como a redução da capacidade de trabalho, prostração e sono.

A arquitetura urbana é propícia para os efeitos das ilhas de calor, que aumentam a necessidade de ar condicionado, elevando o consumo de energia, devido à alta intensidade da radiação solar durante o dia, ampliando o desconforto térmico. Como já mencionado, as principais causas são as maiores concentrações de poluição, automóveis, indústrias e impermeabilidade do solo, além de pouca presença de plantas e vegetais, que ajudariam no resfriamento do ar por meio da evapotranspiração¹⁰ (Akbari et al., 1992).

É importante pontuar que a vegetação exerce funções essenciais para a manutenção da vida no ambiente urbano ao absorver gás carbônico e liberar oxigênio. Além de ser um efetivo componente regulador da temperatura urbana, promove a melhoria da qualidade do ar, gera sombra e atenua ruídos (Oke, 1978). Seu efeito estético ressoa diretamente no bem-estar humano, pois propicia contemplação e lazer, estimulando a sociabilidade no uso do espaço comum, como parques e praças públicas. Notoriamente, árvores e vegetação são elementos naturais que podem ser amplamente utilizados para bloquear a incidência de radiação e contribuir com o balanço de energia e redução da poluição do ar nas municipalidades.

Cooling the commons: por uma cidade mais fresca e confortável

Fundamentada na concepção de cidades mais acessíveis e seguras para pedestres, a estratégia de resfriamento das cidades,

¹⁰ Processo natural em que uma planta absorve água e nutrientes por meio de suas raízes. A água não absorvida pela planta é convertida em vapor e transpiração e expelidos ao ar circundante (Akbari et al. 1992).

ou “**cool commons**”, surge para reforçar a necessidade de políticas públicas e governança participativa com o objetivo de aumentar os espaços verdes urbanos de maneira mais justa e democrática (Lopes et al., 2020). Cunhado por pesquisadores australianos, a proposta de “**cooling the commons**” sugere estratégias que tornem as metrópoles climaticamente mais amenas e confortáveis.

O termo é uma representação de como a cidade não é apenas uma gama de espaços privados, mas também ambientais, e que devem ser voltados ao convívio social. O principal desafio é mitigar as altas temperaturas, criando ilhas de frescor – em contraposição às ilhas de calor –, que geram conforto térmico em espaços públicos abertos e acessíveis a todos, em especial durante os meses mais quentes do ano.

Essas qualidades de arrefecimento climático seriam resultado tanto de infraestrutura física quanto de construções sociais. Por isso, essa tarefa requer a participação de governos locais, sociedade civil e empresas que integram o mosaico social urbano. Segundo Gibson-Graham et al. (apud Lopes et al., 2020), os princípios para avaliar os **cool common** mesclam o uso de espaços, recursos, práticas e conhecimentos acessíveis a todos, negociados e disponibilizados com a comunidade e outros agentes públicos de interesse, além do cuidado e responsabilidade por esses espaços de forma igualmente compartilhada.

Os cidadãos mais vulneráveis são destacados, por exemplo, quando se trata de locais privados, como shoppings e restaurantes, que podem excluir pessoas ao condicionar o uso de seu ar fresco ao consumo; ou o uso de veículos particulares,

que tendem a reduzir espaços para pedestres em favor da construção de vias e estacionamentos, desestimulando formas ativas de deslocamento, como caminhar ou usar a bicicleta, além de intensificar o calor e a poluição.

O conforto térmico, nesse sentido, ainda está relacionado à morfologia urbana que ignora o vento e a incidência solar, concentrando radiação e contribuindo para amplificar os efeitos de ilhas de calor. Novamente, o senso de comunidade e o papel da governança participativa é citado como primordial, combinados com um planejamento urbano que equilibre desenvolvimento e preservação ambiental como mecanismos para ampliar o acesso à democracia climática (Lopes et al., 2020).

Considerações finais

Assim como o capital sem regulação é sujeito à corrosão, a urbanização sob o capital destrói a cidade como bem comum. Como apontou Harvey (2012), a urbanização capitalista se realiza com a degradação e expropriação dos recursos comuns pela ação predatória do capital e do Estado sem reconhecer práticas cooperativas. Destarte, essa visão ignora que o urbano, tal qual conceituado por Lefebvre (2001), não pode ser reduzido a um processo dominado pela lógica de acumulação do capital, mas requer uma gestão e governança participativa.

A dimensão humana requer um olhar aprofundado para as questões raciais, de gênero e de justiça social e ambiental

para que os “invisíveis” do comum urbano, localizados na franja periférica das metrópoles, participem ativamente dessa agenda e não fiquem sujeitos aos cerceamentos do capital industrial e do estatismo burocrático (Ibidem).

As cidades do Sul Global são compostas de realidades urbanas comumente ignoradas, como as favelas, grupos minoritários, comunidades tradicionais e pessoas em condições socioeconômicas vulneráveis. Dessa maneira, para aproximar o comum e o urbano, a ocupação do solo, cujo processo de desenvolvimento é desigual, deve contemplar os invisibilizados de forma teórica e prática, na medida em que a construção social é mantida por relações informais de cooperação e trocas às quais todos os habitantes de uma metrópole se conformam.

A síntese sobre a questão do comum urbano e do aspecto do clima nessa problemática, apresentada neste trabalho, indica que o processo de urbanização por meio da ótica dos comuns pode contribuir para soluções coletivas mais igualitárias e democráticas para atender os interesses da maioria, e não de pequenos grupos movidos por interesses mercadológicos.

Para fazer frente aos desafios teóricos de se conceber o comum em sua dimensão urbana, o pensamento de Henri Lefebvre pode ser um caminho possível de mediação, no qual o comum urbano é calcado na vida cotidiana, sendo produto de práticas do fazer comum baseadas na apropriação, no uso e na autogestão da cidade e do espaço. A própria produção do espaço, central no mundo contemporâneo para a reprodução do modelo capitalista, implica em luta pela apropriação do espaço

urbano como comum, assim como as lutas pelo direito à cidade (Tonucci Filho, 2017). Além disso, é preciso aprofundar a relação entre os discursos sobre o comum e a crítica da propriedade privada da terra no urbano contemporâneo para compreender outros tipos de arranjos e direitos de propriedade que não estão enquadrados no espectro público-privado, mesmo que, como Lefebvre (1999) enfatizou, represente uma utopia, uma “sociedade urbana comum liberta dos constrangimentos do capitalismo industrial e do estatismo burocrático”.

Por um longo período, os bens comuns foram percebidos como relacionados a pequenas comunidades. Mas cada vez mais os bens comuns se tornam pertencentes ao perímetro urbano, complementando e integrando o papel do Estado e do mercado, em vez de relegá-los. Esses bens comuns urbanos, fortemente atrelados ao construto social, têm a capacidade de gerar valores compartilhados e fortalecer sociedades mais diversas e inclusivas.

Para corrigir as distorções do crescimento urbano, a fim de que as cidades possam cumprir sua função social, a participação da população na construção de políticas públicas voltadas à efetivação do direito à cidade é essencial. Adicionalmente, políticas que possibilitem a adaptação ao calor extremo e promovam conforto térmico são fundamentais para responder aos efeitos causados pelas ondas de calor, assim como as Soluções Baseadas na Natureza (SbN), como o plantio de árvores e construção de parques, que podem minimizar as ilhas de calor e o desconforto térmico nos centros urbanos. ■

[**JAQUELINE NICHÍ**]

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp).
E-mail: jaque.nichi@gmail.com

[**CAROLINE MALAGUTTI FASSINA**]

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp).
E-mail: fassinacaroline@gmail.com

[**MARCELO REZENDE CALÇA SOEIRA**]

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp).
E-mail: mrsoeira@gmail.com

Referências

ABREU, Rafael Cesario de et al. Attribution of detected temperature trends in Southeast Brazil. **Geophysical Research Letters**, [S. l.], v. 46, n. 14, p. 8407-8414, 2019.

AKBARI, Hashem et al. The urban heat island: Causes and impacts. In: AKBARI, Hashem et al. (org). **Cooling our communities: a guidebook on the tree planting and light-colored surfacing**. Pittsburg: U.S. Environmental Protection Agency, 1992. p. 5-25.

BLOMLEY, Nicholas K. **Unsettling the city**: urban land and the politics of property. Nova York: Routledge, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Common**: On Revolution in the 21st Century. London: Bloomsbury Academic, 2019.

DELLENBAUGH, Mary et al. (ed.). **Bem comuns urbanos**: indo além do estado e do mercado. Basileia: Birkhäuser, 2015.

FARIAS, André Rodrigo et al. Identificação, mapeamento e quantificação das áreas urbanas do Brasil. **Comunicado Técnico**, Campinas, n. 4, 2017.

FATIGATI, Flavio Laurenza. Estudo da variação da temperatura da superfície do município de São Paulo no período 1991-2006 com a utilização de imagens termais do satélite LANDSAT-5 TM. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 14., Natal, 25-30 abr. 2009. **Anais** [...]. Natal: INPE, 2009. p. 25-30.

FIORAVANTI, Carlos. Um Brasil mais quente. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ed. 130, 2006.

GUO, Yuming et al. Heat wave and mortality: a multicountry, multicomunity study. **Environmental Health Perspectives**, Durham, v. 125, n. 8, p. 087006, 2017.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. **Science**, Ann Arbor, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

HARVEY, David. **Rebel cities**: From the right to the city to the urban revolution. Londres: Verso, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html. Acesso em: 18 abr. 2024.

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia. **Normais Climatológicas do Brasil**. Brasília, DF: Inmet, 2020. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/normais>. Acesso em: 30 abr. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOMBARDO, Magda Adelaide. **Ilha de calor nas metrópoles**: o exemplo de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1985.

LOPES, Abby et al. **Cooling common spaces in densifying urban environments**: a review of best practice and guide for Western Sydney renewal. Sydney: Landcom, 2020.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo; MENDONÇA, Francisco. **Clima urbano**. São Paulo: Contexto, 2003. v. 2.

OKE, T. R. **Boundary layer climates**. London: Methuen & Co. LTD., 1978.

OLIVEIRA, Camila Espezio de; PAVANELLI, João Marcos Mott; IGARI, Alexandre Toshio. Serviços ecossistêmicos e bens comuns: uma breve conceitualização. **Diálogos Socioambientais na Macrometrópole Paulista**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 24-26, 2020.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**: The evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Princípios bioclimáticos para o desenho urbano**. Brasília, DF: Editora UnB, 2013.

TONUCCI FILHO, Joao Bosco Moura. **Comum urbano**: a cidade além do público e do privado. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

VICEDO-CABRERA, A. M. et al. The burden of heat-related mortality attributable to recent human-induced climate change. **Nature Climate Change**, [S. l.], v. 11, n. 6, p. 492-500, 2021.

WALL, Derek. **The commons in history**: culture, conflict, and ecology. Cambridge: MIT Press, 2014.

EMPRESAS E TIKTOK: UM ESTUDO SOBRE NARRATIVAS E REPUTAÇÃO

[ARTIGO]

Lucia Santa-Cruz

Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro

Naira de Paula

Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O ambiente das mídias sociais influencia diversos aspectos de nossa sociedade, e a relação entre consumidores e marcas não fica de fora desse contexto. Tendo em vista que 79,9% da população brasileira participa ativamente de pelo menos uma rede social, este artigo busca identificar qual o objetivo dos consumidores ao se relacionarem com as marcas de forma indireta, por meio do TikTok, e não pelos canais oficiais da empresa. A marca escolhida para este estudo foi o Carrefour, do Grupo Carrefour Brasil, maior empresa de varejo do país. O pressuposto que se busca identificar é se o uso do TikTok pelos consumidores tem como objetivo afetar a reputação da marca. Em termos de metodologia, trata-se de uma abordagem qualitativa com o objetivo exploratório. Em relação aos resultados, eles ampliam o argumento pressuposto.

Palavras-chave: TikTok. Carrefour. Reputação. Consumidor.

The social media environment influences various aspects of our society, and the relationship between consumers and brands exemplifies this context. Brazil has 79.9% of its population actively participating in at least one social medium. In this scenario, this study aims to identify the objective of consumers when indirectly engaging with brands on TikTok, rather than by company official channels. The chosen brand for this study is Carrefour as it belongs to Grupo Carrefour Brasil, the largest retail company in the country. This study investigated whether consumers' use of TikTok aims to impact the reputation of the brand. A qualitative approach with an exploratory objective was chosen as the methodology for this study. Results further elaborate the assumed argument.

Keywords: TikTok. Carrefour. Reputation. Consumer.

El entorno de las redes sociales influye en varios aspectos de nuestra sociedad, y la relación entre los consumidores y las marcas no queda al margen de este contexto. Teniendo en cuenta que el 79,9% de la población brasileña participa activamente en al menos una red social, este artículo pretendió identificar el objetivo de los consumidores al relacionarse de manera indirecta con las marcas mediante TikTok, en lugar de hacerlo en los canales oficiales de la empresa. Se eligió la marca Carrefour del Grupo Carrefour Brasil, la mayor empresa minorista del país. El objetivo fue identificar si el uso de TikTok por parte de los consumidores afecta la reputación de la marca. En cuanto a la metodología, se trata de un enfoque cualitativo y exploratorio. Los resultados confirman el argumento presupuesto.

Palabras clave: TikTok. Carrefour. Reputación. Consumidor.

Introdução

O ambiente das plataformas digitais influencia diversos aspectos de nossa sociedade, criando novos comportamentos. A relação entre consumidores e marcas não fica de fora desse contexto. Segundo dados do DataReportal (Kemp, 2023), 79,9% da população brasileira participa ativamente de pelo menos uma rede social. O mesmo levantamento mostra que essas pessoas gastam, em média, 3 horas e 41 minutos por dia nas redes.

A atividade nas redes sociais passa pelo consumo e pela produção de conteúdo, dos mais variados tipos. Este artigo fará uma análise sobre os conteúdos produzidos pelos consumidores para falar sobre marcas, sejam eles reclamações (relacionadas a problemas com produtos, serviços e atendimento, assim como críticas severas e estruturantes relacionadas a questões éticas, ambientais e sociais), sejam informações sobre o negócio, ou outros tipos de assunto. A definição de “consumidor” utilizada neste artigo é a presente no Código de Defesa do Consumidor (Brasil, 1990), que o define como “pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”. Isso também se aplica à coletividade. Sendo assim, este artigo passa pelo estudo do que é produzido dentro do fenômeno chamado de *e-wom* (*electronic word of mouth*).

O que torna os mecanismos de feedback online diferente das estruturas boca-a-boca do passado é a combinação de (1) a sua escala sem precedentes, alcançada através da exploração das capacidades de comunicação bidirecional e

de baixo custo da internet, (2) a capacidade dos seus designers para controlar e monitorar com precisão sua operação através da introdução de mediadores de feedback automatizados, e (3) novos desafios introduzidos pelas propriedades únicas da interação online, como a natureza volátil das identidades online e a quase completa ausência de pistas contextuais que facilitaríamos a interpretação do que é, essencialmente, informação subjetiva (Dellarocas, 2003, p.1410, tradução nossa)¹.

Dentro desse recorte de temática, foi selecionada a plataforma TikTok para análise da narrativa construída por consumidores. Nesse cenário, este artigo busca identificar qual o objetivo dos consumidores ao se relacionarem com a marca de forma indireta, por meio do TikTok, e não pelos canais oficiais de comunicação da empresa. Esse objetivo geral será alcançado por meio de dois objetivos específicos: coletar e analisar os conteúdos no TikTok produzidos por consumidores da marca Carrefour, com foco na mensagem e repercussão de cada um deles na plataforma. O pressuposto que se busca identificar é se o uso do TikTok pelos consumidores tem

1 No original: “What makes online feedback mechanisms different from the word-of-mouth networks of the past is the combination of (1) their unprecedented scale, achieved through the exploitation of the Internet’s low-cost, bidirectional communication capabilities, (2) the ability of their designers to precisely control and monitor their operation through the introduction of automated feedback mediators, and (3) new challenges introduced by the unique properties of online interaction, such as the volatile nature of online identities and the almost complete absence of contextual cues that would facilitate the interpretation of what is, essentially, subjective information”.

como objetivo afetar a reputação da marca. O Carrefour é uma das bandeiras do Grupo Carrefour Brasil, maior varejista do país, com mais 1.200 lojas².

O TikTok é um produto da empresa chinesa ByteDance, fundada em 2012. Ele nasceu em 2017, sendo popularizado em 2019 e ganhando ainda mais relevância na pandemia de covid-19. Em seu site institucional, a rede social se apresenta como “o principal destino para vídeo móvel no formato curto. Nossa missão é inspirar a criatividade e trazer alegria”³. A escolha do TikTok como rede social a ser usada neste estudo passa por algumas particularidades da rede. São elas:

1. Potencial de conexão: De acordo com dados do DataReportal (Kemp, 2023), o TikTok é a quarta rede social mais usada no Brasil, com 74 milhões de usuários (o que representa 34,5% da população brasileira). O aplicativo tem uma média de 20,2 horas de acessos mensais, estando à frente do Instagram e do Facebook no tempo de acesso. Ou seja, apesar de o Instagram e o Facebook serem redes mais consolidadas e com mais participantes – 119 milhões e 116 milhões de pessoas, respectivamente –, o TikTok tem uma audiência mais conectada com a plataforma.
2. Força orgânica dos conteúdos: A plataforma privilegia o conteúdo, e não

os criadores. O próprio TikTok estimula que o usuário navegue pela opção “For You” (conteúdos recomendados), e não pela opção “seguindo” (que mostra apenas os criadores de conteúdos que o usuário optou por seguir). Esse estímulo se materializa no fato de a *home page* do TikTok ser a página “For You”, e não a página “seguindo”. Traçando um paralelo com outra rede social, o Instagram, por exemplo, traz como sua *home page* a opção “seguindo”, ou seja, essa outra plataforma privilegia o criador, e não o conteúdo.

3. As marcas não são privilegiadas: Nesse contexto, em que o conteúdo é mais importante do que o criador, as páginas oficiais das marcas têm a mesma relevância dos demais perfis. O que vai determinar o grande alcance ou não do vídeo é o seu engajamento, e não o número de seguidores do seu criador. Esse cenário se mostra desafiador para as marcas, uma vez que elas deixam de ter vantagem na construção de narrativas.

Esses três elementos concedem um outro nível de exposição e de potencial de alcance às reclamações dos consumidores publicadas nesta plataforma, dialogando com Howkins (2013), que contextualiza o ambiente das redes sociais na Economia Criativa, no setor de softwares, e analisa o crescimento no volume de conteúdos postados nessas plataformas.

Mundialmente o fenômeno mais admirado dos últimos anos tem sido o crescimento exponencial de material gerado por usuários em blogs pessoais e no Flickr, MySpace, YouTube e outros sites. Estes

² Disponível em: <https://tinyurl.com/4t6dezb4>. Acesso em: 15 nov. 2023.

³ Disponível em: <https://tinyurl.com/2wdc836k>. Acesso em: 11 dez. 2022.

permitem às pessoas compartilharem seus pensamentos, palavras, imagens e músicas. Inicialmente com amigos, depois com comunidades com a mesma linha de pensamento e depois com milhões de pessoas [...]. Eles não são um setor tradicional, mas esta é a questão. Seus criadores e usuários simbolizam um dos mais extraordinários avanços da nova economia criativa (Howkins, 2013, p.109).

Por fim, para fins metodológicos e de fidedignidade de comparação, foi escolhida a empresa Carrefour como marca cujas reclamações e menções serão analisadas. Tal seleção se dá pelo fato de a empresa ser a maior varejista do país e ter mais de 1.200 pontos de venda abertos diariamente. Em suma, este artigo busca identificar importantes características no comportamento do consumidor, com o potencial de trazer importantes reflexões no campo da gestão da reputação e de estratégias para atuar em relação ao *e-won*.

Referencial teórico

O referencial teórico usado como base para este artigo inicia contextualizando o ambiente das redes sociais no universo da Economia Criativa, como define John Howkins (2013). O conceito de economia da experiência, de Pine e Gilmore (2011), também está presente, dialogando com Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2015), que falam sobre a hiperespetacularização da vida cotidiana. Além disso, o estudo passa pela conceituação de narrativa, incluindo como ela se dá no universo digital, e versa

sobre reputação corporativa, e o desafio de gestão de ambas no ambiente das plataformas digitais.

Para Howkins (2013), a Economia Criativa é definida pelas transações resultantes dos produtos criativos, que podem ter dois diferentes tipos de valores: um intangível, ligado à propriedade intelectual, e um segundo associado a plataformas físicas, de suporte, quando se aplica. O peso de cada um desses valores varia de acordo com o produto criativo. Ainda segundo o autor, a Economia Criativa pode ser caracterizada em 15 setores: propaganda, arquitetura, arte, artesanato, design, moda, cinema, música, artes cênicas, editorial, P&D, software, brinquedos e jogos, TV/Rádio e videogames. As redes sociais, que têm papel importante neste artigo, se enquadram, segundo o autor, no setor de softwares.

Para este estudo, que irá abordar a experiência do consumidor, é importante também destacar o conceito de economia da experiência. Apesar de não usarem a nomenclatura Economia Criativa, Pine e Gilmore (2011) também abordam a importância do trabalho criativo, apresentando uma abordagem mais ampla e cunhando o conceito denominado por eles de economia da experiência, que também se aplica aos setores criativos, mas não exclusivamente. Os dois autores posicionam a experiência como um quarto tipo de oferta econômica, que se distingue de serviços, mercadorias e commodities. Eles definem experiência como algo que emerge para criar um novo valor:

Enquanto as commodities são fungíveis, bens são tangíveis e serviços são intangíveis, as experiências são memoráveis.

[...] Empresas que criam experiências geradoras de felicidade não apenas conquistam um lugar nos corações dos consumidores, mas também capturam seus suados dólares – e o tempo, ainda mais difícil de conquistar (Pine; Gilmore, 2011, p. 17-19., tradução nossa)⁴.

Segundo os dois autores, empresas, empreendedores e organizações precisam focar na experiência que proporcionam para os seus clientes, dando mais peso a isso do que exatamente aos produtos ou serviços oferecidos. Os autores afirmam que produtos e serviços não são mais o suficiente para impulsionar o crescimento econômico, criar novos empregos e manter uma economia próspera. A criação de valor estará atrelada à experiência do cliente.

O conceito da economia da experiência dialoga com o debate proposto por Lipovetsky e Serroy (2015) no que tange à estetização do mundo e à discussão sobre um capitalismo artista. Os dois autores corroboram o pensamento de Pine e Gilmore (2011) de que não estamos mais no tempo da produção industrial, e que os sistemas de produção, distribuição e consumo estão mudando drasticamente. Lipovetsky e Serroy trazem um olhar mais dedicado ao aspecto da estetização do que da cultura em si, porém sem deixar de lado a importância do viés criativo:

4 No original: “Whereas commodities are fungible, goods tangible and services intangible, experiences are memorable [...] companies that create such happiness-generating experiences not only earn a place in the hearts of consumer but also capture their hard-earned dollars – and harder-earned time”.

Esse super investimento financeiro na comunicação tem, é claro, uma função explicitamente comercial. Mas também visa criar prestígio, sentido e valor simbólico, dotar os produtos de um valor artístico, cultural, mítico, para além do seu valor utilitário. Estamos no momento em que, por intermédio da comunicação, do design, da inovação, a marca se empenha em funcionar à maneira da “assinatura de um artista renomado, atestando que o objeto não é uma mercadoria vulgar, mas um produto raro, incomparável”. Com o styling, a publicidade e a comunicação, os objetos de marca se tornam “cultura”, aparecem como produtos “artistas”, não substituíveis pelos que têm função similar. Graças a essa criação transestética, constrói-se um capital imaterial ou simbólico que infunde sonho, excelência, exclusividade em tudo que a marca produz [...]. Não se vendem mais produtos, e sim marcas que se apresentam como universos de sentido e de experiências: nova estratégia empresarial que requer despesas de comunicação duplicadas ao mesmo tempo que novos registros criativos, emocionais e imaginários (Lipovetsky; Serroy, 2015, p. 109).

Ainda no contexto das mudanças na forma de produzir e consumir, Lipovetsky e Serroy (2015) também abordam conceitos como a hiperespetacularização de ações cotidianas, trazendo como exemplo a ascensão dos *realities shows*, e a possibilidade de produção e expressão estética dos mais diversos autores por meio das plataformas e tecnologias digitais. Além de viverem nessa economia da experiência, os indivíduos também passam a construir a experiência. Entretanto os dois autores

apresentam uma visão inicial e datada do tema, afirmando que ao criar conteúdo as pessoas não estão buscando 15 minutos de fama, mas uma possibilidade de realizar e construir algo pessoal, identitário e relacionado à subjetividade

Essa visão é contraposta por literaturas mais recentes, que analisam, conceituam e denominam esse processo no qual a produção de conteúdo é alavancada consideravelmente, em um movimento chamado de Economia dos Criadores (Cunningham; Craig, 2021). Cunningham e Craig (2021) fazem um paralelo entre uma fase anterior, na qual os indivíduos eram considerados usuários produtores de conteúdo, para um momento em que parte relevante deles busca se tornar criador de conteúdo, com o objetivo de gerar renda e tratar essa atividade como trabalho. Esse movimento irá se cruzar com o conceito de reputação a partir do momento em que as marcas passam a aparecer nas conversas digitais.

Narrativas

Genette (2009, p. 265) define a narrativa como a “apresentação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos, reais ou fictícios, por meio da linguagem e, mais particularmente, da linguagem escrita”. Já Barthes (2009) apresenta um olhar mais abrangente sobre as plataformas de sustentação na qual a narrativa opera, destacando: linguagem oral, linguagem escrita, imagem fixa ou móvel, gestos, ou a mistura desses itens. Esse olhar mais abrangente é o que será considerado neste trabalho.

Segundo Bremond (2009, p. 118), as narrativas passam por duas características obrigatórias: um discurso que

integre uma sucessão de acontecimentos e o interesse humano: “Onde enfim não há implicação do interesse humano, [...] não pode haver narrativa, porque é somente por relação com um projeto humano que os acontecimentos tomam significação e se organizam em uma série temporal estruturada”. Essa característica humana da narrativa dialoga com o pensamento de Barthes (2009), que afirma que todos os grupos humanos têm a sua narrativa, que está presente em todas as sociedades, tempos e lugares.

Em um olhar para a narrativa no universo digital, Murray (2017) posiciona o universo computacional como um grande potencializador das possibilidades de narrativa, mas sem que isso signifique um rompimento com as tradições e com as características da narrativa em outras plataformas, como definido pelos autores citados anteriormente. A principal diferença, segundo ela, se dá no potencial transmídia, que inclui sites, jogos e redes sociais:

A estrutura digital comum de representação torna mais fácil reutilizar desenhos, texto, áudio e vídeo em várias plataformas de transmissão e segmentá-los e agregá-los para múltiplos formatos. Tudo o que criamos em formato digital é potencialmente um elemento em um grande arquivo, disponível para revisão e recomposição. Estamos apenas começando a perceber o impacto dessa expansão da capacidade de contar histórias (Murray, 2017, p. 94, tradução nossa)⁵

5 No original: “The common digital substructure of representation makes it easier to repurpose drawings, text, audio, and video across transmission platforms and to segment and aggregate them for multiple formats.

Para este trabalho será usado o conceito de reputação de Argenti (2014). Importante ressaltar que o autor destaca a diferença entre reputação, imagem e identidade corporativa, ao mesmo tempo em que destaca como elas se relacionam, se retroalimentam e causam impactos uma na outra. Para ele, a imagem é como a organização é vista pelos diferentes públicos com que se relaciona, ou seja, não há uma imagem única, e elas podem até ser conflitantes: uma mesma ação pode alegrar e enfurecer diferentes stakeholders. Inclusive, o autor destaca que essas percepções existem antes mesmo de os consumidores interagirem com a marca ou com o produto, principalmente quando se trata de grandes empresas. Ele traz como exemplo o McDonald's: "mesmo que você nunca tenha comido um hambúrguer no McDonald's, terá certa percepção sobre a empresa e seus produtos" (Argenti, 2014, p. 106). O autor contextualiza que isso é ainda mais impulsionado pela natureza viral das plataformas digitais, tornando as organizações mais vulneráveis a impressões, opiniões e críticas. Uma experiência negativa pode se tornar pública muito rapidamente.

A identidade, por outro lado, não deveria variar de um público para outro, pois ela consiste nos atributos que definem a empresa, como missão, visão, valores, logotipo, cores e ambientes, elementos que são estabelecidos pela própria companhia. Argenti cria uma figura (Figura 1) para explicar o conceito de reputação. No topo da figura está a identidade

Everything we create in digital form is potentially an element in a large archive, available for re-viewing and recombination. We are just beginning to see the impact of this expansion of story capacity."

corporativa, com todos os itens que a compõem. Na sequência ele mostra que, a partir dessa identidade corporativa e das experiências de diferentes stakeholders, é criada a imagem, que, como dito, difere para diferentes públicos. A soma dessas percepções é o que pode ser chamado de reputação corporativa.

A reputação diferencia-se da imagem por ser construída ao longo do tempo e por não ser apenas uma percepção de um determinado período. Diferencia-se também da identidade por ser produto tanto de públicos internos quanto externos, enquanto a identidade é construída apenas por elementos internos (a própria empresa) [...]. Como ilustra a estrutura da reputação, esta se baseia na percepção de todos os públicos de uma organização. Além disso a reputação é um produto e, como resultado, não pode ser gerenciada (Argenti, 2014, p. 108).

Além de conceituar a reputação, Argenti destaca a importância dela no contexto corporativo e a posiciona como uma vantagem competitiva para as empresas. Ainda que seja um componente intangível, ela impacta diretamente em frentes como retenção de talentos, fidelização de consumidores e atratividade de parceiros de negócios. No contexto do processo de plataformação da sociedade (detalhado na próxima seção), os desafios em relação à reputação se tornam ainda maiores, como destaca o autor.

A natureza viral das plataformas digitais torna as organizações vulneráveis às impressões dos consumidores, muitos dos quais são rápidos em julgar – e criticar publicamente e virtualmente – com base em uma experiência negativa com uma

marca. É por isso que as organizações hoje em dia estão tão preocupadas com a qualidade de toda e qualquer interação (Argenti, 2014, p. 106).

Os pontos práticos relacionados à importância de as marcas estarem atentas a essas interações são apontados nas Considerações Finais deste artigo.

[FIGURA 1]
A estrutura da reputação



Fonte: Argenti (2014).

Plataformas

As mídias sociais fazem parte de uma estrutura maior, que são as plataformas digitais. Para Dijck et al. (2018), o crescimento das plataformas digitais tem sido um importante direcionador do progresso econômico e tecnológico, que beneficia e empodera os indivíduos, com a promessa de serviços personalizados. Os autores também destacam que essas plataformas não são um sistema à parte da sociedade, que opera exclusivamente com as próprias regras. Elas se relacionam diretamente com as estruturas sociais. Sendo assim, elas também se conectam e, em alguns momentos, conflitam com valores públicos não apenas do ponto de vista econômico e social, mas também do ponto de vista político e ideológico.

Conceitualmente, Dijck et al. (2018) posicionam as plataformas como programas

digitais que têm a arquitetura construída e direcionada para promover a interação entre os usuários, destacando que esses componentes não são apenas o cidadão comum, mas também entidades corporativas e instituições públicas. As plataformas são formadas por elementos como dados, algoritmos, interfaces, podendo ter um modelo de negócio que busque lucro ou não.

Ainda do ponto de vista de conceituação, Dijck et al. (2018) dividem as plataformas em dois grandes grupos: infraestruturais e setoriais. As mais influentes e relevantes delas são as do grupo de infraestrutura, que em sua maioria são de propriedade das chamadas *big five*: Alphabet – dona da Google –, Amazon, Apple, Facebook e Windows. Elas são responsáveis por fornecer o ecossistema para que as plataformas setoriais possam existir, inclusive plataformas governamentais. Essas plataformas de infraestrutura

disponibilizam a tecnologia para que uma série de empresas e instituições abriguem seus serviços e ferramentas, como instituições que abrigam seus e-mails ou arquivos nas plataformas do Google (Gmail e Google Drive), atuando como prestadoras de serviço. Já as plataformas setoriais servem a atividades específicas de um setor ou nicho, por exemplo, oferecendo serviços de mobilidade (Uber), delivery alimentar (iFood) e hospedagem (Airbnb). Muitas vezes as plataformas de infraestrutura também amplificam a sua atuação para atividades setoriais, e nesse caso se incluem muitas das redes sociais mais populares.

Considerações metodológicas

Do ponto de vista metodológico, este artigo segue uma abordagem qualitativa com o objetivo exploratório: analisar as diferentes narrativas utilizadas pelos consumidores na plataforma TikTok. Quanto aos meios, trata-se de um levantamento documental baseado nas informações e relatos coletados online, sem deixar de considerar um levantamento bibliográfico como importante direcionador do estudo.

O período de coleta de dados designado foi de 2 de outubro a 2 de novembro de 2023, considerando 100% dos conteúdos não oficiais publicados. O Carrefour tem perfil oficial no TikTok (@carrefourbrasil), com 23 mil seguidores. Inicialmente foram excluídos apenas os conteúdos divulgados pela própria marca, assim como aqueles produzidos por influenciadores digitais contratados para ações de publicidade.

Entretanto, na análise individual dos conteúdos foram retirados também aqueles que não eram sobre a marca, mas apenas a tinham como cenário, destacando dois exemplos: uma série de vídeos sobre um cartão de crédito compartilhado entre familiares e um outro com a história de um suposto milagre que teria ocorrido com uma cliente em uma loja da rede. Neste último caso, inclusive, ele representaria um grande desvio em relação à amostra, com mais de 140 mil curtidas.

Sobre métodos de análise para os dados coletados, eles compreendem a análise de conteúdo para categorização das informações coletadas online.

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos. O critério de categorização pode ser semântico (categorias temáticas: por exemplo, todos os temas que significam a ansiedade ficam agrupados na categoria “ansiedade” enquanto que os que significam a descontração ficam agrupados sob o título conceitual “descontração”), sintático (os verbos, os adjetivos), léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido, com emparelhamento dos sinônimos e dos sentidos próximos) e expressivo (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem) (Bardin, 2011, p. 147).

A categorização se deu de forma quantitativa e qualitativa. No quantitativo foram considerados os números que podem ser extraídos da própria plataforma, são eles: curtidas, comentários, salvamentos e compartilhamentos. Já a análise qualitativa considerou o conteúdo da mensagem e se há algum subcontexto relevante. Por fim, as categorias determinadas totalizaram seis: reclamação de produtos, reclamação de serviço, ofertas, emprego, debate político ou econômico e entretenimento.

Resultados

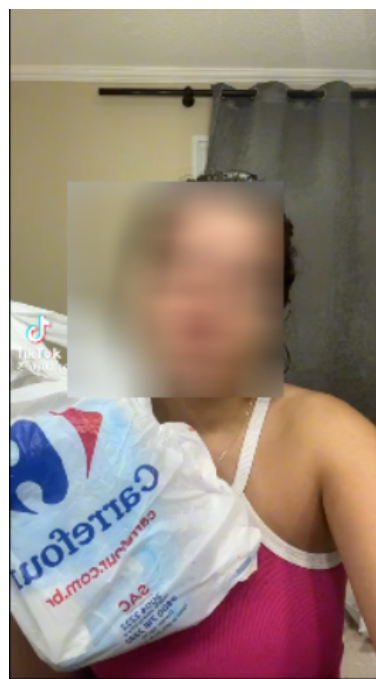
Considerando o recorte temporal (um mês) e de fonte criadora de conteúdo (publicações não oficiais) apresentados nas considerações metodológicas, foram coletados e analisados 16 vídeos. Iniciando com os dados quantitativos, os 16 vídeos somam 96,9 mil curtidas, 1,9 mil comentários, 1,9 mil compartilhamentos e 3,5 mil salvamentos. Esses números foram puxados principalmente por uma única publicação de uma usuária do TikTok, que se apresenta como influenciadora digital. Apenas essa única postagem apresenta 92 mil curtidas, 1,6 mil comentários, 3,1 mil salvamentos e 452 compartilhamentos. Ou seja, apenas esse conteúdo é responsável por 95% do engajamento total da amostra. Esse vídeo⁶ traz uma reclamação veemente sobre

⁶ As imagens relacionadas aos vídeos do TikTok foram editadas para manter anônima a identidade dos indivíduos que aparecem nos vídeos. Mesmo o conteúdo do TikTok sendo público, os posts não foram realizados com finalidade acadêmica (ainda

um produto comprado na loja, que estaria estragado. A influenciadora chega a abordar um risco de vida pelo consumo de alimentos impróprios.

[FIGURA 2]

Vídeo com maior número de curtidas



Analisando os demais conteúdos, os que apresentaram segundo e terceiro maior engajamento estão posicionados na categoria de oferta com dicas de produtos, um deles com 1,5 mil curtidas e o outro com 504. Apesar de estarem na mesma categoria, os vídeos apresentam dinâmicas distintas. O de maior engajamento é mais curto, com 32 segundos, apresentando uma oferta de TV em loja. Os demais vídeos têm números mais semelhantes de engajamento, à exceção de um vídeo sobre fechamento de lojas na cidade de Belo Horizonte, com apenas 39 curtidas.

que estejam sujeitos a isso). Por esse motivo, é importante a anonimização a fim de proteger a privacidade.

[FIGURA 3]
Vídeo com ofertas

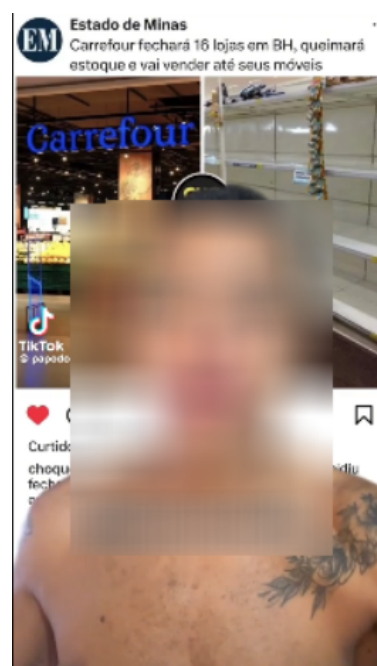


Do ponto de vista qualitativo, foram definidas seis categorias no processo de análise de conteúdo, considerando a mensagem principal dos vídeos e o contexto. A categoria de reclamação de produtos totalizou dois vídeos, um deles filmado no ambiente de loja com contestações sobre preços, e um segundo sobre peixe estragado (vídeo de maior engajamento). Já na categoria de reclamação de serviço, também com dois vídeos, está o conteúdo de maior duração, com 3 minutos e 8 segundos, que relata dificuldade na troca de um videogame.

A categoria que apresentou o maior número de vídeos, totalizando seis, foi debate político ou econômico. Todos os vídeos dessa categoria abordaram um mesmo assunto que, foi o encerramento da operação de 16 lojas da empresa na cidade de Belo Horizonte, porém no subcontexto eram apresentadas justificativas diferentes: alguns vídeos relacionavam o movimento à atual gestão do Governo Federal, e outros a

uma queda de faturamento ou até mesmo à falência da companhia. Em um dos vídeos o criador de conteúdo faz menção indireta às crises vivenciadas pela empresa, chamando o Carrefour de “a empresa mais polêmica de todos os tempos”.

[FIGURA 4]
Vídeo sobre fechamento de lojas



A segunda categoria com mais número de vídeos foi ofertas. Nesse caso a atuação dos usuários se deu basicamente de duas formas, uma delas apresentando as suas próprias compras e em outra dando dicas de ofertas e promoções para os seguidores. Outras duas categorias identificadas foram emprego e entretenimento, cada uma delas com apenas um vídeo. Na categoria emprego o conteúdo do vídeo focava em vagas, e na de entretenimento a temática tinha uma abordagem de curiosidade, que dizia: “Supermercados brasileiros se ficassem embaixo d’água”.

No Quadro 1 é possível visualizar o quadro esquemático da categorização detalhada nesta seção do artigo.

[QUADRO 1]
Quadro sintético de resultados

Vídeo	Curtidas	Comentários	Salvamento	Compartilhamento	Tema principal	Sub contexto	Categoria
vídeo 1	39	0	1	0	Divergência no preço da maionese	Não se aplica	Reclamação de produto
vídeo 2	203	48	40	75	Divulgação de oferta de TV	Não se aplica	Ofertas
vídeo 3	253	35	3	171	Vagas de emprego	Não se aplica	Emprego
vídeo 4	504	8	25	3	Compras	Não se aplica	Ofertas
vídeo 5	246	19	21	29	Fechamento de lojas em BH	Político	Debate político ou econômico
vídeo 6	233	1	23	3	Fechamento de lojas em BH	Falência	Debate político ou econômico
vídeo 7	308	76	7	20	Fechamento de lojas em BH	Falência e crises da marca	Debate político ou econômico
vídeo 8	39	7	2	17	Fechamento de lojas em BH	Falência	Debate político ou econômico
vídeo 9	1580	53	157	1167	Oferta	Não se aplica	Ofertas
vídeo 10	492	20	33	7	Como as lojas ficariam debaixo d'água	Entretenimento	Entretenimento
vídeo 11	248	3	0	0	Compras	Não se aplica	Ofertas
vídeo 12	92000	1621	3184	452	Carne e peixes estragados	Não se aplica	Reclamação de produto
vídeo 13	145	41	17	3	Dificuldade para troca de videogame	Não se aplica	Reclamação de serviço
vídeo 14	318	14	9	12	Demora no processo de entrega de encomenda para entregador	Na verdade, a demora não se dá na loja do Carrefour, mas em outra loja do Grupo Carrefour	Reclamação de serviço
vídeo 15	188	27	4	19	Fechamento de lojas em BH	Político	Debate político ou econômico
vídeo 16	146	9	2	13	Fechamento de lojas em BH	Político	Debate político ou econômico

Análise e discussão

Este artigo busca identificar qual o objetivo dos consumidores ao se relacionarem com a marca Carrefour por meio da rede social TikTok, e não nos canais oficiais. Os resultados apresentados acima, com análise da narrativa e da repercussão dos conteúdos, permitem transformar as seis categorias de mensagem em duas macrocategorias quando se olha para o objetivo: engajamento e impacto reputacional.

No contexto de impacto reputacional, estão inclusas as categorias de reclamação de serviços e de produtos. Elas expõem problemas e fragilidades da empresa e em geral aconselham os demais usuários a não usarem os serviços ou comprarem os produtos desta. Funcionam como uma mistura de desabafo, indignação, e um desejo de afetar a empresa e seus atributos de marca de alguma forma. São conteúdos que dialogam com conceitos apresentados neste artigo, como o *e-wom* e reputação corporativa. Ainda que os motivos de reclamações sejam diversos, esse objetivo apresenta características mais homogêneas e representou 25% conteúdos coletados e analisados.

Na macrocategoria de engajamento se encontram os conteúdos relacionados a ofertas, emprego, debate político ou econômico e entretenimento. Eles representam 75% do material analisado. Essa diferença na proporção se justifica pelo fato de ser uma rede social em que o engajamento costuma ser o objetivo principal dos usuários. Por outro lado, ela apresenta uma pluralidade maior nos tipos de conteúdo encontrado do que a categoria de impacto reputacional. Nesse caso, para

engajar, alguns perfis usaram como ponto de partida uma movimentação de negócio da empresa, o fechamento de lojas, para produzir um conteúdo sobre a situação político-econômica do país, tema que tem gerado grande polarização e repercussão nos últimos anos. Outros criadores ofereceram serviços, com dicas de produtos e promoções e vagas de emprego que possam interessar ao seu público. Inclusive, os dois conteúdos de ofertas estão entre os três com maior engajamento da análise.

De forma geral, ainda que as marcas se preocupem em realizar serviço de atendimento ao consumidor (SAC) online e minimizar o número de reclamações fora dos seus canais específicos, e que esses conteúdos postados em redes sociais possam eventualmente influenciar decisões de compras, vimos neste estudo que, na maior parte das vezes – em 12 dos 16 vídeos –, o nome da corporação é utilizado para gerar engajamento e é a esse âmbito que as marcas precisam estar atentas.

Considerações finais

Como foi apresentado na seção anterior, a maior parte dos consumidores (12 dos 16 selecionados) tiveram como objetivo gerar engajamento com as suas postagens. E esse é um ponto de atenção para as marcas. Além da área de Marketing e de Comunicação, é importante que a empresa como um todo tenha o entendimento de que determinados temas da companhia podem ser atrelados a outros assuntos externos e completamente

diferentes para gerar engajamento. E isso pode acontecer tanto a favor como contra a marca, também podendo ser acidental ou planejado. Para entender esse cenário e, eventualmente, desenhar estratégias que beneficiem a marca, é preciso estar conectado à sociedade e aos temas presentes nos diálogos das redes.

Um outro ponto de atenção neste estudo é o fenômeno dos influenciadores digitais. O vídeo com maior engajamento desta amostra está na categoria de impacto reputacional, porém ao ser publicado por uma pessoa com mais de 350 mil seguidores a reverberação destoou do criador de conteúdo comum. Não é o propósito deste artigo fazer uma análise sobre influenciadores digitais, mas se torna importante destacar esse ponto nas considerações, pois esses tendem a ser conteúdos de impacto independentemente da mensagem e do objetivo do criador de conteúdo.

Ao final desse estudo é possível dizer que o pressuposto foi confirmado, pois é possível identificar abordagens com cunho reputacional nos conteúdos analisados. Porém ele se mostrou limitado, pois há uma série de outras narrativas encontradas na plataforma, inclusive com proporção superior às de cunho reputacional. Por esse motivo, tanto a seção de resultados quanto de análise não se limitou ao pressuposto, realizando uma análise global. Por outro lado, ainda que o objetivo dos consumidores não seja apenas de cunho reputacional, mas majoritariamente em busca de engajamento, mesmo esses conteúdos podem eventualmente afetar a reputação, e esse é o objeto de um estudo mais amplo que está sendo desenvolvido pelas autoras. ■

[LUCIA SANTA-CRUZ]

Pesquisadora e Professora Titular do Mestrado Profissional em Economia Criativa, Estratégia e Inovação da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (PPGECEI/ESPM), e nos cursos de Graduação em Jornalismo, Cinema e Publicidade da mesma instituição. Doutora e Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Jornalista graduada pela mesma instituição. E-mail: lucia.santacruz@espm.br

[NAIRA DE PAULA]

Mestranda do curso de Mestrado Profissional em Economia Criativa, Estratégia e Inovação da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (PPGECEI/ESPM). Jornalista graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2008. Especialista em comunicação corporativa e gestão de crise. E-mail: nairadepaula@gmail.com

Referências

ARGENTI, Paul. A. **Comunicação empresarial**: a construção da identidade, imagem e reputação. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTHES, Roland. Introdução a análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland et al. (org.). **Análise estrutural da narrativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 19-62.

BREMOND, Claude. A lógica dos possíveis narrativos. In: BARTHES, Roland et al. (org.). **Análise estrutural da narrativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 114-141.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. [Código de Defesa do Consumidor]. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: <https://tinyurl.com/9bvs35ur>. Acesso em: 24 abr. 2024.

CUNNINGHAM, Stuart; CRAIG, David (ed.). **Creator culture**: an introduction to global social media entertainment. New York: New York University Press, 2021.

DELLAROCAS, Chrysanthos. The digitization of word-of-mouth: Promise and Challenges of Online Feedback Mechanisms. **Management Science**, Ann Arbor, v. 49, n. 10, p. 1407-1424, 2003.

DIJCK, José van; POELL, Thomas; WAAL, Martijn de. **The platform society**: public values in a connective world. New York: Oxford University Press, 2018.

GENETTE, Gérard. Fronteiras da narrativa. In: BARTHES, Roland et al. (org.). **Análise estrutural da narrativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 265-284.

HOWKINS, John. **Economia criativa**: como ganhar dinheiro com ideias criativas. São Paulo: M. Books, 2013. *E-book*.

KEMP, Simon. Digital 2022: Brazil. **DataReportal**, [online], 9 fev. 2022. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-brazil>. Acesso em: 21 jan. 2023.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MURRAY, Janet H. **Hamlet on the holodeck**: the future of narrative in cyberspace. Massachusetts: MIT Press, 2017.

PINE, B. Joseph; GILMORE, James H. **The experience economy**: work as a theatre & every business a stage. Cambridge: Harvard Business Publishing Press, 2011.

EN EL FONDO
DEL LODO:
VISUALIDADES
EMERGENTES EN
LA PRODUCCIÓN
AUDIOVISUAL
DE LA FOLHA
DE S.PAULO¹

[ARTÍCULO]

Gober Mauricio Gómez Llanos

Universidade Federal de Minas Gerais

Simone Maria Rocha

Universidade Federal de Minas Gerais

¹ Este artículo cuenta con el apoyo y la financiación del Conselho Nacional de Desenvolvimento científico e tecnológico (CNPq).

[RESUMEN ABSTRACT RESUMO]

El objetivo de este artículo es comprender la visibilidad de los actores y los conflictos que emergieron con el rompimiento de la represa de residuos de minas de Samarco en Mariana en 2015. Para tal propósito, adoptamos la perspectiva de los estudios visuales para detenernos en el análisis audiovisual de dos videoreportajes producidos por la *Folha de S.Paulo* y publicados en su canal en YouTube, durante el periodo de 2015 y 2017. Los estudios visuales, a partir de la perspectiva de Mitchell, presentan un abordaje teórico-metodológico que propone dar imagen a la teoría para abrir la heterogeneidad del medio y las imágenes que la componen hacia cuestiones sociales, históricas y políticas. Las visualidades que emergen nos obligan a cuestionar el paradigma civilizatorio moderno y el modelo económico extractivista neoliberal, sustentado en el colonialismo y discutido por autores como Ailton Krenak y Achille Mbembe.

Palabras clave: Visualidades. Cultura visual. Videoreportaje. Conflictos ambientales. Periodismo ambiental.

This study aims to understand the visibility of the actors and conflicts that emerged with the rupture of the Samarco tailings dam in Mariana in 2015. For this, the perspective of visual studies is adopted to explore the audiovisual analysis of two reports by *Folha de S.Paulo* available on its YouTube channel from 2015 to 2017. Visual studies, based on Mitchell's perspective, is a theoretical-methodological approach that proposes to give image to theory to open the heterogeneity of the medium and the images that compose it toward social, historical, and political issues. The visualities that emerge force us to question the modern civilizational paradigm sustained in colonialism, as discussed by Ailton Krenak and Achille Mbembe.

Keywords: Visualities. Visual culture. Videoreportage. Environmental conflicts. Environmental journalism.

O intuito deste artigo é compreender a visibilidade dos atores e os conflitos que emergiram com o rompimento das barragens da Samarco em Mariana em 2015. Para tal propósito adotamos a perspectiva dos estudos visuais, a fim de nos debruçarmos na análise audiovisual de duas videorreportagens produzidas pela Folha de S.Paulo e disponibilizadas no seu canal em YouTube. Os estudos visuais, a partir da perspectiva de Mitchell, são uma abordagem teórico-metodológica que propõe dar imagem à teoria, para abrir a heterogeneidade do meio e as imagens que o compõem a questões sociais, históricas e políticas: as visualidades que emergem

nos obrigam a questionar o paradigma civilizatório moderno e o modelo econômico extrativo neoliberal, sustentado no colonialismo e discutido aqui pelo viés de Ailton Krenak e Achille Mbembe.

Palavras-chave: Visualidades. Cultura visual. Videoreportagem. Conflitos ambientais. Jornalismo ambiental.

En el mundo-imagen globalizado, los que tienen el poder producen un código narrativo... El mundo-imagen es la superficie de la globalización. Es nuestro mundo compartido. Empobrecida, oscura, superficial, esta imagen-superficie es toda nuestra experiencia compartida. No compartimos el mundo de otro modo. El objetivo no es alcanzar lo que está bajo la superficie de la imagen, sino ampliarla, enriquecerla, darle definición, tiempo. En este punto emerge una nueva cultura.
Susan Buck - Morss.

Introducción

A casi nueve años del colapso de la represa de Fundão en Mariana (Minas Gerais, Brasil) en 2015, operada por Samarco (joint venture de Vale y BHP Billiton), todavía permanece en el territorio los estragos ambientales ocasionados, la mayoría irreversibles, lo cual afectó a la población civil generando un escenario de incertidumbre en la búsqueda de reparación y justicia social.

Este evento es reconocido por destruir totalmente el municipio de Bento Rodríguez, causar la muerte de 19 personas y esparcir entre 40 y 50 millones de centímetros cúbicos de residuos de mineral en arroyos y ríos, impactando la cuenca del río Doce. El "tsunami" de lodo recorrió más de 500 kilómetros hasta llegar al océano Atlántico, afectando también al estado de Espírito Santo, directamente a la localidad de Regência, en el municipio de Linhares, cuya población está formada por pescadores tradicionales.

La magnitud de este acontecimiento no podía dejar de atraer la atención de los principales medios de comunicación. Se convirtió en noticia en periódicos y noticieros, tanto en los medios de difusión tradicionales como en Internet, movilizándolo diferentes narrativas en la opinión pública y generando una disputa de significados con las víctimas afectadas y los movimientos sociales.

Nos interesa aquí estudiar cómo estas disputas han surgido en la arena pública, teniendo en cuenta los medios de comunicación como mediación fundamental de esta coyuntura. Creemos que el proceso de producción-consumo periodístico de los medios tradicionales, a la hora de tender puentes con el actual ecosistema digital, revela choques y tensiones que nos permiten complejizar mejor el tema propuesto.

Específicamente, nos centramos en la producción audiovisual de los medios hegemónicos cuando adoptan estrategias de difusión en Internet para divulgar sus contenidos, como es el caso del canal de YouTube de la **Folha de S.Paulo**. Su producción audiovisual ha sido reconocida en el ámbito periodístico profesional al recibir el Premio Esso de Periodismo en 2013. A su vez, su propuesta ha sido objeto de análisis, considerada por algunos innovadora en el contexto del periodismo de convergencia, debido a los recursos estilísticos y narrativos implementados (Boaventura; Assunção e Alves, 2019).

A su vez, los estudios sobre la producción audiovisual en esta temática ya han sido realizados, ya sea centrándose en cuestiones teóricas que discuten las representaciones de la muerte y la tragedia en la cobertura periodística en televisión, utilizando metodologías

de análisis televisivo (Miranda; Pinna, 2020), o articulando un análisis del dispositivo cinematográfico desde una perspectiva estético-filosófica para problematizar cuestiones que emergen en la relación imagen-memoria (Oliveira, 2019).

Este texto tiene como objetivo discutir la producción audiovisual del canal de YouTube de **Folha de S.Paulo** a partir de los estudios visuales (Mitchell, 2009). Se plantea como interrogante: ¿Qué visualidades emergen en las imágenes para problematizar eventos trágicos como los de Mariana, a partir de una crítica al proyecto civilizatorio moderno? Por lo tanto, es importante entender cómo se visibilizan los actores sociales y qué conflictos han surgido a raíz del colapso de la represa de Fundão en Mariana ante una crisis ambiental global sin precedentes en la humanidad, que suscita debates sin consenso en el mundo científico, cuestiona a los gobiernos, incluso progresistas, y genera insatisfacción y pesimismo en la llamada era del Antropoceno.

Reconfiguraciones de la televisión y el periodismo en el entorno mediático contemporáneo

YouTube es una plataforma creada en 2005 por tres antiguos empleados de Paypal, lanzada bajo el eslogan **Your Digital Video Repository** (Tu repositorio digital de videos), y luego adquirida por Google en 2006. En principio, se utilizaba para compartir videos **amateurs** de diversos contenidos, pero, sus usos y reapropiaciones acabaron escalando a diferentes prácticas

y modos de producción visual mediática, promoviendo incluso modelos de negocio, con Google monetizando a través de la publicidad y ofreciendo servicios **premium**. Navegando por YouTube hoy se pueden encontrar desde videos caseros con consejos para soluciones domésticas hasta películas y canales de música especializados.

En la segunda década del siglo XXI, podemos observar que YouTube se ha convertido en una plataforma de interés para los grandes medios de comunicación, actuando tanto como estrategia de visualización y distribución de sus contenidos como de repositorio. A su vez, en esta plataforma es posible que los contenidos tengan total autonomía respecto a la programación propia en otros medios digitales y/o tradicionales. Es el caso, por ejemplo, del canal **BBC World** y de la propia **Folha de S.Paulo**.

La televisión como matriz mediática que converge con las formas tecnológicas emergentes de la cultura digital, entre ellas YouTube, es actualmente un campo fructífero para discusiones teóricas y conceptuales. Sin embargo, cabe destacar que no pretendemos profundizar en una discusión sobre este tema; solo esbozaremos el enfoque que adopta una perspectiva compleja para estudiar la institución televisión dentro del entorno mediático contemporáneo de redes, plataformas e Internet.

Utilizamos los aportes de Becker (2016) para reflexionar sobre la televisión como un objeto que sufre transformaciones en cuanto a su forma tecnológica y cultural, sin que ello signifique su fin. Además, en el estudio, Becker (2016) muestra cómo el modelo **broadcasting** está convergiendo con otros modos de producción-circulación-consumo

más recientes, como el *narrowcasting* y el *Netcast*, potencializados por Internet. En su opinión:

El modelo de medio centralizado, masivo y unidireccional convive ya con la combinación de una variedad de prácticas de producción e interpretación de textualidades audiovisuales, lo que no significa el fin de la TV, sino una transformación de sus características tecnológicas, de lenguaje y de mediación (Becker, 2016, p. 13).

El periodismo televisivo dentro de este proceso de convergencia tecnológica y cultural no está exento de conflictos y contradicciones, y experimenta cambios en el mercado laboral (emprendimientos, salas de redacción reducidas, periodistas multitareas), en la praxis periodística (autoridad del periodista, participación ciudadana en la producción de contenidos) y en los géneros y formatos. A su vez, según lo presentado por Becker (2016), el periodismo televisivo es una mediación comunicativa fundamental en la organización de la vida cotidiana y en la vivencia de la vida social, tesis que se mantiene vigente si tenemos en cuenta que el periodismo televisivo representa el 25% del consumo medio diario de televisión (Kantar Ibope Media apud Alves, 2022, p. 3).

El periodismo televisivo al entrar en simbiosis con otros medios debe expandirse y converger con las formas tecnológicas digitales e Internet: plataformas de *streaming*, sitios web, dispositivos (móviles, tabletas), *apps*. Como forma cultural, las características potenciales de la televisión se expresan con mayor intensidad y eficacia en el entorno mediático actual, estableciendo así una interacción con las audiencias en las redes sociales y

despertando el interés por aprovechar los contenidos colaborativos. Al mismo tiempo, estas experiencias de recepción-consumo se caracterizan por ser fragmentadas, asíncronas, un ritual (¿no ritual?) de evanescencia, fugacidad y brevedad, lo que también se conoce como medios efímeros y se expresa de forma más concreta en YouTube (Becker, 2016, p. 63).

Folha de S.Paulo en YouTube

Teniendo en cuenta este panorama inestable y de transición, este estudio analizó la producción de videoreportajes en el canal de YouTube de *Folha de S.Paulo*² desde la perspectiva de los estudios visuales (Mitchell, 2009; Brea, 2005). Para ello, se seleccionaron dos videoreportajes, entendiendo cada uno como una *picture* o una articulación compleja de imagen-texto, a partir de la cual se buscó comprender cómo se visibilizan los actores y los conflictos provocados por la ruptura de la represa de Fundão en Mariana en 2015.

Creado en 2011, el canal de YouTube de *Folha de S.Paulo* se llamaba *TV Folha* cuando lo exploramos por primera vez (2020). Sin embargo, actualmente solo se

² El diario *Folha de S.Paulo* se fundó en 1921 y, así, define su línea editorial: “El periódico mantiene una perspectiva liberal sobre la economía, la política y las costumbres. Reitera que busca practicar un periodismo crítico, apartidista y pluralista. Y hace hincapié en la dimensión analítica, interpretativa y de opinión capaz de iluminar los hechos” (Traducción libre). Disponible en: https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml. Acceso en: 1 jul. 2023.

llama *Folha de S.Paulo*, tiene 823.000 suscriptores y 4.700 vídeos publicados.

Por su parte, la producción audiovisual catalogada como informativos, documentales, entrevistas y análisis, entre otros, presenta en los últimos tiempos una organización más ordenada de los contenidos, catalogándose

no solo en formatos convencionales, sino como una producción en la que cada uno de ellos tiene su propia “identidad”, mostrando un interés por diversificar y ampliar contenidos, así como una preocupación por cuidar la identidad visual del canal en su conjunto, y de cada uno de los formatos (documental, Folha explica, reportajes, Expresso).

[FIGURA 1]

Frame capturado de la página de inicio del canal de YouTube de la *Folha de S. Paulo*³



Por un lado, el consumo de televisión abierta (*broadcasting*) sigue dominando las estadísticas en Brasil, lo que demuestra el papel fundamental que aún desempeña como mediación cultural y comunicativa para las modernidades periféricas de América Latina. Por otro lado, estudios recientes muestran que específicamente en términos de consumo de video en plataformas en línea, YouTube domina el ranking con un 14,7% (Kantar Ibope Media, 2023, p. 8).

A continuación, se presenta el marco teórico-metodológico, basado en los estudios

visuales, para después iniciar el análisis audiovisual propiamente dicho.

Estudios visuales y cultura visual

Los estudios visuales surgieron como alternativa a un conjunto de disciplinas académicas – como la historia del arte – cuya propuesta se desplaza del concepto de historia al de cultura y del arte al de cultura

³ Todas las imágenes usadas en este artículo son *frames* capturados del canal de YouTube de la *Folha de S.Paulo* y se destinan a un fin académico.

visual. De este gesto nacería el objeto del campo, la cultura visual que implica una “meditación sobre la ceguera, lo invisible, lo oculto, lo no visto y lo desapercibido [...] reflexiona sobre la sordera y el lenguaje de signos, requiere atención a lo táctil, lo sonoro y la sinestesia” (Mitchell, 2003, p. 25).

Mitchell (2003) hace hincapié en la cultura visual como la construcción visual de lo social, y no solo su inverso. Este enfoque entiende las imágenes como prácticas culturales cuya importancia revela los valores de quienes las crearon, manipularon y consumieron, con el objetivo de cuestionar el lugar común que considera el ver y el mirar como actos naturales (Moxey, 2009).

Comprender las visualidades producidas dentro de una cultura visual implica invertir tanto en los modos de representación que pueden inferirse en los medios de comunicación como en la multiplicidad de relaciones sociales mediadas por aparatos, instituciones, regímenes de vigilancia y espectáculo. En estas relaciones mediadas se define el lugar del observador y del observado, así como los encuadramientos que hacen visibles o no a los sujetos, dentro de un contexto histórico concreto.

Aunque los estudios visuales no se reducen a analizar imágenes, no ignoran que estas y los soportes materiales en los que se reproducen constituyen un objeto epistemológicamente relevante para comprender la experiencia visual y las formas de ver que circulan en una cultura específica. Mitchell (2009) propone considerar la materialidad y el dispositivo como sede y punto de partida del análisis. Para él, los métodos comparativos tradicionales

han llevado a una dicotomía de la relación imagen-texto, perdiendo de vista toda la heterogeneidad e infinitud que puede explorarse en ella. ¿Cómo desenvuelve, entonces, las cuestiones relacionadas con el medio, la representación y el discurso? ¿Cómo da imagen a su teoría?

En resumen, hay tres gestos preliminares (más que un método acabado) que convergen en la definición de una iconología crítica y, a partir de ellos, podríamos investigar las materialidades mediáticas, que son las siguientes:

1. Las **pictures**: como materialidad que no se limita a ideologías y teorías predefinidas. Por lo tanto, el ejercicio de ver **pictures** implica un ejercicio de cuestionamiento de lo que estas quieren. Un ritual que rompe con los lugares comunes que la propia mirada académica ha asumido a la hora de entenderlas (objetos tanto de adoración como de abominación). Mitchell (2009) propone una perspectiva postsemiótica, denominada el giro pictórico.

El giro pictórico es tanto una forma de cuestionar la hegemonía del lenguaje y la semiótica en la comprensión del mundo como de mostrar que el tipo de respuestas que se dan a un mundo dominado o no por las imágenes son insuficientes y sin garantías. Su trabajo pretende cuestionar este lugar común, proponiendo una iconología crítica que busca reflexionar sobre la cultura visual en la interacción entre lo visual y lo verbal, y su función en la figuración de temas y problemas culturales más amplios. Las **pictures**, como gesto metodológico, operan como una entrada que nos permite interrogar al objeto sin basarnos en una teoría predefinida.

2. No hay medios puramente visuales: Considerar las imágenes como materialidad nos lleva al segundo gesto implícito en su definición de los medios como mixtos. Mitchell (2005, p. 20; 2009, p. 12) cree que la complejidad de los medios se entiende mejor cuando se presta atención a la mezcla de proporciones sensoriales (vista, oído y tacto) y semióticas (ícono, índice, símbolo), es decir, a la heterogeneidad e infinitud a la que la compleja relación imagen-texto como categoría analítica nos puede llevar a la hora de entender un medio y que ha sido obliterada por otros métodos de análisis (Mitchell, 2009, p. 91).

Esta relación más amplia nos ayuda a escapar de la esencialización del medio, sin ignorar su especificidad, porque considerarla siempre nos advierte de que debemos buscar una diferenciación más precisa de las mezclas.

3. Imagen y texto: Interpretamos las tres formas que el autor ofrece sobre la interacción de imagen y texto como una manera de caracterizar la complejidad y el dinamismo que establecen en el contexto de la experiencia visual y del universo cultural. Para ello, utiliza tres convenciones tipográficas diferentes. La barra diagonal sirve para designar la imagen/texto como una fisura o ruptura problemática en la narración. La *imagentexto* designa obras o compuestos sintéticos (conceptos) que combinan texto e imagen. Y la *imagen-texto* designa las relaciones entre lo visual y lo verbal. Con su teoría, el autor se propone

Ofrecer la figura de la imagen-texto como palanca con la que abrir la heterogeneidad de los medios y las representaciones específicas. Sin embargo, su objetivo no es

detenerse en la descripción formal, sino preguntarse cuál puede ser la función de formas específicas de heterogeneidad. Tanto las cuestiones formales como las funcionales requieren respuestas históricas: no están predeterminadas por ninguna ciencia universal de los signos y su relación con un concepto de periodo histórico es discutible (Mitchell, 2009, p. 93).

Siguiendo el pensamiento de Foucault, para Mitchell (2009) imagen/texto demuestra una interacción inacabada e inestable que no agota la infinitud entre lo visible y lo legible, pero en la que se funda parte de la heterogeneidad de las representaciones posibles de la experiencia humana. Aunque la forma imagen/texto revela que la experiencia visual y la verbal están hilvanadas, siendo fundamentales en el proceso de comunicación a partir del cual hemos modelado el mundo y lo hemos hecho cognoscible, también son, a su vez, un síntoma de la imposibilidad de una teoría de la imagen o de una ciencia de la representación unificada y totalizadora.

Su método parte de preguntarse por la representación de la experiencia visual a partir de la representación en sí de un objeto y de su materialidad que estructura la imagen-texto, antes que de una teoría o discurso que la presuponga y modele. Esto exige una mirada atenta a la articulación y sutura de los códigos visuales y textuales que figuran la experiencia visual y la problematizan.

Para Mitchell (2009), no se trata de preguntarse cuál es la diferencia (o similitud) entre palabras e imágenes, sino qué efectos tienen esas diferencias o similitudes. ¿Por qué es importante?, ¿cómo se

yuxtaponen, mezclan o separan las palabras y las imágenes? De este modo, el autor propone un alejamiento sustancial de los métodos historicistas y cientificistas utilizados a menudo en los estudios comparativos de la historia del arte y la literatura, pero que podemos aplicar a los estudios de los medios de comunicación (Mitchell, 2009, p. 86).

La visibilidad de los actores y los conflictos derivados de la tragedia en Mariana

Guiados por el interés en comprender tanto las mezclas e hibridaciones de géneros y formatos del periodismo televisivo en el ecosistema mediático contemporáneo como las cuestiones de la visibilidad de los civiles sometidos a violaciones de sus derechos sociales y políticos, siendo en este caso las víctimas de tragedias y crímenes ambientales, estudiamos la producción audiovisual tradicional de la *Folha de S.Paulo*.

Exploramos el canal de YouTube de *Folha de S.Paulo*, buscando vídeos sobre la tragedia de Mariana mediante la herramienta de búsqueda de su interfaz principal. Todos los vídeos encontrados destacan principalmente las voces y los relatos de las víctimas frente a las voces oficiales (el alcalde) y los expertos (ecologistas, trabajadores sociales de las organizaciones no gubernamentales –ONG), que tienen un papel menos destacado. Los relatos de las víctimas ocupan más tiempo en los reportajes, asumiendo el papel de testigos.

De los diez vídeos encontrados, elegimos dos reportajes para analizar. El primero

narra el impacto en la vida de los pescadores que viven en el distrito de Regência, en Linhares (Espírito Santo, ES), en 2015. El segundo reportaje registra los acontecimientos dos años después de la ruptura de la represa, abarcando a las víctimas de Bento Rodrigues (Minas Gerais, MG) y Linhares (ES).

En el caso del primer video, sustentamos esta elección porque pretendemos explorar el impacto de la tragedia en territorios distintos de Bento Rodrigues, que ha sido ampliamente difundido en los medios de comunicación, como han señalado Miranda y Pinna (2020, p. 11). No obstante, la fuerza visual de este distrito arrasado es de tal envergadura que su análisis sirve de preámbulo para entender la problemática actual de toda la región, basada en una economía dependiente de la exploración de hierro y otros minerales, por lo que escogimos detenernos en el video de 2017.

Lodo versus mar: superficies en contraste

El videoreportaje de cuatro minutos titulado Lodo × Mar, publicado el 6 de diciembre de 2015, abre con una secuencia de imágenes y sonido ambiente del distrito de Regência, situado en el municipio de Linhares (ES). La primera imagen presenta un plano general (PG) del litoral, seguida de una imagen en primer plano del mar, que hace evidente el contraste entre el azul marino y el marrón del lodo, que sigue otras imágenes similares de los exteriores, que denotan la catástrofe. La duración de

los planos y el ritmo del montaje expresan un ambiente desolador. El título del reportaje aparece sobre una de estas imágenes.

Esa sensación se acentúa con la voz en *off* de un pescador, el Sr. Leônidas Carlos, presidente de la Asociación de Pescadores del distrito de Regência (ES). Con un ritmo cadencioso y un tono que alterna entre la melancolía y la indignación, él aparece en plano medio (MP), mientras su mirada se

desvía del eje de la cámara. Su relato manifiesta la percepción de lo que ha ocurrido con el río y el litoral, además de cómo el evento ha cambiado no solo su vida, sino también la de todos los pescadores de la región. Tras el relato de Leônidas, Aldo Santos, también pescador de la región, presenta su testimonio, que hace énfasis en los hechos por las sensaciones y emociones que suscita la catástrofe, expresando un estado de estupor.

[FIGURA 2]

Plano Medio del señor Leônidas Carlos, 2015



La última declaración procede de una autoridad medioambiental del Instituto Chico Mendes de Conservación de la Biodiversidad (ICMBio). El ecologista Antônio Almeida, en PM, con un ritmo igualmente cadencioso, da a su testimonio un tono más objetivo y moderado, que no borra la incertidumbre. Se limita a comentar que solo pueden hacer un seguimiento

con el objetivo de realizar una evaluación a largo plazo del posible impacto que esto podría tener en la fauna marina, concretamente en las tortugas, porque “están en plena época reproductiva y la costa es una zona reconocida de desove” (*fade in*).

A continuación, vemos una secuencia de imágenes aéreas del mar invadido

por el lodo, lo que permite expresar la colosal magnitud del daño medioambiental, trazando una línea divisoria. La banda sonora y, posteriormente, una breve declaración del Sr. Leônidas marcan el ritmo del montaje, que transmite la misma sensación melancólica y taciturna. Según Belmonte (2020, p. 34), esta línea divisoria denota una fisura que establece el riesgo de las sociedades postindustriales en la composición imagen-texto, en la que la cuestión medioambiental es fundamental:

En cuanto a la relación entre naturaleza y sociedad, Beck considera que un concepto

no puede entenderse sin el otro. En la sociedad del riesgo se pone fin a la oposición entre naturaleza y sociedad, porque la naturaleza ya no puede concebirse sin la sociedad, y la sociedad ya no puede concebirse sin la naturaleza. “El efecto colateral imprevisto de la socialización de la naturaleza es la socialización de la destrucción y de las amenazas a la naturaleza, su transformación en contradicciones y conflictos económicos, sociales y políticos” (BECK, 2011, p.98). Siempre según el mismo autor, “a finales del siglo XX, vale la pena decir: la naturaleza es la sociedad, la sociedad (también) es ‘naturaleza’” (p. 99)⁴.

[FIGURA 3]

Panorámica del mar del litoral de Regência tomado por el lodo, 2015



La banda sonora es una canción sobre Yemanjá, una deidad perteneciente a las religiones afrobrasileña y afrocaribeñas, cuyos orígenes se remontan a los pueblos yoruba de la costa noroeste de África. De la observación de la imagen, destaca que esta referencia no implica mistificar la narración; al contrario, la visualidad orienta nuestra experiencia hacia el reconocimiento de epistemologías críticas del paradigma racional moderno,

4 En el original: “Sobre a relação entre natureza e sociedade, Beck (2011) entende que um conceito não pode ser compreendido sem o outro. Na sociedade de risco há o fim da contraposição entre natureza e sociedade, pois a natureza não pode mais ser concebida sem a sociedade, e a sociedade não pode mais ser concebida sem a natureza. “O imprevisto efeito colateral da socialização da natureza é a socialização das destruições e ameaças incidentes sobre a natureza, sua transformação em contradições e conflitos econômicos, sociais e políticos” (Beck, 2011, p. 98). Ainda segundo o mesmo autor (2011, p. 99), “no final do século XX, vale dizer: natureza é sociedade, sociedade (também) é ‘natureza’”.

con el objetivo de romper con el dualismo naturaleza-sociedad, que concibe el medio ambiente solo como recurso y medio de subsistencia. El río y el mar son formas de vida en constante interacción con las personas que lo habitan para construir el territorio, un lugar que activa memorias y proyecta el futuro, ahora nefasto, si recordamos las palabras del Sr. Leônidas. Entendemos que hay un esfuerzo por reconocer el río y el océano como un ser vivo con el que la sociedad debe convivir para garantizar su supervivencia. Para Ailton Krenak (2019):

El río dulce, al que llamamos Watu, es una persona, no un recurso, como dicen los economistas. No es algo de lo que cualquiera pueda apropiarse; es parte de nuestra construcción como colectivo que habita un lugar específico, donde fuimos confinados gradualmente por el gobierno para que pudiéramos vivir y reproducir nuestras formas de organización (Krenak, 2019, p. 40)⁵.

Actualmente, la pesca y la reanudación de las actividades en torno al mar y al río son objeto de disenso. Aunque la Fundación Renova insiste en que la calidad del agua ya no pone en peligro la salud de la población, estudios realizados por investigadores de la Universidad Federal de Espírito Santo demuestran lo contrario, que las aguas siguen contaminadas con metales pesados.

⁵ En el original: “O rio doce, que nós chamamos de Watu, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização” (Krenak, 2019, p. 40).

La indemnización es otra cuestión que aún no se ha resuelto, ya que muchos de los pescadores siguen sin ser aceptados por la Fundación por no ajustarse a los parámetros establecidos para obtener la cantidad acordada con los tribunales. Mientras tanto, algunos de los pescadores se han organizado criando peces en cautiverio. Sin embargo, los pescadores afirman que esta actividad solo ayuda a complementar sus ingresos, pero no garantiza lo que ganaban antes ni sustituye sus actividades en el mar, algo que forma parte de sus vidas (Rodrigues, 2022; Pescadores ..., 2019).

La propuesta narrativa adopta una perspectiva poética que escapa al patrón informativo-didáctico de los reportajes, dándole una impronta autoral, característica del subgénero del videoreportaje (Silva, 2010). Sin embargo, ante los colosales daños visibles, la línea editorial del reportaje converge con el consenso mediático hegemónico al definir los acontecimientos del colapso de la represa como una tragedia y no como un crimen, calificado así por los movimientos sociales y ecologistas.

La vista aérea: las fronteras de la vida y la muerte

El reportaje de ocho minutos “Dos años después de la tragedia”, de 2017, es un videoreportaje (VR) que indaga sobre algunos de los problemas causados por la ruptura de la represa de Fundão y que podemos entenderlo como subtemas. El primer se remonta a la historia de los pescadores y

habitantes de Regência (ES), que muestra la misma situación de incertidumbre y desesperación, esta vez en relación con la indemnización que deberían recibir y la falta de información sobre la reanudación prevista de las actividades pesqueras; el segundo se refiere a las dudas sobre la calidad del agua potable.

Los recursos técnicos y estilísticos siguen siendo los mismos que en el reportaje de 2015, con planos medios de las víctimas que dan testimonio de los cambios en sus vidas en los últimos dos años. Sus relatos ganan fuerza expresiva cuando van acompañados de secuencias de imágenes de sus actividades cotidianas, especialmente la búsqueda de agua potable.

El análisis se centrará en uno de los últimos subtemas planteados por el VR, que dura aproximadamente cuatro minutos. Se trata de la historia de algunos antiguos habitantes de Bento Rodrigues que se oponen al desalojo oficial del distrito y reivindican la reocupación del territorio⁶.

En esta ocasión, un dron captura imágenes aéreas de las ruinas de las casas, ahora tomadas por el monte, mostrando un panorama desolador, mientras la voz en *off* de Sandro Sobreira, antiguo habitante de Bento Rodrigues, comenta cómo tiene allí sus raíces y su historia en comparación con el otro lugar donde serán reubicados, para él toda la zona debería convertirse en un gran museo abierto.

[FIGURA 4]

Imagen aérea de Bento Rodrigues tomada con dron, 2017



Durante una imagen aérea del pueblo, aparece la información en *lettering* de que la Renova planea construir otro Bento Rodrigues, contextualizando el discurso de Sandro para una mejor comprensión. Este subtema plantea cuestiones relacionadas con la situación de las personas trasladadas temporalmente a Mariana, la construcción de un nuevo Bento

Rodrigues, la hostilización y, en consecuencia, la revictimización que sufren los antiguos residentes del barrio, pero sin profundizar en ello.

⁶ Loucos por Bento Rodrigues es un colectivo de 19 personas que realizan frecuentemente actividades dentro del distrito como un modo de revivir su historia local, curar el sufrimiento y defender su territorio.

Ante la negativa de la Samarco a declarar, observamos que, en todos los vídeos encontrados, la estrategia editorial para concretar el involucramiento de la multinacional fue el uso de recursos textuales. La fricción imagen/texto visibiliza el proyecto neoliberal racional que representa la empresa Vale

y su impacto en los territorios: a través de la edición en la que prevalecen los relatos de las víctimas frente al discurso técnico de la Samarco y de la Fundación Renova. Y especialmente cuando el discurso corporativo de la Fundación aparece en *lettering* sobre las imágenes de la propia destrucción.

[FIGURA 5]

Plano medio de Monica dos Santos, una de las líderes de Loucos por Bento Rodrigues, 2017



“No se justifica que el asesino se apodere de la escena del crimen. Es lo que la empresa está intentando hacer a como de lugar. Y nosotros resistiendo y no dejando”⁷, es un contundente discurso de Mônica dos Santos que cierra el último subtema del reportaje. A modo de epílogo, vuelven las imágenes aéreas de las ruinas de la aldea, sobre las que aparecen rotuladas la posición y las respuestas de la Fundación Renova sobre las cuestiones que surgieron a lo largo del informe: indemnizaciones, contaminación del agua, visitas autorizadas a Bento Rodrigues.

Mônica dos Santos, Sandro Sobreira y Maria Quintão son antiguos residentes de Bento Rodrigues que decidieron visitar el distrito constantemente y recrear su vida cotidiana. Comentan que decidieron unirse porque sienten que están perdiendo su territorio, aludiendo a la intención de Samarco de apropiarse de todo el lugar. Sin embargo, hay un contraste entre la magnitud del daño ambiental, de un pueblo fantasma, expresado por PG y PM de las ruinas de las casas, y los pequeños gestos de resistencia de estos tres ciudadanos, refugiados en alguna de las casas todavía en pie, cocinando o compartiendo un café, mientras cuentan las formas en que la empresa ya ha intentado detenerlos llamando a la Policía Militar, apoyados en decretos de la alcaldía sobre los horarios autorizados para visitar el lugar.

⁷ En el original: “*Não justifica o assassino tomar posse da cena do crime, é o que a empresa tá tentando fazer de todo jeito, e a gente resistindo e não deixando*”, PM de Monica dos Santos, uma das lideranças de “Loucos por Bento R.”, 2017.

Así como la colonia y la *plantation* propuestas por Achille Mbembe (2018), pensamos que los pueblos fantasmas configuran una topografía de crueldad y muerte. Reterritorializaciones dadas por espacios ocupados que instituyen un estado de excepción mediante tecnologías, máquinas de guerra, para disciplinar, controlar y exterminar cuerpos (cuerpos suspendidos en el umbral vida/muerte) por parte del soberano, que en tiempos de globalización neoliberal toma la forma de conglomerados económicos que trascienden las fronteras nacionales.

Aunque las acciones del Ministerio Público han demostrado ser una institución que goza de relativa ecuanimidad, cuestionando, por ejemplo, la forma unilateral en que se creó la Renova, en la que las empresas mineras nombraron al consejo directivo de la fundación; el análisis sugiere cómo la mayor parte del proceso judicial se ha realizado a espaldas de la población o con escaso poder de participación en las instancias burocráticas formales en las que se desenvuelven los actos jurídicos: por el momento, es muy probable que el proceso contra Samarco por crímenes ambientales prescriba en 2024.

Consideraciones finales

Aunque los reportajes datan de 2015 y 2017, la temática presentada es actual dentro de las numerosas problemáticas ambientales que ocurren en Brasil. La dependencia económica de la sociedad, la fuerte influencia de las empresas en los gobiernos de turno, la amenaza constante

de cerca de 22.000 represas de residuos de la explotación minera, muchas en riesgo de colapsar y sin una ley afectiva para fiscalizar y detener los estragos de esta actividad productiva, nos interpelan para el ejercicio de reflexión académica constante sobre los temas ambientales en el área de la comunicación.

A su vez, la *Folha de S.Paulo* se destaca en su exploración narrativa y estilística confiriéndole una impronta autoral que denota, a su vez, una posición relativamente crítica. No obstante, la línea editorial es moderada al calificar los hechos de desastre medioambiental. Para las víctimas, movimientos sociales y ambientalistas, el colapso de la represa constituyó un crimen ambiental (Polignano et al., 2019, p. 82). Las visualidades concretizan el análisis de los efectos de las actividades productivas a gran escala, que se sustentan en el paradigma del desarrollo económico neoliberal capitalista, el cual va en detrimento de las poblaciones y comunidades que plantean otras formas de desarrollo humano, que considere sus formas de vida y modos de producción tradicionales.

Si aplicamos una mirada desde el periodismo ambiental, la praxis periodística basada en esta perspectiva defiende la posición crítica de los medios de comunicación al cubrir estos temas; así, la objetividad no es sinónimo de neutralidad, y asume que el discurso periodístico es opaco, por lo que debe entenderse como un método, una guía y orientación para observar los acontecimientos (Belmonte, 2020, p. 12). En este abordaje, una crítica importante que se ha planteado y que aplica a nuestro objeto de análisis es la necesidad de anticipar el riesgo. Del total del corpus levantado,

no encontramos ninguno que haya tratado el tema de las represas en Minas Gerais antes de la tragedia de Mariana en 2015.

Por otro lado, el posicionamiento crítico que adopta la perspectiva de las víctimas y la exploración audiovisual va en detrimento de la profundidad temática: hay varias cuestiones enumeradas en los videoreportajes, especialmente el de 2017, sin ser problematizadas, como ha ocurrido, por ejemplo, en los medios impresos y en los portales de los periódicos mediante un vasto material multimedia, incluido de la propia *Folha de S.Paulo* (Bueno, 2017, p. 40). Sin embargo, en la descripción del VR en el canal de YouTube, se añadió un hipervínculo con la llamada “leia mais na Folha” (“sigue leyendo la Folha”), que lleva al mismo portal de la *Folha de S.Paulo* para que los usuarios interesados puedan acceder a más información, lo que solo es posible mediante suscripción.

La grabación de imágenes aéreas con tecnología de drones ha aumentado sustancialmente, sobre todo cuando se trata de registrar lugares y paisajes naturales que antes eran imposibles de realizar debido a los esfuerzos técnicos y logísticos que implicaban. Sin duda, el uso de drones ha abaratado costos y facilitado el registro de lugares antes inaccesibles; sin embargo, somos prudentes aquí de utilizar términos como irrupción e/o innovación para valorar estas prácticas, y evitar caer en cierta ligereza liberal como, citando a Palácios (2017), sugieren Prudkin y Mielniczuk (2019). Para estos autores, el dron es “una tecnología que, tras haber sido sustancialmente mejorada técnicamente a lo largo de los años, ha favorecido, junto a otras técnicas mecánicas, artísticas y estéticas,

la consolidación de una cultura visual, la referida al registro visual aéreo” (Prudkin y Mielniczuk, 2019, p. 73). ■

[GOBER MAURICIO GÓMEZ LLANOS]

Investigador junior en el Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq) y posdoctor por la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG). Doctor por el Programa de Posgrado en Comunicación Social de la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: gomagoll@gmail.com

[SIMONE MARIA ROCHA]

Profesora titular de la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG). Líder del grupo de investigación Comunicación y Cultura en Televisualidades (Comcult) y becaria de productividad del Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq).

E-mail: rochasimonemaria@gmail.com

Referencias

ALVES, Kellyane. Percepções do impacto da internet, aplicativos e streaming no conteúdo dos telejornais Jornal da Record e Jornal Nacional: uma redação alargada. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UFPB, 45., João Pessoa, 5-9 set. 2022. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2022. Disponible en: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0810202212004162f3c8196b392.pdf> Acceso el: 1 jul. 2023.

BECKER, Beatriz. **Televisão e telejornalismo**: transições. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

BELMONTE, Roberto Villar. **O jornalismo ambiental**: três perspectivas em cinco décadas de especialização no Brasil megadiverso. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BOAVENTURA, Katrine; ASSUNÇÃO E ALVES, Carolina. Produção jornalística audiovisual na web. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 17., Goiás, 2019. **Anais** [...]. Brasília, DF: SBPJor, 2019.

BREA, José L. (ed.) **Estudios visuales**: la epistemología de la visualidad en la era de la globalización. Madrid: Akal, 2005.

BUENO, Wilson C. A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 1, p. 21-41, 2017.

KANTAR IBOPE MEDIA. **Inside video 2023**. Disponible en: <https://kantaribopemedia.com/conteudo/estudo/inside-video-2023/>. Acceso el: 1 jul. 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MITCHELL, William J. T. Mostrando el ver: una crítica de la cultura visual. **Estudios Visuales**, [S. l.], n. 1, p. 17-40, 2003.

MITCHELL, William J. T. No existen medios visuales. In: BREA José L. (ed.) **Estudios visuales: La epistemología de la visualidad en la era de la globalización**. Madrid: Akal, 2005.

MITCHELL, William. J. T. **Teoría de la imagen**. Madrid: Akal S.A, 2009.

MIRANDA, Pedro; PINNA, Aline. Um desastre midiaticizado: uma análise televisual da cobertura do “MG1” sobre o rompimento da barragem da Samarco em Mariana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., [virtual], 1-10 dez. 2020. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2020.

MOXEY, Keith. Los estudios visuales y el giro icónico. **Estudios visuales**, [S. l.], n. 6, p. 8-27, 2009.

OLIVEIRA, Rogério Luiz Silva de. A vida e a lama três cinematografias seduzidas pela memória. **Significação**, São Paulo, v. 46, n. 52, p. 149-163, 2019.

PESCADORES buscam alternativas para sobreviver sem a pesca em Regência. **A Gazeta**, 5 nov. 2019. Disponible en: <https://www.agazeta.com.br/es/norte/pescadores-buscam-alternativas-para-sobreviver-sem-a-pesca-em-regencia-1119>. Acceso el: 1 jul. 2023.

POLIGNANO, Marcus et al. Impactos e danos provocados pelo crime da Samarco na bacia do rio doce e perspectivas socioambientais. In: PINHEIRO, Tarcísio et al.(org.). **Mar de lama da Samarco na bacia do rio doce: em busca de respostas**. Belo Horizonte: Osat: Guaicuy: Manuelzão, 2019.

PRUDKIN, Gonzalo; MIELNICZUK, Luciana Pellin. El periodismo dron: ¿innovación, disrupción o continuidad? Un estudio teórico retrospectivo sobre la captación de imágenes aéreas en el contexto de una cultura visual. **Contemporânea: Revista de Comunicação e cultura**, Salvador, v. 17, n. 1, 2019.

RODRIGUES, Léo. Sete anos após desastre de Mariana, entenda o processo indenizatório. **Agência Brasil**, 5 nov. 2022. Disponible en: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-11/sete-anos-apos-tragedia-de-mariana-entenda-o-processo-indenizatorio>. Acceso el: 1 jul. 2023.

SILVA, Karina de Araujo. **Videoreportagem em três estilos**. Dissertação (Mestrado em comunicação e cultura contemporânea). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

VOZES NO
JORNALISMO:
ATAQUES DE
GARIMPEIROS
A INDÍGENAS
EM RORAIMA

[ARTIGO]

Martha Raquel Rodrigues

Universidade de São Paulo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este trabalho debruçou-se sobre a cobertura jornalística dos ataques dos garimpeiros ilegais à Terra Indígena Yanomami, em Roraima. A pesquisa analisou os sites de notícias Brasil de Fato e G1 Roraima, este do Grupo Globo, entre maio e novembro de 2021, período em que se intensificaram os episódios. A análise do material incluiu um levantamento de termos, discursos e vozes ouvidas e silenciadas durante a produção. Notou-se que a cobertura do site de notícias Brasil de Fato trouxe, além do factual, a visão dos indígenas e um aprofundamento dos impactos do garimpo na realidade no território, enquanto a cobertura do site de notícias G1Roraima privilegiou a cobertura factual, com vozes oficiais e sem aprofundamento dos impactos da violência na realidade das comunidades. Constatou-se também uma mudança tímida na narrativa empregada pelo G1Roraima em reportagens produzidas em parceria com a Rede Amazônica, que levou repórteres até o território, tratando os episódios como “ataques de garimpeiros aos indígenas”.

Palavras-Chave: Indígenas. Garimpo. Jornalismo. Brasil de Fato. G1 Roraima.

This study evaluated the journalistic coverage of attacks inflicted by illegal gold miners to Yanomami land in Roraima. This research analyzed publications by the websites Brasil de Fato and the Grupo Globo G1 Roraima from March to November 2021, a period of intensified conflict between these groups. When analyzing the material, the author has surveyed terms, discourses, and voices that were silenced and heard throughout the journalistic process. This survey has concluded that the coverage by Brasil de Fato brought (beyond the factual) the Indigenous peoples' vision of events and a deeper analysis of the impacts of illegal gold mining on the territory, whereas that by G1 Roraima focused on the facts, only showing official voices only and ignoring the impacts of violence in the reality of these communities. This study also found a timid change in the narrative of the G1 Roraima coverage in partnership with Rede Amazônica — a network that sent reporters to the territory —, defining the incidents as “attacks inflicted by gold miners on Indigenous peoples.”

Keywords: Indigenous peoples. Gold mining. Journalism. Brasil de Fato. G1 Roraima.

Este trabajo se centró en la cobertura periodística de los ataques de los mineros ilegales a la Tierra Indígena Yanomami, en Roraima (Brasil). Esta investigación analizó las páginas de noticias *Brasil de Fato* y *G1 Roraima*, este último del Grupo Globo, en el período entre mayo y noviembre de 2021 en que se intensificaron los episodios entre los grupos. El análisis del material incluyó un relevamiento de términos, discursos y

voces escuchadas y silenciadas durante la producción. Se observó que la cobertura en la página de noticias *Brasil de Fato* trajo, además de los hechos, la visión de los pueblos indígenas y una comprensión más profunda de los impactos de la minería en el territorio, mientras que la cobertura de *G1 Roraima* favoreció una cobertura factual, con voces oficiales y sin un análisis en profundidad de los impactos de la violencia en la realidad de las comunidades. También hubo un modesto cambio en la narrativa utilizada por *G1 Roraima* en los reportajes realizados en colaboración con la Rede Amazônica, que llevaron a los periodistas al territorio tratando los episodios como “ataques de mineros a indígenas”.

Palabras clave: Indígena. Minería. Periodismo. Brasil de Fato. G1 Roraima.

Introdução

Pode-se dizer que a noticiabilidade tem como base alguns critérios, como os interesses financeiros, empresariais e ideológicos. A linha editorial adotada pelos veículos de comunicação está diretamente ligada aos interesses de investidores, anunciantes e do público que consome o produto.

Para compreender a forma como a questão indígena e de mineração ilegal é retratada na mídia, este trabalho se propôs analisar a cobertura jornalística de dois veículos de comunicação que acompanham os acontecimentos na região Norte do país, com foco em Roraima. Sendo o jornalismo um espaço que fomenta a opinião pública, este artigo tem como intuito apresentar quais abordagens foram adotadas durante a apuração dos fatos, qual a importância dada pelos veículos à pauta e quem são os agentes dignos de fala na narrativa empregada pelos veículos. Os meios de comunicação analisados são os sites de notícias Brasil de Fato e G1 Roraima, este do Grupo Globo.

Após um amplo levantamento de reportagens publicadas sobre as questões entre os povos originários e os garimpeiros ilegais no território, optou-se por questionar **quais** os discursos utilizados e quais as vozes consideradas e ignoradas nas narrativas. Tal questionamento se mostra relevante para a sociedade pois, uma vez que se analisa as formas como os episódios que envolvem a população indígena são comunicados, é possível compreender como e por meio de quais bases a opinião pública é formada.

O garimpo ilegal no Brasil acontece principalmente na região Norte, em áreas de

fronteira e muitas vezes dentro de territórios indígenas e de preservação ambiental. A atividade clandestina causa desmatamento da Amazônia e é responsável pela contaminação das águas, do solo e do ar por mercúrio. Além da substância tóxica, que envenena diariamente indígenas e populações amazônicas, a atividade garimpeira também leva doenças e violência para a região. Depois da interceptação de um carregamento de quase 1.000 litros de combustível no Rio Uraricoera, na Região do Palimiú, na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, pelos indígenas, a região passou a ser alvo de ataques diários de garimpeiros ilegais.

Para a realização da análise foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema e um histórico das reportagens que retrataram as questões vividas entre garimpeiros e indígenas Yanomami de maio a novembro de 2021, período em que episódios frequentes entre as partes foram registradas no território. Para realizar a pesquisa das publicações, foram utilizados o arquivo do G1 Roraima e o sistema interno (Frida) do Brasil de Fato, filtrando pelos termos “Roraima”, “Yanomami” e “garimpeiros”. Somente após a seleção e leitura detalhada das publicações foi realizada uma análise identificando as vozes e versões dos fatos presentes em cada veículo. Diante dos dados, um exame das abordagens foi realizado em cada um dos periódicos, levando em consideração a visão passada pelo veículo para a construção da opinião pública.

Durante o período analisado, integrei a equipe do Brasil de Fato como repórter focada nas questões indígenas e de mineração na região Norte do país, com atenção especial a Roraima. As reportagens do Brasil de Fato aqui analisadas são de minha autoria, com edição e linha editorial do veículo em questão.

O jornalismo como determinante na opinião pública

As teorias de comunicação de jornalismo e seu papel ideológico fazem parte das discussões de Adelmo Genro Filho (1986). O autor transcende a visão comum do jornalismo ao pensar como ele se insere na história social e como seria, então, necessário pensá-lo dentro de uma realidade social e sua função no capitalismo.

O autor define o jornalismo como uma ação cultural da modernidade em que há o compartilhamento da imediatividade. O jornalismo seria uma forma de apropriação da realidade distinta da ciência, forjado na difusão de fatos e informações. À medida que se constrói uma ação cultural que possibilita a difusão dessas pílulas informativas, ela se conecta ao sujeito na construção da história humana. Essa singularidade do fato abre perspectivas universais para despertar essa percepção particular.

Em si, o jornalismo tem potencial de transformação, mas a colonização do jornalismo pelo capitalismo cria um direcionamento, despreza e suprime informações que não são consideradas interessantes para sua narrativa. A questão ideológica não se trata apenas da opinião do veículo, mas sim a consonância com o estoque de informações que existem disponíveis nas produções.

Perseu Abramo (2016) argumenta que há um abismo entre a objetividade da notícia e a neutralidade. O autor disserta sobre o processo de manipulação da realidade que pode estar presente no jornalismo. “Neutralidade, imparcialidade, isenção, honestidade etc., são palavras que se situam

no campo de ação”, pontua o autor. Para ele, tais coisas “dizem respeito aos critérios do fazer, do agir, do ser. Referem-se mais adequadamente a categorias de comportamento moral”. O autor enfatiza que os conceitos por si só já são constituídos a partir de um caráter moralista e moralizante.

Para Abramo, não é possível ser neutro ou imparcial no jornalismo, uma vez que a narrativa está condicionada ao que dá sustentação ao periódico. “Assim é defensável que o jornalismo, ao contrário do que muitos preconizam, deve ser não-neutro, não imparcial e não-isento diante dos fatos da realidade” (Abramo, 2016, p. 55), argumenta ao citar que o jornalismo deve tomar posição quando orienta para a ação.

A Cultura do Silêncio, segundo Paulo Freire (1987), é produto da colonização. Ele disserta sobre a relação dos “comunicados”, ou seja, o colonizador fala e o colonizado escuta. E para quebrar essa Cultura do Silêncio é necessário levar em consideração que se trata da consequência da ação humana. Freire parte do pressuposto de que a educação não transforma a realidade, a educação que transforma as pessoas e as pessoas transformam o mundo.

O mesmo se aplica ao jornalismo, que causa mudanças nas pessoas. Alguns indivíduos são ignorados nos relatos da realidade e, portanto, não considerados por aqueles que passam a ter voz, uma vez que são desconhecidos. Os marginalizados, por sua vez, não são considerados e não têm direito à fala.

O jornalismo é considerado um espaço fomentador da opinião pública

por Dennis de Oliveira (2017). Como o capital hoje é transnacional e dita arranjos nacionais, o jornalismo esvazia sua função por causa do arranjo institucional da esfera pública. O cidadão é transformado em consumidor, e o jornalismo em negócio. Segundo Dennis Oliveira, o jornalismo não é uma ferramenta, e sim um espaço. Ele não vai mudar o mundo, mas sim criar uma nova dimensão de relações sociais, e essas sociabilidades é que vão transformar o mundo.

Nesse sentido, este trabalho pretende identificar e qualificar quais falas são silenciadas e quais são consideradas na cobertura midiática da questão indígena no Brasil. A falta de noção da dimensão ou localização das terras indígenas no Brasil pode ser considerada um projeto político de manipulação das informações, uma vez que não saber as delimitações dos territórios faz com que as pessoas não tenham dimensão das violações cometidas. Estigmatizados, os indígenas não são percebidos por povos de outras civilizações como seres detentores de direitos e, portanto, não há preocupação de considerar suas vozes e demandas.

Enrique Dussel (2000) considera que a Cultura do Silêncio imposta pelo europeu universalizou a dominação, transformando os demais países colonizados em indignos de fala. Essa pedagogia inconsciente perpetua a dinâmica da não-comunicação e do comunicado, uma vez que as vozes dos que estão na periferia – que não é geográfica – sejam desconsideradas, a ponto de estes não se expressarem mais e apenas acatarem a fala das elites europeias. Sobre o conceito de totalidade, o autor argumenta

que se trata de uma limitação, uma vez que bolhas são criadas. É preciso existir para além da sua totalidade geográfica e social, ser reconhecido, ter direito à voz e contar sua perspectiva dos fatos.

Para a consciência crítica, que só pode existir a partir de uma posição ética bem específica, e pelo exercício de um novo tipo de racionalidade [...], as vítimas são reconhecidas como sujeitos éticos, como seres humanos que não podem reproduzir ou desenvolver sua vida, que foram excluídos da participação na discussão, que foram afetados por alguma situação de morte (Dussel, 2000, p. 303).

Para Anibal Quijano (2005), é preciso considerar um viés racial e patriarcal no padrão da colonização de poder, já que isso gera consequências políticas. O autor define a colonização das Américas como a grande chave para entender como se dão os arranjos institucionais atuais. Nesse mesmo sentido, a mídia não pode ser excluída quando se analisa a perpetuação desses padrões colonizadores. Fundamental para o capitalismo, o eurocentrismo dita como se dão as dinâmicas que mantêm o sistema global que marginaliza tudo que não dita as ordens capitalistas.

Sob uma ótica branca, europeia e masculina, o diferente é considerado subalterno, tornando, assim, o racismo um produto de ordenamento social. Com mira na segregação, Quijano classifica a generalização “índios” na América Latina – que ignora as origens, idiomas e costumes de milhares de povos originários – como uma classificação racial criada pela colonização para que houvesse a diferenciação entre o “nós” e o “eles”.

Por sua vez, o jornalismo hegemônico na América Latina reproduz os padrões de ordenamento de poder. As fontes que são autorizadas são de falas masculinas e brancas. Temas como a questão entre indígenas e garimpeiros são marginalizados pela mídia internacional, que prioriza as potências mundiais, e não a América Latina. Além disso, pautas com violações de direitos humanos não “vendem”, não geram interesse, já que não causaram reconhecimento. Nesse sentido, é válido dizer que há falas silenciadas e estigmas, e, a partir disso, visões únicas sobre um fato.

O espaço pode ser geográfico, determinando uma extensão territorial, ou subjetivo. Há muitas maneiras de se enxergar a ocupação dos espaços por meio de sua realidade. Diferente da visão dos homens brancos, para o ameríndio, por exemplo, o espaço compõe “dimensões tangíveis que cerceiam o dia a dia e criam processos simbólicos” (Barracco, 1988). Trata-se de um espaço de respeito à natureza, de sobrevivência e de sociabilidade. As comunidades são, então, o espaço destinado às práticas do dia a dia – morada, alimentação, descanso, lazer, convívio social e atividades de sobrevivência. Essa vivência gera para aquela população um valor simbólico e transforma aquele espaço em sagrado. Essa ligação do ser na localidade e nas dinâmicas estabelecidas gera um reconhecimento de tal forma que, “quando se encontra momentaneamente em trânsito, fora da aldeia, para caça ou outras necessidades, o ameríndio constrói uma aldeia optativa, mesmo por breve temporada, nos mesmos moldes da aldeia matriz” (Barracco, 1988).

Vozes silenciadas: a construção da narrativa

As reportagens analisadas são frutos de um levantamento das produções do site de notícias Brasil de Fato por meio do acervo interno (Frida) e do arquivo público G1 Roraima. Foram selecionadas 22 reportagens entre maio e novembro de 2021, por abarcarem as questões entre indígenas e garimpeiros ilegais na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. O portal Rede Amazônica também integra a análise, uma vez que produziu reportagens em colaboração com o G1 Roraima durante o período analisado.

Para selecionar o material, foram utilizadas as buscas “Roraima”, “Yanomami” e “garimpeiros” em ambos os veículos de comunicação, bem como uma varredura pelas datas que este artigo se propõe analisar – entre 1º de maio e 30 de novembro de 2021. Uma leitura detalhada foi feita a partir dos materiais selecionados e elaborada uma sistematização de quais vozes e versões dos fatos foram consideradas em cada produção. O intuito deste levantamento é identificar quais discursos foram adotados e quais visões essas produções jornalísticas podem fomentar na opinião pública.

O Quadro 1 registra quais vozes foram ouvidas no processo de execução das reportagens do G1 Roraima. São elas: Fundação Nacional do Índio (Funai), Polícia Federal (PF), Exército Brasileiro (EB), Ministério Público Federal (MPF), Hutukara Associação Yanomami (HAY), Conselho de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuanna (Condisi-Y),

Diário Oficial da União (DOU) e indígenas do território que foram entrevistados.

Foram dez reportagens publicadas, com oito fontes diferentes. Em nove das dez reportagens não constam entrevistas com indígenas do território em questão. A única publicação que contém entrevistas com a população originária é uma produção em parceria com a Rede Amazônica, já que o veículo de comunicação enviou um repórter ao local. Essa reportagem em questão é também a única que trata as questões entre garimpeiros e indígenas como um “ataque” e chama os garimpeiros de invasores [de terra]. Nas demais publicações os episódios são tratados como “conflito” e “confronto”.

Na reportagem “Comunidade alvo de conflitos na Terra Yanomami vive clima de tensão: ‘todos os dias estou chorando de medo’”, a equipe do G1 Roraima entrevistou o delegado da Polícia Federal (PF) Adolpho Hugo de Albuquerque. A fala de Albuquerque culpabiliza os indígenas pelo “conflito”, como ele denomina.

O delegado diz que o “conflito” teve início após os indígenas se sentirem “extorquidos de alguma forma ou insatisfeitos”. Ele argumenta que houve uma tentativa de negociação entre os Yanomami e os garimpeiros após uma apreensão de combustível que seria utilizado no garimpo feita pelos indígenas. Albuquerque não cita de onde vem a informação.

[QUADRO 1]
Reportagens publicadas pelo site de notícias G1 Roraima

Reportagem	Veículo	FUNAI	PF	EB	MPF	HAY	Condisi-Y	DOU	Entrevistas indígenas
“Conflito armado entre garimpeiros e indígenas deixa feridos na Terra Yanomami” ¹	G1 RR	x		x	x	x			
“Três garimpeiros morrem e quatro ficam feridos após conflito na Terra Yanomami, diz Condisi-Y” ²	G1 RR				x		x		
“Vídeo mostra correria de mulheres e crianças no momento em que tiros são disparados na Terra Yanomami” ³	G1 RR						x		
“Polícia Federal anuncia envio de tropas para comunidade alvo de conflito na Terra Yanomami” ⁴	G1 RR		x			x	x		

1 Disponível em: <https://tinyurl.com/mrynb5s9>. Acesso em: 23 abr. 2024.

2 Disponível em: <https://tinyurl.com/4z8puv89>. Acesso em: 23 abr. 2021.

3 Disponível em: <https://tinyurl.com/tw9wwet3>. Acesso em: 23 abr. 2024.

4 Disponível em: <https://tinyurl.com/5ynv8w3j>. Acesso em: 23 abr. 2024.

[QUADRO 1]

Continuação

Reportagem	Veículo	FUNAI	PF	EB	MPF	HAY	Condisi-Y	DOU	Entrevistas indígenas
“Garimpeiros jogam bombas em comunidade na região alvo de ataques na Terra Yanomami, diz Associação” ⁵	G1 RR					x			
“Indígenas deixam comunidades após ataques de garimpeiros na Terra Yanomami, diz Conselho” ⁶	G1 RR e Rede Amazônica	x	x			x			
“Comunidade alvo de conflitos na Terra Yanomami vive clima de tensão: ‘todos os dias estou chorando de medo’” ⁷	G1 RR e Rede Amazônica		x						x
“Ministério da Justiça autoriza uso da Força Nacional na Terra Yanomami” ⁸	G1 BSB							x	
“Yanomami se escondem na floresta após novo ataque a tiros de garimpeiros em comunidade” ⁹	G1 RR					x			
“Garimpeiros afundam canoa com crianças e jovens indígenas que pescavam na Terra Yanomami” ¹⁰	G1 RR					x			

No quadro referente à análise das reportagens do Brasil de Fato, novos campos foram considerados, uma vez que as reportagens continham um número maior de fontes. São elas: Funai, Polícia Federal,

Exército Brasileiro, MPF, HAY, Condisi-Y, Diário Oficial da União, Ministério da Saúde, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Supremo

5 Disponível em: <https://tinyurl.com/bvaxt62y>. Acesso em: 23 abr. 2024.

6 Disponível em: <https://tinyurl.com/2kn46bxb>. Acesso em: 23 abr. 2024.

7 Disponível em: <https://tinyurl.com/2c5mntm6>. Acesso em: 23 abr. 2024.

8 Disponível em: <https://tinyurl.com/4cx9jka7>. Acesso em: 23 abr. 2024.

9 Disponível em: <https://tinyurl.com/3svr6j6w>. Acesso em: 23 abr. 2024.

10 Disponível em: <https://tinyurl.com/mu5df5kt>. Acesso em: 23 abr. 2024.

Tribunal Federal (STF), Conselho Indígena de Roraima (CIR), Ministério do Meio Ambiente e indígenas entrevistados.

A linha editorial do veículo dita como necessária a escuta de pelo menos um personagem em toda reportagem sobre o tema. Assim sendo, as 12 produções selecionadas sobre o assunto no período de investigação contam com entrevistas com indígenas do território Yanomami sobre suas vivências e os episódios de ataques. A princípio, em diálogo com as lideranças indígenas da região, a equipe do veículo de comunicação optou por não identificar as comunidades atacadas pelos garimpeiros ilegais, já que os indígenas temiam represálias. Somente a região Palimiú era citada nas produções.

Após meses de ataques diários, os indígenas avaliaram que nomear as comunidades

atacadas poderia mostrar a dimensão do terror na região, e pediram que nas novas produções constassem a localidade e comunidade alvo dos garimpeiros. Yakepraopë, Maikohipi, Korekorema e Tipolei passaram então a compor as produções do Brasil de Fato sobre os ataques na região do Palimiú, que conta com 15 comunidades indígenas.

O site de notícias tratou desde a primeira reportagem as questões entre indígenas e garimpeiros como “ataques”, evidenciando o armamento utilizado pelos garimpeiros – armas de fogo e bombas. Também classificados de “invasores”, as reportagens chamam a atenção para a prática ilegal dos garimpeiros. Além dos ataques, as produções trataram também dos impactos na dinâmica da rotina dos Yanomami e da vida espiritual dos povos originários.

[QUADRO 2]

Reportagens publicadas pelo portal Brasil de Fato

Reportagem	FUNAI	PF	EB	MPF	HAY	CondisiY	DOU /União	Entrevistas indígenas	Min. Saúde	Min. Defesa	Min. Justiça	Apib	STF	CIR	Min. Meio Ambiente
“Garimpeiros armados chegam de barco e atacam comunidade indígena em Roraima; assista” ¹¹	x	x	x		x			x							
“Yanomamis sob ataque do garimpo pedem ajuda a Exército pela 3ª vez; MPF vai à Justiça” ¹²			x	x	x			x							

¹¹ Disponível em: <https://tinyurl.com/yc7db62t>. Acesso em: 23 abr. 2024.

¹² Disponível em: <https://tinyurl.com/3mrjyutx>. Acesso em: 23 abr. 2024.

[QUADRO 2]

Continuação

Reportagem	FUNAI	PF	EB	MPF	HAY	CondisiY	DOU /União	Entrevistas indígenas	Min. Saúde	Min. Defesa	Min. Justiça	Apib	STF	CIR	Min. Meio Ambiente
"Yanomamis denunciam morte de duas crianças durante ataque de garimpeiros em Roraima" ¹³	x			x	x	x		x	x	x					
"Após ataque a bomba de garimpeiros, Yanomamis enviam 4º pedido de socorro ao Exército" ¹⁴			x		x			x	x						
"Funai diz que presta segurança a Yanomamis sob ataque do garimpo; indígenas desmentem" ¹⁵	x			x	x		x	x							
"STF ordena que União garanta segurança de Yanomamis sob ataque do Garimpo em Roraima" ¹⁶					x			x				x	x		
"Garimpeiros invadem comunidade Yanomami em RR e matam cachorro como forma de ameaça" ¹⁷					x			x							
"21 dias após ordem do STF, governo diz que enviará Força Nacional a terra indígena" ¹⁸			x		x		x	x					x		

13 Disponível em: <https://tinyurl.com/bdexzyfj>. Acesso em: 23 abr. 2024.

14 Disponível em: <https://tinyurl.com/39d9ahpb>. Acesso em: 23 abr. 2024.

15 Disponível em: <https://tinyurl.com/2pmefkrx>. Acesso em: 23 abr. 2024.

16 Disponível em: <https://tinyurl.com/2s3nn8kj>. Acesso em: 23 abr. 2024.

17 Disponível em: <https://tinyurl.com/mr38hhfh>. Acesso em: 23 abr. 2024.

18 Disponível em: <https://tinyurl.com/mr38hhfh>. Acesso em: 23 abr. 2024.

[QUADRO 2]

Continuação

Reportagem	FUNAI	PF	EB	MPF	HAY	CondisiY	DOU /União	Entrevistas indígenas	Min. Saúde	Min. Defesa	Min. Justiça	Apib	STF	CIR	Min. Meio Ambiente
“Garimpeiros atacam 3ª comunidade indígena (RR); já são 9 pedidos de socorro ignorados” ¹⁹					x			x							
“Garimpeiros armados invadem terra indígena em RR, agridem e atiram crianças em rio” ²⁰					x			x			x				
“Exército é o único vendedor de bombas utilizadas por garimpeiros para atacar indígenas” ²¹	x		x		x			x							
“Garimpo mata sete indígenas em seis meses em Roraima; quatro eram crianças” ²²	x	x								x	x			x	x

Conclusões

O site de notícias G1 Roraima, do Grupo Globo, que publicou reportagens elaboradas por repórteres que escreviam diretamente de Roraima, fez a cobertura factual dos casos em dez reportagens. Oito fontes constam nas reportagens, sendo cinco oficiais, duas lideranças indígenas e duas instituições dos povos originários. Um fato importante a ser

considerado é que somente as reportagens elaboradas em colaboração com o portal Rede Amazônica continuam a versão dos indígenas sobre os fatos, já que os repórteres do Grupo Globo não realizaram nenhuma entrevista com os Yanomami.

Ao tratar a questão entre indígenas e garimpeiros como “conflitos” e “confronto”, o G1 Roraima criou uma narrativa em que ambos os lados estavam no mesmo nível.

¹⁹ Disponível em: <https://tinyurl.com/3d56jkxa>. Acesso em: 23 abr. 2024.

²⁰ Disponível em: <https://tinyurl.com/35ytzvbe>. Acesso em: 23 abr. 2024.

²¹ Disponível em: <https://tinyurl.com/36pk94y6>. Acesso em: 23 abr. 2024.

²² Disponível em: <https://tinyurl.com/5aknzt6v>. Acesso em: 23 abr. 2024.

Em uma das reportagens publicadas, o veículo de comunicação traz uma fala culpabilizando os indígenas pelos ataques dos garimpeiros, uma vez que o “conflito” só teria ocorrido porque os Yanomami barraram uma carga de combustível que seria utilizada no garimpo. Para o jornal, interceptar material danoso ao meio ambiente e que ajudaria na atividade ilegal torna os indígenas responsáveis pelos episódios que se seguiram.

Já o Brasil de Fato, do qual integrei a equipe como repórter sitiada em São Paulo com foco em Roraima, realizou a cobertura dos ataques dos garimpeiros às comunidades da Terra Indígena Yanomami com produções de aprofundamento. Foram 12 reportagens, com 16 fontes, sendo dez oficiais, duas lideranças indígenas e quatro instituições dos povos originários.

Os episódios narrados como “ataques” são descritos nas reportagens que trazem o factual e os impactos para as comunidades. A questão espiritual e o terror psicológico são abordados com a versão dos indígenas sobre os fatos. A origem das reportagens está nas denúncias das lideranças, no contato permanente com as instituições indígenas do território e na checagem diária dos processos e pedidos enviados por essas instituições. O periódico teve como fonte norteadora os próprios Yanomami.

É possível perceber duas coberturas diferentes do fato. Enquanto uma privilegia as falas oficiais, institucionais e de visão meramente burocrática, sem se aprofundar como o tema influencia a vida dos povos originários, a outra é pautada nas vivências e denúncias dos Yanomami. Vozes diferentes

são ouvidas e consideradas nas produções dos veículos analisados.

Vozes indígenas silenciadas, falta de noção da dimensão dos territórios e desconhecimento dos povos originários marcam a narrativa que beneficia os garimpeiros ilegais, joga os Yanomami cada vez mais para a marginalização e contribui para o genocídio indígena, uma vez que um povo que não sabe da realidade dos massacres não se revolta contra eles. ■

[MARTHA RAQUEL RODRIGUES]

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), atuando na linha de Comunicação, Literatura e Cultura. Graduada em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Pesquisadora da Cátedra José Bonifácio do Centro Ibero-Americano do Instituto de Relações Internacionais da USP. Integra o Grupo de Estudos de História, Direito, Democracia e Estado na América Latina (GEHDDEAL).
E-mail: martharaquel@usp.br

Referências

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

BARRACCO, Helda Bullotta. Aldeamento indígena e o espaço simbólico. *In*: SÁ, Alvino Augusto de (org.). **A cidade, a habitação**. São Paulo: APEC, 1988. p. 11-22.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ortiz, 1986.

OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo e emancipação**: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire. Curitiba: Appris, 2017.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.